

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

BRUNO CÉSAR NASCIMENTO

PARA ALÉM DO TEXTO: OS PERIÓDICOS DE HISTÓRIA COMO
ELEMENTO DE DEFINIÇÃO DO CAMPO. O CASO DA *REVISTA DE*
HISTÓRIA DA USP (1950 – 2016)

VITÓRIA

2016

BRUNO CÉSAR NASCIMENTO

**PARA ALÉM DO TEXTO: OS PERIÓDICOS DE HISTÓRIA COMO
ELEMENTO DE DEFINIÇÃO DO CAMPO. O CASO DA REVISTA DE
HISTÓRIA DA USP (1950 – 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Orientador: Dr. Júlio César Bentivoglio.

**VITÓRIA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

N244p Nascimento, Bruno César, 1982-
Para além do texto: os periódicos de História como elemento de
definição do campo. O caso da *Revista de História* da USP (1950–
2016) / Bruno César Nascimento. – 2016.
347 f. : il.

Orientador: Júlio César Bentivoglio.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Revista de História (USP). 2. Historiografia. 3. História –
Periódicos. I. Bentivoglio, Julio César. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

BRUNO CÉSAR NASCIMENTO

PARA ALÉM DO TEXTO: OS PERIÓDICOS DE HISTÓRIA COMO ELEMENTO DE DEFINIÇÃO DO CAMPO. O CASO DA REVISTA DE HISTÓRIA DA USP (1950 – 2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Fábio Franzini
Universidade Fed. do Estado de São Paulo
Membro Titular

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Suplente

*À minha Esposa e Filha que sacrificaram
e doaram o seu tempo e atenção para
que esse sonho se tornasse realidade.*

Simplesmente, Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Por mais que muitos que se dedicam ao estudo da História preguem e difundam certo “ateísmo”, é sempre no invisível, no inaudível e no inalcançável que depositamos as nossas forças, fé, e acima de tudo, desesperos. Por isso, em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pela parceria inabalável e companhia nas longas noites por quais passei dando forma a esta pesquisa.

Se há uma pessoa que sabe bem as dificuldades e preocupações que surgiram ao longo desta caminhada, e que em momento algum deixou que eu abandonasse, ou desistisse, do trajeto, é a minha querida Esposa. A ela devo a força que em muitas horas me faltou e a alegria que somente um sorriso e um abraço trazem. A você, Roziméry Baptista Fontana Nascimento, não só agradeço como dedico essa pesquisa. Você não somente acompanhou o trajeto, você está nele. Obrigado!

A minha filha, Maria Luiza Fontana Nascimento, mais um pedido de desculpas que um agradecimento na verdade. A você, minha querida filha, peço desculpas se o caminho que escolhi trilhar por vezes ceifou alguns de nossos momentos juntos, no entanto, uma coisa você pode ter certeza para toda a sua vida: nada há de superar e substituir o instante mágico que foi a sua chegada em minha vida, e que, apesar dessa ausência, eu te amo imensamente.

Aos meus pais, Jacimar Pereira Nascimento e Maria de Fátima Moraes Nascimento, agradeço o apoio oferecido ao longo da minha jornada. Agradeço a paciência e motivação, sendo essa às vezes em forma de palavras de encorajamento e em outros momentos como um socorro para aquisição de livros e materiais necessários a realização desse trabalho. Hoje, como pai, compreendo as dificuldades e privações pelas quais vocês passaram e se submeteram para me oferecer essa oportunidade única. A vocês minha eterna gratidão.

De todos os meus amigos que sabem, e conhecem, a minha história de vida, ele é o que mais vem me apoiando e incentivando, e o que começou com uma conversa em um churrasco, culmina hoje com esse trabalho. Não sei ao certo se os relacionamentos entre os orientadores e orientandos se expandem tanto para além da relação acadêmica como aconteceu com a nossa trajetória, mas uma certeza eu tenho: fica muito mais a amizade que o relacionamento professor x aluno. Sei que

deveria aqui agradecê-lo com a relevância do cargo que ocupa, e dizer “Ao meu caro orientador professor Dr. Júlio Cesar Bentivoglio”, mas, se me permite expressar aqui de maneira mais objetiva o que foi dito eu gostaria de dizer: Ao meu amigo Júlio Bentivoglio, meus sinceros agradecimentos, não somente pelo trabalho, por tudo!

Aos amigos. Apesar de citar alguns aqui, espero que entendam que seria necessária outra resma de papel para citar todos que sempre me apoiaram, e que o agradecimento que a alguns aqui realizo, estende-se a todos. Deixo aqui o agradecimento a: Larissa Sathler e Thiago Dias, casal maravilhoso de amigos; Anny Mazioli, a roqueira de camisa de gatinho; Hugo Merlo, um excêntrico em nossas vidas; Bruna Breda, amiga e madrinha sincera; Rodrigo Mello e Rusley Biasutti, companheiros de debate e pesquisa; Alynne Cristina, alegria permanente e contagiante de criança; Fernando Achiamé, pelos conselhos e leitura atenta; aos meus companheiros de LETHIS e de UFES. A vocês, meu obrigado, e a alegria que sempre busquei trazer a todos.

Aos Professores Fábio Franzini (UNIFESP), Maria Beatriz Nader (UFES), e Ueber José de Oliveira (UFES), pelo grande apoio e indicações realizadas durante o exame de qualificação, momento extremamente esclarecedor e norteador dessa pesquisa. A vocês, meus sinceros e eternos agradecimentos.

Por fim, gostaria de agradecer ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES); a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES), que me proporcionou uma bolsa de pesquisa ao longo desse processo; e a Banca Examinadora. Espero que a leitura, apesar de longa, tenha sido agradável.

Em fim, àqueles que estiveram ao meu lado,

Obrigado!

É a impotência do nosso espírito e não a dificuldade do objeto – que todavia tem a sua importância – que nos obriga a fragmentar a realidade.

Fernand Braudel

RESUMO

“Quando a História se torna, para o profissional, o próprio objeto de sua reflexão, poderia ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar?” (CERTEAU, 2011, p. 46). Com esse questionamento extraído da obra *A Escrita da História*, de Michel de Certeau, sobre a busca daqueles dedicados a História da Historiografia para o que está além do produto da história, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a significativa contribuição da *Revista de História* da Universidade de São Paulo entre os anos de 1950 e 2016 para o desenvolvimento da historiografia brasileira. Por meio do estudo de caso, utilizando principalmente uma análise comparativa, apontar-se-á como o impresso acadêmico-científico, *Revista de História*, contribuiu para a construção de uma rede rizomática de relações, não somente acadêmica, mas também de poder, interconectando pessoas, instituições e saberes, com o pioneirismo no campo periódico científico universitário do conhecimento histórico no Brasil, que até o momento de sua origem possuía uma grande aridez.

Palavras chave: Historiografia. *Revista de História*. USP. Periódicos científicos.

ABSTRACT

"When history becomes, for the professional, the very object of his reflection, he could reverse the process of understanding referring to a product to a place?" (CERTEAU 2011, p. 46). With this extracted questioning the work *Writing of History*, Michel de Certeau on the search of the historian of Historiography of history for what is beyond product of history, this paper aims to demonstrate the significant contribution *History Magazine* University of São Paulo between 1950 and 2016 for the development of Brazilian historiography. Through the case study, using mainly a comparative analysis it will point as this academic-scientific form, *History Magazine*, contributed to the construction of a rhizomatic network of relationships, not only academic, but also of power, interconnecting people, institutions and knowledge with the pioneering university journal field of historical knowledge in Brazil, that by the time of its origin had a great aridity.

Keywords: Historiography. *Revista de História*. USP. Scientific journals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Silogeu (Sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)	41
FIGURA 2: Karl Friedrich Philipp Von Martius (1811 – 1879)	44
FIGURA 3: Contracapa da obra <i>História Geral do Brasil</i> (6 ed.) de Francisco Adolfo Varnhagen	46
FIGURA 4: Capistrano de Abreu (1853 – 1927)	53
FIGURA 5: Gilberto Freyre (1900 – 1987)	60
FIGURA 6: Caio Prado Júnior (1907 – 1990).....	61
FIGURA 7: Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982)	61
FIGURA 8: José Honório Rodrigues (1913 – 1987)	62
FIGURA 9: Panfleto “Tudo por São Paulo” – 1932	86
FIGURA 10: Brasão da Universidade de São Paulo no período de sua fundação em 1934	87
FIGURA 11: Brasão para a cidade de São Paulo, proposto por Guilherme de Almeida e J. W. Rodrigues, no ano de 1917	90
FIGURA 12: Júlio de Mesquita Filho (1956)	95
FIGURA 13: Fernando de Azevedo (s.d)	97
FIGURA 14: Armando de Salles Oliveira	102
FIGURA 15: Primeiro Edifício próprio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo	109
FIGURA 16: Emblema da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo	110
FIGURA 17: Planta da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, Campus Butantã, Capital paulista	111

FIGURA 18: Mapa atual da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (Campus Butantã)	112
FIGURA 19: Foto dos membros da missão universitária francesa que comporia a linha de frente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934.....	121
FIGURA 20: Edifício dos cursos de Geografia e História na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira	127
FIGURA 21: Solenidade de formatura dos alunos da FFCL – USP em 1936	129
FIGURA 22: 1º Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - 15 a 21 de outubro de 1961.....	133
FIGURA 23: Capa original da <i>Revista de História</i> referente à publicação de nº1 datada do período de janeiro a março de 1950	138
FIGURA 24: Propostas de perguntas que visam ser respondidas em uma análise mais profunda de periódicos	139
FIGURA 25: Professor Eurípedes Simões de Paula (1910 – 1977)	142
FIGURA 26: Eurípedes ao lado do jipe Maria Isabel e do seu ordenança. Itália 1944-1945	145
FIGURA 27: Professor Eurípedes Simões de Paula durante a Aula Magna do Curso de História da FFCL – USP no ano de 1960	146
FIGURA 28: Fotografia do Prof. Eurípedes Simões de Paula na galeria de diretores da FFCL de Marília (SP)	148
FIGURA 29: Volumes de 1 a 4 da <i>Revista de História</i>	151
FIGURA 30: Reunião da Sociedade de Estudos Históricos, realizada no salão nobre da Faculdade de Ciências Econômicas/USP	153
FIGURA 31: Brasão da Sociedade de Estudos Históricos	154
FIGURA 32: Originais das primeiras provas tipográficas do nº 113 da <i>Revista de História</i> , correspondente aos meses de janeiro a março de 1978.....	166

FIGURA 33: Página da <i>Revista de História</i> informando sobre o falecimento do Professor Eurípedes Simões de Paula	167
FIGURA 34: Capa da <i>Revista de História</i> , nº 168, primeiro semestre de 2013	169
FIGURA 35: Desmembramento estatístico da <i>Revista de História</i>	174
FIGURA 36: Brasão da Revista de História	177
FIGURA 37: Revista de História, n. 139, 1998	178
FIGURA 38: Capas das Revistas estrangeiras em circulação no Brasil durante a década de 1960	180
FIGURA 39: Capas de Revistas nacionais de História em circulação no Brasil na década de 1960/70	181
FIGURA 40: Revistas de História em circulação no Brasil a partir da década de 1980	184
FIGURA 41: O campo histórico	191
FIGURA 42: Mapa de acessos internacionais a página na internet que disponibiliza os artigos da Revista de História	197
FIGURA 43: Contagem de acessos realizados aos 10 principais sites de periódicos no portal de revistas da Universidade de São Paulo.....	198
FIGURA 44: Número de acessos as principais revistas do portal de periódicos da Universidade de São Paulo (USP)	198

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Relação período e instituições dedicadas aos estudos históricos	21
TABELA 2: Reformas educacionais na Primeira República	79
TABELA 3: Disciplinas do Curso de História e Geografia FFCL-USP a partir de 1942	126
TABELA 4: Distribuição dos formandos do curso de História e Geografia da FFCL – USP entre os anos de 1936 a 1944, segundo o sexo.	131
TABELA 5: Tabela de editores da <i>Revista de História</i> entre os anos de 1950 a 2016.	160
TABELA 6: Períodos de consolidação do modelo historiográfico brasileiro entre os séculos XIX E XXI	173
TABELA 7: Volume de páginas publicadas por período	178
TABELA 8: Palavras chave com maior número de incidência na <i>Revista de História</i>	187
TABELA 9: Autores com o maior índice de produtividade registrado	187
TABELA 10: Período de pesquisa referente ao recorte temporal de História do Brasil	195

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Volume de páginas publicadas por período.....	175
GRÁFICO 2: Demonstrativo da variação do número de páginas na primeira fase da <i>Revista de História</i> (nº 90 – 112).....	179
GRÁFICO 3: Paginação média da <i>Revista de História</i> e de periódicos de origem estrangeira em circulação no Brasil na década de 1960.....	181
GRÁFICO 4: Paginação média da <i>Revista de História</i> e de periódicos brasileiros em circulação no Brasil na década de 1960.....	182
GRÁFICO 5: Fluxo de produção endógena (1950 – 2016).	182
GRÁFICO 6: Demonstrativo da variação do número de páginas na segunda fase da <i>Revista de História</i> (nº 155 – 171).....	183
GRÁFICO 7: Paginação média da <i>Revista de História</i> e de periódicos brasileiros em circulação no Brasil na década de 1960.....	184
GRÁFICO 8: Volume de publicações por periodicidade.	185
GRÁFICO 9: Volume de publicação por década.....	185
GRÁFICO 10: Seções presentes na <i>Revista de História</i> e seu respectivo volume de produção (1950 – 2016).	186
GRÁFICO 11: Número e tipo de instituição presente na <i>Revista de História</i>	188
GRÁFICO 12: Relação autores x publicações presentes na <i>Revista de História</i>	189
GRÁFICO 13: Predominância temática ou campos da história.....	193
GRÁFICO 14: Recorte temporal.	194
GRÁFICO 15: Recorte espacial.	195

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ANPUH – Associação Nacional de História

APUH – Associação dos Professores Universitários de História

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FFCL – USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

FFLCH – USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

OESP – O Estado de S. Paulo

QUALIS – Sistema Brasileiro de Avaliação de Periódicos

RH – *Revista de História*

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEH – Sociedade de Estudos Históricos

UDF – Universidade do Distrito Federal

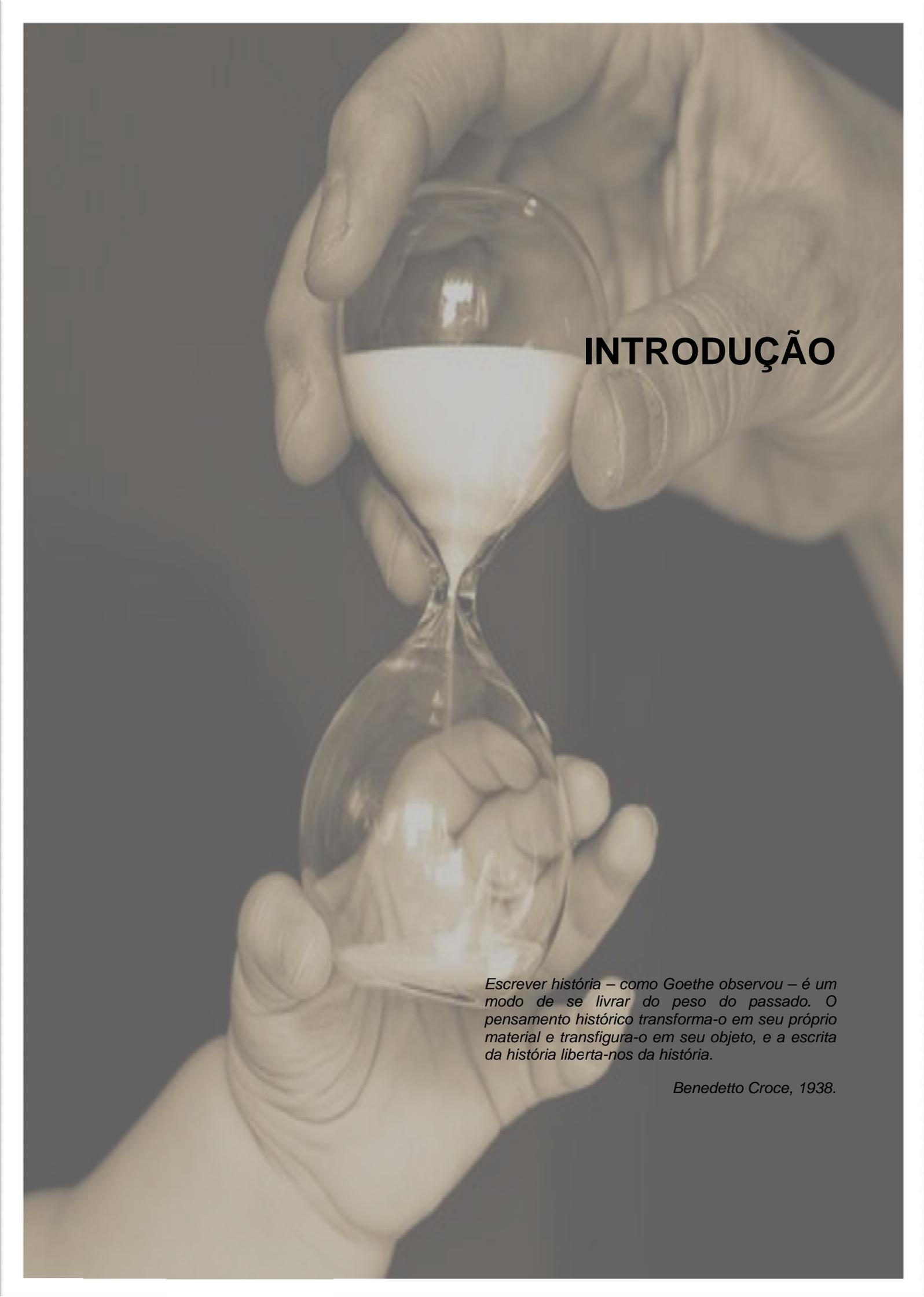
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I: <i>Historiador, uma prática. A expansão e estruturação de um campo</i> ...35	
1.1 – O campo como agente mediador de uma prática.	36
1.2 – “Fazer História” como um ofício.	39
1.2.1 – Erudição e autodidatismo na produção histórica brasileira.	40
1.2.2 – Profissão Historiador. A implantação das práticas universitárias.	65
1.4 – Algumas considerações sobre o ofício do historiador no Brasil.	73
CAPÍTULO II: <i>O lugar social como elemento gerador do habitus: a universidade brasileira e o primeiro curso de graduação em História no Brasil.</i>	76
2.1 – O alvorecer de uma nova era. A constituição do sistema de ensino superior no Brasil.	77
2.2 – Por um ensino superior ao molde paulista. A Universidade de São Paulo – USP.	85
2.2.1 – Uma perspectiva de futuro: a intelectualidade paulista e seus anseios educacionais. O caso do “Grupo do Estado”.	91
2.2.2 – A estruturação da Universidade de São Paulo.	104
2.2.3 – As Missões Estrangeiras na USP: elementos divulgadores da alta cultura (1934 – 1953).	113
2.3 – A graduação em História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Aspectos da constituição (1934 – 1977).	124
CAPÍTULO III: <i>Revista de História: a escrita como Poder Simbólico</i>	137
3.1 – O fundador da <i>Revista de História</i> . Professor Eurípedes Simões de Paula.	142
3.2 – Redes de sociabilidade: Sociedade de Estudos Históricos, Associação dos Professores Universitários de História (APUH), Departamento de História da FFCL-USP e a <i>Revista de História</i>	152
3.3 – A <i>Revista de História</i> em perspectiva.	156
3.4 – Por dentro da <i>Revista de História</i> : edição, divulgação e números.	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	200
REFERÊNCIAS	205
APÊNDICES	224

Apêndice A: Recortes Geográficos.	225
Apêndice B: Recorte Temático.	226
Apêndice C: Recorte Temporal.	227
Apêndice D: Relação de Instituições presentes em publicações na <i>Revista de História</i> com sua relativa ocorrência e números em que se encontram.	228
Apêndice E: Relação de autores, com o número de ocorrências e os números em que a publicação está disponível. Em ordem alfabética.	236
Apêndice F: Palavras-chave. Em ordem alfabética.	255
ANEXOS	306
Anexo 1: Decreto-Lei Nº 19.851 de 11 de Abril de 1931 Tratando da Reforma Universitária Brasileira, também conhecida como Reforma Francisco Campos. .	307
Anexo 2: Decreto-Lei Nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934 do estado de São Paulo institucionalizando a criação da Universidade de São Paulo e suas disposições gerais.	334



INTRODUÇÃO

Escrever história – como Goethe observou – é um modo de se livrar do peso do passado. O pensamento histórico transforma-o em seu próprio material e transfigura-o em seu objeto, e a escrita da história liberta-nos da história.

Benedetto Croce, 1938.

Para o historiador brasileiro, pensar a História é algo relativamente novo. A problematização dos escritos históricos e da metodologia utilizada na construção desse saber surge com um atraso significativo em relação ao debate construído na Europa quase um século antes¹. A primeira tentativa de uma inserção teórica metodológica especificamente brasileira, para Astor Antônio Diehl², estaria centralizada na obra de Capistrano de Abreu ao analisar a história sob a luz de novas ideias e teorias na virada do século XIX para o XX.

A perspectiva de modernização da pesquisa histórica brasileira ocorrida nessa virada de século também é defendida por Nayara Galeano do Vale. Para a autora

a especialização do campo da História do Brasil deveria se fazer por meio da adoção de procedimentos de pesquisa tido como “modernos”, isto é, a análise de documentos e a confrontação de testemunhos para se chegar à verdade dos “fatos”.³

Porém, é fato que, mesmo sob a possibilidade de cometer algumas incoerências e até mesmo anacronismos, desenvolver análises conjunturais da historiografia em alguns momentos da história no Brasil tornou-se possível, pois, as posições, de consolidação e identidade, estavam bem definidas, altamente articuladas, sedimentadas e com ações de poder e de campo de atuação já definidos. Aqui, há de se ater a dois momentos especificamente.

O primeiro momento, e que está eternizado nas páginas dessa disciplina no Brasil, data do ano de 1838, ano de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB) que, aos moldes *da Societè de l’Histoire de France*, fundada por Guizot, Barante, Thiers e outros historiadores e intelectuais franceses em 1833, possuía duas preocupações específicas: coletar e armazenar o maior volume de documentos possíveis; e construir uma história genuinamente nacional, que auxiliasse na construção de uma identidade da nação recém (re)constituída.

¹ Comparo o surgimento das universidades no Brasil a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, e a palestra **Sobre a tarefa do historiador**, proferida pelo pesquisador e professor alemão Wilhelm von Humboldt em 1821, quando tão digno palestrante, defendendo a tomada de rédeas metodológicas para a constituição da ciência história, cita: “Para aproximar-se da verdade histórica, dois caminhos precisam ser simultaneamente percorridos. Primeiramente, tem-se a fundamentação crítica, exata e imparcial dos acontecimentos; em um segundo momento, há de se articular os resultados da pesquisa e intuir o que não fora alcançado pelo primeiro meio.” (MARTINS, E. R (Org.). **A História Pensada: Teoria e método na historiografia européia do século XIX**. Brasil: Ed. Contexto, 2010).

² DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999, p. 223.

³ VALE, Nayara Galeano. **Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012, p. 52.

Tais metas podem ser claramente observadas no discurso do primeiro secretário do IHGB, José Marcelino da Rocha Cabral, em que o mesmo profere a leitura pública do estatuto na ocasião da fundação do referido Instituto.

Art. 1: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geographia do Império do Brazil; e assim também promover os conhecimentos desses dous ramos philosophicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcione essa despeza [sic].⁴

No entanto, até chegar ao primeiro momento da sedimentação da disciplina História no Brasil, diversos foram os caminhos percorridos ao longo dos séculos. Os registros estiveram nas mãos dos viajantes e diplomatas das primeiras viagens da colonização; passou para os burocratas e políticos buscando registrar uma história política, uma história oficial; posteriormente o eixo muda e os cronistas e memorialistas entram com força em cena.

Porém, somente com o advento da Independência é que surge uma historiografia genuinamente brasileira, e juntamente com ela uma instituição que será, nesse momento, a maestrina da escrita da história brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tal perspectiva é corroborada por Astrogildo Rodrigues de Mello em publicação nas páginas da *Revista de História*.

Destarte, no largo período colonial, a historiografia brasileira não poderia ser senão em função do acanhado campo cultural da colônia, onde a Metrópole afogava quase todas as possibilidades de desenvolvimento intelectual. Sem imprensa nem tipografia, falta de Universidades, ficava a possessão portuguesa em evidente inferioridade em confronto com os domínios ingleses e espanhóis, bafejados desde o início com esses fatores indispensáveis de progresso. Donde a pobreza de informes dos cronistas, testemunhas oculares dos momentos culminantes de nossa história, que poderiam ter projetado maior luz sobre tais acontecimentos.⁵

Assim, por décadas, a historiografia brasileira foi regida pela denominada, por José Honório Rodrigues, de história antiquária⁶, e conduzida principalmente por políticos,

⁴ CABRAL, José Marcelino da Rocha. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 1, 1839, p. 18.

⁵ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 6, 1951, p. 381.

⁶ Cf. “A monotonia de nossa história política, sempre conservadora, anti-reformista, conciliatória — formal, conspiratória — militar, com seus *hiatus irrationalis*, suas marchas e contramarchas, predominantemente contra-revolucionária e não revolucionária, no sentido não puramente militar, mas social-político, com a via dolorosa do espírito civil, sempre ameaçado pelo consentimento ou proibição militar, revela ainda mais a exigência da revisão das idéias e dos valores ao lado da revisão factual que a rotina antiquaria sempre promove.” (RODRIGUES, José Honório. **Vida e História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 18). Ainda Segundo Érika Uhiara: “José Honório Rodrigues passou a conceber a História como meio de transformação da realidade através da consciência

advogados e intelectuais⁷, um grupo de autodidatas e diletantes denominados, por José Murilo de Carvalho⁸, de “ilha de letrados em um mar de analfabetos”, e por Nayara Galeano do Vale⁹, de “homens de letras”. Uma elite intelectual letrada que se fazia presente em diversas esferas da sociedade, e que, de maneira direta se apropriou das práticas, discursos e da produção histórica. Tal conjunto de “ilustres” visava à elaboração de “uma galeria de vultos nacionais [...] além de fabricar uma memória para a nação”¹⁰.

Sendo a História feita de rupturas e permanências, pode-se afirmar que na década de 1930 uma ruptura irá marcar profundamente as estruturas do conhecimento histórico brasileiro constituindo, assim, o segundo momento da institucionalização da disciplina História. É o período de advento das Universidades com os cursos de formação e especialização do ofício de historiador, e da expansão das ferramentas de divulgação da produção historiográfica no Brasil. Em outras palavras, é o princípio de um novo regime de disciplinarização do conhecimento e da produção histórica. Segundo Moacyr Campos:

Acreditamos ser realmente interessante, para que se possa avaliar o papel desempenhado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no campo do estudo da História, principiarmos por uma rápida vista de olhos nos traços gerais que caracterizavam aquele ramo do conhecimento, entre nós, antes da fundação do referido Instituto de ensino superior. Em primeiro lugar, no que se refere à historiografia

histórica; para tanto seria necessário empreender um estudo crítico e uma revisão na historiografia brasileira, marcada pela “história antiquária” e “anti-reformista”, expressões que frequentemente usava para referir-se a uma concepção conservadora da história. José Honório proclamava-se um historiador revisionista — da linhagem de Capistrano de Abreu — e pretendia contribuir com a superação do “arcaísmo” presente na história do país através de sua atuação e obra historiográfica.” (UHIARA, Érika. **Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira.** 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Franca), São Paulo, 2014, p. 13.

⁷ **N.A:** A composição inicial do corpo do citado instituto, fez-se por 27 membros, desses, somente 3 membros, Srs. Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II, doutor em medicina pela Faculdade de Paris e bacharel em Filosofia natural por Coimbra, Joaquim Caetano da Silva, Professor de retórica, Português e Grego do Colégio Pedro II e Joaquim Francisco Viana, bacharel em Matemática, estavam de alguma forma ligados ao cientificismo que era latente no século XIX e descolados do grupo hegemônico que colaborou para o surgimento do IHGB, os demais membros eram políticos ou advogados, até mesmo a comissão responsável pela Revista do IHGB não era composta por historiadores, mas sim por um advogado, o Sr. José Marcelino da Rocha Cabral, e um político, o Sr. Antônio José de Paiva Guedes de Andrada e a comissão de História por um médico e um advogado. (COMISSÃO EXECUTIVA. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, T 1, nº 1, p. 7 – 9, 1839).

⁸ CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial.** 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 55.

⁹ VALE, Nayara Galeano. **Hélio Vianna e Pedro Calmon.** *Op. cit.*, p. 50.

¹⁰ *Ibidem*, p.50.

brasileira, a realização de um balanço levar-nos-á infalivelmente a conclusão de que muito pouco tinha sido feito, dado que, excluídos alguns trabalhos de ordem exclusivamente narrativa, nem mesmo se conseguira organizar uma História Geral do Brasil em molde realmente satisfatórios, em nível superior e que se estendesse até os tempos republicanos.¹¹

Embasado em uma forte crítica ao modelo historiográfico vigente até aquele instante, esse segundo momento, determinante e bem estruturado da disciplina História no Brasil, somente se deu às vésperas de comemoração do centenário do primeiro. Tal surgimento se deu durante o período da reforma universitária brasileira iniciada no ano de 1931, tendo seu ápice em 1934 com a instauração da Universidade de São Paulo, e nessa, do primeiro curso de História no Brasil, visando a formação de licenciados destinados a atender a crescente demanda por professores no ensino básico e secundário em todo o Brasil.

Esse contexto de dualidade, entre os que estão lotados nos Institutos Históricos e os recém disciplinarizados das Universidades, entra em choque pela hegemonia do campo historiográfico. No entanto, para Raquel Glezer¹², apesar da história dessa disciplina estar marcada por essa perspectiva de existência dos historiadores de vocação e historiadores por formação, é claro o relacionamento intrínseco e entrelaçado que existe entre os membros do campo de ambos os momentos.

Nessa perspectiva, os fatores de interesse que, de alguma maneira, interligam os dois momentos distintos, não somente da história da disciplina como também da história da própria nação, é a formulação e constituição de instituições e objetos de poder com fins de afirmação de um determinado grupo sobre o conhecimento e, principalmente, produção histórica.

Logo, o que podemos de fato encontrar na interseção desses dois momentos como fatores comuns são: em ambos, para a afirmação da disciplina História, foi necessária a constituição de instituições que pudessem dar um “teto” a essa disciplina – no primeiro o IHGB e no segundo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Para José Roberto do Amaral Lapa¹³ essa

¹¹ CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 18, 1954, p. 491.

¹² GLEZER, Raquel. **O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. 1976. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976, p. 88.

¹³ LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea**: a história em questão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 32.

institucionalização dos estudos históricos no Brasil tem sido uma característica marcante, e o mesmo chega a elencar a relação do período histórico e as suas respectivas instituições de consagração.

TABELA 1: Relação período e instituições dedicadas aos estudos históricos	
Período Histórico	Instituição
Brasil Colônia	Academias
Brasil Império	Institutos Históricos
Brasil República	Faculdades de Filosofia

Fonte: LAPA, 1981, p. 33.

O segundo fator, e para essa análise objeto de interesse, é a constituição dos periódicos técnico-científicos como ferramenta de divulgação e de apropriação da produção histórica. O IHGB lançou o primeiro número da sua revista (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*) em 1839, já o curso de História da FFCL-USP, apesar de ter idealizado a constituição do seu periódico em 1937, somente em 1950 é que o projeto será posto em prática¹⁴, editando-se o primeiro número da *Revista de História*.

Nesse contexto, destaca-se que, apesar de confluir para o mesmo fim – a instauração e expansão dos estudos históricos no Brasil – os dois grupos, ideologicamente distintos, apropriam-se, a sua maneira, da disciplina História e criam mecanismos de poder para se firmarem como detentores do conhecimento dessa área, visando principalmente, legitimar suas práticas e atuações, e, em ambos os momentos, a ferramenta que constituiu apropriação da produção historiográfica foram os periódicos.

Com a constituição e solidificação desses dois momentos distintos, o debate histórico e a produção historiográfica começam a tomar significativo volume. A história nação elaborada pelo IHGB, visando à afirmação da existência de um povo

¹⁴ Tal informação pode ser claramente observada no editorial do primeiro número da *Revista de História*, onde seu editor chefe, o Professor Eurípedes Simões de Paula, diz que: “Já em 1937, quando ainda lecionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o ilustre Prof. Fernand Paul Braudel — com quem tivemos a honra de trabalhar na qualidade de assistente — pensávamos em fundar uma Revista destinada à divulgação de trabalhos históricos, não só de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos. Motivos vários, entretanto, impediram a concretização dessa ideia que, só agora, vencidos em grande parte os óbices antigos, pode ser levada a efeito, embora com as naturais ressalvas de ordem técnica e científica.” (DE PAULA, Eurípedes Simões. Nosso programa. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, p. 1 – 2, 1950).

genuinamente brasileiro, abre alas para a recém-chegada “história científica”, que se alastrou por todo território brasileiro com todas as suas “novas” teorias e métodos¹⁵.

Com essa mudança, a produção historiográfica efetua uma guinada realmente brusca em sua estética, passando então, a se apropriar de novas práticas tanto metodológica como teóricas, confluindo assim de uma história oficial, nacional, para uma de abordagens e olhares múltiplos, a primeira no gênero¹⁶.

Dentro desse cenário de alteração do modelo da pesquisa histórica, as revistas, no caso apontado fundadas em 1839 e 1950, ocuparam lugares de relativo significado e importância nessa guinada e expansão. Assim, essa análise objetiva demonstrar que é possível romper com o paradigma de utilização dos periódicos técnico científicos somente como fonte de pesquisa, e transformá-los em objeto de análise, possibilitando uma ampliação dos estudos dedicados à historiografia e a construção de paradigmas, visto a importância das revistas na genealogia do saber histórico.

Essa abordagem, no caso brasileiro, pode contribuir de maneira exponencial para a compreensão do embate entre os autodidatas e o *homo academicus*¹⁷, e como esse conseguiu consolidar sua posição frente àquele.

Assim, pensando nessa tendência de sobreposição de centros detentores do saber histórico, Júlio Cesar Bentivoglio afirma que:

As diferenças entre perspectivas históricas sempre existiram e, invariavelmente, é a reação e a contestação a um determinado tipo de prática histórica que levam à formação e ao desenvolvimento de novas abordagens, de novos paradigmas – e não somente as carências de sentido. Muitas vezes a própria diferença ou contradição dos sentidos existentes e não a simples dinâmica da tradição determina o nascimento de novas correntes historiográficas.¹⁸

¹⁵ Segundo Maria Regina Cunha Rodrigues a *Revista de História* era distribuída, em 1975, para todos os estados brasileiros, além de países da Europa, Ásia, África, Oceania, América do Norte, América Central e Caribe, e para todos os países da América do Sul. (RODRIGUES, Maria Regina Cunha. Uma explicação. **Revista de História**, São Paulo, n. 103, 1975, p. 13).

¹⁶ Cf. PAIVA, Orlando Marques de. Pequeno prefácio dedicado a uma grande obra. **Revista de História**, São Paulo, n. 100, 1974, p. 8; CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 18, 1954, p. 500.

¹⁷ Adjetivo aplicado por Pierre Bourdieu aos membros das denominadas comunidades científicas universitárias, autoconsideradas detentoras do saber e que repudiam os trabalhos não acabados ou ainda inaptos à apresentação pública. (BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.19).

¹⁸ BENTIVOGLIO, Júlio César. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012, p. 224.

Observando esse lugar que os periódicos ocupam na genealogia da constituição dos paradigmas, e das denominadas escolas teóricas, questionou-se qual é realmente o poder e o espaço ocupado por essas publicações na historiografia. De uma maneira geral, observa-se muito mais os atores da constituição das escolas paradigmáticas do que os objetos que os mesmos lançaram mão para obter a influência e até mesmo o determinismo sobre a disciplina História.

Nessa perspectiva, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira, pode-se identificar o período de 1870 a 1914, como o de fortalecimento e idade do ouro da profissionalização da História, e,

ligado à afirmação de um novo saber histórico surgiu também naqueles anos um novo instrumento de divulgação: a revista científica. Em 1874, foi criada por Monod a *Revue Historique* e, em 1899, a *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, para citar apenas as mais importantes.¹⁹

Em uma análise preliminar, percebe-se invariavelmente a presença das revistas ligadas diretamente a grupos de poder, tais como instituições, universidades, grupos de pesquisa e sociedades. Essa é visivelmente a principal fonte de divulgação dos resultados de pesquisas ligadas a essas instituições, e de colaboradores de grande prestígio na comunidade acadêmica, que os grupos almejam possuir como membro de um possível novo centro de poder que está em constituição. Tal perspectiva pode ser assistida na afirmação de Marieta de Moraes Ferreira sobre a inserção do historiador francês Henri Hauser²⁰ no comitê de redação da revista dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, coordenada por Marc Bloch e Lucien Fèbvre. A autora afirma que:

Marc Bloch e Lucien Fèbvre mantiveram com Hauser, ao longo de 1920 e 1930, uma relação de respeito e admiração, conforme pode ser constatado na correspondência publicada entre os dois historiadores dos *Annales*. Hauser é percebido como um elemento importante para o lançamento da nova revista, funcionando como elo de ligação entre aqueles que defendiam

¹⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 227 – 246, 2005.

²⁰ Henri Hauser (1866 – 1946) foi um dos grandes personagens da historiografia francesa da virada do século XIX para o XX. Seu caminho acadêmico foi longo, no entanto, atingiu seu objetivo, ascender a uma cadeira de ensino de história na Sorbonne. Segundo Marieta Ferreira, Hauser chega à Sorbonne em um momento em que a disciplina História está passando por uma clara expansão e consagração do ofício do historiador. (FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 227 – 246, 2005).

Foi um dos pioneiros do aprofundamento da abordagem da história econômica, motivo pelo qual foi duramente criticado, no entanto, galga as etapas que lhe são impostas e finalmente em 1919 ingressa na Sorbonne, e em 1927 ocupa a tão almejada cadeira de história econômica. Foi assíduo colaborador da *Revue Historique* e da *Revue d'Histoire Moderne e Contemporaine*, além de compor o corpo inicial da *Annales d'Histoire Economique et Sociale*.

uma nova maneira de fazer história e setores mais tradicionais, que ocupavam postos importantes nas principais instituições francesas de ensino e pesquisa.²¹

Ainda nesse contexto, Júlio Bentivoglio reitera que as revistas compõem ferramentas primordiais para a afirmação desse novo grupo que está em processo de expansão e em busca de afirmação, constituindo-se assim, em um elemento primordial nesse processo. Para o autor,

Como se dá a gênese de uma escola histórica? As experiências vividas pela historiografia têm demonstrado que não somente por meio da adesão, mas, sobretudo, pela disputa e pela deflagração da crítica a determinados modelos vigentes. Ou seja, através da mobilização de máquinas de guerra, que são máquinas de pensamento, devires que escapam ou que procuram fugir do *establishment* e que instauram novos significados ou alargam horizontes dos existentes, abrindo novas searas no pensamento. E elas se organizam em torno de agenciamentos existentes, sobretudo centros de ensino, universidades, departamentos, institutos, associações científicas e grupos de trabalho, brotando quase sempre nas margens para depois se assenhorear dos grandes centros. E necessitam de uma arma pontual na disputa do campo historiográfico: as revistas.²²

Ainda para Julio Bentivoglio,

As revistas constituem um lugar social e um instrumento decisivo na institucionalização de um campo científico para a História, que se autonomiza enquanto saber, sendo ainda capaz de ilustrar uma determinada cartografia da pesquisa e da escrita da história.²³

Se as revistas compõem um quadro ou uma rede de poder significativa no contexto da afirmação ou constituição do saber histórico, ainda para Júlio Bentivoglio, a importância da revista está para além das páginas, para além do texto²⁴. As revistas constituem muito mais que mera fonte de pesquisa, elas constituem verdadeiras fontes de demonstração de poder e de determinação de grupos. As revistas possuem uma força de afirmação de grande potencial, a ponto de o referido autor utilizar o conceito deleuziano de *máquinas de guerra*²⁵ para classificá-las como

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**. *Op. cit.*, p. 234.

²² BENTIVOGLIO, Júlio César. **Historiografia e máquinas de guerra**. *Op. cit.*, p. 226.

²³ BENTIVOGLIO, Julio Cesar. A história no Brasil Imperial: a produção historiográfica na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839 – 1850). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, 2015, p. 291.

²⁴ BENTIVOGLIO, 2012, p. 223.

²⁵ Para Gilles Deleuze a *Máquina de Guerra* se constitui como todo e qualquer aparato de poder que é exterior ao Estado e que de alguma maneira, ou dispositivo, produz uma fonte e forma de poder a uma pessoa ou determinado grupo contra algum tipo de rival que ameace a sua relativa estabilidade. Dessa forma, institui-se que a *máquina de guerra* não responde especificamente a ações de caráter militar, mas também econômica, social e até mesmo intelectual. Segundo Deleuze “sob todos os aspectos, a *máquina de guerra* é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho do Estado.” (DELEUZE, Gilles. 1227 – Tratado de Nomadologia: a Máquina de guerra.

agentes determinantes nos combates ideológicos pelos domínios da história.

Exemplificando esse combate ideológico pelos campos da história e de sobreposição dos centros produtores e detentores do conhecimento histórico, Pierre Norra, realiza os seguintes apontamentos:

Pouco antes da guerra de 1870, a *Revue critique d'histoire et de littérature*, fundada em 1866, a exemplo de *Historische Zeitschrift*, criticava Fustel de Coulanges, autor de *Lá Cité Antique* (1864), por não ter procedido a uma análise suficientemente séria dos fatos e detalhes; no entanto, a confirmação da nova história “científica” ocorreu apenas com a criação da *Revue historique* por G. Monod e G. Fagniez, em 1876, e com a nomeação de E. Lavissee como diretor do Departamento de história na Sorbonne.²⁶

Inserindo as revistas nesse contexto de dispositivo de afirmação de um determinado grupo, pode-se afirmar que, nesse panorama, os periódicos correspondem à representação de um *poder simbólico*, que estando em permanente movimento e mutação busca meios de se consolidar como hegemônico dentro de uma determinada área do saber. Esse contexto de fortalecimento dos periódicos dar-se, segundo José Carlos Reis²⁷, pois, “todo historiador quer escrever uma nova história, quer oferecer um ponto de vista mais abrangente e mais seguro.”

Dado o exposto, elegeram-se as revistas de história, em detrimento a outros objetos, por entender que uma leitura, e análise, mais apurada das mesmas possam contribuir de maneira sistemática para uma compreensão mais ampla dos caminhos que tomaram a história e a historiografia, e para uma história da história que vai além dos grandes personagens que “construíram” as ferramentas, as técnicas, os métodos e as teorias da história, mesmo compreendendo que “nesse caso, também

In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. V.5. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 8). Assim, “não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a *máquina de guerra* como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar [...] o Estado por si só não tem máquina de guerra; esta será apropriada por ele exclusivamente sob forma de instituição militar, e nunca deixará de lhe criar problemas.” (idem, p. 10). Então essa “forma de exterioridade da *máquina de guerra* faz com que esta só exista nas suas metamorfoses, ela existe tanto numa inovação industrial como numa invenção tecnológica, num circuito comercial, numa criação religiosa, em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelos Estados senão secundariamente.” (idem, p. 18). Dessa forma conclui-se que, no pensamento de Deleuze, a *máquina de guerra* está relacionada a qualquer tipo de interação humana, passível de conflitos diretos por interesses e por poder em um determinado segmento social. Por fim, pode-se definir como *máquina de guerra* todos os meios, ou ferramentas, criados em uma relação conflituosa entre duas ou mais partes visando, de alguma maneira, subjugar o adversário.

²⁶ NORA, 1986, *apud*, PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 34.

²⁷ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 11.

se deveria levar a sério a noção de “ação humana”, cabendo, então, o questionamento do ator “responsável” por essa própria evolução”²⁸.

A seleção desse tipo de publicação torna possível responder questionamentos como o proposto por Helenice Rodrigues da Silva, quando a autora levanta dúvidas sobre as mudanças nos panoramas paradigmáticos²⁹ e identidade dos intelectuais:

Mutações e guinadas intelectuais, falência de modelos de referencia, efeitos sobre diferentes culturas nacionais, etc. Como determinar, então, os deslocamentos epistemológicos disciplinares e transdisciplinares? Estariam eles ligados ao **zeitgeist**, aos **habitus** intelectuais, aos “**ethos filosóficos**”, aos **épistémès**, às “**estruturas mentais**” ou simplesmente aos avanços do conhecimento e/ou contexto histórico de produção?³⁰

Além do exposto, considera-se que os periódicos, pela sua longevidade, possam contribuir para uma leitura mais apurada das nuances que cercam a escrita da história, afinal “uma explicação dos paradigmas epistemológicos exige uma melhor compreensão de sua dimensão cronológica, das causas que o tornam obsoletos e da intensidade da mudança provocada pelo seu desaparecimento”³¹. Tal análise se torna possível dada à multiplicidade e alcance desse modelo de publicação, como afirmam Diogo da Silva Roiz e Jonas Rafael dos Santos. Para os referidos autores

As revistas especializadas, não por acaso, são um dos principais canais para o escoamento da produção de ponta de qualquer campo do conhecimento. Sendo mais ágeis do que os livros e teses, os periódicos trazem debates sempre atuais, e, por isso, são considerados os locais mais adequados para debates bibliográficos, balanços de diferentes áreas de pesquisa, troca de ideias (entre profissionais, das mais diversas formações) e a consequente construção do saber.³²

Logo, visando melhor compreender essas relações de lugar, práticas, linguagens e poder que está presente na chamada, por Michel de Certeau, de operação historiográfica, há de se utilizar como objeto, mais especificamente, a *Revista de História*, que inicialmente foi editada e coordenada pelo Professor Eurípedes Simões de Paula (professor da cátedra de História antiga e medieval da Seção de História da Universidade de São Paulo), e que anos mais tarde (1983), passou, de maneira

²⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papyrus, 2002, p. 30.

²⁹ Cf. MELLO, Ricardo Marques. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História, 1981 – 2000**. 2012. 125 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

³⁰ SILVA, 2002, p. 30.

³¹ *Ibidem*, p. 30.

³² ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira**: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

definitiva, para a alçada do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Com sua primeira edição datada do ano de 1950, e hoje com mais de 170 números editados, além de uma gama de números especiais³³, a *Revista de História* é um dos periódicos acadêmicos mais longevos do país, e durante toda sua existência, 66 anos até o presente momento, foi espectadora de diversas mudanças e nuances da historiografia brasileira.

Dos professores das missões estrangeiras, que compuseram o quadro docente da USP na década de 1930³⁴, ao atual debate sobre a crise epistemológica da história e a pós-modernidade, a *Revista de História*, de alguma forma, fez-se presente. Logo, essa revista ou periódico acadêmico é uma “testemunha ocular” da história da História no Brasil, das correntes e da pesquisa histórica e, principalmente, das disputas de força entre os membros das recentes *escolas históricas universitárias brasileiras* e os antigos autodidatas dos institutos históricos.

Dada a complexidade do momento e do lugar que as revistas ocupam na consolidação da produção historiográfica, não se pode deixar de salientar o quão laborioso é a análise de periódicos técnicos e científicos, que ao contrário da História da Historiografia tradicional previamente delimitada em seus recortes de: temáticas, personagens, períodos específicos, espaço, e tempo; possui o desafio de analisar todas essas informações, afinal a multiplicidade e o intercâmbio de publicações é o que caracteriza esse modelo de publicação ao mesmo tempo tão singular, visto do ponto editorial, e múltipla pela diversidade de publicações e autores.

Assim, essa análise buscou o caminho mais fatigante ao acessível quando se propôs embrenhar-se nas páginas da *Revista de História*, ferramenta criada não somente para divulgar os resultados de pesquisas em História, mas também, para afirmar uma nova forma de poder intelectual que vinha crescendo e se consolidando, tanto no curso de Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

³³ Além da publicação seriada do periódico, o Prof. Eurípedes Simões de Paula também se preocupou em lançar uma série de números especiais da *Revista de História*. Em 1975 a *Coleção Revista de História* contava com sessenta e duas obras, além de dois volumes com os índices gerais da *RH* e 8 volumes com os *Anais dos Simpósios da Associação Nacional dos Professores Universitários de História* (ANPUH), totalizando assim setenta e dois (72) volumes complementares. Nessa análise, especificamente, abordar-se-á somente a publicação seriada principal, ou seja, as revistas.

³⁴ Conforme informado a data de surgimento da *Revista de História* é do ano de 1950, no entanto, no editorial do primeiro número, o Professor Eurípedes Simões de Paula deixa bem claro que o projeto de criação da Revista data do ano de 1937.

Universidade de São Paulo como na recém-criada Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo, que institucionalmente buscavam rivalizar com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com seu congênere o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pela hegemonia no campo histórico.

Para auxiliar na compreensão das etapas de construção dessa operação historiográfica, proposto por Certeau, utilizou-se como arcabouço teórico o *conceito de campo* proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Para Bourdieu, o *conceito de campo* está intrinsecamente ligado à ideia de *poder simbólico*³⁵, que se constitui sobre a formação de estruturas – denominadas de estruturantes ou estruturadas – e fundamentado no *habitus*, também denominado *capital específico*. Para a constituição de campos em determinadas áreas da sociedade, a autoridade é legitimada pelo conhecimento adquirido sobre um determinado assunto ao longo do tempo, outorgado por uma parcela significativa da sociedade, que considera esse grupo específico detentor de um saber em um determinado segmento (*habitus*). Entre os diversos *campos* existentes e legitimados, ou que buscam essa legitimação, estão os *campos: religioso, político, jurídico, artístico, intelectual e o científico*.

Para Bourdieu o *campo* é invariavelmente o lugar de embate entre os detentores do poder e por aqueles que buscam ascender no grupo. Esse embate entre os membros do próprio campo e a imposição das realidades criadas sobre a sociedade é classificado pelo sociólogo como *violência simbólica*³⁶, que assim como o conceito de *máquinas de guerra* de Gilles Deleuze, busca, de alguma forma, aplicar sobre os possíveis concorrentes todo o seu poder e influência para obter ou se manter em posição privilegiada.

O *campo* é visto como um local com um conjunto de leis gerais do universo social,

³⁵ “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.8).

³⁶ “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.” (*Ibidem*, p. 11).

porém, possui especificidades que rege uma determinada prática ou atividade³⁷, assim, possuindo as regras básicas e gerais que determinam uma sociedade estruturada e complexa e sendo detentora de normas, práticas, e costumes específicos pode-se determinar a qual *campo* o indivíduo ou instituição esta imerso, seja o *campo político*, *campo religioso* ou, em nosso caso especificamente, o *campo científico*, que segundo o Sociólogo pode ser caracterizado da seguinte forma:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que é socialmente outorgada a um agente.³⁸

Logo:

O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre os agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis. Em todo o campo se põem, com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura da distribuição do capital no campo, os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo.³⁹

Buscando legitimar os aspectos apontados por Pierre Bourdieu no que concerne a lutas internas pela hegemonia no *campo científico*, há de se apropriar da análise de Antoine Prost sobre a inserção dos *Annales* no *campo histórico* na década de 1930. Para Prost,

Os *Annales* empreendiam o combate em duas frentes: por um lado, ataque contra a concepção dominante da história, o que correspondia a uma disputa leal, uma vez que seus representantes se encontravam em competição com os partidários dessa história para obter a **hegemonia no campo da disciplina**; por outro, reivindicação para a história de uma posição privilegiada no campo das ciências sociais ainda em via de estruturação⁴⁰.

Então, visando dar uma maior ênfase na conceituação de campo científico e do lugar ocupado pelos membros constitutivos dessa estrutura, Bourdieu realiza os

³⁷ Cf. BOURDIEU, 2004b, p. 20 – 21; BOURDIEU, 2004c, p. 29.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983, p. 122.

³⁹ *Ibidem*, p. 136.

⁴⁰ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. *Op. cit.*, p. 40.

seguintes apontamentos:

Todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se num primeiro momento, descrever um espaço científico ou espaço religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação. Os agentes – por exemplo, as empresas no caso do campo econômico – criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram. [...] Nessas condições, é importante, em seguida, para a reflexão prática, o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, para empregar ainda a metáfora “einsteiniana”, os princípios do campo. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista, etc.) se estamos em condições de nos referirmos a posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala”. [...] Essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. [...] É preciso dizer, por outro lado, que, por muito versado que possa ser na “gestão de redes”, as oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campos aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital.⁴¹

Por fim, optou-se pela utilização desse conceito de *campo científico* de Pierre Bourdieu, por ele ser complementar a *operação historiográfica*⁴² de Michel de Certeau, perspectiva metodológica de análise que irá nortear essa pesquisa. O primeiro auxiliará na compreensão sobre a constituição das instituições científicas de história e como as mesmas se firmaram, e o segundo contribuirá para a análise do periódico utilizando de seus três pilares procedimentais.

O primeiro pilar da operação de Michel de Certeau a ser adotado é o das práticas do

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004b, p. 22 – 25).

⁴² “Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.” (CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2011).

historiador. Esse será composto pela análise da constituição e solidificação do ofício do historiador no Brasil, o caminho percorrido por essa disciplina até a institucionalização dos cursos de graduação em História nas universidades brasileiras e principalmente, os embates entre as correntes teóricas. O segundo pilar procedimental da *operação historiográfica* é o do lugar social. Esse contribuirá para o procedimento de análise da conjuntura em que a *Revista de História* foi criada, discorrendo sobre a constituição e expansão do sistema universitário brasileiro, visando apontar as principais características do primeiro curso Universitário de História, surgido em 1934, na Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

E por fim, o terceiro pilar, é o da escrita. Busca-se contemplar quais eram as principais metas e preocupações dos editores do periódico no que se refere à escrita. Quais os principais temas publicados, e quais eram as influências que agiam sobre a escrita da história nesse periódico sexagenário. Analisar-se-á nesse momento a própria revista, que será desmembrada em: palavras chave, recorte temporal, temático, espacial, autores, universidades e instituições, editores, e períodos de produção.

Dado o exposto, e visando apresentar argumentos que corroborem a perspectiva de que os periódicos constituem ferramenta essencial para a compreensão da constituição de modelos historiográficos, e para a consolidação de grupos específicos, a análise seguirá na seguinte linha: de posse de um *capital intelectual* significativo, o primeiro capítulo focará na solidificação da prática do ofício de historiador no Brasil, dessa forma abordar-se-á o surgimento do *campo da ciência histórica*, e a constituição de novas estruturas, como proposto por Bourdieu. Para a análise desse momento há de se discorrer sobre alguns dos atores sociais que estiveram envolvidos nessa trajetória.

Após um relativo avanço na pesquisa histórica brasileira, o segundo capítulo há de abordar o *lugar social* em que a *Revista de História* foi criada e está inserida, ou seja, a constituição do sistema universitário brasileiro e do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. Ao seguir nessa linha, o da institucionalização e surgimento do curso de História nessa Faculdade, será possível compreender a constituição do *capital científico* específico

ou *habitus*, como proposto por Bourdieu.

Já o terceiro capítulo tratará da escrita. Demonstrando nesse último capítulo os dados obtidos da análise da *Revista de História* ao longo de toda a sua publicação. Informações que podem ilustrar os caminhos pelos quais a produção historiográfica brasileira seguiu durante a trajetória de sua constituição. Nesse momento aplica-se o conceito de *poder simbólico* desenvolvido, também, por Pierre Bourdieu. A utilização desse conceito tornará possível a compreensão de que os periódicos são elementos constitutivos primordiais, e até mesmo essenciais, na solidificação e institucionalização do conhecimento histórico contemporâneo.

Dessa maneira optou-se pela elaboração de uma análise mais ampla, partindo da consolidação de campos específicos, expansão desses referidos e finalmente a apropriação e apreensão, por parte de sujeitos políticos centrais no processo de afirmação de um determinado *habitus*, de ferramentas que exerçam o papel de legitimação e divulgação das perspectivas desse determinado *campo*, as revistas. Afinal, como proposto por André Burguière⁴³, “o historiador está inserido em uma rede complexa de relações universitárias e científicas, cujo pretexto é a legitimação de seu saber – ou seja de seu trabalho – e a preeminência de sua disciplina.”

Assim, o caminho seguido para a construção linear da análise se justifica principalmente por dois elementos centrais. O primeiro elemento é de caráter teórico-metodológico, pois tanto para Pierre Bourdieu, quanto para Michel de Certeau, os elementos de construção de um determinado seguimento do saber dão-se por três fatores, sendo para o primeiro os seguintes: *habitus, campo e poder simbólico*; já para o segundo autor: *lugar social, uma prática e uma escrita*.

Logo, visando dar vazão a cada um desses conceitos construiu-se uma análise em três capítulos, elucidando em cada um deles, a relevante contribuição dada por cada um desses elementos no processo de surgimento, expansão, “modernização” e afirmação do historiador.

O segundo elemento dorsal eleito como necessário para o processo de legitimação de uma prática e que, de uma maneira geral, compõe, permanentemente, o quadro

⁴³ BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. **Annales. Économies, sociétés, civilisations**, ano 34, n. 6, p. 1347 – 1359, 1979, p. 1353.

de expansão de um determinado saber, é a presença marcante, e inegável, de personagens “político-acadêmicos” que hão de “ditar”, às vezes de maneira direta e em outros casos indiretamente, as regras e normas que regem uma determinada prática, e no caso aqui apresentado, elegeu-se Eurípedes Simões de Paula, fundador e editor da *Revista de História*.

Eurípedes Simões de Paula foi eleito como personagem chave, no processo de afirmação do papel do historiador, pois o mesmo conseguiu embrenhar-se entre as frestas das etapas propostas por Bourdieu e Certeau. Ele foi aluno da primeira turma de formandos do curso de História e Geografia da FFCL – USP no ano de 1936, logo, ocupou um determinado *lugar social* que visava à construção de um conhecimento mais refinado da história, baseado em métodos e teorias, ou seja, um *habitus*.

Posteriormente Simões de Paula adquire um determinado capital institucional dentro da própria USP e dessa posição apóia a criação do Museu de Arte e Arqueologia, do curso de Estudos Orientais e da Associação dos Professores Universitários de História (APUH). Além disso, cria a Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo, assim sendo, ele participa do projeto de expansão de *uma prática*, contribuindo para a solidificação de um *campo*. E finalmente ele cria, em 1950, a *Revista de História*, definitivamente o seu maior legado. Com esse dispositivo, Eurípedes Simões afirma um novo modelo de *escrita da história*, representando, de maneira direta, o *poder simbólico* desse novo grupo de historiadores que surgiu nos anos de 1930 e que, em 1950 passou a ocupar largamente as cadeiras das universidades brasileiras.

De posse desses dois elementos centrais, tornou-se possível a reconstrução do processo que culminou com a criação da *Revista de História*, e do papel desempenhado por esse dispositivo como elemento de afirmação e legitimação de todos os conceitos propostos anteriormente.

Essa é a proposta. Discorrer sobre uma análise efetuada para além do texto escrito e publicado em periódicos técnicos brasileiros, no caso mais específico, da *Revista de História* da Universidade de São Paulo, que terá como aporte de análise Pierre Bourdieu com os conceitos de *campo*, *habitus* e *poder*⁴⁴, Gilles Deleuze com a

⁴⁴ Para Pierre Bourdieu o poder é um conjunto de ações e práticas legadas a um determinado grupo social ou indivíduo devido o fato desses possuírem relativo “conhecimento de causa” em um

perspectiva de *máquinas de guerra* e Michel de Certeau com a *Operação historiográfica (um lugar social, uma prática e uma escrita)* e os conceitos de *tática e estratégia*⁴⁵.

determinado assunto ou por serem geradores desse conhecimento específico. Esse poder absorvido é legitimado pela sociedade ou por pares em um determinado campo de atuação. É a ação do homem sobre o homem, legitimado pela aquisição de um grande capital específico (capital deve ser entendido como um conjunto de práticas, relações e bens e não somente no sentido direto da palavra dinheiro) em uma determinada área e que define claramente as relações de força nos micro e macro campos das relações interpessoais.

⁴⁵ O conceito de estratégia remete a práticas, que serão exercidas em longo prazo e que visam demarcar definitivamente um determinado lugar ou prática. Tal ação torna-se possível a partir do momento em que o estrategista obtém vantagens sobre tempo, espaço e saber específico. Já as táticas correspondem em respostas imediatas a ameaças que almejam conquistar um lugar já demarcado ou dominado. (CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 97 – 102).

The background image shows a pair of hands wearing white gloves, carefully holding a large, aged, yellowed scroll of paper. The scroll is partially unrolled, revealing its texture and color. Below the scroll, there is a stack of several thick, old books with yellowed pages. The overall scene suggests a historical or archival setting.

CAPÍTULO I:

HISTORIADOR, *UMA PRÁTICA.* A EXPANSÃO E ESTRUTURAÇÃO DE UM CAMPO.

Começa Lucien Febvre afirmando que a História é una. Realmente, só para efeitos didáticos é que costumamos dividi-la; daí, expressões como estas: história econômica, história social, história das ciências etc. Que será, pois, a História? Como a compreendermos? Para nós, História é o estudo cientificamente organizado das diversas atividades e das diversas criações dos homens d'outrora, examinadas no tempo e no espaço. A definição é um pouco longa, entretanto, é útil porque afasta, pelos seus próprios termos, falsos problemas.

Eurípedes Simões de Paula (1949)

1.1 – O campo como agente mediador de uma prática.

O que de fato legitima ou fomenta uma determinada prática profissional ou social? Segundo as proposições do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a profissão ou labor é “a atividade para qual o indivíduo se preparou”, logo, seguindo os apontamentos de Pierre Bourdieu, é a ação prática derivada de um determinado conhecimento previamente adquirido ou herdado, por ele denominado de *habitus*.

A posse de tal capital científico há de se refletir invariavelmente no que Michel de Certeau denomina de *uma prática*, um dos pilares do procedimento de construção da *Operação Historiográfica*, que será analisada, contestada e julgada por aqueles que se denominam iguais, ou, pessoas que possuem conhecimento na mesma área do saber, e que, por se tornarem “autoridades” nesse determinado saber, normatizam o conjunto de ações constituindo dessa forma o que Bourdieu denominou de *campo*.

A transformação da teoria do conhecimento em prática de elaboração e criação do mesmo saber é que rege o arcabouço de ações comuns a um determinado grupo. Assim, apesar do pensamento teórico se firmar como heterogêneo é a relativa homogeneidade da prática que caracteriza um determinado grupo, ou seja, agimos de maneiras similares em busca de resultados diversos. Michel de Certeau⁴⁶, exemplifica essa colocação afirmando que “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira.” Ou seja, “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das “neves eternas” o historiador faz outra coisa: faz deles a história”⁴⁷.

São essas aplicações teórico-metodológicas que permitem ao historiador a composição ou legitimação do campo do saber histórico. A aplicação prática desse conhecimento específico, adquirido previamente, é que dá ao sujeito as ferramentas para a elaboração do conhecimento, afinal, “a história é mediatizada pela técnica”⁴⁸.

No Brasil, consolidada, enfim, a instituição científica⁴⁹, coube àqueles que aqui se dedicaram à tarefa de *métier* da história a ampla propagação das novas técnicas e

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. *Op. cit.*, p. 69.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 67.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 65.

⁴⁹ “A instituição científica não dá apenas uma estabilidade social a uma “doutrina”. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina”. (CERTEAU, 2011, 53).

métodos de análise e constituição do saber histórico que até aquele momento encontravam-se ancoradas, a firmes ferros, ainda no século XIX. Dessa maneira, consistiu-se em tarefa primordial a esses novos historiadores brasileiros engendrarem novos métodos e técnicas, adaptar as teorias, e regular a prática da então ciência histórica brasileira, pautada, até aquele 1936⁵⁰, por aqueles denominados diletantes, ou seja, historiadores sem a devida formação específica e, principalmente, sem o reconhecimento do respectivo *campo científico*, afinal:

Cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital. [...] o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) **que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares–concorrentes no interior do campo científico.**⁵¹

Constituído, por fim, o *lugar social* que deveria ocupar o *campo científico* destinado a estudos históricos no Brasil, inicia-se o processo de expansão desse grupo ou segmento social. Gradativamente a massa de formados – tanto licenciados como bacharéis – vai tomando forma, tomando corpo. Dessa maneira, o *campo científico histórico* vai rapidamente se desenvolvendo e a autoridade sobre o *campo* se delineando, seguindo as proposições de Pierre Bourdieu. Proposições essas que defendem a seguinte premissa:

Todo campo, o campo científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico ou espaço religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação.⁵²

Explicitado dessa forma, compreende-se que a instrumentalização da pesquisa histórica constituiu-se como meio determinante para a expansão do campo, e para o fortalecimento da luta concorrencial entre os apaixonados pesquisadores dos Institutos Históricos e os recém estabelecidos na produção do conhecimento desse seguimento no Brasil.

Apesar de possuir normas, técnicas e modelos próprios para produção do saber histórico no Brasil do século XIX, os Institutos Históricos e Geográficos não se caracterizavam como elemento central na criação de um *campo* da disciplina História, pois diversas são as demandas e requisitos necessários a essa

⁵⁰ Ano da formatura da primeira turma do curso de Geografia e História da FFCL – USP.

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Rev. Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a, p. 26, **grifo nosso**.

⁵² *Ibidem*, p. 22.

“qualificação”, e a normatização ou disciplinarização das técnicas constitui somente um dos requisitos.

Reconhece-se que diversos ilustres compuseram as galerias desses grandes salões dedicados ao debate histórico, no entanto, existe um requisito central na difusão do ofício de historiador que esses espaços não puderam preencher, apesar do ousado plano proposto no artigo primeiro do Estatuto do IHGB, que é o de expandir o ensino de História. Dessa forma pode-se classificar a referida instituição como um embrião, um protocampo, da disciplina história no Brasil⁵³. Afinal,

A disciplina precede a escola, é claro; depois de seu desenvolvimento é que impõe a necessidade de formação que leva aos estabelecimentos especializados. O mesmo é aplicável a História. Houve grandes historiadores que não se formaram em escolas, que não as havia. Hoje, porém, a técnica historiográfica já é mais elaborada, é complexa, requer o ensino próprio.⁵⁴

Dessa forma, para constituir-se como *campo*, o interesse primeiro da instituição deve ser o alargamento dos horizontes de pesquisa e de composição do quadro de membros, logo, o *campo* deve, inexoravelmente, expandir-se e não se dedicar a uma centralização do conhecimento em um determinado grupo, como foi visto na composição dos Institutos Históricos.

Um *campo* está pautado na difusão cada vez maior do conhecimento produzido em seu interior e sua propagação se faz possível por meio da ampliação do número de membros desse grupo; a ocupação de espaços dedicados a prática científica e ao debate; e ao incentivo cada vez maior às pesquisas. Logo, a característica primeira do campo é que ele

traz em si mesmo as condições de sua própria reprodução. Isto inclui os meios de formação de novos integrantes (escolas, grupos formais, academias, universidades); inclui as instâncias de consagração. Responsáveis pela regulação do que é legítimo e o que é desvalorizado, ou

⁵³ Apesar de sempre contribuir e apoiar a instalação dos Institutos Históricos regionais, não é passivo de consideração que o IHGB seja uma instituição de criação do campo, pois o seu quadro societário sempre foi composto por personagens ilustres da política e da alta sociedade oligárquica e intelectual brasileira. Dessa forma, o ponto mais coeso a ser apoiado, nessa perspectiva, é que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro seja o protocampo do que a partir da década de 1930 será desenhado como campo histórico. Não é objetivo desse apontamento reduzir a significativa contribuição de tal instituição, da qual grandes nomes da historiografia participaram, mas sim delimitar as possibilidades entre os nomeados por Raquel Glezer, historiadores de vocação, ou aqueles que se dedicavam ao estudo do passado por “amor”, e os historiadores de formação, esses dedicados ao ensino, pesquisa e extensão da produção histórica.

⁵⁴ IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 88, 1971, p. 383.

seja, os ritos de instituição balizados e consagrados pelas instituições e dispositivos do campo, como as premiações, o auxílio e o fomento à pesquisa, os financiamentos de novos projetos e etc.; inclui as instâncias e os modos de seleção dos novos integrantes ou postulantes a tal, como os concursos, os sistemas e as regras de avaliação dos lugares disponíveis aos agentes.⁵⁵

Por esses e outros motivos, é que o momento da institucionalização universitária do ensino de História no Brasil é visto como o momento da criação do *campo científico* dedicado a essa prática, pois é a partir desse ponto que o quadro de pesquisadores, lugares sociais, métodos e técnicas, intercâmbios e, principalmente, produção do saber específico há de se desenvolver em níveis jamais antes vistos.

1.2 – “Fazer História” como um ofício.

Pensar a prática⁵⁶ do historiador remete a análises de métodos e técnicas que há muito já foram esquecidas, abandonadas. De Heródoto aos dias atuais vários foram os caminhos adotados por aqueles que se dedicaram ao estudo, ao registro, ao ofício de historiador.

Se inicialmente a prática da memória estava legada àqueles que a declamava, cantava – aedos, bardos, cancioneiros, repentistas –, o avanço da humanidade demandou pessoas e registros mais precisos e coesos, a fim de legar a posteridade os fatos, ações e a identidade de um lugar ou de um povo. Essa demanda surge, pois a arte não mais dava vazão necessária a esse registro e a memória não poderia ser mais o único lugar dos heróis.

Em muito nos diferenciamos hoje daquela História de Heródoto. Saímos da exclusividade do gênero descritivo, banhado com louros dos grandes heróis para uma chamada história problema, que questiona e analisa ações do passado para compreender o presente. Há muito se abandonou a história “necropsia”, ou, aquela

⁵⁵ MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus**, Brasília, n. 2, p. 255 – 273, 2011, p. 261, **grifo nosso**.

⁵⁶ Entenda-se como prática o conjunto de técnicas e regras que auxiliam o historiador na produção do conhecimento histórico. Dada a complexidade do termo **prática**, e a profundidade do debate em torno desse expediente, vê-se como necessário trilhar por esse caminho visando dar notoriedade ao conjunto complexo de ações e atividades que permearam o caminho da pesquisa histórica no Brasil, principalmente entre os anos de 1838 e 1942, período que compreende a criação do IHGB, do modelo de escrita ensaística que atingiu seu ápice com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., além de ser o momento da institucionalização das primeiras universidades brasileiras possuidoras do curso de graduação em História.

destinada exclusivamente à memória dos mortos. Compreende-se a impossibilidade de uma história total e adota-se a perspectiva globalizante. A história dos personagens e heróis políticos deu lugar, principalmente após a Revolução Francesa, a uma história social. A nação foi repensada e o lugar social, carregado com suas especificidades e regionalismos, entra em voga. Esses são alguns dos momentos de ruptura na prática dos profissionais dedicados ao estudo do passado.

1.2.1 – Erudição e autodidatismo na produção histórica brasileira.

No Brasil, esse gênero científico passou rapidamente por diversas mutações e em um espaço de tempo muito mais curto se comparado aos franceses, ingleses, alemães, entre outras nações. Possuindo o seu gênero histórico dominado inicialmente por cronistas e viajantes⁵⁷ o Brasil somente possuiu produção histórica própria, a partir de sua Independência no século XIX.

Com o surgimento da nova nação, diversas foram as preocupações que cercaram a nova elite dirigente do país. Da regulação do poder à manutenção da integridade territorial, muitos eram os assuntos a serem debatidos nesse país continental. Com o surgimento de movimentos separatistas pós-independência,⁵⁸ entra em cena a necessidade de se debater a ideia de identidade e nacionalidade, com fins de inculcar no “povo brasileiro” a perspectiva de integração nacional por meio da ideia de nação brasileira⁵⁹.

Nesse contexto de debates e insurreições, surgiu uma instituição que se apropriará do discurso histórico para embasar essa perspectiva centralizadora de unidade e nação em detrimento da perspectiva regional e federalista por muitos almejada, é fundado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No discurso declamado por Raymundo José da Cunha Mattos exaltando a proposta de criação da referida instituição, percebe-se claramente que ele e os demais elementos da

⁵⁷ Cf. Teresa da Baviera, Saint-Hilaire, Maximiliano, Debret, Hans Staden.

⁵⁸ Cf. Confederação do Equador (1823 – 1824), Cabanada (1832 – 1835), Federação dos Guanais (1832), Cabanagem (1835 – 1840), Revolução Farroupilha (1835 – 1845), entre outras.

⁵⁹ A ação dessa elite política “regressista” demonstrou-se em variados aspectos, todos tendentes a reforçar a autoridade central e a garantir a monarquia constitucional: reação as revoltas regionais, Lei Interpretativa do Ato Adicional, reforma do Código de Processo Criminal. A fundação do Instituto insere-se nesse processo e, por isso, os textos são muito claros na defesa da Monarquia constitucional e do sistema unitário como regime político ideal para o país. (WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

elite imperial, que estavam à frente de tal empresa, visavam à busca pela formação de um sentimento de brasilianismo nas elites, tanto nacionais – lotadas no Rio de Janeiro, principalmente no Paço Imperial – como locais – que estavam à frente do governo de províncias e do poderio econômico. São essas as palavras de Cunha Mattos:

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a história e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao **esclarecimento de todos os Brasileiros**.⁶⁰



FIGURA 1: Silogeu. Sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Construído na década de 1910 e demolido na década de 1970. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/images/fpss/fpss-home-silogeu.jpg>. Acesso em: 16.04.2016.

Por fim, institucionalizado o IHGB, diversas foram as práticas de seus membros. Apoiados nas bases fundamentais do seu regimento, os ditos historiadores da primeira metade do século XIX no Brasil, buscaram principalmente “colligir e

⁶⁰ MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: proposta. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 1, 1839, p. 5, **grifo nosso**. Destaca-se “[...] o esclarecimento de todos os Brasileiros” por dois motivos principalmente. O primeiro é a perspectiva criada por Raymundo José da Cunha Mattos de nação brasileira, pois ao finalizar com essa colocação o mesmo deixa a entender que existe essa idéia de nação brasileira e que ela é consensual. O segundo motivo é o direcionamento do discurso que também está presente na idéia de “[...] todos os Brasileiros.” Como pode o Marechal Mattos buscar dá entendimento a todos os brasileiros daquele momento se somente uma ínfima parcela da sociedade era letrada? O “Brasileiros” destacados com letra maiúscula remonta a perspectiva de que o mesmo está se dirigindo aos membros ilustres da sociedade brasileira do período. Membros esses que estavam frente à classe político-econômica e intelectual do Brasil naquele 1839.

methodisar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”⁶¹, que pudessem, principalmente, remontar a história da nação. Nessa vertente, Lucia Maria Paschoal Guimarães, defende que “tratava-se, portanto, de *inventar as suas tradições*”⁶². Segundo Lilia Moritz Schwarcz

Criado logo após a independência política do país, o estabelecimento carioca cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como aos demais Institutos Históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.⁶³

De posse dos documentos, das cartas geográficas e de diversos outros objetos e artefatos oriundos de várias partes do Brasil, o IHGB parte para uma segunda fase de ação. Deixando para trás a função de “arquivo da nação”⁶⁴, o Instituto passa a se preocupar com uma coisa fundamental para aquele conturbado momento em que se encontrava a jovem nação: Como se deve escrever a história do Brasil?

Percebe-se com isso, três distintos questionamentos em uma única sentença. O primeiro é da ordem social. Como fazer uma história do Brasil tendo em vista a diversidade racial? O segundo é de ordem metodológica, como tratar todos esses itens arrecadados e escrever a história do Brasil? E por fim, o de ordem cultural, pois, após reunir diversos itens pelo Brasil, os membros do Instituto Histórico “perceberam” que realmente existia uma grande diversidade cultural e uma ausência do sentimento de igualdade nacional, então, como escrever essa história?

Em posse de um projeto de construção de identidade e de nação, a resposta parecia inicialmente óbvia. Se um dos objetivos do IHGB era a criação de uma história nacional, que desenvolvesse um sentimento de união e nação brasileira, então seria

⁶¹ MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. **Sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Op. cit., p. 6.

⁶² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938)**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007, p. 116.

⁶³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99.

⁶⁴ Tendo por finalidade a criação de uma identidade nacional e o fortalecimento da integridade territorial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apoiou, patrocinou e realizou buscas em diversas províncias, com vistas a reunir o maior número de documentos históricos e geográficos possíveis. Outra forma de “produzir” conhecimento sobre a composição do Brasil foi o patrocínio a expedições científicas que tinham como principal objetivo a elaboração de relatórios descritivos sobre a flora, fauna, geografia, etnografia, economia entre outros assuntos de relevância para a nação. Inúmeras foram as doações de itens e documentos de caráter histórico destinadas ao IHGB. Porém, posteriormente esses mesmos bens e documentos passaram a ser remetidos, obrigatoriamente, para o Arquivo Nacional (inicialmente denominado Arquivo Público do Império), outra instituição criada em 1838 com vistas a preservar a história e a memória do Brasil. Para maiores informações a respeito da trajetória do Arquivo Nacional acesse: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>

esse o caminho em que deveriam manter o foco, o de identidade nacional e nação brasileira sem ignorar a diversidade “descoberta”. Adotou-se então a vertente etnográfica como maneira de responder àquela demanda: como se deve escrever a história do Brasil? Com essa perspectiva, importava ao IHGB,

Engendrar, por meio da história, a **memória da nação**, selecionando e articulando de modo coerente os seus acontecimentos “significativos”, ao mesmo tempo em que se excluía, ignorava, apagava as lacunas e fissuras que contestassem a lógica de sua organização. Em sua missão política e intelectual, o Instituto acreditava assim dotar o país, jovem e perigosamente multifacetado, de um passado comum, que seria referência tanto para a preservação de seu corpo político-territorial quanto da elaboração da identidade nacional.⁶⁵

Dentro dessa linha de abordagem, as raças constituem parte primordial da escrita da história brasileira, pois “a idéia era correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento das três raças que o compunham”⁶⁶. Porém, com a adoção desse modelo de abordagem a cultura é legada ao esquecimento tendo em vista que esse quesito poderia jogar por terra todo o discurso até então defendido e difundido, levando a um fortalecimento do debate federalista e descentralizador em voga no período.

Um dos maiores expoentes dessa vertente etnográfica de pesquisa no Brasil, no período do referido questionamento, foi o sócio correspondente do IHGB, na Baviera, Karl Friedrich Philipp Von Martius. Membro da comitiva que acompanhou a arquiduquesa D. Leopoldina D’Áustria em 1817, Von Martius tornou-se um dos maiores pesquisadores sobre a botânica brasileira, dedicando a esse assunto diversos trabalhos⁶⁷ ao longo de toda a sua vida e tendo como sua obra magna *Flora Brasilienses* (1840). Entretanto, é sua significativa contribuição no ramo etnográfico que marcou definitivamente a presença de Martius na galeria daqueles que se dedicaram a construção de uma prática histórica no Brasil.

Segundo José Honório Rodrigues:

Na etnografia e na lingüística indígena destacam-se especialmente *Das naturell, die Krankheit, das Artzthum und die Heilmittel der Uberwohner*

⁶⁵ FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras**. A coleção de documentos brasileiros e as transformações da historiografia brasileira. 2006. 220f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 20, **grifo do autor**.

⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. *Op. cit.*, p. 112.

⁶⁷ Cf. *Genera et species palmarum*, 5 vol. (1823); *Nova genera et species palmarum* (1823 – 1832); *Flora Brasilienses* (1840).

Brasiliens (1844), considerada por Herbert Baldus a melhor, ou, pelo menos, a mais completa do gênero; as *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens* (1867); e a *Glossaria Linguarum Brasiliensis* (1863). Nas *Beiträge* sustentava Martius idéias consideradas hoje insustentáveis, mas, ao mesmo tempo, iluminava a tosca divisão dos índios do Brasil em Tupi e Tapuia, apresentada desde o século XVII por Simão de Vasconcelos. Estabelecendo uma nova classificação em 8 grupos, Martius podia ser chamado, segundo sustenta Herbert Baldus, "o fundador da etnografia brasileira, por ter sido o primeiro a dar uma sinopse etnográfica, não somente de uma faixa mais ou menos larga do litoral, como [o] fizeram seus predecessores, mas do Brasil inteiro, considerando condignamente também as tribos até então tratadas como Tapuias, investigando 'extensivamente' além das línguas, numerosos outros aspectos sociais e culturais, e abrindo, com tudo isso, os alicerces para o estudo científico das populações índias deste vasto país".

Martius foi, assim, para o chefe da Seção de Etnografia do Museu Paulista, o primeiro grande sistematizador da etnografia brasileira, apesar das deficiências que hoje se podem notar em sua obra. Para Baldus, ainda, Martius, com Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich são os três principais iniciadores da etnologia brasileira do século passado. Martius sustentava, nas *Beiträge*, que os americanos não são selvagens, mas asselvajados e de caídos. Para Baldus, durante os três anos em que Martius percorreu o interior do país, de São Paulo ao Maranhão, subindo o Amazonas, ficou conhecendo índios de numerosas tribos, mas geralmente indivíduos isolados de sua cultura originária e muito influenciados pelo contacto com os brancos, ou tribos que sofreram consideravelmente essas mesmas influências. Foram tais índios que serviram de base à formação de determinadas hipóteses do grande botânico. "Apesar de considerar o Brasil etnograficamente um enorme formigueiro, com migrações internas sem cessar, Martius fez urna classificação dos índios que marcou época e serviu aos trabalhos de K. Von den Steinen e Ehrenreich".⁶⁸



FIGURA 2: Karl Friedrich Philipp Von Martius (1811 – 1879). Disponível em: <http://www.botanischestaatssammlung.de/grafik/martius2.jpg>. Acesso: 16.04.2016.

Assim, o texto “*Como se deve escrever a história do Brasil*” proposto por Von Martius ao IHGB no ano de 1845 e publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* é para a historiografia um marco metodológico na maneira de se pensar e

⁶⁸ RODRIGUES, José Honório; MARTIUS, Karl Friedrich P. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista de História da América*, n. 42, 1956, p. 434 – 435.

se “fazer” história no Brasil, para José Honório Rodrigues:

Qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que ai concorreram para o desenvolvimento do homem. São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobro ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças dessas três raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.

Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstancias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo nascer e desenvolver-se da reunião e do contacto de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais.

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na historia antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.⁶⁹

Com os apontamentos acima destacados, pode-se perceber a indicação de um modelo de escrita da história baseada e elaborada sobre os alicerces da etnografia. Segundo as proposições, a história do Brasil deveria ser escrita partindo da composição étnica da nação e as respectivas contribuições das raças que por aqui de assentaram na formação da nova pátria.

Ainda pensando o desenvolvimento de uma história do e no Brasil, Von Martius parte para a estética do trabalho. Martius admira o esforço realizado, principalmente, pelos cronistas que até então elaboraram grandes efemérides sobre o Brasil e suas províncias⁷⁰. No entanto, o mesmo indica que esse modelo de escrita minimalista e dedicada a memorização de datas e mais datas deve ser definitivamente abandonado! Para Von Martius:

Sobre a forma que deve ter uma historia do Brasil seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem de mais de certo espírito de crônicas. Um grande número de fatos e circunstancias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se

⁶⁹ RODRIGUES, José Honório; MARTIUS, Karl Friedrich P. Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. *Op. cit.*, p. 442 – 443.

⁷⁰Cf. DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história chronológica, synopses e estatística**. Vitória: Typographia do Espírito-Santense, 1879. PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (Barão de Rio Branco). **Obras do Barão de Rio Branco VI: Efemérides Brasileiras**. 2 vol. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

desvaneceram sem deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há-de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados, &.; ou uma escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, e cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa? – tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluído.⁷¹

Passada esse período de “criação” e adaptação de uma metodologia, teoria da escrita e prática do ofício de historiador no Brasil, inicia-se na segunda metade do século XIX, outro ciclo da produção histórica tendo Francisco Adolfo Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) como seu maior exponencial.

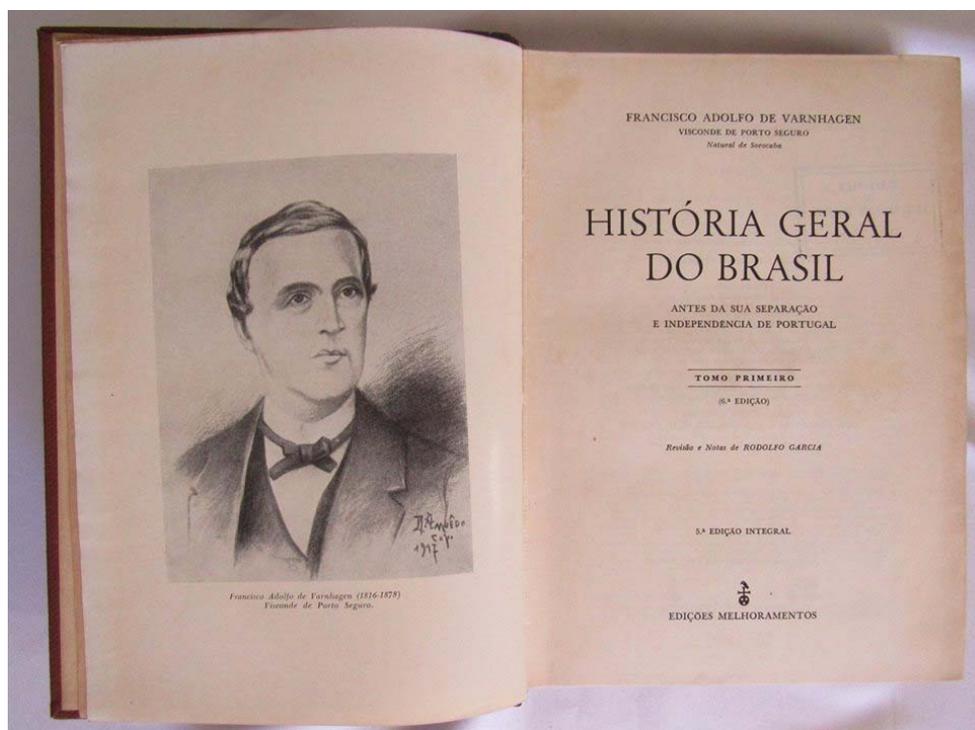


FIGURA 3: Contracapa da obra *História Geral do Brasil* (6 ed.) de Francisco Adolfo Varnhagen. Em destaque temos a gravura do Visconde. Acervo do autor.

Francisco Adolfo Varnhagen tornou-se personagem emblemático no Brasil não somente pela sua longa e ativa vida política durante o Brasil Império, mas também, por contribuir de maneira significativa para a história do Brasil⁷². Utilizando de seu

⁷¹ RODRIGUES, José Honório; MARTIUS, Karl Friedrich P. Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. *Op. cit.*, p. 454 – 455.

⁷² Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Amador Bueno. A corôa do Brasil em 1641**: drama épico-histórico americano (1858); **As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil** (1843); **Cancioneirinho de trovas antigas...** (1870); **Carta ao sr. dr. L.F. da Veiga acerca do autor das 'Cartas Chilenas'**(1867.); **Da literatura dos livros de cavalarias**. (1872); **Épicos brasileiros**. (1845); **Florilégio da poesia brasileira**. (1946); **História completa das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. (1871); **História Geral do Brasil**. (1857, 2 vol.); **O Caramuru perante a história: Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (1848); **O descobrimento do Brasil**.

cargo de embaixador coletou e transportou inúmeros documentos de significativo valor histórico para a nação, que se encontravam dispersos por diversos países da Europa e América. Com esses atos ele contribuiu para a função de coleta e arquivo do IHGB, mas foi sua obra *História Geral do Brasil em dois volumes (1854 – 1857)* que marcou definitivamente o nome e a trajetória do Visconde de Porto Seguro na história dessa disciplina no Brasil. Para Renilson Rosa Ribeiro, Varnhagen “foi um dos maiores artífices de uma visão histórica que perdura até hoje, tanto nos livros didáticos quanto no imaginário nacional”⁷³. Varnhagen se tornou um novo marco na historiografia brasileira. Político influente e em permanente contato com o Imperador, obteve diversos subsídios mirando a expansão da produção histórica do Brasil.

Outro ponto que levou Adolfo Varnhagen à vanguarda da História, no Brasil, foi que, apesar de membro do IHGB, ele permanecia em constante desentendimento com os demais membros do Instituto. Segundo Arno Wehling, a origem desse desencontro entre os ilustres dessa casa é de ordem, principalmente, teórico-metodológica, pois,

Os fundadores do Instituto Histórico, como também Martius, filiavam-se ao historicismo filosófico do século XVIII, na sua versão pronaturalista francesa, que encontramos de Montesquieu e Voltaire até Condorcet e Kant, em fins do século.

Influenciados por esta aplicação historicista do pensamento newtoniano, dele recusavam em geral apenas os excessos mecanicistas, aceitando os fundamentos mais significativos desta interpretação da realidade: a idéia da existência de leis naturais e a possibilidade de previsão da histórica, tão claramente enunciadas por Januário da Cunha Barbosa.

Varnhagen pertenceu a outra geração, já influenciada pelo romantismo e pelo clima de desconfiança em relação às soluções políticas oriundas do racionalismo da revolução. Ademais, ao contrário de São Leopoldo, que era um jurista, e Januário, um professor de filosofia, Varnhagen foi um historiador profissional, convicto da inadequação das generalizações filosóficas e da importância de pesquisa documental para um trabalho consistente.

Varnhagen, portanto, não era mais, como aqueles, um historicista filosófico. Seu perfil e sua obra correspondem ao historicismo romantico-erudito, a que os historiadores alemães das idéias, desde antes de Meinecke, denominaram historicismo.⁷⁴

Dessa maneira, se os fundadores do IHGB tinham suas concepções teóricas ancoradas em um Iluminismo francês do século XVIII, regado com fartos goles de romantismo e tendo como norte a história mestre da vida, a geração subsequente à

(1840); **Sumé**.(1855); **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. (1938); **Trovas e cantares de um códice do XIV século**. (1849).

⁷³ RIBEIRO, Renilson Rosa. O Brasil “inventado” por Varnhagen. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 2009, p. 4.

⁷⁴ WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 44 – 45.

formação/concepção da mesma instituição há de flertar com o racionalismo alemão do século XIX⁷⁵, e foi isso, segundo Antônio Paim, que definiu o modelo historiográfico de Varnhagen. Para Antônio Paim:

Creio que não seria simplificação grosseira, assinalar que o eixo central da nova visão da história, conhecida com a indicada denominação, seria superar a visão escatológica, segundo a qual obedeceria a um desígnio da providência, sendo ademais passível de previsão. A superação em apreço deu origem à importante linhagem que remonta a Giambattista Vico (1668/1744), apropriada pelos alemães, a partir de Johann Gottfried Herder (1744/1803). Sua obra básica – *Idéias para a filosofia da história humana* –, publicada em quatro volumes entre 1784 e 1791 – iria influenciar grandemente a historiografia do ciclo subseqüente, marcado pelo apogeu dos grandes filósofos Kant e Hegel. A estrela que despontaria sobretudo na década de trinta, quando Varnhagen forma o seu espírito, seria Leopold Von Ranke (1796/1886), a quem coube a tarefa de difundir a idéia de que era preciso documentar as afirmações acerca dos acontecimentos históricos.⁷⁶

Porém, há uma fenda profunda na obra de Varnhagen que, para Francisco Iglésias, é de cunho teórico. Segundo esse historiador, o Visconde de Porto Seguro é sim um divisor de águas na historiografia brasileira do século XIX, caracterizado principalmente pela renovação do método de produção do saber histórico. No entanto, Varnhagen “pouco se interessou por outro aspecto inovador de então, a teoria, para fundamentar o esforço do historiador, colocando-o além da narrativa, na busca da compreensão ou da interpretação”⁷⁷. Ainda para Francisco Iglésias:

Antes das contribuições dos cronistas do Oitocentos, com os Anais – como foi lembrado - , Varnhagen tem um domínio de fontes primárias até então ai não conhecido. Sabia do factual pela leitura de documentos e de quanto se escrevia e se publicava crônicas. Delas, muitas foram lidas em originais por suas pesquisas em arquivos e viriam a ser apresentadas por ele. Tinha capacidade de trabalho e visão de conjunto, embora carecesse de uma teoria que lhe enriquecesse a capacidade de intérprete, permitindo-lhe organizar o material, ajudando-o a captar o fio do processo, que as vezes lhe escapava e nem percebia. Para tanto contribuíam ainda os seus procedimentos de conservador-reacionário, de visão mais estática que dinâmica.⁷⁸

Amado ou criticado o fato é que Varnhagen é uma transposição marcante no modelo historiográfico e na prática da pesquisa histórica no Brasil do século XIX. Assim como Von Martius, que definiu uma base etnográfica de análise histórica

⁷⁵ Segundo José Carlos Reis “o desfecho da Guerra Franco-Prussiana abalara o prestígio da cultura francesa, e os intelectuais brasileiros se abriram às influências inglesa e alemã: Spencer, Darwin, Buckle, Ranke, Ratzel.” (REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 89)

⁷⁶ PAIM, Antônio. **Francisco Antônio Varnhagen: história geral do Brasil**. Leitura básica. Salvador: Centro De Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011, p. 8.

⁷⁷ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG/ IPEA, 2000, p. 72

⁷⁸ *Ibidem*, p. 75

fundamentada na teoria de desenvolvimento das raças, o Visconde de Porto Seguro deixou uma contribuição que permaneceu sistematizada por décadas a fio no que se refere ao trato e análise documental, prática que naquele Brasil do Oitocentos era algo fora do comum àqueles que se dedicavam a produção histórica.

Segundo Arno Wehling, a metodologia de difusão e construção de uma história no Brasil Império estava centralizada na, por ele denominada, “política da memória nacional” e se deu da seguinte maneira:

Essa “política da memória nacional” envolveu três níveis. O mais espontâneo, mas ainda profundamente relacionado ao *establishment* regressista, foi o plano literário, com a “busca da identidade nacional” através do romantismo de Domingos de Magalhães a Gonçalves Dias e José de Alencar.

Os demais dependeram da ação direta do poder público: fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, instituições que, nas suas respectivas esferas, deveriam contribuir para consolidar a educação, a cultura e a administração pública no país, conforme afirmado nos documentos que as instruíram; e o estímulo oficial à criação, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com finalidades científicas, culturais, educacionais e administrativas claramente enunciadas.⁷⁹

Corroborando o proposto por Arno Wehling, Rodrigo Turin, ao analisar as atividades coordenadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período compreendido entre 1840 e 1870, destaca que:

Tanto nos estatutos como nos programas que balizaram as tarefas do IHGB, tudo girava em torno da construção deliberada e urgente de uma história nacional ainda inexistente, não havendo, por conseguinte, justificativa para outros interesses intelectuais.⁸⁰

Seguindo na mesma linha Lília Moritz Schwarcz, afirma que “fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação”⁸¹. Permanecendo nessa mesma perspectiva ela defende que,

Além de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria. De fato, encontrava-se carregada no instituto boa parte da geração romântica – de Gonçalves Magalhães a Gonçalves Dias –, que carregava consigo esse senso de dever patriótico.⁸²

O instituto expressava dessa maneira sua posição no debate que se tratava em outros círculos intelectuais da época, tendo como modelo uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à

⁷⁹ WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**. *Op. cit.* p. 33 – 34.

⁸⁰ TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História**, São Paulo, Ed. Especial, p. 131 – 146, 2010, p. 132.

⁸¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. *Op. cit.*, p. 104.

⁸² *Ibidem*, p. 102.

política oficial.⁸³

Dessa maneira se delineou as práticas historiográficas no Brasil do século XIX que terá somente na virada para o século XX um novo elemento norteador.

Etnográfico ou documental, político ou econômico, arquivístico ou compilatório, essas foram às principais linhas de produção histórica e que, como apontado, teve em Martius e Varnhagen os principais exponenciais, apesar de outros possíveis destaques. O que se deve por em foco referente ao período é que a institucionalização da pesquisa histórica, centralizada no IHGB, determinou práticas comuns aqueles que se dedicaram ao ofício de historiador no século XIX, esse conjunto delimitou o campo de possibilidades que gradativamente evoluirá e migrará de um *campo intelectual* para o *campo científico*.

É fato e público que os trabalhos históricos desenvolvidos no século XIX demandam de significativa revisão, e que a ausência de perspectivas metodológicas – como o caso de Von Martius – e de referenciais teóricos robustos – exemplificado pelas incertezas em Varnhagen – exibem deficiências galopantes na escrita. Entretanto, para justificar tal crítica devemos buscar, antes de tudo, compreender as demandas apontadas para a história naquele momento e conhecer os personagens dedicados a essa atividade, pois como afirmou Temístocles Cesar, “o historiador no século XIX é um sujeito à procura de uma definição”⁸⁴, pois está

Mergulhado em um contexto no qual a história, bem como outras formações disciplinares, busca incessantemente marcas de cientificidade, o historiador precisa, antes de tudo, encontrar-se, saber quem é. **Definir os limites de seu campo** de atuação, os procedimentos de sua arte e os limites de seu ofício, são as tarefas que se impõem ao historiador nesse período.⁸⁵

Entretanto, esse contexto de nacionalismo, exacerbado e centralizador, presente na produção historiográfica deu passagem a uma nova perspectiva de construção histórica a partir da proclamação da República, em 1889. O federalismo permite a diferenciação do sujeito e a aceitação de que se vive em um país multifacetado culturalmente possibilita novas leituras da história. Para Lilia M. Schwarcz:

Com a chegada dos primeiros anos do século atual [referia-se a autora ao século XX], uma nova forma de entender a história começa a preponderar.

⁸³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. *Op. cit.*, p. 117.

⁸⁴ CESAR, Temístocles. O ofício do historiador no século XIX. Notas sobre o caso Varnhagen. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.) [*et al.*]. **Leituras do Passado**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 9.

⁸⁵ *Ibidem*, **grifo nosso**.

Escrever a história nacional significava tomar parte de um debate sobre os problemas do momento e das incertezas do futuro, e se inteirar dos avanços científicos da época.⁸⁶

Nesse sentido, seguindo as proposições realizadas por Ângela de Castro Gomes, em sua obra *A República, a história e o IHGB (2009)*, esse capítulo visa em primeiro lugar

sustentar **que a escrita da história** que se realiza sob o impacto das lutas políticas e simbólicas **do início da República é fundamental e decisiva para a constituição do campo da historiografia brasileira**. Foi nesse momento que inúmeros acontecimentos e personagens foram “revisados” ou porque se introduziram novos fatos e heróis na narrativa, ou porque a hierarquia entre os que eram conhecidos precisava ser repensada. **Além disso**, exatamente pela situação de incerteza e disputa vigente, **produziram-se debates e novas versões sobre o que era e o que deveria ser a História do Brasil, com desdobramentos importantes para o campo intelectual e historiográfico**. Nesse sentido, **estabeleceram-se parâmetros sobre a forma de narrar a história da nação**, agora sob um regime republicano que, a partir de inícios do novo século, todos sabiam que viera para ficar, independentemente das críticas que pudesse receber.⁸⁷

Dessa maneira, se houve cinco principais propostas de prática de estudos da história no século XIX – história magistra vitae sustentada pelo cônego Januário da Cunha; a história dos românticos, idealizadores de uma grande nação; a etnográfica apoiado por Martius; evolucionista ou darwinistas sociais; e a documental de Varnhagen –, o século XX também tende a propor as suas metodologias, algumas de permanência dos modelos existentes e outras de ruptura. Essas novas perspectivas de análise do passado, segundo José Carlos Reis, surgiram nesse início de século XX, devido ao fato de que

os intelectuais brasileiros do final do século XIX começaram a perceber a distância entre a realidade brasileira e o pensamento que eles próprios produziam. Silvio Romero criticava o ambiente intelectual brasileiro, vazio e banal, e aspirava ter contato com o verdadeiro Brasil. Havia um esforço de todos para encarar de forma nova o passado brasileiro.

A ciência passava de método a visão, desvalorizando as verdades trazidas pela tradição, pela religião, pela filosofia. Euclides da Cunha, O. Vianna, Silvio Romero, Tobias Barreto, enfim, a geração de Capistrano de Abreu, discutia darwinismo social, luta pela vida, seleção das espécies e defendia um conhecimento antimetafísico, empírico, histórico.⁸⁸

Com esse processo de ruptura política e significativa decadência da influência do IHGB⁸⁹, as abordagens quase que exclusivamente de caráter político, econômico e

⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. *Op. cit.*, p. 116.

⁸⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 24, **grifo nosso**.

⁸⁸ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. *Op. cit.*, p. 89.

⁸⁹ Segundo Ivan Norberto dos Santos “a queda do regime monárquico e a chegada da República

biográfico (modelo dos elogios) deram passagem a uma análise sociocultural regional que possuiu, nesse início de século XX, como seu maior expoente Capistrano de Abreu. Segundo Francisco Iglésias, Capistrano de Abreu

fugiu à história política então predominante, escrevendo com superioridade de vistas desconhecida até então. Se fez história política, fez também história social e econômica. A geografia e antropologia que cultivou – até traduzindo livros – alargaram-lhe os horizontes.⁹⁰

Complementando a perspectiva de Iglésias, a pesquisadora Nayara Galeano do Vale defende que:

A análise de Capistrano perseguia a formação da nação brasileira, nos moldes de Varnhagen e dos análogos historiadores do IHGB, entretanto, sua abordagem se distanciava da evolução política para aproximar-se da geografia tomando a ocupação do território e seu povoamento como linhas-mestras do processo de colonização. Capistrano apresentava a história do Brasil sob diferentes ângulos, privilegiando as relações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas no período colonial. Assim, sua história teria por finalidade mostrar a formação do país e da nação “de dentro para fora”, tomando como personagem principal o povo, excluído da análise de Varnhagen.⁹¹

Ainda para Nayara Galeano do Vale:

Na análise de Capistrano o conceito de cultura sobrepõe o de raça. O autor diferentemente de Varnhagen, valoriza o elemento indígena e pensa em um Brasil mameluco e sertanejo. Estuda a constituição do brasileiro como um homem novo, distinto do português. Seu tema principal é a ocupação do território brasileiro por esse povo “novo”, o brasileiro. [...] Por esse motivo, os escritores da História a partir de Capistrano de Abreu almejavam construir uma história social que pudesse ir além dos aspectos políticos e administrativos e que não se limitasse a reconstruir os fatos, mas conferir-lhes um sentido inserindo-os em uma narrativa.⁹²

Para Rebeca Gontijo, Capistrano de Abreu é “um elo entre as gerações de historiadores dos séculos XIX e XX” e foi, ainda segundo Gontijo, “considerado o “Heródoto do povo brasileiro”, o “príncipe dos historiadores” e um “gênio solitário”, pelas interpretações que procuraram associar a personalidade irreverente do autor à

marcaram para o IHGB um período de profunda crise, motivada pela sua antiga aproximação com o poder imperial. Esta crise provocou perda dos subsídios importantes para a continuidade das atividades do Instituto, e só foi superada após a primeira década republicana particularmente pelos esforços de três de seus membros, o Conde Afonso Celso, Max Fleiuss e Ramirez Galvão.” (SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República**. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 42).

⁹⁰ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. *Op. cit.*, p. 118.

⁹¹ VALE, Nayara Galeano. **Hélio Vianna e Pedro Calmon**. *Op. cit.*, p. 53 – 54.

⁹² *Ibidem*, p. 54 – 55.

dimensão inovadora de sua obra”⁹³.

Já José Honório Rodrigues, no prefácio da 7ª edição de *Capítulos de História colonial* (2000), foi categórico ao afirmar que “pode-se dizer que ele [Capistrano de Abreu] renovou com seus esclarecimentos não só a fisionomia, mas a própria vida dos estudos históricos brasileiros”⁹⁴.



FIGURA 4: Capistrano de Abreu (1853 – 1927). Disponível em: <http://kdfrases.com/imagens/capistrano-de-abreu.jpg>. Acesso: 16.04.2016.

José Honório Rodrigues foi além, ao defender que:

Como um verdadeiro historiador, Capistrano era sensível ao espírito do fato. A história não é somente uma questão de fato; ela exige imaginação que penetre o motivo da ação, que sinta a emoção já sentida, que viva o orgulho ou a humilhação já provados. Ser desapaixonado é perder alguma verdade vital do fato; é impedir de reviver a emoção e o pensamento dos que lutaram, trabalharam e pensaram. Não era a conquista da colônia do Sacramento só que interessava: não era só a coisa, era o espírito.⁹⁵

Ao Analisar a principal obra de Capistrano, *Capítulos de história colonial* (1907), e as metodologias por ele utilizadas, Francisco Iglésias faz as seguintes proposições:

É seu melhor livro, o mais orgânico, trabalhado, original e fecundo. Síntese poderosa, **foge ao esquema tradicional de uma história só política e administrativa para fazer uma história também social e econômica**. Mais: chama a atenção para aspectos fundamentais até ai descurados, como o caso do interior, devassamento e ocupação do território. [...]

⁹³ GONTIJO, Rebeca. Paulo amigo: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: Angela de Castro Gomes. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 169.

⁹⁴ RODRIGUES, José Honório. Prefácio: Normas da 4ª edição (1954). In: ABREU, João Capistrano. **Capítulos de história colonial: 1500 – 1800**. 7 ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 4.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 5.

Demais, **a obra trata do cotidiano, do homem comum, dos modos de vida, das mentalidades, em perspectiva até ai ignorada e só hoje em moda.** Capistrano pode ser visto como um precursor da historiografia do cotidiano, modismo atual já por ele visto no que tem de significativo. **Sente o povo, o caboclo, o índio, o sertanejo,** como autêntico homem do interior do Ceará, intelectual refinado e destituído de afetação.⁹⁶

Apesar de ter Capistrano de Abreu como principal exponencial desse momento da evolução da prática histórica no início do século XX, outros intelectuais também se preocuparam com a necessidade de revisão do modelo de escrita e pesquisa histórica praticadas naquele momento.

Seguindo na mesma linha da nova abordagem social de Capistrano de Abreu, houve ainda Euclides da Cunha, autor da celebre obra *Os Sertões* (1902) que apesar de ser um registro de uma campanha militar, tem como pano de fundo central da obra o registro do homem comum, o sertanejo, e suas aspirações de vida. *Os Sertões* é o retrato fiel da afirmação realizada por Euclides anos mais tarde na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, ao falar sobre a implantação da República em 1889, para ele “o século XIX acaba naquela data. Não devemos constrangi-lo no inexpressivo de uma exacção numérica. Teve um remate bastante incisivo para caracterizar uma época, porque é a República, de facto, uma outra era.”⁹⁷

A adoção dessa abordagem social praticada por Capistrano e Euclides da Cunha rompe brutalmente com o paradigma político e econômico até então predominante. Outra proposta que ganha relativa força nesse mesmo período é a de Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859 – 1921) e João Ribeiro (1860 – 1934). Segundo a proposta de Lessa e Ribeiro a história deve estar embasada em leis como as que regem as ciências naturais e exatas, proporcionando-lhe também o *status* de ciência. Já João Ribeiro, segundo Itamar Freitas, defende que

a História não poderia ser a narrativa de sucessos casuais desordenados e incompatíveis com uma coordenação metódica e científica. Com essa afirmação pela negativa ele queria dizer que a História era ciência ao modo positivo, ou seja, fundamentada em leis, generalização e causalidade.⁹⁸

⁹⁶ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil.** *Op. cit.*, p. 121, **grifo nosso.**

⁹⁷ CUNHA, Euclides. Da independência à república. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXIX – II, 1908, p. 71.

⁹⁸ FREITAS, Itamar. **Erudição histórica e historiografia didática na primeira República:** a iniciativa de João Ribeiro. Palestra proferida no VII Encontro Nacional de História e Cultura. Aracaju, Universidade Tiradentes, 03 dez. 2010. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com/2010/12/erudicao-historica-e-historiografia.html>. Acesso: 29.02.2016.

Pedro Augusto Lessa em seu texto *Reflexões sobre o conceito de História (1908)*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, percorre toda a história do desenvolvimento da disciplina História e realiza diversos apontamentos a respeito das abordagens científicas proporcionadas por aqueles que se dedicaram ao respectivo assunto.

Para Ivan Norberto dos Santos “o critério de cientificidade defendido por Lessa estava baseado na capacidade de estabelecer “relações constantes de sucessão” a partir de semelhanças e regularidades encontradas nos fenômenos sociais”⁹⁹. Essa influência científica vista em Pedro Lessa faz parte do legado científico que tomou conta do Brasil após 1870, e que teve como um dos principais nomes referenciais o autor inglês Henry Thomas Buckle, que segundo Lilia M. Schwarcz:

Embora tenha chegado com atraso ao IHGB, a obra de Buckle¹⁰⁰ causou um impacto muito grande. O uso de um discurso determinista e científico, que combinava a segurança das leis com a objetividade de uma ciência cujos parâmetros estavam dados pela regularidade dos fenômenos da natureza, parecia constituir a fórmula ideal para lidar com complexas questões locais.¹⁰¹

Dentre tantos outros que buscaram a renovação dos estudos históricos no Brasil destacam-se: Silvio Romero que foi um dos primeiros a propor uma Teoria da História do Brasil; Rocha Pombo, preocupado com uma estética artística do texto, e o excesso de erudição; Oliveira Vianna defendendo que a História é uma ciência; e Oliveira Lima que “representa outra fase na historiografia brasileira, na superação da crônica e do eruditismo”¹⁰². Essas foram algumas das propostas de renovação.

Apesar da renovação historiográfica ser iniciada na virada do século XIX para o XX, ainda é visível a sobrevivência do modelo de prática histórica realizada pelos institutos históricos nos dias atuais. No entanto, para Schwarcz

A vigência atual dos institutos históricos e geográficos parece significar algo mais do que mera perpetuação ou o resquício de um modelo totalmente ultrapassado. Guardiões de sua própria memória, ou melhor dizendo, de um certo tipo de história, eles até hoje acolhem aqueles que, resistindo ao tempo, fazem uma história pautada por longas genealogias, vultos históricos e eventos insistentemente retomados.

⁹⁹ SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República**. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 52.

¹⁰⁰ Refere-se a Henry Thomas Buckle (1821 – 1862) autor de *History of Civilization in English (1857)*.

¹⁰¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. *op. cit.*, p. 116.

¹⁰² IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. *Op. cit.*, p. 141.

Existem ainda outros espaços permeáveis a esse tipo de história épica e nacionalista. O modelo tornou-se obsoleto, mas permaneceu bastante hegemônico nos livros didáticos, sobretudo oficiais. Nestes, percebem-se vestígios do projeto patriótico dos institutos, como também um pouco dessa “história da história” da nação.¹⁰³

Essa relativa sobrevida do debate promovido por aqueles que nos Institutos Históricos se acastelavam, se dá, segundo Maria da Glória de Oliveira, devido ao “estatuto incipiente das fronteiras disciplinares no século XIX” e pelo fato de que “as diferenças entre homens de letras e homens de ciência permaneciam tênues naquele momento graças à confluência dos seus “serviços intelectuais” prestados em nome de um mesmo projeto político civilizador”¹⁰⁴. Ainda sobre essa indefinição do papel do historiador nessa virada de século, Maria da Glória de Oliveira afirma que

Ainda nas décadas iniciais do século XX, o perfil do historiador permaneceria em aberto, sendo objeto de debates e disputas, no que dizia respeito tanto ao tipo de produto cultural que caracterizaria o seu *metier* (em sua diversidade e hierarquia) quanto ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a ele desenvolver para ser reconhecido como tal.¹⁰⁵

Já Ângela de Castro defende que:

No caso do Brasil do fim do século XIX e do início do XX, **essa especificidade deve ser pensada em função da interseção entre os campos intelectuais e político**, o que pode ser verificado, empiricamente, pelas posições ocupadas por diversos autores e atores na sociedade e, teoricamente, pela adoção de uma concepção de política ampliada.¹⁰⁶

Entre as permanências, houve o “embate” metodológico entre os três principais membros do IHGB nessa virada de século, Conde Afonso Celso, Max Fleiuss e Ramirez Galvão, pois, segundo Ivan Santos, os mesmos “apresentavam diferenças nas concepções de história operadas por eles”¹⁰⁷, essas diferenças estavam divididas da seguinte maneira:

O Conde Afonso Celso, por exemplo, buscava subordinar uma ciência histórica à fé católica, embora aliando pragmatismo da História à idéia da intervenção da providência nos eventos humanos. Max Fleiuss, por outro lado, acompanhando algumas das principais discussões do dezenove, considerava a História como a mais profunda das Ciências Sociais, aplicando em seus próprios trabalhos as noções de método e sistema, apropriadas de Taine, indicando as acepções de rigor científico, mobilizadas através do método classificatório. Já Ramirez Galvão, em suas

¹⁰³ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. *op. cit.*, p. 138.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010, p. 45.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 50.

¹⁰⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. *Op. cit.*, p. 26, **grifo nosso**.

¹⁰⁷ SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**. *Op. cit.*, p. 45.

intervenções, apresentava referências a uma retórica histórica clássica, de tradição cireroniana, mobilizando a tópica da história *magistra vitae*, vinculada, todavia, a um caráter prático da história, que alia um sentido político a uma função pedagógica da disciplina.¹⁰⁸

Percebe-se com o exposto a sobrevivência daqueles que participaram dos primórdios do IHGB, e que tinham como norte de prática e produção: a história mestre da vida do italiano Vico; a perspectiva científica e metodológica das ciências sociais do filósofo francês Auguste Comte; e por fim, a religião da história pautada nas perspectivas dos filósofos historicistas alemães. Todas ideias remanescentes da virada do século XVIII para o XIX e que ainda sobreviviam no início do vigésimo século.

Excetuando-se os exemplos citados, há ainda a proposta de manutenção das atividades primeiras do instituto. O projeto de resgate de tal empresa é proposto pelo Barão de Rio Branco por ocasião da sua posse em 1908 em seu discurso ele defende que:

Há de continuar a pertencer quasi todo o esforço na execução do nosso programma primitivo, que consiste principalmente em colligir e publicar a documentação e os estudos parciaes que devam servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjuncto sobre a História e Geographia do Brasil.¹⁰⁹

Essas foram algumas das propostas de permanência do modelo de pesquisa histórica praticada, até então, no Brasil e que somente a partir da década de 1930, é que encontrará um caminho mais bem delineado. Essa multiplicidade de debates, buscando uma melhor definição ao ofício e, principalmente, à prática do historiador é que irá definir as bases para a formulação do *campo científico da história*, afinal essa transição entre o período Imperial e Republicano no Brasil é, para Ângela de Castro Gomes “um momento dos mais ricos para o debate de idéias políticas e culturais no país”¹¹⁰, debate esse que situa principalmente

o período da Primeira República como fundamental para a conformação de uma produção de história e de história do Brasil, no Brasil, pois é nesse momento que o debate sobre o caráter científico desse saber/disciplina cresce, ao mesmo tempo em que ela é considerada um dos índices de “civilização e progresso” de uma civilização moderna. História, ciência e progresso eram termos correlatos de uma mesma equação no início do século XX. [...] A Primeira República constitui-se, assim, em um momento estratégico para a conformação de uma escrita da história do Brasil e para a delimitação do perfil do historiador, o que só poderia acontecer tendo como

¹⁰⁸ SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**. *Op. cit.*, p. 46.

¹⁰⁹ PARANHOS JUNIOR, José Maria da Silva. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXXI – II, n. 71, 1908, p. 423.

¹¹⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. *Op. cit.*, p. 21.

cenário de fundo uma discussão sobre ciência e cientificidade.¹¹¹

Outro fator de significativa relevância a se destacar é que há um debate para além da preocupação de nação ou fortalecimento do Estado, nesse momento há uma busca, tanto por aqueles que almejavam a renovação, quanto por aqueles aguerridos defensores da permanência, pela determinação da identidade desse personagem historiador e seus objetos, demonstrando que

Isto se contrapõe a uma versão historiográfica que atribui a todos eles a pecha de um positivismo atávico e uma pobreza intelectual, lembrando a sua dignidade como pensadores e produtores da História, conquanto que a partir de diferentes concepções.¹¹²

De acordo com o exposto, pode-se afirmar que o primeiro momento da formação dessa disciplina no Brasil teve como marca do conjunto de práticas realizadas por seus membros a erudição, um autodidatismo, a preocupação com a história nacional em detrimento do regionalismo, e um forte viés político-econômico. Porém, a substituição do modelo de gestão política contribui, inegavelmente, para a mudança desse quadro, e nesse início de século XX as preocupações estão voltadas para uma história social e para a afirmação da atividade de historiador¹¹³.

Para Ângela de Castro Gomes, a mudança no paradigma político em 1889 fomenta ainda mais a discussão sobre os problemas, não apenas do Estado, mas também da nação, fortalecendo o debate que busca

entender e resolver o grande problema de nosso “atraso”, apontava para a necessidade de investigar suas causas “de origem”, para que então se realizasse um grande projeto de “modernização” do país. A chamada República “Velha”, portanto, foi um “tempo” de intensa busca de modernidade(s), que não era singular, mas plural, pois diferentes e concorrentes eram os projetos de modernização. De toda forma, no interior dessa variedade, um ponto era praticamente consensual: o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade.¹¹⁴

As práticas de pesquisa avançam significativamente a partir desse ponto. O modelo sintético e ensaístico desvela-se e começa a compor quadro central da produção

¹¹¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. *Op. cit.*, p. 25.

¹¹² SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**. *Op. cit.*, p. 65.

¹¹³ Cf. Para obter maiores informações biográficas e bibliográficas sobre historiadores no Brasil, tais como: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Silvio Romero, José Veríssimo, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Afonso E. Taunay, entre outros que compuseram o quadro da pesquisa histórica brasileira, favor conferir a obra referencial do professor Francisco Iglésias. IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora da UFMG/ IPEA, 2000.

¹¹⁴ GOMES, 2009, p. 21 – 22.

historiográfica brasileira, acelerada significativamente pelo movimento modernista que teve seu pontapé inicial com a geração de 1870.

O panorama citado se estenderá até os anos de 1950. O apogeu desse modelo de escrita histórica foi atingido entre os anos de 1930 e 1940 nas obras dos denominados por Antônio Cândido, de “Intérpretes do Brasil”. Entre esses referidos intérpretes estão: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, autores dotados de um alto sentimento de brasilianismo e que criaram magistralmente novas perspectivas de se pensar e entender a nação brasileira.

Apesar de ainda estarem inseridos nesse quarto momento da historiografia brasileira – lembrando que considera-se como primeiro o período de “arquivo da nação” do IHGB, o segundo como apoiado na perspectiva etnográfica de Martius, o terceiro a produção que se encaminhou de Varnhagen aos pré-modernistas da virada do século XIX para o XX e o quarto momento que está apoiado na erudição, cientificidade, escrita sintética e ensaística – esses três grandes autores destacam-se pelo uso coeso de métodos e técnicas até então ignoradas no meio intelectual brasileiro e por um forte poder de síntese. Posteriormente, diversos foram e são os trabalhos dedicados à análise de suas obras, tamanha a complexidade e contribuição para a historiografia brasileira.

Interessante destacar sobre esses três autores e suas memoráveis obras, é o fato de os mesmos estarem no limiar da substituição do modelo historiográfico brasileiro na década de 1930 e 1940, além de representar os últimos rincões significativos de produção histórica da quarta fase da prática historiográfica brasileira.

Sobre a vida e obra desses autores diversos são os trabalhos, como dito anteriormente, no entanto preferiu-se adotar a exposição de Francisco Iglésias visto a abordagem prática e sintética sobre o tema. Em sua apresentação sobre Gilberto Freyre, Iglésias, diz que “Gilberto Freyre é autor de ampla obra de dezenas de títulos. Estes conhecem inúmeras edições, traduzidos para várias línguas”¹¹⁵. Ainda sobre Freyre, o autor afirma:

Não é fácil catalogar tão ampla obra. Se visto mais frequentemente como sociólogo, o autor mesmo fala pretender uma história sociológica ou uma sociologia genética. Gilberto não tem rigor de método, não adota nenhuma

¹¹⁵ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. *Op. cit.*, p. 192.

etiqueta, gabando-se de uma ciência eminentemente humanista, com muito de ficção, de mito e até de poesia, para escândalo dos ortodoxos.¹¹⁶



FIGURA 5: Gilberto Freyre (1900 – 1987). Disponível em: <http://www.cultura-arte.com/imagens/gilberto-freyre.jpg>. Acesso: 14.03.2016.

Se Gilberto Freyre tinha no âmago de sua obra uma história sociológica ou talvez uma sociologia histórica, Caio Prado Júnior “firmou o nome, de fato, como historiador”¹¹⁷.

A estréia em 33, dá-se com *Evolução política do Brasil*, texto breve mas profundo, marcando um rumo na historiografia. [...] A primeira edição tinha o subtítulo de “Ensaio de interpretação materialista da história do Brasil”, corretamente suprimido nas subseqüentes; o importante é aplicar o método, não colocar uma etiqueta. Já se escrevera em nome do marxismo entre nós, mas de modo frouxo, ingênuo ou mecanicista. Caio é o primeiro a fazê-lo com critério e sem simplificações – um título para essa publicação pioneira.¹¹⁸

Sobre Gilberto Freyre e Caio Prado Jr, Dainis Karepovs pensa que

Já é senso comum que, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior compõe uma tríade que influenciou gerações. Esses três brilhantes intelectuais, trilhando vertentes distintas, tornaram-se representativos de uma geração que, sob o impacto da chamada “revolução de 1930”, procurou compreender o Brasil e refletir sobre um país muito mais profundamente do que uma mera unidade geográfica, linguística e política que se apresentava como um produto da ação isolada de “gênios da raça”, “estadistas”, etc. Coube a Caio Prado Jr., fazendo o uso do marxismo, captar e pensar o Brasil como resultado de uma ação coletiva, onde se mesclam componentes formativos e indutores de sua evolução e articulavam-se os mundos do trabalho, da distribuição e do consumo sob o olhar do materialismo histórico.¹¹⁹

¹¹⁶ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. *Op. cit.*, p. 195.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 201.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ KAREPOVS, Dainis. Apresentação. In.: MARTINEZ, Paulo Henrique. **A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928 – 1935)**. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 15.



Caio Prado Jr. (1907-1990), aos 49 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

FIGURA 6: Caio Prado Júnior (1907 – 1990). Disponível em: <http://www.scielo.br/img/revistas/ea/v23n65/a23img01.gif>. Acesso: 14. 03.2016.

Sobre a principal obra de Caio Prado Jr., Francisco Iglésias realiza as seguintes proposições:

Seu segundo texto é o mais importante que produziu – *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942 – e uma das obras primas de nossa historiografia. [...] *Formação* teve enorme êxito, contando já com várias edições. Sua influência é enorme. O plano é sugestivo e eficiente. [...] *Formação* é marco na bibliografia, bastando, só ele, para garantir a Caio Prado Júnior a posição de historiador de primeira grandeza. É o texto mais importante até hoje produzido sobre a Colônia.¹²⁰



FIGURA 7: Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982). Disponível em: <http://acervo.revistabula.com/imagens/gerenciador/53/images/teses2.jpg>. Acesso: 14.03.2016.

Por fim, temos Sérgio Buarque de Holanda, talvez um dos maiores expoentes, se não o maior, da historiografia brasileira. Sua obra “distingue-se mais pela qualidade

¹²⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. *Op. cit.*, p. 203.

que pela quantidade”¹²¹. Sérgio Buarque

Deixou obra de muitos títulos. [...] A maior parte das atenções dedicou à história, com vários livros, assinaláveis pela erudição, temática e interpretação quase sempre feliz. Refletiu sobre o país, com conhecimento profundo, de modo a marcar o pensamento e a historiografia. Seus livros distinguem-se também pela excelência da forma, como escritor forte, estilista: pode-se dizer, enfaticamente, ser o historiador nativo mais artístico em sua prosa, distinguindo-se não só entre os contemporâneos como entre os antecessores.¹²²

Desse período de mutação das práticas históricas podemos destacar outros que contribuíram para a evolução da pesquisa histórica. Temos Nelson Werneck Sodré, historiador e crítico literário que teve como horizonte teórico-metodológico o materialismo histórico, assim como Caio Prado Jr. José Honório Rodrigues, que como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque, possuiu vasta produção, e assim como esses outros, merece destaque. Sua obra é

Ampla, parece-nos possível dividi-la em cinco grupos: o da teoria, metodologia e historiografia, em obras sistemáticas; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; edição de textos. [...] Esse conjunto de trabalhos coloca José Honório Rodrigues na linha dos mais incansáveis historiadores do país, como Varnhagen e Capistrano.¹²³



FIGURA 8: José Honório Rodrigues (1913 – 1987). Disponível em:

http://www.academia.org.br/sites/default/files/academicos/fotografias/jose_honorio_rodrigues_0.jpg.

Acesso: 14.03.2016.

Tais disputas pela hegemonia, ou predominância, da prática historiográfica foram realizadas, ou possuiu inegavelmente a participação de muitos, se não de todos os

¹²¹ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. *Op. cit.*, p. 207.

¹²² *Ibidem*, p. 206.

¹²³ *Ibidem*, p. 218 – 219.

personagens que aqui foram citados. Porém, é necessário frisar que as “disputas” não ocorriam exclusivamente no *campo intelectual*. Elas saltavam para o plano material, e o lugar que esses personagens ocupavam na hierarquia das instituições de memória, tais como Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Nacional, Universidade do Distrito Federal, Universidade de São Paulo, entre outras, representava as possibilidades, a importância política e as potencialidades que poderiam vir desse ou daquele personagem. O lugar social passa a ser um dos elementos determinantes na disputa pelo *campo*.

Na tentativa de exemplificar tal afirmação, há de se citar apenas alguns nomes e suas posições de prestígio que ocupavam. Francisco Adolfo Varnhagen foi político, diplomata, secretário do IHGB. Capistrano de Abreu, oficial da Biblioteca Nacional e professor do Colégio Pedro II. João Ribeiro, professor do Colégio Pedro II. Rocha Pombo, proprietário do jornal “Diário do Comércio” e deputado provincial. Barão de Rio Branco, político, diplomata, presidente do IHGB. José Honório Rodrigues, Diretor do Arquivo Nacional. Pedro Calmon, oficial do Museu Nacional. Afonso E. Taunay, Professor da cátedra da História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. Hélio Vianna, professor da cátedra de História do Brasil na Universidade do Brasil. Gilberto Freyre, político e professor. Sérgio Buarque de Holanda, Diretor do Museu Paulista, professor da Cátedra de História da Civilização Brasileira na USP. Caio Prado Jr., membro fundador da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), político, professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Entre outros exemplos que poderiam saturar a análise.

Essas influências político ideológicas reverberaram sobre o mercado editorial, onde determinados autores alcançaram destaque e sucesso no sistema de publicações. Grandes editoras produziram volumosas coleções de publicações destinadas a dar vazão a essa denominada “nova escrita da História do Brasil”. Editoras como a José Olympio, Companhia da Editora Nacional (Coleção Brasileira), Instituto Nacional do Livro, foram referências nesse modelo de publicação¹²⁴.

¹²⁴ Cf. VALE, Nayara Galeano do. **Helio Vianna e Pedro Calmon**: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2012. FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras**. A coleção de documentos brasileiros e as transformações da historiografia brasileira. 2006. 220f. Tese (Doutorado em História). Programa de

Esses novos escritores foram separados por José Carlos Reis¹²⁵, em duas correntes predominantes, a do descobrimento do Brasil, representadas, segundo Reis por Varnhagen e Gilberto Freyre. E a corrente do redescobrimento do Brasil, que se fez presente nas obras de Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson W. Sodré, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes.

Dessa forma, pode-se fazer um breve parênteses para se perceber uma ligação direta com a teoria de Michel de Certeau. Inegavelmente as análises conjuntas dos fatores podem contribuir de maneira exponencial para a compreensão da denominada Operação Historiográfica. Ou seja, a escrita é o reflexo de um conjunto de fatores que determinaram a prática daquele autor, que ocupa um determinado lugar social. E ao longo de toda essa genealogia da escrita da história no Brasil foi possível perceber e se apropriar de tal perspectiva.

Findado esse período ou quarta fase da produção historiográfica, um fator de relativo significado e que aqui vale dar destaque, é que a historiografia brasileira deve, em caráter de urgência, visitar o período compreendido entre os anos de 1900 – 1930. Não se trata de uma visita referindo-se a história da educação, lugar que a disciplina História está inserida e que possui vasta produção, refere-se à necessária construção de uma história dessa disciplina no período proposto.

Tal apontamento é realizado, pois, ao efetuar a construção desse capítulo percebe-se uma significativa aridez no que concerne ao trato do dado assunto no recorte sistematizado, houve também a percepção de centralização em alguns poucos personagens que contribuíram para essa disciplina, em detrimento de uma enorme massa de colaboradores que se fizeram presentes naquele instante.

Dessa maneira arrisca-se a afirmar que se o governo de Getúlio Vargas, principalmente a partir da implantação do Estado Novo, buscou produzir o esquecimento da Primeira República, por ele denominada “República Velha”, e caracterizada como elitista, oligárquica, ruralizada, em suma, atrasada, os “líderes” do *campo histórico* utilizaram a mesma ferramenta, a produção de esquecimento,

Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 2 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2005. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

¹²⁵ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. *Op. cit.*, p. 16.

sobre diversos membros do antigo embrião do referido *campo*¹²⁶.

É notório o crescimento da pesquisa ligada ao referido assunto nas últimas duas décadas, entretanto esse avanço, comparada a alguns outros períodos, é relativamente pequeno. Há um fetiche da pesquisa historiográfica brasileira ligada ao século XIX, mais especificamente ao IHGB, aos denominados intérpretes do Brasil – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr – e da criação e implantação dos cursos de graduação em história – essa ainda mais ligada a uma história da educação que da produção histórica propriamente dita.

Devem os dedicados a estudar a construção dessa disciplina no Brasil compreender que os diversos conhecimentos produzidos e acumulados nesse singular período da história, são de total relevância para se entender a constituição da História como disciplina.

1.2.2 – Profissão Historiador. A implantação das práticas universitárias.

Inicialmente pouco reverberou e contribuiu a criação das universidades brasileiras e nelas os cursos de graduação em história. Prioritariamente, o foco da formação estava voltado para “criação” de professores, que seriam destinados às salas de aula das escolas públicas, papel cumprido com altivez, “acontece, no entanto, que elas deviam ter outra função ainda, que é a formação de profissionais para a História – pesquisadores e historiadores. E essa é bem pouco cumprida”.¹²⁷

Apesar de as salas de aula dos ensinos primários e secundários absorverem o maior número de formados, houve aqueles que se dedicaram à pesquisa histórica, alguns mais famosos como é o caso de Eduardo d’Oliveira França, Astrogildo Rodrigues de Mello, Fernando Antônio Novais e Alice P. Canabrava.

Segundo Francisco Iglésias, a formação nos primeiros cursos de História está voltada, principalmente, para a ampliação daqueles dedicados ao ensino, mas,

De qualquer modo, formam-se grupos de autores de história de preparo especializado; abandona-se o amadorismo ou beletrismo, quando história era lazer de intelectuais sem forma de expressão, um culto do passado,

¹²⁶ Cf. VALE, Nayara Galeano. **Hélio Viana e Pedro Calmon**: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012, p. 57.

¹²⁷ IGLÉSIAS, Francisco. **A pesquisa histórica no Brasil**. *Op. cit.*, p. 383.

patriótico ou genealógico, em falta de entendimento do real sentido da história. Cresce o número dos formados em tal curso.¹²⁸

Seguindo a mesma perspectiva de Francisco Iglésias, o Professor Carlos Guilherme Mota defende o seguinte ponto sobre os primeiros momentos dos cursos de História nas universidades brasileiras:

A criação de faculdades de filosofia (data de referência: 1934) não propiciou, na primeira hora, a renovação dos estudos de história no Brasil. Visto em conjunto, o processo criativo favoreceu mais outras áreas de investigação, como sociologia, política, antropologia, geografia e economia – marcadas, de resto, por uma vocação histórica significativa.¹²⁹

O fato é que mesmo com a implantação das universidades, a metodologia de pesquisa destinada aos estudos da história no Brasil pouco se alterou, isso porque muitos daqueles que ocupavam cadeiras cativas, nos Institutos Históricos, agora, estavam catedráticos nesses novos centros de produção do conhecimento. Para Carlos Guilherme Mota:

De maneira geral, pode-se excepcionalmente concordar com Cecília Westphalen, para quem a proliferação de estabelecimentos de ensino superior onde se lecionasse história do Brasil proporcionou o recrutamento de docentes entre os eruditos locais, sem formação universitária (técnica, teórica e metodológica). “Sobretudo os professores de história do Brasil”, escreve Cecília, “catedráticos de primeiro provimento, que permaneceriam muitos por vinte anos, foram recrutados entre os membros dos Institutos Históricos e as Academias de Letras, não apenas totalmente despreparados como portadores de uma orientação superada.”¹³⁰

Efetivamente, aqueles que serão os propulsores da mudança no regime historiográfico somente terão papel de relativa importância após a definitiva aposentadoria daqueles que os ensinaram, ou seja, somente quando ocuparem de maneira definitiva o lugar de seus mestres.

O único lugar nesse início de jornada do ensino e expansão do *campo histórico* que há de se constituir como exceção é a Universidade de São Paulo, isso devido ao regime de contratos destinados principalmente aos professores estrangeiros, que ocuparam a maior parte das cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O modelo de contrato, ao contrário dos regimes de cátedras, constitui ferramenta impar na manutenção da rotatividade dos professores, o que permitiu, em 1946, que um dos alunos formados nas fileiras da FFCL – USP ocupasse uma das cátedras no

¹²⁸ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. *Op. cit.*, p. 188.

¹²⁹ MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Globo, 2011, p. 40.

¹³⁰ *Ibibem*, p. 40.

curso de História da referida universidade e nesse caso mais específico, refere-se a Eurípedes Simões de Paula.

Somente após a ascensão da segunda geração de historiadores universitários brasileiros, ou seja, aqueles que foram orientados por professores formados nas décadas de 1930 e 40, é que realmente se inicia o processo de mudança das práticas historiográficas.

Apesar de possuírem uma grande preocupação metodológica e teórica no direcionamento dos estudos históricos, os historiadores da primeira geração universitária brasileira possuíam um ponto nevrálgico em sua formação e vivência que acabaram por ofuscar em um primeiro momento os seus esforços: a presença constante dos membros dos Institutos Históricos como elementos docentes, ou seja, alguns elementos que ocupavam lugar cativo naquela instituição, já centenária, ministravam aulas nas Universidades, a exemplo de Afonso E. Taunay na USP e Hélio Vianna na UDF.

Outro ponto que acabou por “enfraquecer” os cursos em um primeiro momento foi à incapacidade de produzir uma grande obra histórica que rivalizasse naquele momento com os, hoje nomeados, clássicos da nossa historiografia e que foram lançados no período que compreende exatamente a reforma universitária de 1931 e a defesa da primeira tese de doutorado em História na USP, em 1942.

Demonstrados e cientes dos obstáculos impostos aos novos historiadores brasileiros, agora formados sob a égide de “profissionais”, pode-se compreender as dificuldades em se estabelecer um novo parâmetro historiográfico no Brasil, após os anos de 1930. No entanto, em obra referencial sobre o desenrolar da historiografia universitária brasileira dos anos de 1934 a 1974 e suas práticas¹³¹, Carlos Guilherme Mota subdivide o período em questão em cinco possíveis etapas, visando demonstrar as evoluções e os entraves dessa nova historiografia, são elas: a) Redescobrimto do Brasil (1933 – 1937): período que compreende o lançamento das obras referenciais dos denominados interpretes do Brasil. b) Primeiros frutos da universidade (1948 – 1951): é o início do processo de substituição dos professores

¹³¹ MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Globo, 2011.

de primeira ordem das universidades por aqueles formados integralmente no Brasil, ou seja, é o início da ascensão da primeira geração. Segundo Carlos Guilherme Mota:

Se o **primeiro momento** da produção historiográfica mais significativa do século XX no Brasil está diretamente marcado pela vivência universitária de seus autores que, regra geral, estudaram no exterior, ao **segundo momento** poderá ser consignada a primeira florescência significativa da universidade. De fato, foi no final dos anos 1940 que os resultados do labor universitário se fizeram sentir.¹³²

A terceira etapa da historiografia universitária, segundo Carlos Guilherme Mota, é a Era de ampliação e revisão reformista (1957 – 1964) em que “cada tendência corresponde a uma vertente importante da maneira como os historiadores se debruçam sobre a realidade do país”¹³³. Nesse período ele dá destaque aos novos intérpretes do Brasil, por ele agora denominados reformistas. Nesse grupo estão pesquisadores do calado de Celso Furtado, Sérgio Buarque, Nelson Werneck Sodr , José Honório Rodrigues, Raymundo Faoro, as escolas de Florestan Fernandes e de Antônio Cândido.

Já a quarta etapa está compreendida entre os anos de 1964 – 1969, que Guilherme Mota denominou de *Revisões radicais*, período em que:

os diagnósticos sobre a história social do Brasil e sua dinâmica mereceram reparos profundos, realizado por analistas que procuravam tirar alguma li o dos desacertos da ideologia do desenvolvimentismo e da política populista que levaram   derrocada dos setores progressistas em 1964.¹³⁴

E por fim a quinta etapa, denominada *Impasses da dependência* (1969 – 1974), que discute as problemáticas em torno da deficiência no avanço dos estudos históricos brasileiros. Segundo Mota:

Neste último momento, uma série de impasses parece caracterizar a reflexão historiográfica no Brasil. [...] alguma posi o negar o francamente o papel das faculdades de filosofia no desenvolvimento dos estudos históricos, outras indicarão a necessidade de maior coopera o interdisciplinar (quase quarenta anos após a funda o da universidade), outras indicarão a falta de organiza o dos arquivos e a realiza o da maior parte de nossa produ o historiográfica pelos chamados *brazilianists*, que assumiram papel de relevo nos debates sobre o conhecimento de nosso passado. Se éramos marcados pela historiografia francesa, se ao regime de cátedras correspondeu a orienta o da escola francesa, pode-se dizer, com certo esquematismo, que   nova ordem (sistema departamental) corresponde ao modelo norte-americano. Não   de estranhar tal presença –

¹³² MOTA, Carlos Guilherme. **Educa o, contraideologia e cultura**. *Op. cit.*, p. 53, grifo do autor.

¹³³ *Ibidem*, p. 58.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 67.

que se manifesta em outros níveis, e de modo bem mais apurado.¹³⁵

Contudo, apesar dos constantes conflitos presentes entre os modelos de produção do conhecimento histórico, Carlos Guilherme crê que a chegada definitiva dos “novos historiadores” finalmente acarreta a renovação das práticas na pesquisa histórica, e tal perspectiva, é percebida na mudança dos hábitos daqueles que estão a frente da produção histórica, o autor afirma que “caminhamos um pouco nos últimos anos” (MOTA, 2011, p. 217), pois

Dez anos atrás ainda nos víamos obrigados a polemizar com alguns de nossos professores mais renitentes, que relutavam em aceitar Celso Furtado nas bibliografias de história do Brasil por tratar-se de um economista. Hoje, sem termos avançado no tocante à interdisciplinaridade dos cursos e das pesquisas, parece (salvo os casos incuráveis) que temos um pouco menos de horror às questões de método e de interpretação do passado. Passado o sarampão dos estruturalismos, parece que se retoma o caminho da reflexão mais consistente, calçada nos clássicos e na linhagem que veio dar em Pierre Villar, em Hobsbawm, em Dobb, em Soboul, em Godinho, em Genovese, em Florestan. [...] E avançamos em mais de um sentido: até seis ou sete anos atrás, antes das revisões radicais, as pesquisas começavam (e acabavam) com a citação das teses básicas de um C. Furtado, ou um N. W. Sodrê. Hoje, parece haver uma ruptura com os velhos quadros explicativos e estão aí dezenas, ou mesmo centenas de obras que dão bem a medida de novas orientações e matrizes – quase todas de alto nível e frutos do estilo de trabalhos criados pelas faculdades de filosofia. Podemos falar de uma nova geração de pesquisadores, e até mesmo de uma “novíssima”.¹³⁶

Nesse contexto de evoluções e permanências, o próprio Guilherme Mota demonstra que as preocupações que cercam o desenvolvimento das práticas historiográficas não estão e nem mesmo são polarizadas ou locais, e, ao se questionar se ele seria capaz de traduzir as perplexidades e frustrações, o mesmo chega a seguinte conclusão: “Acho que sim, ao menos em parte. Até porque essas frustrações atravessam de ponta a ponta a comunidade mais empenhada de professores e alunos, e não apenas uma parcela dos universitários da UFMG ou da USP.”¹³⁷

Como dito por Mota, outros historiadores estavam debruçados sobre as diversas problemáticas que cercavam as práticas dos historiadores brasileiros. Se Carlos Guilherme Mota é um dos principais exemplos desses críticos e exaustivo defensor da renovação historiográfica, ainda houve Eurípedes Simões de Paula, talvez o mais aguerrido nessa discussão e diretor da *Revista de História*, o periódico mais

¹³⁵ MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contraideologia e cultura**. *Op. cit.*, p. 70 – 71, **grifo do autor**.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 217 – 218.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 215 – 216.

importante do *campo* naquele momento. Para se ter uma dimensão da importância dessa figura e do periódico por ele dirigido por 24 anos (1950 – 1974), Carlos Guilherme Mota registra a seguinte proposição:

Mas digna de especial registro neste momento [1974] parece ser a *Revista de História*, da Universidade de São Paulo: sob a direção de Eurípedes Simões de Paula – como Cruz Costa, da primeira turma da Faculdade de Filosofia – ganhou impulso e funcionou nesses anos como verdadeiro pólo centralizador da produção local, acolhendo resultados de pesquisas e reflexões em grande quantidade de mestres estrangeiros e de outros estados. **E interdisciplinaridade, meta da Faculdade de Filosofia, concretizou-se nesses anos na revista, que, além de ser a mais importante do setor de ciências sociais, fora criada sob a inspiração da revista dos *Annales*, sabidamente aberta às diversas disciplinas que estudam o homem em sociedade.**¹³⁸

Sobre a posição de Eurípedes Simões no que diz respeito à deficiência da produção histórica brasileira, Carlos Fico e Ronald Polito trazem a seguinte proposição:

Em 1971, Eurípedes Simões de Paula apresentou quatro conclusões gerais, numa mesa redonda que buscava avaliar o estado geral da pesquisa histórica naquele momento. Com elas se tem uma idéia da situação. O famoso historiador indicava que: 1) a maior parte dos pesquisadores não era brasileira, mas sobretudo norte-americana e inglesa; 2) as instituições dedicavam-se à docência, não a pesquisa; 3) os pesquisadores nacionais não possuíam sólida formação científica e orientação segura [esse é um dos motivos pelo qual a *Revista de História* está constantemente preocupada em publicar artigos ligados à área de teoria e metodologia da história]; 4) não havia ainda um órgão no país capaz de melhor dispor dos recursos destinados à pesquisa histórica.¹³⁹

Nessa travancada batalha em busca da renovação das práticas na década de 1970 ainda estiveram presentes Francisco Iglésias, professor da UFMG e José Roberto do Amaral Lapa, professor da UNICAMP. Outros foram se unindo a “causa” pelo caminho como: Cecília Westphalen e Jair Mequelusse, ambos, professores da UFPR. Uma geração que mesmo formada em universidades brasileiras se manteve em permanente contato com as novas perspectivas metodológicas que se desenvolviam na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos. Uma geração que com suas batalhas e alunos consolidou, definitivamente, a partir dessa década o *campo científico histórico* com a expansão dos programas de pós-graduação, pois, “é nos cursos de pós-graduação que se verificam maior constância de produção e significativa diversidade que possibilitam a visualização de

¹³⁸ MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contraideologia e cultura**. *Op. cit.*, p. 57, **grifo nosso**.

¹³⁹ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos último 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Vária História**, Belo Horizonte, n. 13, 1994, p. 150 – 151.

tendências, permanências e rupturas”¹⁴⁰. “Portanto, trata-se de uma relação de autores gabaritados que, em termos gerais, avalia negativamente a produção historiográfica brasileira dos anos 70 e início dos anos 80”¹⁴¹

Francisco Iglésias, por ocasião da 23ª *Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, em 1971, afirma na mesa redonda, intitulada “A Pesquisa Histórica no Brasil”, que “a oportunidade é boa para denunciar a situação de inferioridade em que se encontram os estudos de História no Brasil”¹⁴². Na análise de Iglésias,

O que marcava a historiografia tradicional ainda sobrevive em grande parte. Seus cultores têm, mesmo hoje, traços de produção antiga. Apesar dos cursos universitários de História, a maior parte do que se publica de História do Brasil se ressentem de vícios que já deviam ter sido superados. Dois deles precisam de denúncia: a falta de pesquisa e a falta de interpretação.¹⁴³

Por fim, Francisco Iglésias realiza a seguinte consideração:

Sua situação no Brasil [refere-se à História], pelo amadorismo e limitações que caracterizam parte do que se faz, é inadmissível agora. Em primeiro lugar, pelo próprio amadurecimento da disciplina, que já tem suas técnicas severas, incompatíveis com o discurso, a composição escolar ou a dissertação acadêmica. Depois, pelo fato de que o país também amadureceu, em todos os sentidos, não sendo mais, quando encarado como um todo, país de menoridade intelectual: o estudo não é mais enfeite, mas busca de interpretação da realidade, em termos científicos. Superou a fase ornamental dos academismos de festas recreativas, de cunho provinciano ou paroquialista, ingenuidades do subdesenvolvimento. É que o Brasil cresceu, aprimorando-se em toda linha. Ultrapassou o universo arcaico, tradicionalista, que o modelava e o tolhia.¹⁴⁴

Já nos *Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros*, organizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), realizados em 1971, José Eduardo Marques Mauro, também aponta, apesar do otimismo demonstrado por Alice P. Canabrava, para um quadro obscuro em que se encontra a pesquisa histórica no Brasil. Segundo Marques Mauro

A pesquisa histórica no Brasil se opera em condições bastante precárias e é mesmo sabido e bastante repisado que ela continua a se constituir, às vezes, num misto de aventura com felizes coincidências ou desencontros

¹⁴⁰ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A historiografia brasileira nos último 20 anos**. *op. cit.*, p. 148.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 148.

¹⁴² IGLÉSIAS, Francisco. **A pesquisa histórica no Brasil**. *Op. cit.*, p. 373.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 375.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 376.

desagradáveis que podem levar, às vezes, a grandes decepções.¹⁴⁵

Por fim, mesmo que de maneira morosamente lenta, as práticas historiográficas brasileiras evoluíram e se renovaram, tanto por ser uma demanda interna, com vista a suprimir de maneira definitiva as antigas maneiras de se produzir história que vinham se arrastando desde o início do século, como por uma demanda externa, que buscava a cada dia a produção de novos horizontes e sentidos sociais que se apoiou de maneira ainda mais aguerrida, pós 1984, nas perspectivas da “nova história” de Pierre Nora e Jacques Le Goff. Assim,

Tendo em vista essas considerações, entende-se que porque a História, nas décadas finais do século XX, cada vez mais se tornou uma disciplina interessada nos processos de construção de identidades. Nesse caso, não importava se tal processo envolvia um grupo de tamanho grande, como a nação, o que indubitavelmente estava inscrito em sua tradição desde o século XIX, ou um grupo mais restrito, ou mesmo um único indivíduo, como estratégia para a discussão de períodos ou questões considerados relevantes, acontecimentos de menor “duração”, e **sujeitos históricos, individuais ou coletivos, ganham a cena da História, sobretudo no bojo da renovação da chamada “nova” história política e das variadas vertentes de se fazer “história cultural”**. Dessa forma, é preciso destacar que tal interesse não deve ser visto como um modismo, como as vezes o é, e sim como o resultado de uma transformação teórico-metodológica da disciplina que, por ser histórica, sofre mudanças com o passar do tempo.¹⁴⁶

A renovação e evolução da disciplina, seus métodos e práticas acabaram por fortalecer as condições mínimas para a expansão do *campo científico*, que após a instauração dos cursos de graduação se apoiou de maneira definitiva sobre os cursos de pós-graduação, visando construir, finalmente, uma autoridade legitimada e aprovada por seus pares e pela sociedade. Dessa forma, a disciplina História definiu-se como *campo autônomo* dentro do corpo social do *campo científico* a partir do momento que finaliza seu sustentáculo baseado nos princípios universitários, ou seja: a) graduação ou meio de expandir o número de membros do campo; b) pesquisa ou maneira de constituir autoridade nos assuntos referentes à área, nesse caso afirmada e legitimada pelos programas de pós-graduação; e c) extensão ou busca por respostas às demandas sociais.

Assim, se é fato que iniciamos nossa trajetória de produção histórica com as atenções voltadas para os documentos e para a necessidade de se “inventar uma tradição”, com metodologias de pesquisa falha e falta de teorias, hoje o quadro da

¹⁴⁵ MARQUES MAURO, José Eduardo. A pesquisa histórica no Brasil. In: Seminário de Estudos Brasileiros – IEB, I, 1971, São Paulo. **Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros**. São Paulo: [s.n.], 1971, p. 10.

¹⁴⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. *Op. cit.*, p. 55, **grifo nosso**.

produção historiográfica é totalmente inverso ao inicialmente encontrado. Com uma gama gigantesca de métodos – oral, documental, memória, quantitativo, social, cultural, político – e referenciais teóricos robustos, a história vem agora repensando a sua posição no campo da produção científica e os seus possíveis objetos.

1.4 – Algumas considerações sobre o ofício do historiador no Brasil.

Foi possível demonstrar nesse capítulo as evoluções na pesquisa histórica e sua difusão. Entretanto, foi perceptível as constantes lutas entre aqueles que controlam o meio de divulgação da produção do conhecimento e os que almejam compor o quadro de colaboradores do *campo* em expansão.

As lutas por um “lugar ao sol” na constituição do *campo histórico* brasileiro podem ser assistidas na ascensão de Varnhagen frente à produção historiográfica do IHGB; nos rigorosos debates sobre a cientificidade da História, lugar do historiador, objetos da história e principalmente na adoção de métodos e técnicas de construção desse saber na virada do século XIX para o XX; e principalmente, e talvez o momento mais delicado vivido por essa disciplina no Brasil, na substituição do modelo autodidatista, carregado de erudição pelo o modelo de produção universitária, e essa última há de produzir uma estrutura de poder mais coesa e menos compacta.

Apesar de reproduzir esse avanço da disciplina história no Brasil, ou a História da Historiografia brasileira, de uma maneira aparentemente linear, ligada a perspectiva da causa e consequência, deve-se compreender que, o emaranhado de acontecimentos são paralelos, dessa forma, ao mesmo tempo que as ditas, correntes modernizantes, avançam rumo a uma nova perspectiva histórica, as forças nomeadas de conservadoras também buscavam renovações que afirmassem seu ponto de vista. Segundo José Carlos Reis, “o progresso consiste em absorver o predecessor, sem diluí-lo, mas preservando-o em sua diferença, e apoiar-se nele; toda superação é negação, e toda verdadeira negação é uma conservação”.¹⁴⁷

Dessa forma, é de conhecimento de todos que compõem esse campo, ou ao menos deveria ser, que os modelos de produção historiográfica, mesmo reduzidos a um volume relativamente pequeno, perpetuam-se por longo prazo, que é o caso da

¹⁴⁷ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. *Op. cit.*, p. 13.

permanência da escrita dos Institutos Históricos, como já citado; da produção daqueles que ainda persistem em uma História Científica, baseada em leis e técnicas rígidas; e da erudição carregada de técnica.

Esse enaltecimento de um determinado modelo de escrita e a redução ou abandono de outro tipo se deu, e ainda se dá, devido ao avanço/evolução dos métodos, técnicas e teorias que são empregadas na pesquisa, no entanto, há algo mais que auxilia nessa expansão e fortalecimento de um determinado grupo sobre os demais, e dois deles são de fundamental importância: o prestígio dos membros que compõem o grupo que almeja coordenar o campo e os dispositivos que os mesmos lançam mão visando atingir o objetivo.

No caso do prestígio dos membros, são levados em consideração as linhas de conexão e os contatos que esses possuem dentro do *campo* como um todo, e não somente dentro de sua respectiva área ou subcampo de atuação. Outra maneira de se entender o prestígio de um determinado membro é a dimensão de influência de sua obra, ou seja, se sua produção é acessada somente pelos que o cercam, ou se de alguma maneira está contribuindo para compreensões para além dos “muros” da área de atuação. Esse prestígio é que determinará quem ocupará cargos de significativa relevância no *campo* em caso de ascensão desses novos agentes, esses denominados por Bourdieu de estruturantes.

No que se refere aos dispositivos, pode-se levar em consideração todo e qualquer espaço ocupado ou produzido, visando dar notoriedade à produção do referido grupo. Comumente os maiores dispositivos utilizados por esses atores são: palestras, debates (também denominados mesas redondas), colóquios, seminários, congressos e as disputadas revistas.

As revistas constituem ferramenta ímpar no *campo científico*. Utilizadas para materializar *campo*, as revistas constituem, também, instrumento de medição quantitativa e qualitativa da produção, reconhecimento pelos pares e principalmente, como poderá ser visto no terceiro capítulo, afirmação de poder de um determinado grupo/área sobre a totalidade do *campo*.

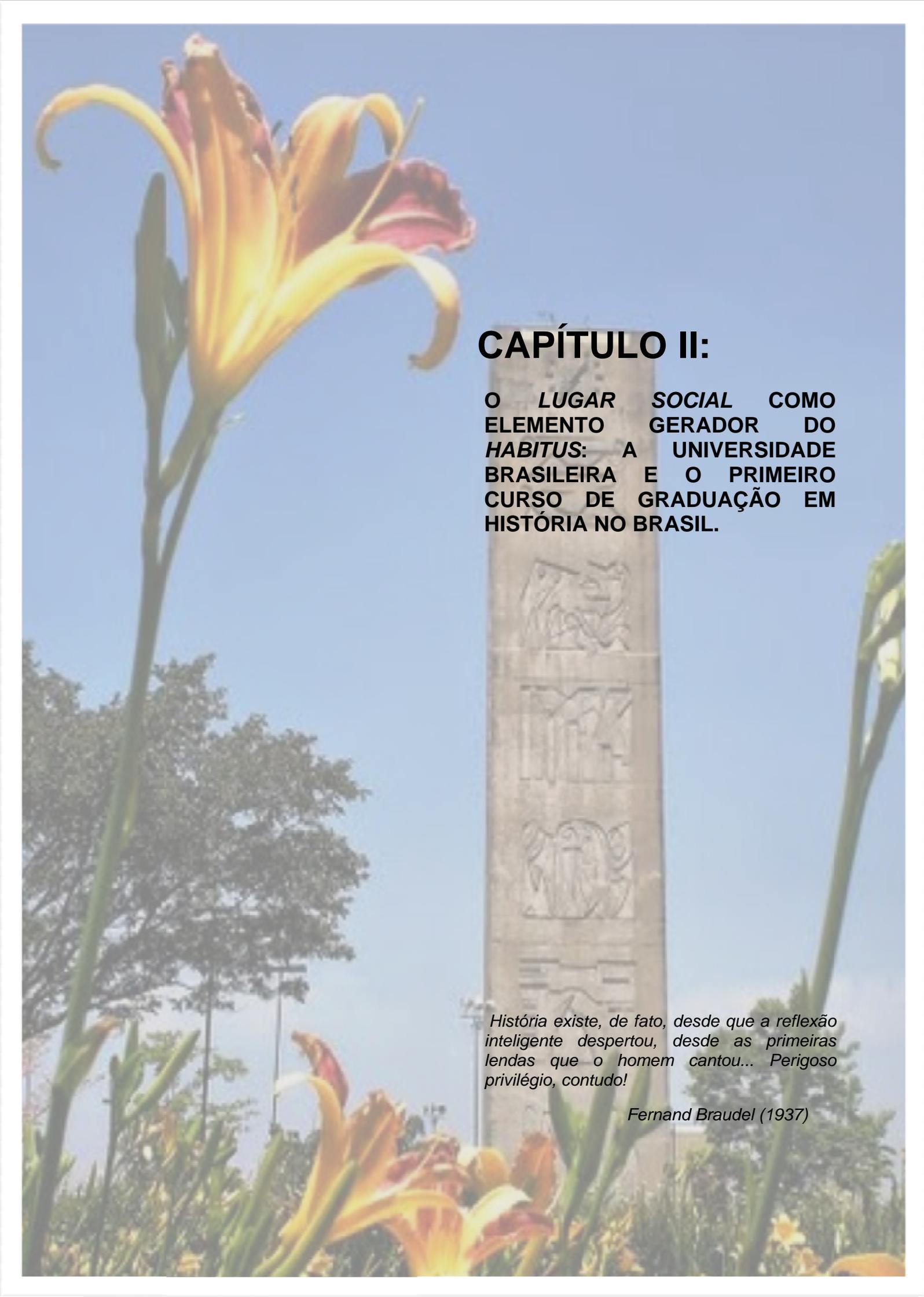
Por fim, as palavras do historiador francês, Antoine Prost, em sua obra, *Doze lições sobre a história*, resume bem o ponto de vista que se almejou atingir nessa

exposição. Prost defende que

A história está presente na nossa sociedade não apenas através de uma disciplina universitária, de livros e de algumas grandes figuras, mas também – como ficou demonstrado no decorrer dos debates de 1980 – por um grupo de pessoas que se afirmaram historiadores com o acordo de seus colegas e do público. Esse grupo, por sua vez, diversificado, compreendendo essencialmente professores e pesquisadores, **está unido por uma formação comum, uma rede de associações e revistas**, assim como pela consciência nítida da importância da história. Além de compartilhar critérios de julgamento – sobre a produção de obras históricas, sobre o que é um bom ou ruim livro de história, sobre o que o historiador deve, ou não deve, fazer –, ele está unido por normas comuns, a despeito de previsíveis clivagens internas. Em suma, estamos na presença de uma profissão – poderíamos dizer, quase, de uma corporação – se levarmos em consideração o grande número de referências ao ofício, à oficina e a bancada de trabalho que circulam no interior do grupo.¹⁴⁸

Assim, a análise que se seguirá nos próximos capítulos tratará desses momentos citados por Antoine Prost, o quesito profissionalização, formação comum e a união desse personagem “historiador” em torno de associações e principalmente de revistas.

¹⁴⁸ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. *Op. cit.*, p. 33.



CAPÍTULO II:

**O LUGAR SOCIAL COMO
ELEMENTO GERADOR DO
HABITUS: A UNIVERSIDADE
BRASILEIRA E O PRIMEIRO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA NO BRASIL.**

*História existe, de fato, desde que a reflexão
inteligente despertou, desde as primeiras
lendas que o homem cantou... Perigoso
privilégio, contudo!*

Fernand Braudel (1937)

2.1 – O alvorecer de uma nova era. A constituição do sistema de ensino Superior no Brasil.

No Brasil o debate sobre o sistema educacional é relativamente recente, apesar das constantes solicitações por escolas realizadas pelos súditos portugueses que por aqui se estabeleceram entre os séculos XVI ao XIX. Da sua colonização à Proclamação da Independência, o sistema de ensino brasileiro caracterizava-se como precário, arcaico e basicamente controlado por religiosos, que estabeleciam os cursos em seminários ou colégios de padres, ensinando a gramática, retórica, latim e lógica. Ao contrário dos vice-reinados espanhóis, que possuíam Universidades desde o século XVI¹⁴⁹, o Brasil somente terá a sua primeira faculdade outorgada pelo Estado português no ano de 1808¹⁵⁰, tal instituição localizou-se na Bahia e tinha como foco principal o ensino da medicina. Corroborando essa perspectiva de relativo atraso educacional brasileiro frente a seus vizinhos, Alexandre Ferreira afirma que,

Enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência – com o objetivo de formar profissionais indispensáveis ao processo de expansão de suas possessões, Portugal não permitiu o ensino superior em terras brasileiras a não ser para as carreiras eclesiásticas, pois o intuito era manter o Brasil sob o seu domínio.¹⁵¹

Com advento da Independência, assim como em todos os outros serviços públicos, foi necessário a constituição de uma legislação específica para o sistema educacional. Na verdade, foi necessária a criação de um sistema educacional. A Carta Constitucional de 1824 trata dos aspectos gerais da educação, e em 1827 é

¹⁴⁹ A mais antiga universidade da América Latina está na cidade de Lima no Peru. Tal instituição denomina-se Universidade Nacional Maior de São Marcos e foi fundada no ano de 1551, por decreto do rei espanhol Carlos I. Hoje a referida instituição figura como a principal universidade do Peru e está entre as mais antigas universidades do mundo ainda em funcionamento.

¹⁵⁰ Importante ressaltar que apesar da falta de Universidades no Brasil houve, durante o Período Colonial, inúmeras tentativas frustradas de instauração desse meio de ensino. Segundo Alexandre Ferreira quatro iniciativas merecem destaques: A Universidade do Brasil (1592), Universidade do Brasil (1662), Universidade de Recife (1644) – essa tentativa fora efetuada durante o período do governo do holandês Maurício de Nassau, Projeto de 1789 (1789) – essa Universidade seria fruto do processo coordenado pela Inconfidência Mineira. (FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de Matemática e de Física em São Paulo. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. **13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: EACH/USP, 2012, p. 1 – 2).

¹⁵¹ FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de Matemática e de Física em São Paulo. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. **13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: EACH/USP, 2012, p. 1.

outorgada a primeira lei orgânica da educação brasileira, ou seja, somente após aproximadamente 300 anos de ocupação territorial é que surgem as primeiras leis de caracterização do modelo educacional brasileiro.

Apesar da Carta Constitucional brasileira de 1824 tratar, mesmo que de maneira parca sobre a educação superior no Brasil, é fato que esse sistema de ensino somente se alavancará de forma mais sólida a partir da Proclamação da República no ano de 1889. Porém, há de se salientar que apesar de se constituírem como infrutíferas as tentativas de estabelecer uma universidade no Brasil durante o período Imperial, pode-se afirmar que as mesmas não foram poucas. “Durante a fase imperial foram apresentados vários anteprojetos tentando criar universidades. Em verdade foram quarenta e dois anteprojetos ou quarenta e duas tentativas.”¹⁵²

O fato é que durante os anos que se seguiram à Proclamação da República, apesar das inúmeras ações tomadas visando um melhor desenvolvimento do ensino, pouco se avançou sobre esse quesito. As reformas educacionais de nível nacional dos anos de 1911 e 1925, pouco efeito surtiram sobre a deficitária, precária e excludente rede ensino primária e secundária brasileira e menos ainda sobre o ensino superior. Como consequência dessa contínua precariedade, Demerval Saviani¹⁵³, aponta que os índices de analfabetismo nesse período atingiam 75% da população brasileira, totalizando em 1920 cerca de 23.142.248 não alfabetizados.

A precarização do ensino, por parte do governo federal, e a independência na tomada de decisões políticas, no que concerne a assuntos referentes a educação, levaram diversos estados a realizarem as suas próprias reformas de base, e entre as diversas que se difundiram pelo território nacional, a paulista é a que mais foi adaptada¹⁵⁴. Dessas reformas, pode-se apontar sete como sendo as de maior

¹⁵² SILVA, Clovis Pereira da. **A matemática no Brasil: uma história de seu desenvolvimento**. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 1.

¹⁵³ SAVIANI, Demerval. O Estado e a promiscuidade entre o ensino público e o privado na história da educação brasileira. In.: SAVIANI, Dermeval (Org). **O Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 31.

¹⁵⁴ No período que se segue a implantação do sistema republicano de governo, muitas práticas foram desenvolvidas com vista a atender as novas demandas do sistema político implementado. Com um sistema educacional deficitário, uma massa de analfabetos que corresponde a $\frac{3}{4}$ da população e uma demanda que começava a caminhar em direção à mão de obra especializada, São Paulo instituiu em 1893 o sistema de ensino baseado nos grupos escolares. Tal sistema correspondia ao agrupamento de escolas com vista a um melhor desenvolvimento do sistema seriado de educação, possibilitando assim uma ampliação na oferta de vagas. O modelo escolar paulista foi implantado no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do

relevância, não somente pelo caráter educacional, mas também, e principalmente, pela unidade da federação que estava desenvolvendo, o que representava verdadeiras respostas político-ideológicas ao governo nacional. (VIDE TABELA 2).

TABELA 2: Reformas educacionais na primeira República¹⁵⁵		
ANO	ESTADO	AUTORES
1920	São Paulo	Sampaio Dória *
1923	Ceará	Lourenço Filho *
1925	Bahia	Anísio Teixeira *
1927	Minas Gerais	Francisco Campos e Mário Casasanta *
1928	Distrito Federal	Fernando de Azevedo *
1928	Pernambuco	Carneiro Leão
1930	São Paulo	Lourenço Filho *

Fonte: FILHO; SILVA, 2010, p. 231.

Vale salientar que, apesar de todos os problemas que foram se mostrando como barreiras ao sistema educacional – falta de verba, estrutura física deficitária, uma escola elitista e segregacionista – grandes eram as perspectivas que se tinham desse segmento naquele período. De acordo com Geraldo Inácio e Maria Aparecida da Silva,

A educação aparecia, nesse momento, como grande promessa regeneradora do povo (abandonado ao analfabetismo e na ignorância generalizada) e de construção da nação, agora urbana e caminhando para a industrialização. Não se admitia a formação de uma moderna nação

Norte e no Espírito Santo em 1908 (Grupo Escolar Gomes Cardim), no Mato Grosso em 1910, em Santa Catarina e em Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916, no Piauí em 1920 entre outros estados. LAGE, Ana Cristina Pereira. **Verbetes Grupo Escolar**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm. Acesso em 22 de maio de 2015.

¹⁵⁵ Com exceção dos secretários Francisco Campos, de Minas Gerais, e Carneiro Leão, do estado de Pernambuco, todos os demais abaixo listados (*) foram signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* redigido por Fernando de Azevedo e publicado em 1932. Segundo o *Manifesto* “se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares. [...] Embora, a princípio, sem diretrizes definidas, esse movimento francamente renovador inaugurou uma série fecunda de combates de idéias, agitando o ambiente para as primeiras reformas impelidas para uma nova direção. Multiplicaram-se as associações e iniciativas escolares, em que esses debates testemunhavam a curiosidade dos espíritos, pondo em circulação novas idéias e transmitindo aspirações novas com um caloroso entusiasmo. Já se despertava a consciência de que, para dominar a obra educacional, em toda a sua extensão, é preciso possuir, em alto grau, o hábito de se prender, sobre bases sólidas e largas, a um conjunto de idéias abstratas e de princípios gerais, com que possamos armar um ângulo de observação, para vermos mais claro e mais longe e desvendarmos, através da complexidade tremenda dos problemas sociais, horizontes mais vastos.” AZEVEDO, Fernando. *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, número especial, p. 188 – 204, 2006.

(sempre tendo no horizonte o modelo europeu), sem que fosse equacionada a grande questão nacional da educação.¹⁵⁶

Se, a expectativa de um sistema educacional mais amplo, aguardado com certa ansiedade pelos intelectuais que vinham desde o Império alertando para a necessidade de uma reforma estrutural, acabou por se frustrar, os ânimos serão retomados com os processos adotados pelo governo “revolucionário” de Getúlio Vargas no início dos anos de 1930. Segundo Kátia Maria Abud,

Somente depois de 30, com a tomada de poder por Getúlio Vargas e as transformações impostas pelo governo provisório, tornaram-se possíveis reformulações mais profundas no sistema de ensino, que ensejaram o aparecimento de programas e currículos de caráter nacional. [...] A Revolução de 30 colocou fim ao regime federativo criado pela constituição de 1891 e o poder político passou a ser centralizado pelo governo federal. Alegando a necessidade de substituir as antiquadas instituições políticas brasileiras, Getúlio Vargas prometia a modernização do país mediante a reformulação do seu modelo econômico e jurídico-político.¹⁵⁷

Dentro desse sistema de reformas, a revolução varguista despeja, no ano de 1931, sobre todos os setores da administração pública atos, decretos e ações presidenciais. Na área educacional a ação foi direta! Vargas cria um novo ministério, o Ministério da Educação e Saúde, que irá receber parte das atribuições do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que até então era o responsável pelas funções dos referidos assuntos.

Ao tomar posse na chefia do Governo Provisório, em novembro de 1930, Getúlio Vargas anuncia um “programa de reconstrução nacional”, no qual inclui a criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública cujas tarefas seriam o saneamento moral e físico, por meio de uma “[...] campanha sistemática de defesa social e educação sanitária” e da difusão intensiva do ensino público, com um “[...] sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados”.¹⁵⁸

Para ocupar a nova pasta ministerial, ele convida Francisco Campos, um dos grandes articuladores da campanha de Getúlio à presidência em 1930 e membro engajado do movimento revolucionário do mesmo ano. Francisco Campos, político, jurista, advogado e professor, assinou no primeiro semestre de 1931 sete decretos, conduzindo o Brasil à chamada reforma Francisco Campos, que reformulou as

¹⁵⁶ FILHO, Geraldo Inácio; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas educacionais durante a primeira República no Brasil (1889 – 1930). In.: SAVIANI, Dermeval. **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 221.

¹⁵⁷ ABUD, Kátia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/ 26, 1992, p. 163.

¹⁵⁸ HORTA, José Silvério Baia. A política educacional do Estado Novo. In.: SAVIANI, Dermeval (Org). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 281.

práticas de ensino em diversos níveis, desde a educação básica à educação superior, conduzindo, nessa, uma verdadeira revolução.

A instauração desse novo sistema educacional brasileiro traz uma série de novas práticas e ao mesmo tempo retoma algumas há algum tempo abandonadas, tal como a restauração do ensino religioso nas escolas públicas. O fato é que esse sistema instituído por Francisco Campos e refinado por Gustavo Capanema tornou possível a significativa e necessária expansão do ensino público, gratuito e destinado a todos. Segundo Saviani:

Em termos quantitativos, a matrícula geral saltou de 2.238.773 alunos, em 1933, para 44.708.589 em 1998. Considerando-se que a população do País girava em torno de 40 milhões em 1933, passando a aproximadamente 167 milhões em 1998, conclui-se que, enquanto a população global quadruplicou, a matrícula geral aumentou 20 vezes. Pode-se considerar, pois, que, a partir daí, o País caminhou “rumo à educação popular”, pela via da “ascensão das classes médias”.¹⁵⁹

Diversas foram as novas práticas instituídas no ensino básico – primário e secundário – mas, é com o decreto Lei 19.851 de 11 de abril de 1931, que Campos cria o roteiro modelar e basilar para a estruturação e ampliação do ensino universitário brasileiro, que na atual conjuntura contava com apenas três Universidades reconhecidas pelo governo federal¹⁶⁰, sendo elas: Universidade do Paraná (1913)¹⁶¹, Universidade do Rio de Janeiro (1920) e Universidade de Minas Gerais (1927). Havia também a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), essa não recebia o nome de universidade, porém possuía as prerrogativas de uma

¹⁵⁹ SAVIANI, Dermeval (Org). **O Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. *Op. cit.*, p. 37.

¹⁶⁰ Antes da reforma Francisco Campos a perspectiva de universidade constituía-se como sendo a realização da união das diversas unidades de ensino superior em um determinado estado sob uma única “bandeira”, facilitando assim o processo administrativo. Com o manifesto dos fundadores (os chamados escolanovistas) essa ideia muda. A universidade passa a ser um local para uma melhor formação humana e não somente técnica. A universidade deverá possuir, além do ensino profissionalizante ou tecnicista, o ensino das ciências humanas e das artes, contribuindo assim para a constituição de indivíduos melhores. As instituições que antecederam a essa reforma possuíam a primeira característica.

¹⁶¹ Sobre a Universidade do Paraná cabe aqui uma ressalva. A referida instituição recebe o reconhecimento no ano de 1912, quando seus estatutos e estrutura física foram aprovados pelo Presidente do estado do Paraná o Sr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque e inicia suas atividades em 1913, entretanto, por não atender pré-requisitos da Lei Maximiliano de 1915 a Universidade do Paraná desmembrou-se em diversas faculdades, entre elas de Medicina, Direito e Engenharia, porém todas sob a mesma direção. A mesma somente voltará a ser reconhecida como Universidade em 1946 e será federalizada em 1950. Assim há alguns debates e desencontros no que concerne a mais antiga universidade do Brasil, para alguns a Universidade do Paraná é a mais antiga, pois mesmo desmembrada nunca suspendeu suas atividades desde sua fundação e esteve permanentemente sob a égide de uma única direção. Para outros a universidade mais antiga é a do Rio de Janeiro fundada em 1920 e hoje conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

instituição desse gênero. Dentro desse decreto de constituição do ensino superior brasileiro havia ainda o decreto de reformulação da Universidade do Rio de Janeiro¹⁶² e o decreto de criação do conselho nacional de educação¹⁶³. Segundo Arnaldo Romero,

A Reforma, no dizer do Ministro, não pretendia propor uma ruptura drástica com o passado, para não tornar a adaptação difícil ou improvável, diminuído dessa maneira, os benefícios da mudança. O projeto foi dividido em três partes: uma geral que dizia respeito ao ensino superior, outro mais específico sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que serviria de modelo aos outros institutos isolados que pretendessem adotar o novo Estatuto, e a terceira, que criou o Conselho Nacional de Educação, definindo competências e composição.¹⁶⁴

A Reforma Francisco Campos, tornou-se de suma importância para a vida do ensino superior no Brasil, ela tirará de circulação de maneira definitiva a já ultrapassada Lei Orgânica de 1901¹⁶⁵ e determinará toda a estrutura de funcionamento desses novos estabelecimentos de ensino. Foi essa lei que, inclusive, definiu os fins do ensino universitário, qual seja:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.¹⁶⁶

Essa mesma lei determinou os aspectos gerais da constituição da universidade, a equiparação entre as entidades públicas e privadas, sua administração; as atribuições dos reitores e dos conselhos universitários; a constituição da assembléia

¹⁶² Posteriormente a Universidade do Rio de Janeiro se fundirá com a Universidade do Distrito Federal, em 1939, dando origem a Universidade do Brasil, que mais tarde será chamada de Universidade Federal do Rio de Janeiro. **(N. do A.)**

¹⁶³ Dec. n. 19.850, que criou o Conselho Nacional de Educação; Dec. n. 19.851, que dispôs sobre a organização do ensino superior; Dec. 19.852, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; todos datados de 11 de abril de 1931.

¹⁶⁴ ROMERO, Arnaldo. O sentido da reforma: o estatuto da universidade de Francisco Campos em um Brasil em transição. In: SAVIANI, Dermeval. *et al.* **História da Educação**: intelectuais, memória e política. Campinas: HISTEDBR/ UNICAMP, 2011, p. 7.

¹⁶⁵ O decreto Lei nº 3890 de 1 de janeiro de 1901, conhecido como Lei Orgânica da Educação de 1901, também nomeada de Código Epitácio Pessoa, estava dedicada ao funcionamento interno das instituições de ensino, quase que um regimento geral do funcionamento das escolas, ginásios e instituições de caráter superior, porém, não discorria sobre a constituição, financiamento, obrigações e estruturas das referidas unidades de ensino. A Lei Francisco Campos reformula todas as disposições e inclui os estatutos necessários. Para maiores informações a respeito da Lei 3890 acessar: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27.06.2016.

¹⁶⁶ BRASIL. **Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25.01.2015.

universitária; a administração dos institutos universitários; a composição, constituição e atribuições dos conselhos técnico-administrativos; a organização didática; o corpo docente; a admissão ou processo de seleção para ingresso nos cursos universitários; a habilitação de novos cursos; a emissão de diplomas; a regulamentação do corpo discente; o regime disciplinar; e por fim a vida social universitária (VIDE ANEXO 1). Assim,

Percebe-se a visão integradora e modernizante que Campos pretendia impor às novas unidades de ensino superior, e propor um modelo às já existentes, visando, primordialmente a formação das elites profissionais do país e a criação de ambientes adequados para a prática da investigação científica, ou seja, para a construção de um capital cultural e de um capital social mais adequado aos novos tempos.¹⁶⁷

De qualquer maneira, pensando nos anos que antecederam essa mudança drástica do ensino superior no Brasil, afirmar-se que outras experiências universitárias foram realizadas, entretanto, a vida das mesmas foi efêmera tanto por falta de corpo docente e técnico especializado, como pelo duro golpe desferido pela reforma efetuada pela Lei Maximiliano nº 11.530, de 18 de março de 1915.

O então ministro da Justiça e Negócios Interiores Carlos Maximiliano Pereira dos Santos suspende a Lei nº 8.659 de 5 de abril de 1911¹⁶⁸ e determina que, para receber o título de Universidade, as instituições de ensino superior deveriam estar em funcionamento há pelo menos cinco anos e localizadas em cidades com população superior a cem mil (100.000) habitantes. Essas restrições pesaram duramente sobre o ensino superior, público e privado, no Brasil até a chegada definitiva da Reforma Francisco Campos. Apesar de desferir um duro golpe no desenvolvimento universitário brasileiro que estava timidamente florescendo¹⁶⁹,

¹⁶⁷ ROMERO, Arnaldo. **O sentido da reforma**. *Op. cit.*, p. 7.

¹⁶⁸ No final do ano de 1910 a bancada legislativa gaúcha, coordenada pelos deputados João Simplício, Carlos Cavalcanti e Carlos Garcia, propõe uma emenda de lei orçamentária autorizando o poder Executivo a reformar o ensino secundário e superior que eram mantidos pelo governo federal. Apoiado por essa emenda o Presidente Hermes da Fonseca promulga a Lei Orgânica 8.659 datada de 5 de abril de 1911, redigida pelo ministro do interior, e também deputado gaúcho, Rivadávia Corrêa, que discorria sobre: a Organização do ensino, Autonomia didática e administrativa, a constituição dos Institutos de ensino superior e fundamental, Os conselhos superiores de ensino e o Patrimônio das instituições.

¹⁶⁹ Essa perspectiva de tímido crescimento está relacionada com a ideia de universidade, pois como apresentado o Brasil possuía, até a década de 1930, somente três instituições desse tipo. Porém, é de significativa importância destacar que o ensino superior em si sofreu durante a primeira década do século XX uma significativa expansão. De acordo com Luiz Antônio Cunha entre os anos de 1891 a 1910 foram criadas no Brasil 27 instituições de ensino superior, sendo 9 de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia, 8 de Direito, 4 de Engenharia, 3 de Economia e 3 de Agronomia (CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3 ed. rev. São

Será oportuno observar, no entanto, que somente em 1915 a Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”.¹⁷⁰ (FÁVERO, 2006, p. 21)

Se antes da reforma Francisco Campos o Brasil possuía apenas três universidades, com a referida inicia-se o processo de franca expansão do ensino superior brasileiro. Para Maria de Lourdes Fávero todo esse processo

trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho.¹⁷¹ (FÁVERO, 2006, p. 23).

O fato é que entre as primeiras implicações diretas desse processo está a modernização e ampliação da Universidade do Rio de Janeiro e o surgimento daquela que acabará por ser o modelo de instituição universitária adotado em todo o Brasil, nasce em 1934 a Universidade de São Paulo¹⁷².

Com a Lei 19.851¹⁷³ deixa de ser de responsabilidade exclusiva do governo federal a institucionalização dessas novas unidades de ensino. Aproveitando essa abertura, começam a surgir por todo Brasil as universidades estaduais, que tinham a sua criação incentivada pelo ministério, porém, administrada efetivamente pelos governos de seu respectivo estado. Será exemplo desse modelo a Universidade de São Paulo (1934), sustentada pelos cofres do governo do estado de São Paulo e Universidade do Distrito Federal (1935), financiada pelo governo do Distrito Federal

Paulo: Editora UNESP, 2007.p. 157 – 159).

¹⁷⁰ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, 2006, p. 21.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 23.

¹⁷² O projeto da Universidade de São Paulo de 1934 está longe da Universidade pensada e em atividade entre os anos de 1912 a 1917 principalmente por dois motivos: 1º o tipo de financiamento, a de 1934 é de financiamento público a de 1912 é de capital privado; 2º é a institucionalização em si. A primeira já nasce como universidade, já a última se aproveitou da suspensão da Lei de comparações presentes na reforma Rivadávia de 1911.

Apesar da Reforma Campos criar balizas para o ensino superior, tendo em vista a Universidade do Rio de Janeiro como modelar, é fato que a primeira universidade brasileira a conseguir por realmente em prática a proposta da lei 19.851 é a Universidade de São Paulo, pois essa, mesmo seguindo a cartilha de reunião de diversas faculdades e institutos de ensino superior sob a égide de uma única “bandeira” não se preocupou exclusivamente com o ensino profissionalizante, como fora o caso da Universidade de Minas Gerais e a Universidade do Rio de Janeiro, que tinham as Faculdades de Direito e Politécnicas como centrais em sua composição. A USP fora a primeira universidade brasileira a ter como cerne de criação a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que era vista como a principal porta para a comunhão e interação da vida universitária.

¹⁷³ Também denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras.

(RJ).

No caso da Universidade do Distrito Federal (UDF) a vida será bem mais curta que a da sua concorrente paulista. A UDF surge em 1935 e tem suas atividades encerradas em 1939, quando a mesma é absorvida pela Universidade do Brasil, antiga Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920, e que passa a integrar novas unidades de ensino com vistas à expansão do modelo de gestão universitária, posteriormente a Universidade do Brasil tornar-se-á Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No caso da Universidade de São Paulo (USP) a situação será exatamente inversa. Criada em 1934, a USP figura atualmente entre as principais instituições de ensino do mundo¹⁷⁴ e entre as mais antigas do Brasil.

A USP, instituída por meio do Decreto nº 6.283/34, surge com as seguintes finalidades: a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou seja, úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (art. 2º).¹⁷⁵

2.2 – Por um ensino superior ao molde paulista. A Universidade de São Paulo – USP.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a elite oligárquica paulista, que havia apoiado o movimento revolucionário que destituiu o direito de posse do candidato vencedor das eleições presidenciais, Júlio Prestes, sentiu-se ameaçada com as ações tomadas pelo novo governo. Medidas impopulares como: aumento de impostos, cadastramento das propriedades fundiárias, duplicação da taxa de impostos territorial, obrigatoriedade da venda de moeda estrangeira ao Banco do Brasil (sob a pena de confisco), o governo se mantendo no poder de maneira autoritária, governando sem um congresso e por meio de decretos-lei, levaram essa

¹⁷⁴ Atualmente a USP ocupa a 143ª posição no ranking mundial de universidades no ano de 2015/16. É a universidade latina americana mais bem colocada e entre as universidades do bloco dos BRICS ocupa a 9ª posição. Os dados são do grupo britânico Quacquarelli Symonds (QS) que leva em consideração na avaliação 6 quesitos: reputação da universidade entre os acadêmicos, a reputação entre empregadores, número de professores em comparação ao de alunos, número de pesquisas citadas em publicações de referência, número de alunos estrangeiros e número de professores estrangeiros. Dados disponíveis em: <http://www.topuniversities.com/universities/universidade-de-s%C3%A3o-paulo#wur>. Acesso: 27.06.2016.

¹⁷⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil**. *Op. cit.*, p. 24.

elite agrária paulista a um descontentamento. Em 1932 o descontentamento tornou-se uma revolta e no mesmo ano eclodiu a Revolução Constitucionalista¹⁷⁶. Após três meses de conflito armado entre paulistas e o governo varguista, esse se viu vencedor sobre aqueles.

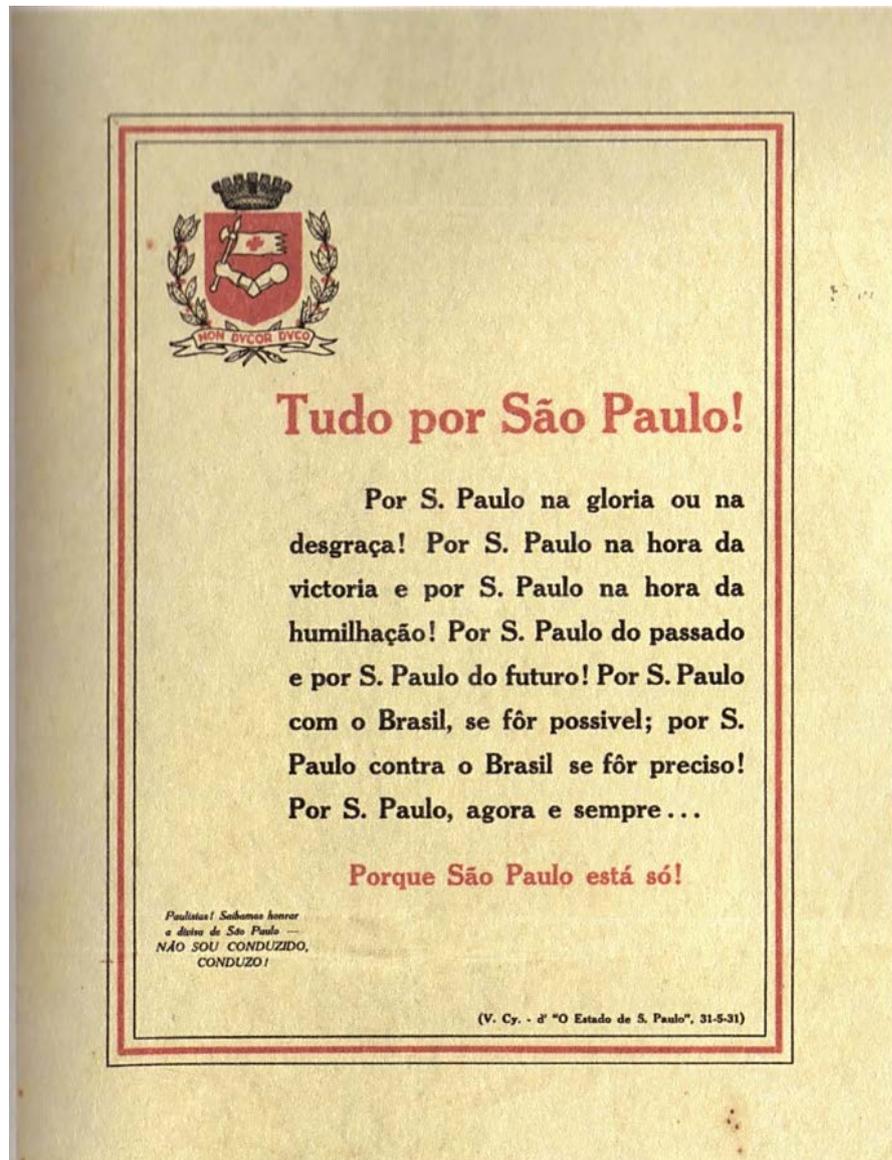


FIGURA 9: Panfleto “Tudo por São Paulo” – 1932. Esse panfleto demonstra claramente o alto grau de descontentamento da sociedade paulista com o governo de Getúlio Vargas. As tensões chegaram ao ponto de se propor, se necessária, uma secessão. FONTE: SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 385.

¹⁷⁶ É utilizada a nomenclatura Revolução Constitucionalista de 1932 por se a mais difundida, porém, está claro, segundo as proposições de João Paulo Rodrigues, que entre os especialistas que se dedicam ao assunto não há ainda um consenso no termo que deve ser realmente empregado ao citado movimento. Para alguns o momento deve ser denominado de Revolução, para outros: Guerra Paulista, Movimento, Guerra Civil ou Levante. Cf. RODRIGUES, João Paulo. Levante Paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da História. **Projeto História**, São Paulo, n. 41, p. 125 – 153, 2010.

Aliados do poder pela revolução comandada por Getúlio Vargas em 1930, solitários e derrotados na revolta constitucionalista de 1932, os paulistas assistiram a necessidade de dar uma resposta imediata, e a altura de sua relativa importância para a sociedade brasileira, ao governo getulista. Então, o interventor paulista, Armando de Salles Oliveira, incentivado por um dos maiores empresários midiáticos daquele momento, Júlio de Mesquita Filho, seu cunhado e dono do tradicional jornal *O Estado de São Paulo*, decide pôr em prática o projeto de uma universidade que havia de rivalizar diretamente com a instituição proposta pelo governo federal no Rio de Janeiro e pelo governo do Distrito Federal, a USP.



FIGURA 10: Brasão da Universidade de São Paulo no período de sua fundação em 1934¹⁷⁷. Disponível em: http://www.esalq.usp.br/instituicao/simbolos_uspianos.htm.

Para Simon Schwartzman,

A USP não é uma universidade nacional, mas uma instituição criada pela elite política do Estado de São Paulo, a região econômica mais rica do Brasil, numa competição clara com o governo federal, que na época pretendia estabelecer uma universidade nacional no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil.¹⁷⁸

Ivanir Lopes e Thais dos Santos coadunam com essa perspectiva de resposta ao

¹⁷⁷ Entronizado em cátedra, simbolizando com sua figura e aparato (manto, espada em riste e livro seguro com firmeza) o poder da sabedoria, o mais culto dos apóstolos bíblicos forma, com seu nome, o amálgama Estado – Cidade – Universidade, entidades representadas pelos respectivos brasões. A identidade do brasão maior, acima, é o lema inspirador, abaixo, completam a peça do artista José Wash Rodrigues. Texto de Z. Z. Marcos, disponível em: http://www.esalq.usp.br/instituicao/simbolos_uspianos.htm, acesso em 28.01.2015.

¹⁷⁸ SCHWARZTMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 56, 2006, p. 161.

Governo Federal. Elas afirmam, na obra *USP 70 anos, Imagens e depoimentos*, que

um ambicioso projeto político e científico-cultural foi a base para a fundação da USP, em 1934. São Paulo buscou modernizar a sociedade através do conhecimento científico, depois da frustração e humilhação vividas com a derrota da Revolução Constitucionalista.¹⁷⁹

Até mesmo o professor francês da missão estrangeira de 1934, Paul Arbousse Bastide, via claramente que a USP era herança e fruto de um sentimento revolucionário contrário à perspectiva oligárquica dominante. Anos mais tarde o professor Bastide dará um depoimento sobre sua estadia na USP, e o mesmo apresentou a seguinte perspectiva sobre a fundação da Universidade de São Paulo:

O Brasil era pra mim, a terra dos “possíveis” em relação ao mundo fechado que a França representava. Meus amigos realmente não entenderam o porquê da minha partida para tão longe. Até o fim, suspeitavam que eu estivesse fugindo depois de ter aprontado algo condenável. Aqui, nós professores tivemos a impressão de que algo novo ocorria em São Paulo. Foi só aos poucos que conseguimos interpretar o fenômeno fora do parâmetro curricular. A fundação da Faculdade de Filosofia, pouco depois da revolução de 1932, possuía o valor simbólico da afirmação cultural do “patriotismo paulista”. É como se a USP integrasse uma estratégia ideológica pela qual se procurava demonstrar aos outros estados da Federação que São Paulo não era apenas a locomotiva econômica de um trem pouco produtivo. Era preciso forjar a vanguarda para a cultura paulista. Era essa, pelo menos, a consciência predominante entre os primeiros estudantes. Os professores estrangeiros entraram sem querer nesse processo de bandeirantismo.¹⁸⁰

O rancor e o pesar pelas contínuas derrotas sofridas pela elite paulista pode ser vislumbrada claramente nas palavras de Júlio de Mesquita Filho, por ocasião da proposta de criação da USP. Há com essa ação, relativa necessidade de legitimação e de poder.

Derrotados pelas forças das armas, sabíamos perfeitamente bem que só pela ciência, e com um esforço contínuo, poderíamos recuperar a hegemonia gozada na federação por várias décadas. Paulistas até os ossos, tínhamos herdado dos nossos antepassados bandeirantes o gosto pelos projetos ambiciosos e a paciência necessária para as grandes realizações. Que monumento maior do que uma universidade poderíamos erigir àqueles que tinham aceito o sacrifício supremo para defender-nos do vandalismo que conspurcara a obra dos nossos maiores, desde as bandeiras até a independência, da Regência até a República? [...] Saímos da revolução de 1932 com o sentimento de que o destino tinha colocado São Paulo na mesma situação da Alemanha depois de Jena, do Japão depois do bombardeio pela marinha norte-americana, ou da França depois de Sedan. A história desses países sugeria os remédios para os nossos males. Tínhamos vivido as terríveis aventuras provocadas, de um lado, pela

¹⁷⁹ LOPES, Ivanir Ferreira de Souza; SANTOS, Thais Helena dos. **USP 70 anos, imagens e depoimentos**. São Paulo: USP/ Coordenadoria de Comunicação Social, 2005, p. 26.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 34.

ignorância e incompetência daqueles que antes de 1930 tinham decidido sobre o destino do nosso estado e da nossa nação; de outro, pela vacuidade e a pretensão da revolução de outubro [de 1930]. Quatro anos de contatos estreitos com os líderes das duas facções nos convenceram de que o problema do Brasil era acima de tudo uma questão de cultura. Daí a fundação da nossa universidade, e mais tarde da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.¹⁸¹

Esse ideal de resposta e rancor, ficam ainda mais latente, segundo Diogo Roiz e Jonas Rafael dos Santos, quando, já durante as aulas, tratava-se de assuntos como cultura e formação nacional. De acordo com os autores,

Quando se falava de formação geográfica, enfatizavam-se mais os aspectos paulistas do que os nacionais, e quando se falava da história nacional parecia se querer mais ressaltar a história paulista a partir do bandeirantismo. Provavelmente, esses “tópicos especiais” se dirigiam no interior do curso em função do contexto social do período, de recuperação “paulista” sobre a derrota de “1932” (com foco na imagem do “desbravador bandeirante”), e com objetivo de revelar a importância do Estado sobre a formação histórica do país.¹⁸²

Com o “orgulho ferido”, a elite paulista resgatará um sentimento que Danilo José Zioni Ferretti denominou de “paulistanidade”¹⁸³. Uma mitologia criada principalmente a partir da década de 1910, que visa difundir a ideia de pioneirismo do estado de São Paulo que remonta a suas origens aos bandeirantes. Uma perspectiva histórica, fundamentada em documentações do período colonial e apropriada politicamente, principalmente, por elementos do Partido Republicano Paulista (PRP), entre eles Afonso E. Taunay, Alfredo Ellis Jr e Washington Luís.

Segundo Ferretti, tal perspectiva estava embasada na

visão do “destino manifesto paulista”, elaborada no interior do IHGSP, que preconizava o pioneirismo e liderança de São Paulo no processo de construção da nacionalidade brasileira por meio da definição e ocupação do território e da conquista da liberdade.¹⁸⁴

Toda uma carga simbólica que culmina, essencialmente, em dois momentos. O primeiro, na institucionalização do brasão da cidade de São Paulo que possui sua

¹⁸¹ MESQUITA FILHO, *apud*, SCHWARZTMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil. *Op. cit.*, p. 164.

¹⁸² ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira.** *Op. cit.*, p. 148.

¹⁸³ Cf. FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade.** Identidade, historiografia e política em São Paulo. 390 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2004.

¹⁸⁴ FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade.** Identidade, historiografia e política em São Paulo. 390 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2004, p. 336.

origem datada de 1917. Sobre esse assunto Ferretti apresenta a seguinte perspectiva:

em 1917 foi escolhido o brasão oficial da cidade, sendo aclamado vencedor o projeto do poeta Guilherme de Almeida e do pintor José Washt Rodrigues. O lema que ostentava sintetizava o sentido da visão republicana da história paulista: “Non Ducor, Duco”, em bom português: “Não sou conduzido, conduzo”. Ficava patente, neste mote, a mensagem subjacente às iniciativas da política de culto ao passado paulista, ou seja, a idéia de que São Paulo seria o líder inconteste na construção nacional, fosse no presente de hegemonia dos cafeicultores perrepeistas, fosse no passado bandeirante. O “Non Ducor, Duco” era a transposição para a heráldica da idéia de São Paulo locomotiva da nação.¹⁸⁵



FIGURA 11: Brasão para a cidade de São Paulo, proposto por Guilherme de Almeida e J. W. Rodrigues, no ano de 1917. Posteriormente o brasão sofreu diversas alterações até atingir a proposta atual. Segundo Wash Rodrigues a espada simbolizava São Paulo Apóstolo, D. Pedro I e o valor militar paulista. Disponível em: <http://tudoporsaopaulo1932.blogspot.com.br/2010/07/projetos-do-brasao-da-cidade-de-sao.html>. Acesso: 30.06.16.

E o segundo momento se deu com a origem da Universidade de São Paulo, onde, com essa proposição, se realizam todas as aspirações da elite paulista. Demonstram mais uma vez o pioneirismo paulista, a independência econômica e política do governo estadual frente ao governo federal e a insatisfação com a gestão política nacional que excluiu o estado de São Paulo, “a locomotiva da nação”, das decisões vitais do país.

Dessa forma, com a proposta tomando força após a Revolução de 1932, o recém-nomeado interventor paulista, Armando de Salles Oliveira, cria uma comissão

¹⁸⁵ FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade.** *Op. cit.*, p. 330.

específica que tomará frente aos trabalhos que hão de criar as diretrizes constitutivas da universidade. Em 1933 essa comissão conta com a presença de figuras ilustres da elite intelectual paulista, tais como Fernando de Azevedo, Almeida Júnior (Instituto de Educação), Theodoro Ramos e Fonseca Teles (Escola Politécnica – o primeiro virá a ser nomeado posteriormente diretor da FFCL), Raul Briquet e André Dreyfus (Faculdade de Direito), Rocha Lima e Agesilau Bittencourt (Instituto Biológico) e Júlio de Mesquita Filho (representante do “*Grupo do Estado*”).

Como resultado dos debates realizados e tomadas as devidas decisões, reuniu-se sob uma única bandeira as faculdades de: Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia, Escola Politécnica, Instituto de Educação, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, Escola de Medicina Veterinária, Escola Superior de Agricultura, Escola de Belas Artes e a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além de instituições complementares como: Instituto Biológico, Instituto de Higiene, Instituto Butantã, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geográfico, Museu Paulista, Serviço Florestal, entre outras instituições que irão compor o quadro universitário posteriormente. Com essa enorme constituição, institucionaliza-se sob o decreto estadual nº 6.283 de 25 de Janeiro de 1934, dia do aniversário da cidade de São Paulo, a Universidade de São Paulo.

2.2.1 – Uma perspectiva de futuro: a intelectualidade paulista e seus anseios educacionais. O caso do “*Grupo do Estado*”.

Em uma perspectiva macro o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu é a legitimação, por outro grupo ou pela sociedade, de um poder simbólico construído ou adquirido, subjugando assim, as estruturas sociais já estabelecidas e tornando essas novas perspectivas estruturantes em poder estruturado, pode-se afirmar que esse é o caso USP. A associação entre os diversos segmentos sociais da época (década de 1920 e 1930) e a constituição de *campos* – intelectual, político e econômico – que permitiram a circulação de indivíduos comuns entre eles é de fato o fator de maior contribuição para a realização e concretização da USP. Alfredo Bosi, no prefácio da obra *A comunhão paulista*, discorre que é exatamente essa ligação múltipla que torna possível a realização de ações complexas, como o caso da criação de uma Universidade em São Paulo, para Bosi,

Poder, idéias, um jornal e uma universidade, tudo se imbrica e se aclara

mutuamente quando a análise sabe cortar fundo um momento determinado de nossa história. Saímos da leitura do texto convictos de que os valores nunca se conservam, a longo prazo, anódicos: eles movem os grupos sociais para as lutas bem concretas e a sua força construtiva ou destrutiva não se contém nem se oculta indefinidamente. Os valores, mais cedo ou mais tarde, agem. E, quando lastreados por uma base econômica estável. Reproduzem-se por lapsos de tempo cuja longa duração chega a nos surpreender.¹⁸⁶

Da campanha pela criação de uma universidade em São Paulo à sua efetiva institucionalização, houve o intermédio e a forte influência de um *campo* para que tal empresa fosse possível, o *campo intelectual*, que no caso paulista, girava em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* e da emblemática figura do empresário midiático Júlio de Mesquita Filho. Um grupo de intelectuais, que fez utilização do referido jornal como ferramenta de campanha por uma universidade, que fosse para além do ensino técnico institucionalizado e se preocupasse com a alta cultura e um ensino desinteressado, foi inicialmente denominado de o “*Grupo do Estado*”.

Formado por jornalistas (principalmente do *Estado de S. Paulo*), intelectuais e políticos, esse grupo começou a ganhar força no início dos anos de 1920, porém, obteve, definitivamente, grande influência a partir da década de 1930, sendo um dos grandes articuladores de dois grandes momentos da história paulista, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a criação da Universidade de São Paulo em 1934.

Constituído por grandes nomes da elite paulista, o “*Grupo do Estado*” possuía membros presentes na esfera econômica e intelectual, estendendo-se também ao *campo político*. Entre os seus membros estão: Júlio de Mesquita Filho (proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*), Francisco Mesquita (Gerente do Jornal), Nestor Rangel Pestana (redator), Armando de Salles Oliveira (Presidente do Jornal, cunhado de Júlio de Mesquita Filho e futuro interventor de São Paulo), Plínio Barreto (redator), Paulo Duarte (redator), Léo Vaz (redator), Amadeu Amaral (redator), Vivaldo Coaracy (redator), e Fernando de Azevedo (redator, secretário Geral da Instrução Pública de São Paulo e futuro diretor do Instituto de Educação da USP). Esses eram os principais nomes que atuaram ativamente no chamado “*Grupo do Estado*”.

O Jornal recebeu, também, apoio e colaboração de grandes personalidades

¹⁸⁶ BOSI, Alfredo. Prefácio. In: CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortes/ Autores Associados, 1982, p. 11.

brasileiras, que escreviam de maneira autônoma e contribuíaam de maneira esporádica com o periódico, entre esses estão: Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Alberto de Faria, Afrânio Peixoto, Oscar Freire, Paulo Pestana, Arthur Neiva, Rocha Lima, Amadeu Amaral, Adalgiso Pereira e Plínio Barreto. Outros intelectuais de prestígio irão se unir ao projeto do “*Grupo do Estado*”, tais como: José Veríssimo, Oliveira Lima, Coelho Neto, Sampaio Dória, José Feliciano, Gabriel Prestes e Mário Pinto Serva, sendo esses últimos quatro, juntamente com Fernando de Azevedo, o grupo dos educadores.

Possuindo uma heterogeneidade constitutiva, presente em diversas esferas da comunidade paulista da época e tendo entre seus colaboradores diversos membros do *campo político* paulista, o jornal e sua elite dirigente, posicionava-se de maneira neutra e independente, no que se refere ao segmento partidário, pois, segundo Irene Cardoso sendo,

Porta voz da Comunhão Paulista ilustrada, o jornal apresentava-se numa posição de *independência* e *imparcialidade* diante das ações partidárias, pautando seus julgamentos e ações por um “*sistema de princípios*” e, desse modo, integrando-se na continuidade histórica que era característica da Comunhão [...] Como se poderá ver, o “*sistema de princípios*” está embasado em dois temas fundamentais: o liberalismo e a democracia.¹⁸⁷

E, complementa afirmando que

O “*sistema de princípios*” envolve ainda uma série de temas em torno dos quais o jornal assume posições, tais como: sufrágio universal, voto secreto, partidos políticos, justiça, república, ditadura, comunismo, fascismo, questão social, regionalismo (autonomia dos estados e municípios), revolução, reformulação do sistema por via pacífica, diretrizes econômicas, além da educação.¹⁸⁸

Como dito anteriormente, apesar de possuir em seu quadro colaborativo membros da elite política, fica claro que as aspirações desse “grupo” estão para além dessa perspectiva. Dotados de um senso de princípios universais e convencidos de que eram os responsáveis por proverem novas perspectivas que levassem a uma evolução cultural brasileira, o “*Grupo do Estado*” tinha em seu cerne uma diretriz fundamental para a realização de suas aspirações, uma Universidade. Tal instituição constitui-se como peça fundamental nesse processo de construção de uma nova

¹⁸⁷ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**: o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortes/ Autores Associados, 1982, p. 47.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 52.

elite¹⁸⁹ dirigente, formada em um novo e eficaz modelo educacional, e com os olhos voltados não somente para a sociedade paulista, como para a brasileira. Nessa perspectiva Irene Cardoso afirma que

O “*Grupo do Estado*” assume a postura de “estado maior intelectual” e dentro desta pretensão constrói um projeto de hegemonia cultural e política, onde a Universidade aparece como condição estratégica. Isto definirá a “marca ideológica” da criação da Universidade de São Paulo. Sistemáticamente invocada em momentos posteriores a sua história.¹⁹⁰

Seguindo a perspectiva de que o “*Grupo do Estado*” possuía uma visão integradora, que seria concebida pela educação, princípios e consciência frente à defasada elite política vigente, Ana Beatriz Maia defende que a visão dessa elite intelectual seguia na seguinte direção:

A formação da “consciência nacional”, ponto chave para a reorganização da sociedade brasileira, passaria pela compreensão dos problemas pelos quais esta passava ao longo dos anos de 1920. Para que houvesse essa compreensão, os liberais paulistas acreditavam no poder de transformação da educação, que por sua vez teria que passar de um estágio deficitário, que aos olhos de Júlio de Mesquita sofria da falta de um sistema de ideias, de princípios e um ideal, para uma etapa na qual uma nova elite pensante, criada sob o rigor do pensamento científico, técnico e metodológico, afastaria do comando da sociedade os elementos da mentalidade tradicional e tornar-se-iam membros da classe dirigente, levando a nação rumo ao progresso.¹⁹¹

Sendo, então, a Universidade o ponto nevrálgico da proposta dessa elite, com vistas a um determinado futuro, cabe salientar que, mesmo sendo alheios ao ideal político em vigência, eles sabiam que dependeriam desse *campo*, especificamente, para tornar real a proposta, pois almejavam uma universidade pública, estruturada e financiada pelo estado, e para que isso fosse possível seria necessária a influência de seus membros nessa esfera do poder. Tal influência viria a ser exercida, entre os diversos membros do “grupo”, principalmente por três personagens, Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Armando de Salles Oliveira.

¹⁸⁹ Entenda elite aqui não como aquela econômica, mas uma nova elite intelectual, embebida nos conceitos de liberdade e democracia, que estaria, e possuiria um conhecimento, acima da elite política existente, que destrói e corrompe o sistema. Uma elite preocupada com a mais alta cultura e bem estar de todos. Uma elite que pudesse por a ciência a serviço da sociedade e do Estado.

¹⁹⁰ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**. *Op. cit.*, p. 53.

¹⁹¹ MAIA, Ana Beatriz Feltran. **O ensino superior em O Estado de S. Paulo: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947 – 1964)**. 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 26.



FIGURA 12: Júlio de Mesquita Filho (1956). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/a-trajetoria-de-julio-de-mesquita-filho,politica,303608>. Acesso 16.06.2015.

No caso de Júlio de Mesquita Filho a trajetória de debates, tendo como pano de fundo o sistema educacional, data de um período bem anterior à constituição da comissão responsável pela formulação do projeto da USP, em 1933. A trajetória de Júlio de Mesquita Filho e seu Jornal, nos debates educacionais, inicia-se em 1925, com forte crítica desenvolvida ao sistema de reformas implementadas pelo Ministro João Luiz Alves, com a Lei 16.782 – A, considerada insatisfatória e insuficiente para atender as demandas do ensino no Brasil.

Posteriormente Júlio de Mesquita Filho retornará as páginas do editorial do Jornal para apresentar e defender, também em 1925, a implantação de um Liceu de Ensino Secundário aos moldes franceses, ou seja, que preparasse o aluno não somente para o ensino técnico, mas também o iniciasse nas práticas da mais alta cultura. Ainda nesse ano Júlio de Mesquita Filho irá publicar o texto *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data*, tal editorial vem a público em 15 de novembro de 1925 e apresenta inúmeros pontos, que na visão do autor, contribuem para a crônica crise política pela qual o Brasil vinha passando, entre os problemas está a deficiência do sistema de ensino, principalmente o superior. Ele afirma que,

Reestabelecido o jogo natural das instituições constitucionais pelo advento da opinião pública, restar-nos-ia dar início a construção do organismo concatenador da mentalidade nacional, representado, em todos os países de organização social completa, pelas Universidades. Sem o concurso dessa instituição secular a que a humanidade deve o melhor de suas conquistas, inútil se torna qualquer esforço no sentido de conseguir a nossa emancipação definitiva. Ao mais superficial observador não escapará, realmente, a insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país. Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de

estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as directrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de acção. Essa falha lamentável a que devemos attribuir, em última análise, a situação crítica que atravessamos, se evidência na pobreza inacreditável da nossa produção intellectual.¹⁹²

Ainda nesse texto, Júlio de Mesquita Filho, discorre sobre o real motivo pelo qual a causa da Universidade para o Brasil não é somente necessária como também urgente. Comparando o sistema político brasileiro com o de países como Inglaterra, França, Japão e Argentina, o autor justifica que as elites intelectuais desses países contribuem de forma significativa para a compreensão das demandas sociais e para a correta adaptação das ações públicas a essas, minimizando assim, possíveis danos causados por erros de implantação dos projetos institucionalizados, tornando as práticas políticas mais harmoniosas às demandas nacionais. No caso brasileiro, Mesquita Filho, afirma que

entre nós nada disso existe. Impera em todos os meios alarmante anarquia, sem que se consiga perceber, na inextricável confusão intellectual que se debate a nação, um systema de ideias, de princípios, um ideal, em suma, que insulfle o entusiasmo indispensável às realizações coletivas. A reacção que esboça contra o regimen oligárchico é a única manifestação palpável da vitalidade nacional. Concretizada no movimento incipiente em torno do voto secreto, ella nos revella o vácuo immenso em que nos arremessou o descaso tradicionalmente votado pelos dirigentes do país ao problema da educação nacional [*sic passim*].¹⁹³

A denúncia sobre o problema da deficiência intelectual latente no Brasil poderá ainda ser observada anos mais tarde no *Manifesto dos Fundadores* da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, publicado no ano de 1933. Transcrito parcialmente por Luiz Antônio Cunha em que se dá o seguinte destaque:

Ainda há pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e também agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo útil, cogita de uma renovação benéfica, mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros.¹⁹⁴

Outros textos e ações irão surgir visando à ampliação do debate sobre as necessidades do sistema de ensino, entre elas está à encomenda a Fernando de Azevedo de um inquérito sobre a educação pública, isso no ano de 1926. O

¹⁹² MESQUITA FILHO, Júlio de. A crise nacional: reflexões em torno de uma data. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 de novembro de 1925. Editorial, p. 3.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Escola Livre de Sociologia e Política, *apud*, CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 236.

“*Inquérito*” encomendado para o jornal *O Estado de S. Paulo* foi publicado em diversas partes ao longo de quatro meses e conta com respostas adquiridas de profissionais da educação de diversos níveis da instrução pública paulista.

O *Inquérito de 1926* ou *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo* traz um retrato da situação do ensino, principalmente primário e secundário com proposições sobre o ensino superior, no estado de São Paulo no ano de 1926. Redigido por Fernando de Azevedo o “*Inquérito*” tinha como principal objetivo fomentar a realização de uma reforma educacional estrutural no estado de São Paulo que se tornasse modelar para o sistema nacional de ensino. Seguindo o modelo proposto por seu pai em 1914, ano que houve a realização e publicação do primeiro inquérito sobre o ensino em São Paulo, Júlio de Mesquita Filho não poderia, segundo José Alfredo Vidigal Pontes, “escapar a importância de reunir opiniões de forma organizada e abrangente”¹⁹⁵ tendo em vista os seus objetivos. Ainda segundo Carmen Moraes,

Pode-se mesmo afirmar que o “*Inquérito*” de 1926 significa a sistematização da proposta educacional defendida por este setor liberal, traduzida pela primeira vez num plano perfeitamente articulado de ensino voltado para a reconstrução social.¹⁹⁶

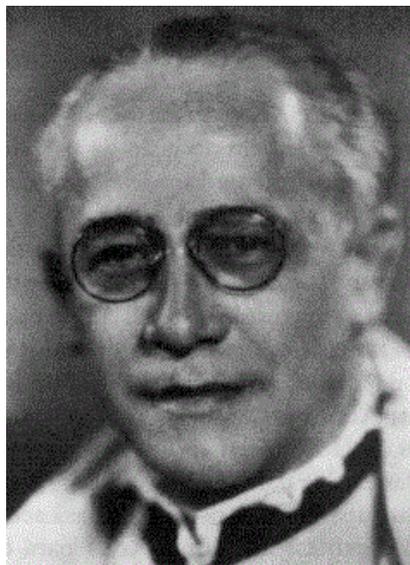


FIGURA 13: Fernando de Azevedo (s.d). Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300016. Acesso em: 16.06.2015.

¹⁹⁵ PONTES, José Alfredo Vidigal. **Júlio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massagana, 2010, p. 37.

¹⁹⁶ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A sistematização da política educacional dos “liberais reformadores”: o *Inquérito de 1926*. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 20, n. 1 – 2, 1994, p. 84.

Considerada como significativa a contribuição de Júlio de Mesquita Filho para o sistema educacional brasileiro, é maior ainda a paixão de Fernando de Azevedo por essa causa. Personalidade de rara singularidade, Fernando de Azevedo graduou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, e atuou a partir de 1923, ano de seu ingresso no jornal *O Estado de S. Paulo*, em diversas frentes em defesa da educação e da reforma do sistema de ensino. Durante o período que compôs o “*Grupo do Estado*”, foi de relativa importância para o desenvolvimento e amadurecimento das perspectivas pedagógicas desse grupo. Além de desenvolver suas atividades como redator do jornal, Fernando de Azevedo foi diretor-geral da Instrução Pública do estado de São Paulo por duas vezes (1927 – 1930; 1933), redator da proposta da reforma do ensino do Distrito Federal em 1928, na USP, foi Diretor do Instituto de Educação, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e chefe do departamento de Sociologia. Ainda no campo político exercerá o cargo de Secretário de Educação e Saúde do estado de São Paulo.

Visto o engajamento de Fernando de Azevedo em proposições com vista ao desenvolvimento, ampliação e modernização do ensino, é correta a escolha realizada por Mesquita Filho desse intelectual para a elaboração e realização do *Inquérito* proposto. Após a produção do *Inquérito de 1926*, outros surgiram possuindo abordagens similares, porém com finalidades diferentes as propostas por Fernando de Azevedo. Entre essas novas pesquisas vale destacar duas, o *Inquérito da Associação Brasileira de Educação (ABE) de 1928 – O Problema universitário Brasileiro*, e o *Inquérito do Rotary Club de São Paulo*.

O “*Inquérito*” produzido pela ABE¹⁹⁷ em 1928 em muito difere daquele produzido pelo núcleo educacional paulista. O primeiro ponto é o núcleo gerador de um modelo educacional, que no caso da ABE tem como centro irradiador de um novo modelo educacional a cidade do Rio de Janeiro e o estudo dirigido por Fernando de Azevedo teria São Paulo como esse agente. Outra diferença entre as duas vertentes é de caráter ideológico, pois o foco da ABE estava na nacionalidade, na unidade nacional, na brasilidade, pensamentos considerados de caráter centralizador e vistos

¹⁹⁷ Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924, possuía perspectivas nacionais para a educação e estava situada na cidade do Rio de Janeiro.

por muitos¹⁹⁸ como passos para uma vertente autoritária, ao passo que o “*Inquérito*” paulista possuía características liberais, de estudos mais amplos e ampliação do intercâmbio universitário com vistas à formulação de uma cultura mais rica.

O segundo “*Inquérito*”, que seguiu o redigido por Fernando de Azevedo, foi o do Rotary Club de São Paulo. Com o foco principal no ensino superior, essa pesquisa possuía, ao contrário do levantamento produzido pela A.B.E, alinhamento ideológico com o “*grupo do Estado*”, no entanto, não possuirá grande destaque no debate educacional paulista por não possuir relativa homogeneidade no pensamento sobre e como deveria se constituir o ensino superior em São Paulo.

Vale a pena aqui salientar que apesar de não terem produzido um inquérito sobre níveis de instrução, havia também nesse debate a perspectiva do governo, que até a década de 1930, investia em um sistema descentralizador, com os estados tomando as suas respectivas iniciativas para resolver seus problemas regionais de ensino. Nesse caso não existia uma política nacional de ensino consolidada, e como já citado anteriormente, diversos foram os estados que realizaram a criação de modelos de ensino. Após a década de 1930, com a revolução de Getúlio Vargas, há a criação de uma política nacional de ensino figurada nos decretos citados. No entanto, essa perspectiva foi encarada até certa medida como molde de uma política centralizadora.

Outra significativa contribuição de Fernando de Azevedo para a educação foi a redação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*¹⁹⁹ datado de 1932. Ao

¹⁹⁸ Principalmente pelos signatários do movimento Escolanovista: Fernando de Azevedo Afranio Peixoto A. de Sampaio Doria Anísio Spinola Teixeira M. Bergstrom Lourenço Filho Roquette Pinto J. G. Frota Pessoa Julio de Mesquita Filho Raul Briquet Mario Casassanta C. Delgado de Carvalho A. Ferreira de Almeida Jr. J. P. Fontenelle Roldão Lopes de Barros Noemy M. da Silveira, Hermes Lima Attilio Vivacqua Francisco Venancio Filho Paulo Maranhão Cecilia Meirelles Edgar Sussekind de Mendonça Armada Alvaro Alberto Garcia de Rezende Nobrega da Cunha Paschoal Lemme Raul Gomes.

¹⁹⁹ Os autodenominados “Pioneiros da Educação Nova” manifestaram a insatisfação com o modelo de educação embasado na retórica e na adoção de perspectivas falidas como meio de adequação e expansão do ensino. Porém “Nem todos pensavam da mesma maneira, e nem tiveram o mesmo destino. Anísio Teixeira e, em menor grau, Fernando de Azevedo, atrairiam a ira da Igreja Católica, seriam chamados de comunistas, e passariam períodos de ostracismo; Lourenço Filho assumiria uma postura predominantemente técnica e se manteria como assessor próximo de Capanema até o fim de seu ministério. Francisco Campos não mais voltaria à área educacional depois de seu período de ministério, assumindo mais tarde posição no governo Vargas como seu ministro da Justiça” (ROSA, 2008, p. 56). “Em dezembro de 1930, Alceu Amoroso Lima, eminente líder católico, encontraria algum lugar para Deus entre os revolucionários, ao afirmar haver entre eles “uma corrente racional, tradicional e cristã” em oposição a uma outra “demagógica, libertária, que fatalmente levaria ao

contrário do “*Inquérito*”, que teve como ponto de partida apontamentos realizados pelos entrevistados sobre os diversos problemas da educação paulista e suas possíveis soluções, nesse, Azevedo, lançará mão de uma série de proposições e diretrizes próprias visando melhorias significativas no sistema educacional brasileiro. O *Manifesto* passa a propor soluções em uma perspectiva macro, ao contrário do *Inquérito* que buscava apontar as melhorias necessárias para a instrução em São Paulo.

Entre as várias proposições estão: algumas posições que o estado deve tomar em face da precária situação do sistema de ensino, e nesse caso, ele aponta três mais especificamente, que são: a educação como uma função essencialmente pública; instalação de escolas únicas, ou seja, com padrões pedagógicos mínimos e para todos, sem segregação; e a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. Além de dar destaque às diretrizes do estado, Fernando Azevedo também discorrerá sobre as funções da educação, o processo educativo, plano de reconstrução do ensino, formação de professores e o papel e função social da escola.

O “*Manifesto de 32*” e suas modernas proposições são vistas com entusiasmo pelas principais personalidades do pensamento pedagógico do período, fazendo com que, em sua busca por apoiadores, Fernando Azevedo consiga recolher assinatura de 25 signatários de sua proposta. Entre os adeptos estão figuras ilustres como: Anísio Teixeira, Roquette-Pinto, Júlio de Mesquita Filho, Atílio Vivacqua e Cecília Meireles.

Tendo em vista que o “*Manifesto*” foi redigido por um de seus colaboradores mais assíduos, e por caracterizar de maneira clara as aspirações do “*Grupo do Estado*”, o jornal *O Estado de S. Paulo* emite, no dia 22 de março de 1932, uma nota de apoio aos ideais e princípios expostos no texto de Fernando de Azevedo, dando destaque aos que possuíam características liberais. Sobre o “*Manifesto*” a nota dizia que:

materialismo comunista e à perseguição da tradição cristã”. Chama, então, os católicos para lutar contra a corrente demagógica, propondo o exercício de uma ação social no sentido de “defender a incorporação de suas reivindicações no futuro estatuto político do país.” Três meses depois, a revista *A Ordem* conclama os católicos para a luta pelo esforço da posição da Igreja na sociedade e adianta: “A revolução será ineficiente enquanto não se conferir à Igreja sua devida supremacia.” O governo responde de forma positiva. Um mês depois é promulgado o decreto que faculta o ensino religioso nas escolas públicas, abolido desde a Constituição de 1891.” ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo**. 351 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 58.

É um trabalho de fôlego em que o grave problema é analisado sob todos os aspectos e em que se procura, com o máximo cuidado, a solução mais feliz que lhe deve ser dada. Todos os pontos essenciais são examinados, e examinados com proficiência.²⁰⁰

Sobre as adaptações necessárias para que seja possível a obtenção de um ensino público de qualidade, que atenda aos anseios da nação, o jornal destaca que o “*Manifesto*” defende princípios como a laicidade do ensino, gratuidade, obrigatoriedade entre outros.

O manifesto reclama para o ensino oficial as características fundamentais da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, e co-educação. São princípios vitoriosos em toda a parte onde a democracia reina. A função educacional, para ser perfeita, exige unidade, autonomia e descentralização.²⁰¹

No entanto, a maior contribuição de Fernando de Azevedo, no caso de nossa análise, foi a determinação, no “*Manifesto*”, do conceito de universidade. Ele será um dos primeiros a determinar e defender no Brasil a trindade universitária: ensino, pesquisa e extensão. Para Fernando de Azevedo,

A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita, como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação) [pesquisa], docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) [ensino] e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes.²⁰²

Por fim, o terceiro componente dessa tríade é o engenheiro e empresário midiático (sócio e presidente do jornal *O Estado de S. Paulo*), Armando de Salles Oliveira, uma figura emblemática nesse processo de institucionalização da universidade e central no processo de implementação das perspectivas educacionais do “*Grupo do Estado*”.

Sob sua batuta, toda a produção intelectual produzida pelos colaboradores do “*Grupo do Estado*”, tendo em vista o debate educacional, ganhou corpo e espaço. Outra perspectiva que lhe coube foi a do “*sistema de princípios*”, que repudiando o sistema político vigente, visava à ampliação do liberalismo e da democracia, que na visão do “*grupo*” passava por um momento crítico.

²⁰⁰ NOTAS E INFORMAÇÕES. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 de março de 1932, p. 3.

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² AZEVEDO, Fernando. *et al. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2010, p. 56.



FIGURA 14: Armando de Salles Oliveira. Disponível em: <http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=25>. Acesso em: 16.06.2015.

Diferentemente da perspectiva apolítica do “*Grupo do Estado*”, Armando de Salles era figura ativa no cenário e *campo político* paulista. Filiado ao Partido Democrático e membro da Frente Única Paulista, coordenará a ação desencadeadora da Revolução Constitucionalista de 1932. Salles foi exilado politicamente em duas ocasiões, a primeira logo após o término da Revolução de 32 e a seguinte em 1938, após a implantação do Estado Novo, esse exílio durará até 1945, ano de seu retorno ao Brasil e de sua morte.

Como figura de grande articulação política, Armando de Salles Oliveira, foi indicado, mesmo tendo sido um dos articuladores da Revolução de 32 e estando em exílio, como possível sucessor na interventoria paulista que seria substituída em 1933. Nome de consenso e um verdadeiro fiel da balança, Armando de Salles é aceito como interventor para o estado de São Paulo visando apaziguar os ânimos daquela sociedade que vinha, desde o início da Revolução de 30, sentindo-se prejudicada social e economicamente pelo governo de Getúlio Vargas.

Com sua nomeação como interventor federal de São Paulo, no ano de 1933, as aspirações do “*Grupo do Estado*” e as projeções do “*Inquérito de 1926*” puderam ser finalmente postas em prática. Em 1933 tem início às atividades da Escola Livre de Sociologia e Política, ainda nesse ano é formada a comissão destinada à constituição do projeto da Universidade de São Paulo. Outra prática coordenada por esse interventor durante todo o ano de 1933 é a reorganização e aparelhamento do

serviço público paulista que estava totalmente desarticulado após Revolução de 32.

O maior legado do governo de Armando de Salles será a Universidade de São Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1934, dia de comemoração do aniversário da cidade de São Paulo. Juntamente com o decreto de fundação o Interventor apresenta os motivos e as justificativas para a fundação da referida instituição de ensino. São as considerações:

Considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;
 Considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;
 Considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;
 Considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão.²⁰³

E seus fins seriam:

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres.²⁰⁴

Analisando as considerações e fins, é possível assistir a franca presença e influência da “*Comunhão Paulista*” e do “*Grupo do Estado*” no decreto de criação da USP, assim como traços do *Inquérito de 1926* e do *Manifesto dos Fundadores de 1932*, traços esses que se justificam pela presença de Fernando de Azevedo, autor dos dois textos, como o redator do projeto da Universidade.

Outros personagens realizaram contribuições primordiais para a constituição e construção da universidade, porém, é fato que as atividades desenvolvidas pelos citados são as que merecem maior destaque e possuíram maior efeito no processo

²⁰³ SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 6.283, de 25 de Janeiro de 1934**. São Paulo, 1934. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>. Acesso em: 25.01.2015.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 1.

final.

Na visão dos fundadores e idealizadores a Universidade de São Paulo deveria ter três papéis fundamentais: o primeiro é a formação, por meio do Instituto de Educação, de novos professores, necessários para suprir a crescente demanda do reformado ensino primário e secundário brasileiro; o próximo seria formar, nas bases da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma nova classe dirigente, uma elite²⁰⁵ baseada não em princípios econômicos, mas sim intelectuais. Tal formação incutiria nos acadêmicos a preocupação com a reestruturação nacional que, na visão dos fundadores, passava por uma grave crise política e cultural.

Por fim, o terceiro papel, seria o incentivo à prática da pesquisa, necessária na obtenção de soluções aos problemas da nação, é o que os idealizadores denominam de ensino desinteressado, pois não possui resultados e aplicações técnicas imediatas. Tal preocupação se deu devido ao fato de que “as escolas superiores de ensino eram especialmente voltadas para a formação profissional, sem cuidar, com exceção de alguns professores, de uma formação humanística.”²⁰⁶

Dessa forma, pode-se afirmar que a Universidade de São Paulo é sim fruto das construções realizadas pelo *campo intelectual* e pelo *campo político*, antes mesmo de ser uma afirmação e busca do *campo científico* brasileiro, que, segundo relatos dos fundadores, passava por um momento mais precário que o sistema educacional do país. Sendo assim é possível afirmar que, no caso paulista, o *campo científico* é antes de tudo uma aspiração do *campo intelectual* pela constituição de uma nova classe de poder, vendo na ciência a capacidade de produzir novas formas de se pensar à política e ações para a nação. Tornando clara a relação entre os diversos tipos de capital simbólico e as determinações de poder.

2.2.2 – A estruturação da Universidade de São Paulo.

Fundada em janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo foi a primeira instituição

²⁰⁵ A ideia de elite dirigente ligada à de elite intelectual surge com força no “*Jornal O Estado de S. Paulo*” a partir do artigo de Lourenço Filho em 1920. Ele definia elite como sendo, antes de tudo, “a afloração intelectual e moral de uma grande cultura extensa”. Dessa maneira, “em país de ignorantes não pode haver elite”. (MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A sistematização da política educacional dos “liberais reformadores”: o Inquérito de 1926. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 20, n. 1 – 2, p. 86, 1994).

²⁰⁶ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os primórdios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 103, p. 718, 1975.

de ensino superior organizada nos moldes do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. Apesar da ideia de São Paulo abrigar uma universidade tenha surgido pela primeira vez em 1816 na voz de José Arouche de Toledo Rendon, somente depois de um século, 1925²⁰⁷, é que essa ideia ganhará mais vozes de apoio. Gestada e arduamente defendida por um pequeno grupo de intelectuais paulistas, a USP demorará ainda quase uma década para florescer.

Vista como extremamente necessária para a construção de uma nova classe dirigente, um novo tipo de elite, a universidade tinha como principal foco a construção de uma nova unidade ideológica, munida de ferramentas coesas e com força suficiente para combater, por meio dessa nova elite ilustrada, a velha e decadente política oligárquica que a muito dirigia os desígnios da nação. Assim, para os chamados “pais fundadores”, a renovação, reformulação e determinação de novos caminhos e desígnios da nação brasileira somente poderiam vir a ser fruto de um coeso e bem construído sistema educacional que teria em seu topo a universidade, onde seriam criados os meios de construir uma unidade nacional. Em seu texto *A missão universitária*, Júlio de Mesquita Filho deixa transparecer todos esses ideais e perspectivas que afloravam com o desejo de criação de uma universidade de referência. Ele expõe quais eram as expectativas dos frutos a serem colhidos dessa seara. Diz Mesquita Filho que:

A vossa escola surgia, assim, como o molde indispensável onde se fundiriam os novos modeladores da juventude nacional. Nesse se formariam os espíritos em condições de criar e praticar uma doutrina educativa que tivesse em vista, acima de tudo, como queria grande espírito francês, assegurar a seleção de capacidades, alevantar, no verdadeiro sentido da palavra, todos os espíritos, só pensar naquilo que moraliza, que não traz lucro imediato, que leva o olhar a fixar-se alto e longe. Esperavam seus fundadores que desse foco ardentes de ambição desinteressada se irradiasse para **todo o país** uma concepção nova das coisas e que, combatendo sem desfalecimento a velha e desagregadora ideia do saber pelo saber, implantasse na consciência das **gerações de amanhã** o sentimento de sacrifício pelo **bem da comunidade**. Procurando dar consistência material à ideia universitária, tinham em mente os que

²⁰⁷ Período de um novo fôlego da campanha por uma universidade em São Paulo. Foi nesse ano que Júlio de Mesquita Filho publicou o texto *A crise nacional: reflexões sobre uma data*, e foi a partir desse ponto que novamente se inicia o debate sobre essa proposição nesse estado. Ainda segundo Ernesto de Souza Campos “depois do segundo decênio do século atual, talvez em consequência da constituição da Universidade do Rio de Janeiro, hoje chamada impropriamente de Universidade do Brasil [obra com primeira edição publicada em 1954, hoje [1954, ano da publicação da 1ª edição] a Universidade do Brasil é conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro], a primeira a se estabelecer em nosso país, iniciou-se em São Paulo e na capital federal da nação, ativa propaganda em torno dos problemas universitários.” (CAMPOS, Ernesto de Souza (Org.). **História da Universidade de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 73).

conceberam **dotar o país de um cérebro poderoso e coordenado** que, a coberto da transitoriedade dos governos, pudesse gerar os sentimentos, a vontade, a organização e a disciplina intelectual a que os **povos verdadeiramente fortes** devem as suas melhores vitórias.²⁰⁸

O intelectual, político e empresário, Armando de Salles Oliveira, um dos responsáveis pela fundação da USP, também declama em prol da formação e constituição de uma nova elite. Júlio de Mesquita Filho em discurso de paraninfo da turma de formandos de 1945 (ano da morte de Armando de Salles) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, afirma que Armando de Salles defendia a ideia de que

Nunca será demais repetir que as universidades, qualquer que seja o lugar do país em que se ergam, devem ser criadas para exercer a sua influência não sobre a região, mas **sobre toda a nação**. Essas instituições, que não podem subsistir sem um sólido sistema de educação secundária, têm o objetivo de cultivar as ciências, ajudar o progresso do espírito humano e dar às sociedades **elementos para a renovação incessante de seus quadros científicos, técnicos e políticos**. Sem esses focos de pesquisa científica e de alta cultura, sem a rigorosa seleção pelo mérito, em benefício da ciência, pura e aplicada, da política e produção, e sem uma consciência cada vez mais profunda do **interesse geral, não há democracia** que resista ao assalto das forças demagógicas e reacionárias.²⁰⁹

De fato, a universidade compunha peça fundamental na estratégia da intelectualidade paulista, estratégia essa que vai se tornando cada vez mais bem definida. Pelos discursos e publicações fica claro que a perspectiva que girava em torno dessa instituição é a de substituição gradativa, porém necessária, das elites dirigentes que estavam na vanguarda política no Brasil daquele período. Segundo Armando de Salles,

Se todas essas instituições se alargarem e se consolidarem dentro de uma vigorosa organização, teremos realizado não só uma obra cultural e científica de grande envergadura, mas **um progresso político de imenso alcance para a nação**. As universidades criarão, entre os que se destinam aos altos postos do magistério, da administração e de comando, um traço de união, uma comunidade no espírito, nos métodos e no sentimento. Espalhadas pelo país, elas serão os centros de convergência das diferentes mentalidades, tendências e correntes de opinião, nas quais se venham a cristalizar, através da unidade de formação do espírito, **os princípios da vida nacional**.²¹⁰

É dentro desse cenário de amplo debate político da década de 1920 que surgem os primeiros ensejos de criação de uma instituição de caráter universitário, destinada a

²⁰⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1969, p. 164, **grifo nosso**.

²⁰⁹ OLIVEIRA, *apud*, MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. *Op. cit.*, p. 170, **grifo nosso**.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 176, **grifo nosso**.

investir energias em uma formação mais ampla, possibilitando a inserção de novas pesquisas e atividades para além dos ensinamentos técnicos característicos das instituições como a Faculdade de Direito, de Medicina e Politécnica. Insatisfeitos com o modelo de ensino superior em voga naquele momento os proponentes da reforma

Viam nas universidades o meio mais eficiente de combater a desintegração dos conhecimentos humanos, decorrente da proliferação de institutos dedicados às disciplinas relativas aos novos setores da natureza desbravados pela inteligência humana. Não se conformavam com o triste espetáculo que oferecia nosso ensino superior, subdividido em escolas profissionais, muitas vezes inimigas entre si, e onde imperavam os mais diversos coloridos e tendências doutrinárias.²¹¹

Após sua instauração em janeiro de 1934 a universidade passou por um acelerado processo de estruturação, que contará desde a junção das diversas instituições de ensino superior sob essa nova bandeira, até a alocação das atividades dos novos institutos e faculdades, como foi o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que também havia sido criada em 1934.

Vale nesse momento uma pausa sobre a instrumentação da Universidade de São Paulo para nos deter na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que havia sido instituída no mesmo decreto da criação da universidade. Na perspectiva dos idealizadores da USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras deveria ser o cerne, o principal instituto da universidade, versando em suas atividades todas às disciplinas que fossem comuns aos diversos cursos das faculdades, institutos de ensino e pesquisa. Para Júlio de Mesquita Filho esse era “o pensamento diretor que orientou a organização da nossa universidade”²¹². Ainda segundo Mesquita Filho

Anelávamos oferecer a nação o meio capaz de permitir-lhe integrar-se no sistema cultural dos povos do ocidente, e esse seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se tornaria o centro do organismo, a sua *alma mater*, em torno da qual se reuniriam as demais, as Faculdades profissionais já existentes e as outras que se fundassem. Nos seus laboratórios, nas suas bibliotecas, nos seus centros de experimentos formar-se-iam as jovens inteligências, as melhores, para construir as primeiras gerações de homens de real saber da nacionalidade. Esse, o plano, e, essa, a meta. Outra tarefa de não menor importância restar-nos-ia entretanto realizar. Dela dependeria tudo, o êxito do arrojado intento ou o seu não menos retumbante malogro. Em que consistia ela? Na realização prática daquilo que com tanto carinho e minúcia havíamos gizado no

²¹¹ PONTES, José Alfredo Vidigal. **Júlio de Mesquita Filho**. *Op. cit.*, p. 107.

²¹² MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. *Op. cit.*, p. 190.

papel.²¹³

Segundo Ana Paula He e Afrânio Catani

O papel originalmente atribuído à FFCL estabelecia que: os cursos básicos, comuns e propedêuticos deveriam ser nela centralizados; ela seria uma espécie de universidade dentro da própria universidade; deveria ditar e garantir às demais escolas, faculdades e institutos os novos padrões de ensino e pesquisa básica e aplicadas, bem como a formação de docentes e pesquisadores; deveria realizar a integração entre os cursos e das atividades acadêmicas de toda a USP.²¹⁴

Para Júlio de Mesquita Filho, a presença de uma Universidade em São Paulo dotada de significativa colaboração de uma Faculdade de Filosofia, inspiradora de novos ares para as pesquisas, para o ensino e para a formação intelectual daqueles que por suas salas circulassem, era essencial e urgente.

Em 1930, grandes personalidades paulistas, reunidos no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, criam a Sociedade de Philosophia e Letras de São Paulo, que possuía entre os seus principais objetivos fomentar a criação de uma Faculdade de Philosophia e Letras a fim de contribuir com uma melhor formação de docentes, voltados para o então chamado ensino secundário.

Como dito anteriormente, tal empresa veio a ser realizada em 1934 quando, juntamente com a Universidade de São Paulo, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (FFCL-USP).

A faculdade almejada pela Sociedade de Philosophia e Letras de São Paulo, e amplamente defendida pelo “*Grupo do Estado*”, abarcou inicialmente os seguintes cursos: Filosofia, Psicologia, Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas, Linguística, Filologia, Língua Grega, Língua Latina, Língua Francesa, Língua Alemã. Toda composição direcionada para uma finalidade: formar principalmente professores que contribuiriam para a modernização da nação, além de fomentar o crescimento intelectual e cultural.

²¹³ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. *Op. cit.*, p. 190.

²¹⁴ HE, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes. A Universidade de São Paulo (USP) e a formação de quadros dirigentes. *In*: MOROSINI, Marília (Org). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 235.

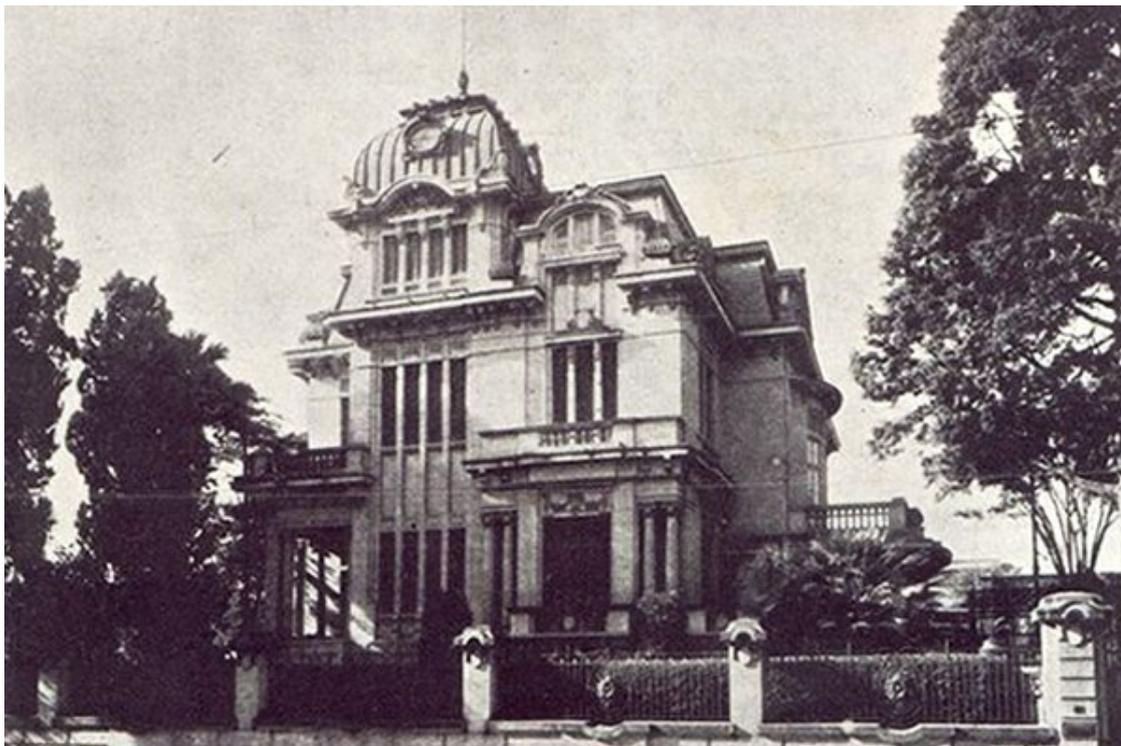


FIGURA 15: Primeiro Edifício próprio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Palacete Jorge Street, na Alameda Gleite, onde funcionou a FFCL-USP de 1938 a 1949. Fonte: COELHO, 1993, p. 191.

Dado o exposto, fica claro que a formação, constituição e construção da USP, apesar de ser fruto da ação política, pois é parte do organismo do estado e, sem a ação desse, tal prática não seria possível, é realizada inegável e exclusivamente por membros do *campo intelectual* paulista e da denominada “*comunhão paulista*”, idealizadores de um sistema de ensino que possuía como pedra fundamental a constituição de uma universidade que estivesse apoiada sobre os alicerces da Faculdade de Filosofia.

A FFCL foi planejada para ser o centro da Universidade de São Paulo e teve sucesso porque para ela foram convidados diversos professores e pesquisadores estrangeiros, assim como brasileiros de alto nível. Se ela tivesse começado somente com docentes brasileiros o fracasso teria sido total. Note-se que à época o Brasil se curvava diante da influência cultural da França. Somando todos esses fatores e a necessidade de formar-se profissionais para áreas do conhecimento em que o atraso brasileiro era incontestável, estruturou-se a Faculdade de Filosofia, cujas finalidades principais eram: preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de altas atividades culturais, de ordem desinteressada ou técnica; preparar docentes para o magistério do ensino básico e superior; realizar pesquisas nos domínios da cultura que eram o objeto de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.²¹⁵

²¹⁵ COELHO, Marco Antônio. Faculdade de Filosofia da USP: lições inesquecíveis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, 1993, p. 190.



FIGURA 16: Emblema da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://pbs.twimg.com/profile_images/466214573633060865/n5GOQTgA_400x400.jpeg. Acesso: 15.03.2015.

Retornando a estruturação da universidade vale a pena dar destaque ao modelo proposto por Francisco Campos, em 1931, o decreto 6.283 de 1934 do governo paulista determinou toda a constituição da USP – quais faculdades e institutos seriam agregadas a essa nova composição – e foi para além de seu antecessor federativo propondo, inclusive, uma grade curricular mínima a ser ministrada nos cursos que comporiam a universidade (VIDE ANEXO 2).

Fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, simultaneamente com a Universidade de São Paulo, ao lado do Instituto de Educação; incorporadas ao conjunto da Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Escola Agrícola Luiz de Queiroz, Faculdade de Farmácia e Odontologia e de Medicina Veterinária, estas duas remodeladas, ficou o centro universitário de São Paulo, logo no seu início, com oito centros de estudo superiores e mais dois em potencial, isto é, a futura Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e Escola de Belas Artes.²¹⁶

Em artigo elogioso, datado de 27 de janeiro de 1934, ao ato de fundação da universidade o jornal *O Estado de S. Paulo* destaca que

A ação da universidade é eminentemente civilizadora pois tende a fazer da mocidade uma força de renovação social e de regeneração política. A cultura, que prepara e distribui, visa aparelhar os que a recebem para o serviço da coletividade e para conservarem dentro de si, cada vez mais viva e intensa, a chama dos grandes ideais que tem iluminado a humanidade na sua marcha trágica do berço ao túmulo.²¹⁷

²¹⁶ CAMPOS, Ernesto de Souza (Org.). **História da Universidade de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 71.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 112.

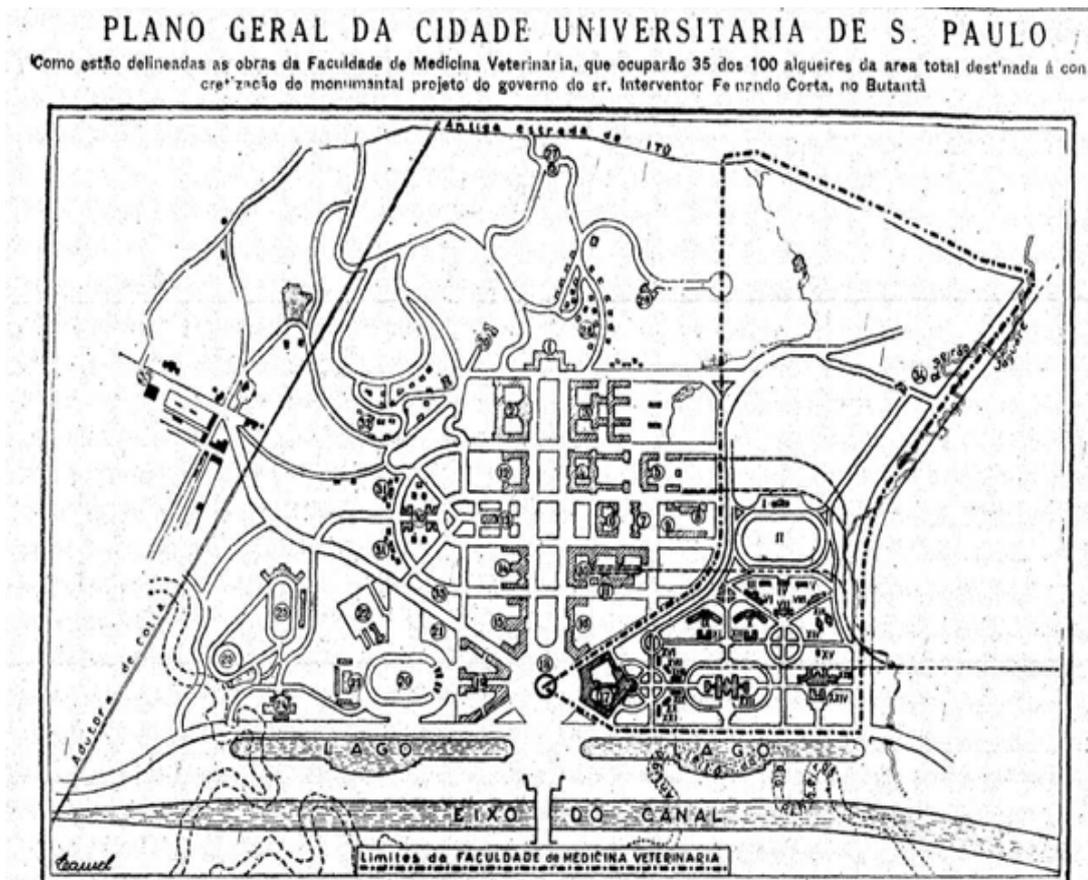


FIGURA 17: Planta da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, Campus Butantã, Capital paulista. Planta elaborada durante o governo do interventor Fernando Costa (1941 – 1945). Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-a-cidade-universitaria,9115,0.htm>. Acesso: 04.07.2015.

Para a concretização dos ideais universitários propostos pelo “*Grupo do Estado*” era urgente e necessária a criação da Cidade Universitária, o único e real meio de realizar o efetivo entrosamento e vivência universitária, além de fomentar o avanço das ciências e pesquisas ligadas a elas. Os “pais fundadores” da USP possuíam uma visão integradora – um lugar em que o relacionamento entre os alunos das diversas faculdades acabasse por constituir uma unidade, com formação intelectual comum –, que somente seria possível por meio da cidade universitária. A ideia central da universidade estava fundamentada nessa perspectiva de união, e que está embasada no seguinte princípio:

Admitamos que a química, a física, a biologia geral e a zoologia fossem matérias ensinadas nos cursos não somente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde procurariam seus diplomas os que se destinassem ao doutoramento em ciências, mas ainda na medicina, farmácia e odontologia. Pois bem, segundo a concepção que presidiu a redação do decreto de 25 de janeiro de 1934, seriam elas eliminadas desses diferentes institutos para que os alunos tanto de medicina quanto de farmácia e odontologia as cursassem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Da mesma maneira os que se destinassem à Escola Politécnica deixariam de

cursar nela a análise matemática, a física, a química, para segui-las nas respectivas subsecções dedicadas às mesmas disciplinas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Outro tanto aconteceria com a economia políticas, que seria ministrada exclusivamente nessa faculdade, onde os alunos de direito deveriam cursá-la. Assim, as faculdades dedicadas à formação de profissionais de medicina, farmácia, odontologia, engenharia, direito, agricultura, etc., veriam os seus cursos reduzidos exclusivamente às cadeiras práticas e técnicas propriamente ditas.²¹⁸

Segundo José Alfredo Pontes, na perspectiva de Armando de Salles Oliveira a Cidade Universitária é o único meio de se obter os resultados esperados das universidades. Segundo Pontes, a visão de Armando de Salles era:

Estes resultados, que a nação tem direito de exigir de suas universidades, só poderão ser atingidos, é óbvio, com as cidades universitárias, isto é, com o agrupamento de todos os institutos de ensino superior, segundo um plano geral pré-estabelecido e cuja a estrutura urbano-arquitetônica corresponda exatamente aos fins tanto culturais como educativos do organismo universitário na sua totalidade.²¹⁹

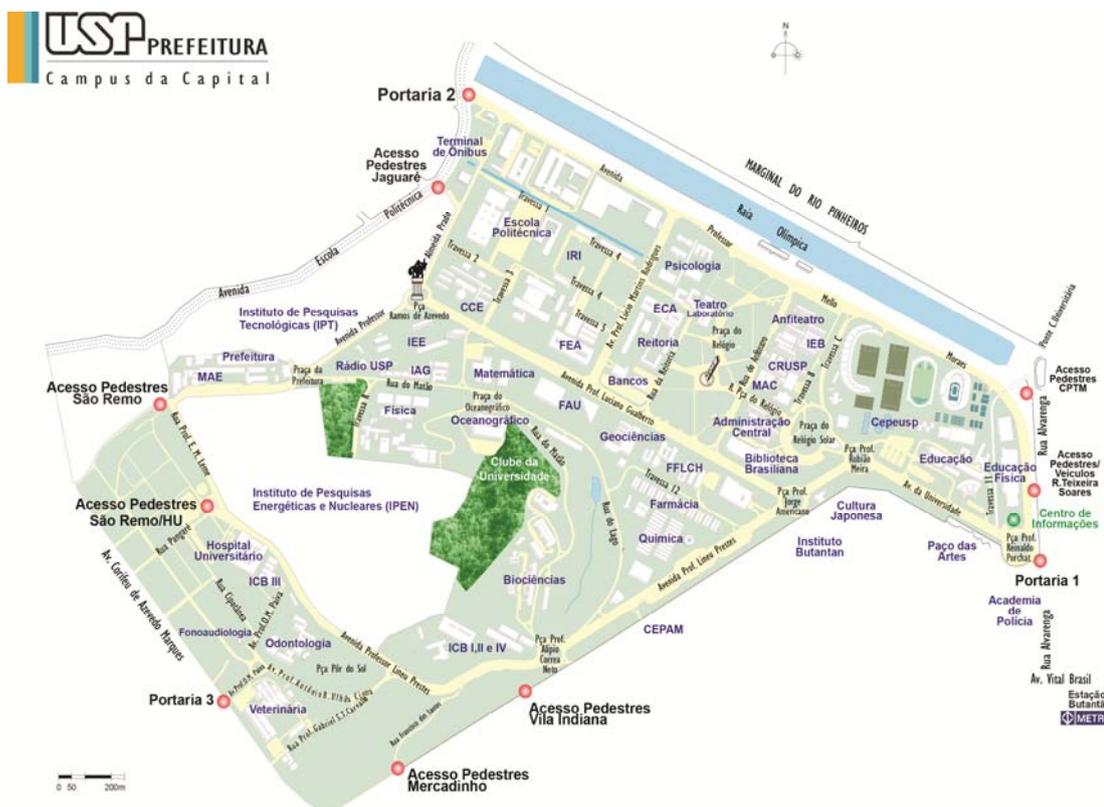


FIGURA 18: Mapa atual da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (Campus Butantã). Disponível em:

https://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Fwww.puspc.usp.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2011%2F12%2Fmapa_unidades.jpg&imgrefurl=http%3A%2F%2Fwww.puspc.usp.br%2F%3Fpage_id%3D57&docid=OrPIWsVfPOMKVM&tbnid=gOoJqFbtKqIBM%3A&w=1181&h=811&bih=643&biw=1366&ved=0ahUKEwiUocnSgb_NAHUHDJAKHaQbCjgQMwggKAlwAg&iact=mr&uact=8 . Acesso: 23.06.2016

²¹⁸ PONTES, José Alfredo Vidigal. **Júlio de Mesquita Filho**. *Op. cit.*, p. 111.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 112.

Com a instauração concretizada fica a USP composta, em 1934, por 27 unidades de ensino além de unidades administrativas, tais como: reitoria (órgão executivo superior subordinado diretamente ao governo do estado de São Paulo), conselho universitário (órgão deliberativo da universidade) e assembléia universitária (de caráter consultivo). Essas três unidades administrativas subdividiam-se em diversas outras, para que o exercício das inúmeras atividades necessárias à solidificação da universidade fosse possível.

2.2.3 – As Missões Estrangeiras na USP: elementos divulgadores da alta cultura (1934 – 1953).

As chamadas missões francesas se difundiram fortemente por toda a América Latina durante a década de 1920 e 1930, permanecendo, em alguns casos, ativa até o fim da primeira metade do século XX. Fortalecidas principalmente após a guerra Franco-Prussiana em 1870 as missões técnico-científicas buscaram não somente a difusão cultural francesa, que havia ganhado força após a Revolução Francesa, mas também estreitar relações com outras nações por todo mundo. Para Patrick Petitjean²²⁰, esses intercâmbios franceses possuíam duas características fundamentais, a primeira era o de tirar proveito mais rapidamente dos últimos progressos das ciências e de suas aplicações; e a segunda era o de tecer rede de aliados políticos.

Neste contexto de expansão das atividades científicas francesas as antigas viagens dos séculos XVII e XVIII, patrocinadas para a obtenção de amostras visando a construção de grandes museus e panoramas político-sociais das diversas sociedades espalhadas pelo globo, foram sendo gradativamente substituídas pelas expedições diplomáticas multidisciplinares do século XIX, e, posteriormente, pelas chamadas missões científicas e culturais no século XX. Para Amélia Hamburger e Maria Amélia Dantes,

Enquanto, no período anterior [século XIX], a presença francesa era muito forte na organização institucional (museus, escolas de engenharia e medicina, Observatório Nacional), nas concepções curriculares, livros didáticos e práticas científicas, por ocasião da implantação das universidades houve um deslocamento dessa presença para as áreas de

²²⁰ PETITJEAN, Patrick. Entre ciência e diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900 – 1940. In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1996, p. 89 – 120.

ciências humanas e filosofia, principalmente na USP. Para essa universidade, para a área das ciências exatas foram contratados, sobretudo, professores italianos e alemães.²²¹

No caso da América Latina as relações da França se estreitaram com países como Argentina, Brasil (tendo foco no Rio de Janeiro e São Paulo, porém, houve também ações em estados como Pará e Recife), México, Chile, Venezuela, Paraguai, Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Peru e Colômbia. Durante grande parte desse processo de expansão houve a presença marcante da figura de George Dumas, professor de Filosofia da Sorbonne, como coordenador das atividades dos chamados Institutos de Alta Cultura que foram espalhados nos diversos países em que os franceses se fizeram presentes.

No caso brasileiro, avaliando o papel das chamadas, missões francesas na constituição da USP, Fernando Novais, em entrevista a Revista Estudos Avançados, destaca que foi fundamental a presença dos franceses no Brasil, especialmente na Universidade de São Paulo, entretanto critica essa ideia de “missão”, ele afirma que “a palavra missão, que era oficial, é muito significativa. [...] A palavra missão, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação.”²²²

Outro pesquisador que defende a ideia de colonização por meio da cultura é Hugo Suppo. Para Suppo,

Os professores franceses enviados ao Brasil constituem o pivô de uma estratégia baseada na utilização da influencia cultural francesa sobre as elites brasileiras, como instrumento de propaganda política, gerador de dependência cultural, com repercussões no plano econômico.²²³

Se na visão de Novais a perspectiva de missão girava em torno da ideia de uma nova colonização, para Patrick Petitjean²²⁴ essa modalidade é realizada devido a uma mudança na natureza do trabalho científico francês. Petitjean afirma que

²²¹ DANTES, Maria Amélia M; HAMBURGUER, Amélia Império. A ciência, os intercâmbios e a história da ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil. In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al.]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 1996, p. 21.

²²² NOVAIS, Fernando. Fernando Novais: Braudel e a “missão francesa”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 161 – 166, 1994. Entrevista concedida a Revista Estudos Avançados, p. 161.

²²³ SUPPO, Hugo. A POLÍTICA CULTURAL DA FRANÇA NO BRASIL ENTRE 1920 E 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, 2000, p. 309.

²²⁴ PETITJEAN, Patrick. Ciências, Impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al.]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 1996, p. 29.

não se trata mais, somente, de coletar amostras, para o proveito dos responsáveis pelos museus, que centralizam e organizam sua classificação; os museus estimulam, à distância, sistemas de coletas. Com o século XIX (vide Humboldt), desenvolve-se a idéia de que é preciso estudar as plantas em seu contexto, em seu nicho. Não basta mais coletar, é preciso enviar grupos de cientistas mais profissionais, capazes de descrever e de compreender o que eles vêem. As missões científicas, progressivamente, adquirem aspectos mais interdisciplinares e compreendem, às vezes, as ciências humanas, particularmente nos países com civilizações antigas, trata-se de estudar o meio natural, físico, social, a história, etc.²²⁵

Ainda para Petitjean a ideia de missão está mais centrado no intercâmbio do que no neocolonialismo como defende Fernando Novais, principalmente dado ao fato que missões francesas se fizeram presentes em países como Estados Unidos, Alemanha, Portugal, Espanha e Inglaterra. Outro ponto que rebateria a perspectiva de Novais é o intercâmbio institucional, pois brasileiros passaram a frequentar e ocupar cadeiras de visitantes em universidades francesas, estabelecendo longos períodos de estadia naquele país. Para Petitjean²²⁶, o que de fato acontece é que “as missões universitárias de longa duração substituem os ciclos de curtas conferências no Brasil e as estadas prolongadas de cientistas brasileiros na França começam a se desenvolver”, segundo Patrick Petitjean,

Professores estrangeiros [atente para o fato do autor utilizar estrangeiros e não franceses] constituíram a maior parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra (FFCL) durante os primeiros anos da USP. [...] Sua influencia foi, pois, considerável, mesmo sendo necessária uma outra leitura, não mais apologética, de seu papel. Tanto mais que essas missões universitárias estrangeiras ocorreram em meios às turbulências políticas dos anos 1934 – 1940, e a acusação de colonialismo cultural se faz presente ainda hoje.²²⁷

Dado o passo primordial de criação da Universidade de São Paulo, inicia-se o processo de recrutamento e contratação de professores que irão compor o quadro de docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tendo em vista que as demais unidades de ensino agregadas à Universidade mantiveram o seu quadro de catedráticos já existentes. A contratação de professores estrangeiros para ocupar cadeiras na USP era vista como fundamental para o processo de construção de uma alta cultura, no entanto, inúmeros foram os contrários a essa proposta. Entretanto, tal contratação fazia parte do projeto de elaboração da universidade, estando

²²⁵ PETITJEAN, Patrick. Ciências, Impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. *Op. cit.*, p. 29.

²²⁶ *Ibidem*, p. 38.

²²⁷ PETITJEAN, Patrick. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934 – 1940). In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 1996, p. 259.

inclusive amparada pelo decreto de criação da universidade, e era visto como vital. Esse desgastante momento de debate e busca por concessões é relatado por Júlio de Mesquita Filho da seguinte maneira:

Logo após a publicação do decreto, tivemos que lutar contra uma verdadeira calamidade: uma chusma de professores se candidata aos cargos do corpo docente da nova universidade, uma chusma difícil de ser afastada. Foi um Deus nos acuda a intervenção de políticos para pedir a Armando que transigisse em mandar buscar a totalidade dos professores de fora. Mas vencemos esta partida e encarregamos Theodoro Ramos, uma das maiores inteligências que me foi dado conhecer, a ir a Europa escolher os docentes das cadeiras que iriam ser ministradas no Brasil. Entrei em contato com George Dumas. Estávamos em pleno fastígio do fascismo e havíamos decidido cuidar de não dar aos Fascistas cadeiras de caráter político. Nossa solução foi dar aos franceses todas essas cadeiras. Mas como a poderosa colônia italiana fazia questão de que também fossem contratados professores italianos, contratamos na Itália professores para as cadeiras de geologia, mineralogia, física, matemática, etc. Contratamos ainda um grupo de judeus, formado por elementos dos mais destacados e que acabavam de ser atirados fora da cultura alemã. E assim constituímos o grupo de professores que tão alto elevaram o nome da nova faculdade.²²⁸

Caracterizando muito bem os motivos pelos quais os chamados “pais fundadores” prezavam a presença estrangeira nas cátedras da FFCL em detrimento dos docentes brasileiros, Ana Beatriz Feltran Maia afirma que na visão dos idealizadores,

Os cientistas estrangeiros gozavam de uma posição específica no campo científico nacional, e sua posição pode ser demarcada pelas falas de outros agentes do campo, no caso dos idealizadores e administradores da FFCL. Aos professores estrangeiros era creditado um capital científico superior aos da maior parte dos professores nacionais, que no geral se caracterizavam pelo autodidatismo e pela formação apenas secundária. **Os estrangeiros seriam, neste discurso, mais preparados, pois estudaram e se formaram em escolas superiores de alta cultura. Eles eram capacitados a realizar um ensino satisfatório, mas principalmente, a orientar e formar a elite intelectual brasileira** por meio do desenvolvimento de pesquisas “desinteressadas”.²²⁹

A presença dos professores estrangeiros proporcionaria a USP uma maior volatilidade em seus quadros docentes que levaria, inegavelmente, a um maior aventamento do ensino, proporcionando assim, uma melhoria significativa no sistema educacional por meio de contatos culturais múltiplos, então,

Nesses primeiros tempos, o rígido regime de cátedras foi, em grande parte,

²²⁸ MESQUITA FILHO, *apud* PONTES, José Alfredo Vidigal. **Júlio de Mesquita Filho**. *Op. cit.*, p. 157.

²²⁹ MAIA, Ana Beatriz Feltran. As missões francesas na criação da Universidade de São Paulo: uma análise dos relatos e seus significados nos anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934 – 1949). In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** São Paulo: [s.n.], 2011, p. 7, **grifo nosso**.

colocado de lado com a efetivação do sistema de contrato de mestres estrangeiros. Ao contrário do que ocorria nas demais escolas, que possuíam professores catedráticos – vitalícios e inamovíveis – a nova Faculdade pode dispor, durante muito tempo, de um corpo de professores, relativamente jovens, sem intenção de perpetuações nas funções para as quais haviam sido contratados, porém com profundas ambições de natureza intelectual. Isto redundou, sem dúvida, num arejamento do sistema e, ao mesmo tempo que levantou críticas e objeções, trouxe a universidade um novo espírito, marcado por um certo “cosmopolitismo”, bem como por um intenso dinamismo e pela produtividade intelectual. Na verdade, a intenção dos fundadores da USP era a de fazer com que a influência da missão estrangeira ultrapassasse os limites da própria Faculdade de Filosofia, desbordando para as outras escolas, contribuindo assim para reformar a Universidade como um todo.²³⁰

Apesar de se constituir como uma necessidade do momento da criação da USP, o contato que levará as missões estrangeiras às cátedras da Universidade de São Paulo tem início em um processo longínquo a sua data de fundação. A presença de italianos nos quadros docentes da USP é fruto da pressão da influente comunidade italiana, que desde o período migratório, no final do século XIX, ganhou volume e significativa representatividade econômica.

Já os alemães foi um caso de momento e oportunidade, ao contrário dos italianos e dos franceses. Os germânicos se fizeram presentes pela capacidade técnica e intelectual, no entanto, a contratação desses docentes acabou sendo facilitada pelo momento político que passava a Alemanha na década de 1930, pois o novo regime político dispensou de suas universidades professores por possuírem afinidades ideológicas contrastantes com o do regime hitlerista ou por serem de origem judaica.

E, no caso da França, com o fortalecimento da influência francesa na cidade de São Paulo, estreitam-se os laços entre a elite intelectual paulista, principalmente com o “*Grupo do Estado*”, e os grandes intelectuais das universidades francesas. Segundo Patrick Petitjean:

Essa participação francesa na criação da USP não saiu do nada, mas se situa em continuidade com uma influência cultural antiga (desde a missão artística de Debret no início do século XIX) e uma cooperação universitária, intensa desde o começo do século XX, sob a égide do *Groupement des Universités et Grandes écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine*. Em São Paulo, sucessivamente, a União Escolar Franco-paulista antes da Primeira Guerra e o Liceu Franco-paulista nos anos 20 foram os frutos dessa cooperação. Laços pessoais formaram-se entre George Dumas (além de Robert Garric, Paul Fauconnet, etc.) e Júlio de Mesquita Filho (com seu grupo de amigos do *Jornal O Estado de S. Paulo*) e com

²³⁰ FILHO, Macioniro Celeste. **A constituição da Universidade de São Paulo e a reforma universitária da década de 1960**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 17.

professores das escolas profissionais superiores da cidade (médicos, engenheiros, etc.).²³¹

Entre as principais ligações de intelectuais franceses e brasileiros, descrita por Patrick Petitjean, estava a de Júlio de Mesquita Filho e George Dumas. Esse, vinha periodicamente ao Brasil e realizava amplas palestras na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, o que acabou por estreitar ainda mais os laços intelectuais entre essas duas personalidades. Sobre as conversas entre ambos, envolvendo questões sobre o ensino e da fundação de uma universidade em São Paulo, Júlio de Mesquita Filho deixa o seguinte relato:

Sempre que podia eu encaminhava a prosa para assuntos relacionados com o ensino superior. Era um prazer extraordinário discutir com George Dumas sobre esse sedutor tema. Era ele de opinião que seria um erro começarmos pela fundação de uma universidade propriamente dita. Estava ele perfeitamente a par das lacunas de nosso ensino secundário que preparasse os alunos de forma a torná-los capazes de adquirir os ensinamentos a lhes serem ministrados na universidade. A solução seria mandar vir os melhores professores da Europa cuja missão seria a preparação dos rapazes que mais tarde iriam lecionar nos cursos secundários. Ele se entusiasmou pela idéia, e vendo o interesse que tínhamos em procurar resolver o problema do ensino no Brasil se propôs a trabalhar conosco na criação, em São Paulo, de um ginásio, um liceu, em que se pudesse preparar os futuros professores. Foi daí que se originou o Liceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur. Na idéia dele, como na nossa, os professores deveriam ser contratados na Europa, pois a verdade – a verdadeira verdade – era que não havia ninguém no Brasil capacitado a ensinar qualquer uma das matérias do ginásio. Os que se dedicavam a esta função eram os que haviam fracassado em suas profissões: o engenheiro que não tinha construções para fazer lecionava na cadeira de matemática, de física ou de química; os médicos sem clínica procuravam *soi-disant* lecionar biologia ou o diabo a quatorze. Não havia especialistas em qualquer destes ramos capazes de inculcar nos alunos os princípios da cultura, de contribuir para a formação de cientistas. Não havia ninguém.²³²

Como a relação entre a França e São Paulo é fortalecida com o elo de amizade entre os intelectuais da década de 1920, o relacionamento da França com o Brasil data de tempos bem mais antigos. Petitjean²³³, divide essa longa presença cultural francesa no Brasil em, principalmente, cinco etapas, sendo elas: o tempo dos naturalistas (XVII –XIX), segundo reinado e início da república, anos 1907 a 1934 (Groupement e Academia Brasileira de Ciências), das missões universitárias ao Cnpq (1934 – 1953) e por fim a contemporaneidade.

Assim, não se pode justificar a presença predominantemente de franceses nas

²³¹ PETITJEAN, Patrick. **As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934 – 1940)**. *Op. cit.*, p. 260.

²³² MESQUITA FILHO, *apud* PONTES, José Alfredo Vidigal. **Júlio de Mesquita Filho**. *Op. cit.*, p. 152.

²³³ PETITJEAN, Patrick. **Ciências, Impérios, relações científicas franco brasileiras**. *op. cit.*, p. 34.

chamadas missões estrangeiras somente pelo fato de existir um relacionamento harmonioso e de relativa camaradagem previamente existente como o descrito por Patrick Petitjean, há entre essas duas nações um longo histórico de intercâmbios culturais. Cientes do grande potencial dos intelectuais e universidades francesas, e reconhecendo as significativas contribuições de professores de outras nacionalidades, como alemães, italianos, ingleses e ibéricos, um dos fatores que de certa forma predominou no momento da escolha daqueles que iriam ocupar as cátedras da universidade paulista foi o quesito ideológico. A busca de professores que seguissem a perspectiva liberal do grupo fundador da USP pesou significativamente naquele momento, principalmente devido ao fato de que na Europa estava ocorrendo uma grande escalada de regimes políticos de caráter totalitário. Essa defesa pode ser vista em diversas publicações e discursos. Júlio de Mesquita Filho, em discurso na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, afirma que:

Ora, éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da Universidade se mantivesse exacerbadamente liberal. [...] Essa nossa posição obrigava-nos a evitar que as cátedras da Faculdade de Filosofia pudessem cair nas mãos dos adeptos do credo italiano, sobretudo aquelas que mais aptas se mostravam influir na formação moral da nossa juventude. [...] Contornamos a dificuldade oferecendo à Itália algumas das cadeiras de ciência pura – análise matemática, geometria, estatística, geologia, mineralogia e língua e literatura italiana. Conservávamos para a França, líder da liberal democracia, aquelas de que dependia diretamente a formação espiritual dos futuros alunos: filosofia, sociologia, economia política, política, geografia humana, letras clássicas e língua e literatura francesa. As demais - química e história natural – seriam preenchidas por alemães expulsos ou em vésperas de o ser de sua pátria pelo hitlerismo. Assim, evitava-se a quebra do sentido liberal da evolução brasileira.²³⁴

Com esse mesmo olhar cauteloso sobre as perspectivas ideológicas Paulo Duarte afirma em matéria do *Estado de S. Paulo* que:

Teodoro Ramos partiu para uma longa viagem à Europa e aos Estados Unidos à cata dos professores. A Itália mandou matemáticos, geólogos e mineralogistas. A Alemanha mandou zoólogos e químicos. Os Estados Unidos mandaram um professor de Civilização Americana. A França foi reservada como veio de professores que ensinassem a pensar. Não era possível deixar essa missão melindrosíssima aos países totalitários.²³⁵

Por fim, Teodoro Ramos, diretor da FFCL, inicia uma peregrinação pela Europa com

²³⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. *Op. cit.*, p. 192.

²³⁵ DUARTE, Paulo. A Universidade e os professores estrangeiros. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de janeiro de 1947, p. 4.

a finalidade de contratar professores estrangeiros que comporiam parte do quadro docente. Ele inicia suas atividades pela Itália em março de 1934. Nesse país ele recrutou um matemático (Fantappiè), um físico (Gleb Wataghin), um professor de literatura italiana (Piccolo) e um mineralogista (Ettore Honorato). Dessa forma totaliza, inicialmente, quatro professores de origem italiana, sendo nenhum destinado às cadeiras de cunho político-ideológico.

O destino de sua segunda visita na Europa é a França. Nesse país serão assinados seis contratos, sendo eles para as seguintes cadeiras: História da Civilização (Émilie Coornaert), Literatura Francesa (Robert Garric), Geografia (Pierre Deffontaines), Sociologia (Paul Arbousse-Bastide), Filosofia e Psicologia (Étienne Borne) e Literatura Greco-Latina (Michel Berveiller). Finalizadas as atividades na França o diretor da FFCL segue para a Alemanha e recruta três novos professores: Reinboldt para a cadeira de Química, Ravitscher para a Botânica e por fim Breslau para a cátedra de Zoologia.

Finalizadas as primeiras contratações, totalizou treze professores estrangeiros que iriam compor a quadro docente da USP. A esses iriam se juntar os brasileiros André Dreyfus (Biologia), Plínio Ayrosa (Etnologia e Língua Tupi-Guarani) e Antônio S. Romeo (Física). Com o avançar do desenvolvimento universitário uspiano avança também o recrutamento de novos estrangeiros, e no ano de 1936, segundo Patrick Petitjean²³⁶, “o corpo docente da FFCL compõe-se de oito franceses, seis italianos, seis brasileiros, três alemães, um português e um norte-americano”, o que representa o dobro de professores que iniciou as atividades da referida Faculdade (25 docentes).

Entre os professores estrangeiros que ministraram aulas na FFCL-USP a partir do ano de 1935, estão Roger Bastide e Paul-Arbousse Bastide (Sociólogos), Fernand Braudel (Historiador), Claude Lévi-Strauss (Antropólogo), Pierre Monbeig e Pierre Deffontaine (Geógrafos) e L. Garric (Filólogo)²³⁷. Todos considerados, atualmente,

²³⁶ PETITJEAN, Patrick. **As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934 – 1940)**. *Op. cit.*, p. 280.

²³⁷ Relação de professores contratados para a FFCL – USP e seus respectivos países de origem: **França**: Robert Garric, Émile Coornaert, Émile Léonard, Pierre Deffontaines, Paul Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Etienne Borne, Pierre Hourcade, Michel Berveiller, Jean Maugüe, Jean Gagé, Alfred Bonzon, Pierre Monbeig, Fernand Paul Braudel, Claude Lévi-Strauss, François Pierroux e Pierre Fromont; **Itália**: Luigi Galvani, Giacomo Albanese, Francesco Piccolo, Luigi Fantappiè, Ettore Onorato, Gleb Wataghin, Ottorino de Fiore di Cropani, Giuseppe Ungaretti, Giuseppe Occhialini e

grandes mestres e especialistas proeminentes em sua respectiva área de atuação.

Graças às incertezas econômicas e políticas na Europa daqueles anos e aos recursos disponíveis por parte do governo de São Paulo, foi possível enviar uma missão de recrutamento para a Europa e atrair jovens professores da Itália, da Alemanha e da França. Um deles foi Claude Lévi-Strauss, que aproveitou a oportunidade para visitar os índios bororos e coletar material para seus escritos subsequentes, sem deixar muitas marcas no Brasil. Outros, menos conhecidos, tiveram influência bem mais duradoura: o antropólogo Roger Bastide, que formou uma geração inteira de renomados cientistas sociais brasileiros, incluindo Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; Gleb Wathagin, um russo branco que morava na Itália e trabalhava com física das partículas, e formou um vigoroso grupo de discípulos; Gustav Brieger, que trouxe a genética moderna para a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz; e Heinrich Reinboldt e Henrich Hauptman, que introduziram a tradição alemã de pesquisa em química.²³⁸



FIGURA 19: Foto dos membros da missão universitária francesa que comporia a linha de frente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934. Fotografia retirada por ocasião da visita da missão francesa à redação do jornal *O Estado de São Paulo* em 11 de junho de 1934. Disponível em: http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_23/usp.html. Acesso 28.01.2015.

Dado essa gama de informações sobre a constituição da USP, da FFCL e das

Vittorio de Falco; **Alemanha:** Ernst Bresslau, Ernst Marcus, Heinrich Rheinboldt, Felix Rawitscher e Heinrich Hauptmann, mais tarde Hans Stammreich e Viktor Leinz; **Portugal:** Francisco Rebelo Gonçalves, Fidelino de Figueiredo e Urbano Canuto Soares; **Quanto aos professores estrangeiros residentes em São Paulo**, foram contratados, em caráter temporário: Edgard Otto Gottsch, Paul Vanorden Shaw, George Raeders, Douglas Redshaw e Antonio Piccarolo. Disponível em: <http://fflch.usp.br/memoriafflch/estrangeiros>, acesso: 16.03.2016.

²³⁸ SCHWARZTMAN, Simon. **A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social.** *Op. cit.*, p. 165.

missões estrangeiras, é possível afirmar que vários cursos foram alvos dessas intervenções e miscigenações de fatos, inclusive, o curso de História e Geografia, em que o carro da modernização do ensino não passou ao largo, pelo contrário.

Imediatamente verificou o Prof. Gagé as enormes e, pelo menos de momento, insuperáveis dificuldades que se encontravam no seu caminho: falta de conhecimentos básicos dos estudantes, que não dominavam as línguas clássicas, indispensáveis para que pudessem ser acompanhados os cursos de um professor que, como Gagé, era especialista em estudos romanos, e – como já acentuamos acima, falta de familiaridade com os traços fundamentais da história geral, em virtude da situação do ensino da matéria no curso secundário. Acrescentava-se ainda a isto a nossa falta de aparelhamento para que pudéssemos aproveitar realmente um professor como o que se nos apresentava: nossas bibliotecas públicas ou pertencentes à Universidade eram paupérrimas e, além disto, não era possível contar-se com livros de publicação alemã, uma vez que, excluindo-se aqueles que possuíam ascendentes alemães, raríssimos eram os que dominavam a língua.²³⁹

Assim, tornou-se notória a presença maciça de professores estrangeiros exercendo atividades em todos os cursos da Faculdade de Filosofia, alguns desses compartilhavam cadeiras em cursos da FFCL e da Escola Politécnica ou em outras Escolas, Institutos ou Faculdades. As chamadas “Missões Estrangeiras” terão uma duração significativa nos alicerces da USP e hão de ecoar de maneira perene em seus corredores. Paulo Eduardo Arantes, que cursara Filosofia na USP em 1965, 30 anos após a fundação da Universidade e vários anos após a saída dos últimos integrantes do intercambio internacional, já declara saudosista,

A geração de segunda mão a que pertenceo já tomou andando o bonde da Maria Antônia, e bem perto do fim da linha²⁴⁰. Confesso de saída uma falha grave de formação: chegando atrasado em 1965, perdi o bonde da Filosofia (...). Explico-me: aqui ainda fala um pouco o aluno siderado pelo espetáculo do funcionamento da Filosofia Francesa em São Paulo.²⁴¹

Uma grande figura que também encara saudosamente a presença dos estrangeiros nas cátedras da USP nas décadas de 1930 e 1940 é o professor Antônio Cândido. Ele relembra o período de sua formação e convívio com os estrangeiros dizendo:

Foi uma formação universitária boa, sobretudo por causa dos **professores estrangeiros**. Os professores eram acessíveis, em geral conversavam

²³⁹ CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 18, 1954, p. 497.

²⁴⁰ Ao referir-se ao bonde do Maria Antônia, Arantes faz referência aos últimos anos de funcionamento do curso de Filosofia no Centro Universitário Maria Antônia na Vila Buarque em que durante aproximadamente 35 anos funcionou a FFCL-USP, pois no início dos anos 70 todos os cursos irão ser deslocados para a Cidade Universitária na antiga Fazenda Butantã. **(N. do A.)**

²⁴¹ ARANTES, P.E. **Um departamento francês de ultramar**: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 13.

muito com a gente no corredor. Eram muito cordiais em geral. E você percebia que em todos eles havia um desejo de ajudar esse país moço, essa gente pouco instruída que nós éramos. Uma coisa simpática de muitos deles é que eles chamavam a nossa atenção para a necessidade de estudar o Brasil, as coisas brasileiras. Nós tivemos alguns professores, como o professor Pierre Monbeig, de geografia humana, o professor Roger Bastide, de sociologia, que faziam questão de estudar o Brasil. Eu acho que o nosso contato com eles era fácil, era agradável, eles eram tolerantes, nos inspiravam muito e levaram a estudar nosso país.²⁴²

Outra perspectiva de defesa e de saudade daqueles estrangeiros que ministraram aulas na FFCL vem de Thais Helena dos Santos e Ivanir Lopes, elas afirmam que:

A recém-criada faculdade, pensada com cursos especializados e variados, não encontrou no Brasil dos anos 30 [1930] recursos humanos suficientes para realizar o projeto. Assim, foi decisiva a participação de professores contratados na Europa, das **chamadas missões estrangeiras** no Brasil, que vieram quando da fundação da USP. De modo geral, **as disciplinas de humanas ficaram com os franceses, as exatas com os italianos e as biológicas com os alemães**. Foram eles que ensinaram o rigor científico às primeiras gerações de pesquisadores brasileiros e permitiram o nascimento da ciência no país.²⁴³

Por fim, se a missão estrangeira cooptou os professores a vir lecionar no Brasil em um período de extrema instabilidade política, social, intelectual e econômica na Europa, o fim da guerra em 1945 e a necessidade de reconstrução de suas respectivas nações os levaram de volta ao lar. Alguns professores ainda permaneceram no Brasil mesmo após esse período, resistindo a críticas e até mesmo a traços de um sentimento xenofóbico, caso dos italianos, alemães e japoneses. Segundo Mirian Leite,

Entre os professores estrangeiros, contratados inicialmente como visitantes, alguns permaneceram e constituíram família no Brasil. Outros voltaram para seus países de origem depois do fim da guerra de 1939-1945; tinham preparado, entre seus alunos, os assistentes que deveriam assumir os encargos após sua retirada. Muitos desses assistentes fizeram suas carreiras na Faculdade e alguns chegaram a formar dinastia, quando filhos ou assistentes e auxiliares de ensino percorriam as pegadas do mestre.²⁴⁴

As missões estrangeiras na USP seguem até o ano de 1953. Tendo cumprido o papel a que eles foram destinados, os professores deixaram inúmeros discípulos que com a saída dos titulares estrangeiros passaram a ocupar as respectivas cadeiras. Além de suprirem a necessidade de uma elite intelectual letrada dotada de

²⁴² CANDIDO, *apud*, LOPES, Ivanir Ferreira de Souza; SANTOS, Thais Helena dos. **USP 70 anos, imagens e depoimentos**. *Op. cit.*, p. 128, **grifo nosso**.

²⁴³ LOPES; SANTOS, 2005, p. 28.

²⁴⁴ LEITE, Mirian L. Moreira. Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994). **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 22, 1994, p. 173.

uma alta cultura, contribuíram também, para criação do campo, no sentido proposto por Pierre Bourdieu, que até 1930 estava adormecido na sociedade brasileira, o *campo científico*. Vale à pena ressaltar que existia sim no Brasil daquele período pessoas focadas em pesquisas de fôlego e cientificamente fundamentadas, no entanto, não era suficiente o número de participantes dessa área que pudesse de alguma forma estruturar, fortalecer e legitimar essa prática.

2.3 – A graduação em História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Aspectos da constituição (1934 – 1977).

Pela primeira vez havia, aqui, para os que se sentissem atraídos pelo estudo da História, a oportunidade de freqüentar cursos em que a matéria fosse, na medida das possibilidades, ministrada segundo os métodos europeus, lançando-se, assim, os fundamentos sobre os quais seria de se esperar pudesse florescer uma moderna historiografia brasileira.

(Pedro Moacyr Campos, 1954)

Finalizados os processos de instalação da Universidade de São Paulo e de captação de docentes considerados aptos para exercer o ensino na referida instituição iniciam-se as aulas propriamente ditas. Segundo o jornal *o Estado de S. Paulo*, a

[...] criação foi recebida com aplausos pelos meios culturais de todo o país. Nunca, no Brasil, se organizara um curso de altos estudos de História e Geografia. Partindo de São Paulo a iniciativa, com a criação da Universidade, logo se verificou que o meio era propício. Demonstraram-no, não só as aulas concorridíssimas, como também as conferências públicas.²⁴⁵

Como dito anteriormente, entre os diversos cursos de graduação que seriam ministrados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estava o de Geografia e História. Criados em conjunto em 1934 e constantes no regimento inicial da constituição da USP os cursos de História e Geografia figuravam como uma graduação única compartilhando, inclusive, a ementa disciplinar, carga curricular e, como se pode ver acima nas palavras de Pedro Moacyr Campos, todo um horizonte de expectativas sobre a possibilidade de constituição de um novo modelo de historiografia brasileira, afinal, essa graduação figura como sendo o primeiro curso

²⁴⁵ AYROSA, Plínio. O ensino de História, Geographia e Ethnographia na Universidade de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 fev. 1935, p. 35.

superior brasileiro destinado ao ensino de história.

Além de toda carga de ensino essa dupla licenciatura compartilhava também as cátedras, que inicialmente estavam limitadas as seguintes:

- 1) Geografia Geral e Antropogeografia;
- 2) História da Civilização Antiga e Medieval;
- 3) História da América;
- 4) História da Civilização Brasileira;
- 5) História da Civilização Moderna e Contemporânea;

Segundo o decreto de janeiro de 1934, para ser considerado satisfatório, o ensino dessa graduação deveria ser ministrada, em um curso de três anos com as seguintes disciplinas:

- 1º ano – Geografia geral, Geografia econômica, História da Civilização (antiga e medieval);
- 2º ano – Antropogeografia, Geografia econômica do Brasil, história da Civilização (moderna e contemporânea), História da América (inclusive pré-histórica);
- 3º ano – Antropogeografia (especialmente do Brasil), História da América, História da Civilização Brasileira.

Formadas as primeiras turmas, o curso de Geografia e História passará no ano de 1939, por uma nova formulação curricular visando atender as determinações do decreto lei 1190, de 4 de abril de 1939. A cátedra de Geografia foi dividida em duas novas, a de Geografia física e a de Geografia Humana; a de História das Civilizações dividiu-se em história da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea. Além dessas novas disciplinas o curso agregou ao currículo, também visando atender a nova legislação, os cursos de didática e disciplinas de formação pedagógica.

Com essas novas adaptações houve a necessidade de expandir o curso e o período a ser cursado, o que anteriormente era finalizado em três anos passa a ser feito em quatro, o último ano era destinado, exclusivamente a formação pedagógica. No entanto, para estar apto a cursá-lo o estudante deveria ter sido aprovado nos três

anos anteriores, obtendo com isso o diploma de bacharelado. Em posse desse diploma estaria o aluno apto a cursar as disciplinas pedagógicas que o habilitaria para o exercício da docência, ou seja, obtinha o título de licenciado (TABELA 3).

TABELA 3: Disciplinas do Curso de História e Geografia FFCL-USP a partir de 1942

	<u>Primeiro</u>	<u>Segundo</u>	<u>Terceiro</u>	<u>Quarto</u>
Disciplinas	Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil	Didática Geral
	Geografia Humana	Geografia Humana	História da Civilização Contemporânea	Didática Especial
	Antropologia	História da Civ. Moderna	História da Civilização Brasileira	Psicologia Educacional
	História da Civ. Antiga e Medieval	História da Civ. Brasileira	História da Civ. Americana	Adm. Escolar e Educação Comparada
	Elementos de Geologia	Etnografia	Etnografia do Brasil e Língua Tupi-guarani	Fund. Biológicos da Educação
				Fund. Sociológicos da Educação

Fonte: ROIZ, 2012, p. 65.

O curso de graduação irá passar novamente por reestruturação curricular nos anos de 1946, com a inclusão das disciplinas optativas e de Psicologia da Educação na grade curricular, e no ano de 1956, quando os cursos seriam desmembrados, criando graduações específicas para a formação em História e em Geografia.

Em 1956, o curso de Geografia e História foi dividido, tornando-se cursos independentes para atender a Lei Federal nº 2.594, de 1955. A estrutura do curso de História, a partir daquele momento independente, manteve uma única disciplina de Geografia no primeiro ano, desmembrou a disciplina de História da Civilização Antiga e Medieval em duas (História da Civilização Antiga e História da Civilização Medieval) e incluiu a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no primeiro ano. No segundo ano mantiveram-se as disciplinas de História da Civilização Moderna, História da Civilização Americana e História da Civilização Brasileira, acrescentando-se a disciplina de História da Civilização Ibérica e outra optativa. As disciplinas optativas oferecidas no segundo e terceiro ano pelo curso de História foram as seguintes: História das Ideias Políticas; História da Filosofia; História Econômica; História da Educação; História da Literatura (Inglesa ou Espanhola, Alemã, Francesa, Latina, Grega, Portuguesa e Brasileira); História da Arte; Numismática e Paleografia.²⁴⁶

²⁴⁶ SILVA, Norma Lúcia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de história. **História & Ensino**, Londrina, n. 17, 2011, p. 292.

Torna-se corriqueira essa constante adaptação curricular. Em 1963 a Seção de História da USP²⁴⁷ publica o novo currículo, com ele o aluno deverá cumprir, para a obtenção do título de bacharel, 12 disciplinas obrigatórias e 2 disciplinas optativas. Já para a obtenção do grau de licenciado o aluno deveria cursar além das 14 disciplinas do bacharelado, 4 disciplinas pedagógicas, totalizando 18 certificados²⁴⁸.



FIGURA 20: Edifício dos cursos de Geografia e História na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. Disponível em: http://www.primonoli.com.br/?page_id=204. Acesso em 15.03.2015.

Em 1966 a Universidade regulamenta os cursos de pós-graduação da FFCL, inclusive o de História²⁴⁹. No mesmo ano a FFCL recebe das mãos do reitor da Universidade de São Paulo, o novo edifício dos cursos de História e de Geografia na cidade universitária Armando de Salles Oliveira. Com isso o curso de História e o recém-criado Museu de Arte e Arqueologia, migram juntamente com seus 563 discentes, do antigo Edifício Maria Antônia para a nova estrutura, que, de acordo com Maria Regina da Cunha Rodrigues possuía as seguintes características:

²⁴⁷ Quando prevalecia nas Universidades o regime de cátedras o nome dado para cada secretaria de curso era Seção, somente a partir da reforma universitária de 1969 é que as seções passam a ser conhecidas como departamentos. **(N. do A.)**

²⁴⁸ DE PAULA, Eurípedes Simões. Novo currículo da Seção de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 53, 1963, p. 282 – 283.

²⁴⁹ FFCL-USP. Portaria N.º 1, de 11 de fevereiro de 1966. **Revista de História**, São Paulo, n. 65, 1966, p. 282.

O novo edifício compreende uma área aproximada de 18.000m², dividida em 3 planos (subsolo, térreo e superior). [...] É de ressaltar ainda, as excelentes condições de circulação do Edifício que, sem escadas ou elevadores, é servido por rampas de acesso que permitem o ingresso e egresso de todos os seus usuários com a máxima facilidade e sem atropelos.²⁵⁰

Sobre a inauguração e ativação do referido edifício, o Professor Eurípedes Simões de Paula registra a seguinte nota na *Revista de História*:

No dia 25 de abril foi inaugurado o novo prédio do Departamento de Geografia e História na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, no Butantã, onde puderam ser instaladas de maneira definitiva as cadeiras e disciplinas componentes do Departamento de História. Recebe-se salas de aula para professores, seminários e anfiteatros. A direção da Faculdade procurou também equipar o Departamento com novos móveis além de equipamento para cinema e projeções.²⁵¹

Apesar das frequentes adaptações curriculares exigidas pela legislação educacional, seja federal ou estadual, o curso de História pouco se alterou na modalidade de disciplinas, mantendo as cátedras e os mesmos segmentos disciplinares, que somente no ano de 1971 será apontado pelo Professor Eduardo D’Oliveira França, então chefe do Departamento de História, como sendo portadores de uma necessária revisão. Tal afirmação está presente no relatório de atividades do departamento no ano de 1970. Oliveira França diz que “Insistimos na necessidade de uma distribuição mais racional dos docentes pelos vários cursos, notadamente pelos cursos de Metodologia, História do Brasil e História Moderna e Contemporânea”²⁵².

O fato é que esse modelo de ensino praticado no curso de História da FFCL-USP baseado principalmente na construção de grandes e amplos panoramas históricos produziu, segundo Astor Diehl²⁵³, nas décadas que seguem os anos de 1930, e que perdurará até 1970, uma marca significativa: os estudos das grandes civilizações e sínteses sobre as grandes sociedades.

No que se refere a já citada, missão estrangeira, seguramente o exponencial que

²⁵⁰ RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. Inauguração do Edifício dos departamentos de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. **Revista de História**, São Paulo, n. 66, 1966, p. 572.

²⁵¹ DE PAULA, Eurípedes Simões. Relatório sucinto das atividades do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1966. **Revista de História**, São Paulo, n. 69, 1967, p. 314.

²⁵² FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. Relatório do Departamento de História (1970). **Revista de História**, n. 85, 1971, p. 278.

²⁵³ DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica brasileira**. *Op. cit.*, 1999, p. 12.

obtém a *posteriori* maior destaque no curso de graduação em História da USP, foi o Professor francês Fernand Braudel, que lecionou nessa Universidade em dois períodos distintos, o primeiro entre os anos de 1935 a 1937, ocupando a cátedra de História da Civilização, e posteriormente em 1947.



FIGURA 21: Solenidade de formatura dos alunos da FFCL – USP em 1936. Ao centro temos Fernand Braudel e a sua esquerda Eurípedes Simões de Paula. Disponível em: *Revista de História*, n. 160, 2009, p. 95.

Entre os alunos que se destacaram e ocuparam cargos na própria Universidade estão: Alice Piffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira França, Odilon Nogueira de Matos e Eurípedes Simões de Paula, sendo esse último o criador da *Revista de História*. Toda uma genealogia e hereditariedade braudeliana que galgou a passos largos, e ligeiros, lugares de singular destaque entre os demais docentes da subseção de Geografia e História da USP.

É claro que, o holofote de Braudel não pode e não deve ofuscar outros professores que compuseram o quadro docente da graduação em História naquele momento inicial e que propuseram ações de significativa contribuição para a estruturação do novo curso, entre esses ilustres personagens estão: Émile Coornaert, Émile G. Léonard e Jean Gagé.

Em paralelo a toda essa ebulição de acontecimentos, que efervescia o recém-criado

mundo acadêmico paulista, a pesquisa histórica brasileira vivia o seu maior momento até aqueles dias. Surgem obras que se tornarão referenciais como: *Casa grande & Senzala* do sociólogo Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1936), *A formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior (1942), *A civilização holandesa no Brasil* (1940) e *Teoria da História do Brasil: Introdução metodológica* (1949) ambos de José Honório Rodrigues, *História da Literatura Brasileira* (1938) e *Panorama do Segundo Império* (1939) de Nelson Werneck Sodré; tais publicações surgiram e tomaram tamanha evidência que ainda perduram e ecoam nos dias de hoje. Segundo Martinez

O recorte temporal 1935-1956 merece atenção, uma vez que esses anos representaram uma fase crucial para os estudos históricos no Brasil. Inúmeras obras de síntese e monográficas sobre o passado brasileiro foram produzidas à margem dos estudos realizados no circuito universitário, nucleadas em distintos pontos do país e com variado grau de relevância historiográfica. Entre as mais significativas destacam-se as de Sérgio Buarque de Holanda, Ernani Silva Bruno, Mário Neme, Heitor Ferreira Lima e Maurício Goulart, em São Paulo, Gilberto Freyre e Amaro Quintas, em Pernambuco, Nelson Werneck Sodré, Octávio Tarquínio de Souza, Américo Jacobina Lacombe, Hélio Vianna, Pedro Calmon e José Honório Rodrigues, no Rio de Janeiro, e Afonso Ruy, na Bahia. Por outro lado, deu-se a própria consolidação do sistema universitário em São Paulo, iniciado em 1934, e, conseqüentemente, do padrão de trabalho intelectual implícito neste, onde as práticas do ensino e da pesquisa estavam bastante associadas.²⁵⁴

Então, em um contexto tanto amistoso, pelo fator de momento propício aos estudos e publicações históricas, quanto agressivo, nas tensões internas de poder da própria USP e nas dificuldades em se formular um curso realmente novo no singelo mundo acadêmico brasileiro, a graduação em História da FFCL-USP foi se consolidando como um novo motor propulsor da historiografia brasileira, que até aquele momento estava centralizado no eixo carioca, mais especificamente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que durante aproximadamente 100 anos (1838 – 1934) foi a força motriz da escrita da História do e no Brasil.

Por fim, deu-se início em 1934 às atividades do curso de graduação em História e Geografia da FFCL-USP. Composta por cinco cátedras em curso de três anos colheu seus primeiros frutos já em 1936, tendo entre os formandos dessa turma os ilustres Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rodrigues de Mello e João Dias da Silveira, que ocuparam posteriormente as cátedras de História da Civilização Antiga

²⁵⁴ MARTINEZ, P. H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935 – 1956): notas para estudo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, 2002, p. 17.

e Medieval, História da Civilização Americana, e Geografia Física²⁵⁵ respectivamente.

Dado interessante de se destacar é o número de alunos que ingressaram nessa turma e o número de formandos. Segundo Diego Roiz²⁵⁶, no ano de 1934, dezesseis alunos ingressaram no curso de História e Geografia da USP e somente sete se formaram, todos eles homens, quadro que segundo o próprio Roiz se inverterá com as turmas formadas a partir de 1937, e o número de formadas corresponderá ao dobro dos formandos, 10 e 5 respectivamente (VIDE TABELA ABAIXO).

	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944
HOMENS	7	5	4	7	7	5	5	6	13
MULHERES	-----	10	5	8	16	28	7	17	17
TOTAL	7	15	9	15	23	33	12	19	30

Fonte: ROIZ, 2012, p. 54.

Essa forte presença feminina no curso de graduação em Geografia e História pode, em certa medida, ser explicada por dois fatores. O primeiro é a predominância feminina nos quadros professorais do ensino primário e secundário. Para Geraldo Inácio Filho e Maria Aparecida da Silva a essa feminização tornou-se marcante dada à visão sobre a educação no período que corresponde de 1890 a 1930. Segundo os autores a perspectiva educacional que se tinha era de que:

A ação civilizatória não se dá de forma estanque, mas estabelecem-se comunicações entre instituições consideradas muito próximas, como família e educação. E se a educação deve moldar-se em práticas higienistas, nada melhor que a mulher, que organiza e higieniza o espaço doméstico, para executá-lo. Se a educação deve formar a consciência moral do cidadão, então a mulher, zelosa protetora desses princípios no lar, é quem melhor pode estendê-los aos jovens. Se existe a necessidade de se formar a nação, a mulher é o centro dessa unidade menor da sociedade, sobre a qual se assenta o edifício social. Se a educação trabalha com crianças, que dependem de carinho e cuidados especiais, então nada como a mulher! Estava aberto o caminho para a feminização da atividade escolar.²⁵⁷

²⁵⁵ Em 1946, ano que João Dias da Silveira assume a cátedra no curso de História e Geografia da FFCL-USP, a cátedra anterior de Geografia geral e Antropogeografia já havia sido desmembrada em 4 cadeiras, sendo elas: Etnologia Brasileira e Tupi Guarani, Geografia do Brasil, Geografia Humana e Geografia Física, aumentando assim para 8 o número de cátedra nesse curso.

²⁵⁶ ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino:** a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Curitiba: Appris, 2012, p. 53.

²⁵⁷ FILHO, Geraldo Inácio; SILVA, Maria Aparecida da. **Reformas educacionais durante a primeira República no Brasil (1889 – 1930).** *Op. cit.*, p. 222.

A feminização da atividade de ensino é vista veementemente, não somente como o melhor caminho para a educação primária, como a mão preferencial que essa atividade deve tomar. Em Minas Gerais o Regulamento de Instrução de 1906 professa explicitamente a preferência pelas mulheres no ensino, e na análise de Luciano Mendes de Faria Lima, os apontamentos de tal legislação seguiam a seguinte perspectiva:

O regulamento estabelece preferência da professora para o ensino primário – é o meio de abrir à mulher mineira uma carreira digna e proporcionar-lhe ensejo de ser útil à pátria. A mulher melhor compreende e cultiva o caráter infantil, e a professora competente é a mais apta para a educação sem corrupções do coração e sem degradações do caráter. Acresce que a professora com mais facilidade sujeita-se aos reduzidos vencimentos com que o Estado pode remunerar seu professorado.²⁵⁸

O segundo fator que pode explicar essa forte presença feminina é o recrutamento comissionado no estado de São Paulo. Logo, há uma predominância feminina nos quadros de professores, espelhada nos quadros de formação de licenciados na FFCL-USP a partir dessa medida. Para Irene Cardoso:

Diante das salas de aula praticamente vazias, os alunos dos cursos da nova faculdade tiveram que ser recrutados, sob forma de comissionamento, entre os professores primários e secundários do Estado de São Paulo.²⁵⁹

Os dados já demonstrados apontam a hegemonia feminina na graduação na década que se segue, chegando a corresponder a aproximadamente 85% dos alunos recém-graduados no período compreendido entre 1936 a 1952²⁶⁰. Essa hegemonia não permanece quando o assunto refere-se aos títulos de doutoramento obtidos entre os anos de 1939 a 1957, em que o percentual cai pela metade. Do total de 10 teses defendidas, quatro foram por mulheres, sendo entre elas Alice Piffer Canabrava a que possuiu maior destaque e entre os homens mais uma vez aparece o nome de Eurípedes Simões de Paula²⁶¹.

O fato é que o curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia esteve, no período compreendido de 1934 a 1951, entre as graduações da referida instituição com o maior número de alunos ingressos, 1.134 graduandos. Juntamente com os

²⁵⁸ FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Passo Fundo: EDUPF, 2000, p. 107.

²⁵⁹ CARDOSO, Irene. USP, 70 anos: comemorações e contra-comemorações. **Revista Adusp**. São Paulo, n. 33, 2004, p. 16.

²⁶⁰ ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**.

Op. cit., p. 54.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 50.

cursos de Pedagogia e Letras Neolatinas foi um dos cursos com o maior número de alunos matriculados em um ano, 125, os demais possuíram 149 e 136 respectivamente.

Demonstrou-se, até aqui, o quão árduo foi o caminho para a constituição do *campo científico* brasileiro. Mesmo sendo criado a partir da década de 1930, somente reverberará, no caso da História, e passará a colher frutos significativos a partir de 1970, período de aumento significativo no número de teses defendidas e da larga expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Outra ruptura que marca o período compreendido entre os anos de 1920 (período em que se originou o modernismo brasileiro) e 1950, é a diluição acelerada e o definitivo abandono de métodos e técnicas reminiscentes ainda do século XIX, que bebia em Varnhagen, no autodidatismo e no modelo de supervalorização da alta erudição.



FIGURA 22: 1º Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - 15 a 21 de outubro de 1961. Ao centro Prof. Eurípedes Simões de Paula. Disponível em: **Revista de História**, n. 160, 2009, p. 98.

Pondo fim a predominância dos autodidatas, novamente institucionaliza-se a história. Em 1961 é criada uma nova sociedade coordenadora dos métodos, técnicas e produção do conhecimento histórico, surge a atual ANPUH, que naquele ano é fundada sob a alcunha de Associação dos Professores Universitários de

História (APUH) e que teve como seu presidente o Professor Eurípedes Simões de Paula, um dos defensores mais aguerridos da expansão do processo de sofisticação dos métodos e técnicas para o estudo, o ensino e pesquisa da história.

Dessa forma, pode-se periodizar a história da História no Brasil em quatro macros períodos, facilitando uma melhor compreensão da alteração da matriz histórica. O primeiro período está compreendido entre 1838 – 1920, que apesar da turbulência vivida com a mudança da Monarquia para a República é permanentemente marcado pela história produzida pelas academias de ciência e pelos Institutos Históricos.

O segundo período compreende-se entre 1920 – 1950, momento em que o questionamento sobre o modelo e a proposta de identidade brasileira predominante é questionada. O modernismo funda uma nova ideia de povo brasileiro. O paradigma da formação ganha força e, uma nova forma de análise da história do Brasil começa a engatinhar nas páginas de *Raízes do Brasil (1936)*, *Casa Grande e Senzala (1933)* e *A Formação do Brasil Contemporâneo (1942)*. Ainda é marcante nesse período, o surgimento dos primeiros cursos universitários destinados à formação de historiadores, a partir de então se acelera o processo de diluição da matriz histórica brasileira forjada no século XIX.

O terceiro momento é o de ascensão da geração de historiadores que foram alunos dos professores das missões estrangeiras e que com esses aprenderam novas abordagens metodológicas e teóricas. Ganha destaque nesse período professores como Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rodrigues de Melo, Eduardo d'Oliveira França, Sergio Buarque de Holanda e Laerte Ramos de Carvalho. É o período que está compreendido entre os anos de 1950 e 1970, e ocorre a expansão dos cursos de graduação destinados ao estudo da História, surgem os primeiros cursos de pós-graduação e da já citada APUH, novo palco para o fomento dos debates históricos.

Por fim, o quarto período está compreendido entre 1970 – 1990, período esse do acelerado crescimento dos programas de pós-graduação em História, agora com a emissão dos títulos de mestre e doutores, é a afirmação do modelo historiográfico implantado na década de 1930 e que finalmente consegue se sobrepor à matriz metodológica do século XIX, que durante muito tempo resistiu às novas teorias.

Segundo Astor Diehl²⁶², em 1984 o Brasil contava com 16 programas de pós-graduação, desses, quatro possuíam programas de doutoramento (USP, UFPR, UNICAMP e UFF), os demais programas²⁶³ estavam habilitados a formação de mestres e de especialistas. É nesse período também, que a pesquisa histórica passa, na Europa e nos Estados Unidos, por uma nova reformulação. Há uma nova leitura da história, baseada nas críticas ao modelo narrativo e aos novos fundamentos de análise pregados pelos herdeiros de maio de 1968 e pela terceira geração dos *Annales*. Surge a coleção coordenada por Jacques Le Goff e Pierre Nora denominada *História (1974)*. A referida coleção é constituída por três volumes que são: *Novos problemas (vol.1)*, *Novas abordagens (vol. 2)* e *Novos objetos (vol. 3)*.

Assim, o modelo de produção histórica vai se ancorando em um campo que rapidamente se solidifica e com bases cada vez mais firmes, pondo em prática a perspectiva de acúmulo de *capital teórico* ou *habitus* de Pierre Bourdieu, onde as novas formações estruturantes (nesse caso a história universitária), detentora de um novo capital específico, tenta tomar a posição de estruturas estruturadas (Institutos Históricos) por meio da obtenção de maior capital científico (programas de pós-graduação) e pela legitimação de seus pares (criação da APUH atualmente denominada ANPUH).

Exemplo claro dessa delineação da carreira acadêmica fortemente embasada no *capital científico*, *capital intelectual*, *capital institucional* e na aprovação direta dos pares, é dado por Antoine Prost ao discorrer sobre o ingresso de novos professores de história nas cátedras das Universidades francesas. Sobre esses assuntos Prost afirma que:

A tomada de decisões competia aos pares: as nomeações eram feitas pelo ministro a partir da proposição do conselho de cada faculdade. Os candidatos eram julgados, portanto, pela bitola de seu valor científico, tal como ele havia sido apreciado pelos colegas da disciplina, e por sua notoriedade no mundo acadêmico, uma vez que os votantes eram professores titulares de todas as disciplinas.

Como as carreiras dependiam do julgamento dos pares, as normas profissionais adotadas por eles impunham-se à corporação e contribuíam para unificá-la; a tese deixou de ser uma dissertação para tornar-se um trabalho de erudição, elaborado a partir de documentos, e, em primeiro

²⁶² DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica brasileira**. *Op. cit.*, p. 234.

²⁶³ As demais Universidades a que se referia Antônio Asthor Diehl eram: PUC-SP, PUC-RS, UFPE, UFG, UFSC, UNB, UNESP e UFRJ.

lugar, de documentos de arquivo.²⁶⁴

Conclui-se que a constituição do sistema universitário, especificamente o paulista acampado na USP, formulou-se na representação de um *poder simbólico* que de maneira ligeira há de produzir novas maneiras, ou seja, métodos, teorias e práticas, que contribuirão para a criação de um *habitus*. A partir dessas novas perspectivas é que será possível a aquisição do capital científico necessário para o surgimento e fundamentação do *campo científico* da disciplina História.

Assim, é possível afirmar que a consolidação do *campo científico* é, inexoravelmente, uma amalgama do *campo intelectual*, fortalecido e revigorado após a Semana de Arte Moderna de 1922, e do *campo político*, que passou por uma significativa reconfiguração após as Revoluções de 1930 e 1932.

²⁶⁴ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. *Op. cit.*, p. 35.

172

172

REVISTA DE HISTÓRIA

CAPÍTULO III:

**REVISTA DE HISTÓRIA: A
ESCRITA COMO PODER
SIMBÓLICO**

1º SEMESTRE DE 2015

Mas a Revista quer ter também outra finalidade; quer ser o traço de união entre a Faculdade e os professores de História do ensino normal e secundário. Para isso pretendemos fornecer-lhes bibliografias sempre atualizadas, interpretações novas de fatos históricos em geral, resenhas críticas de obras recentes, comentários desapassionados à margem de assuntos contravertidos e documentos antigos devidamente estudados. Tudo, enfim, quanto possa obviar, em parte, as naturais deficiências das bibliotecas existentes no interior do Estado.

Eurípedes Simões de Paula (1950)

USP

© 034 235-9141
ISSN 0034-8309

FUNDADA
DESDE 1950



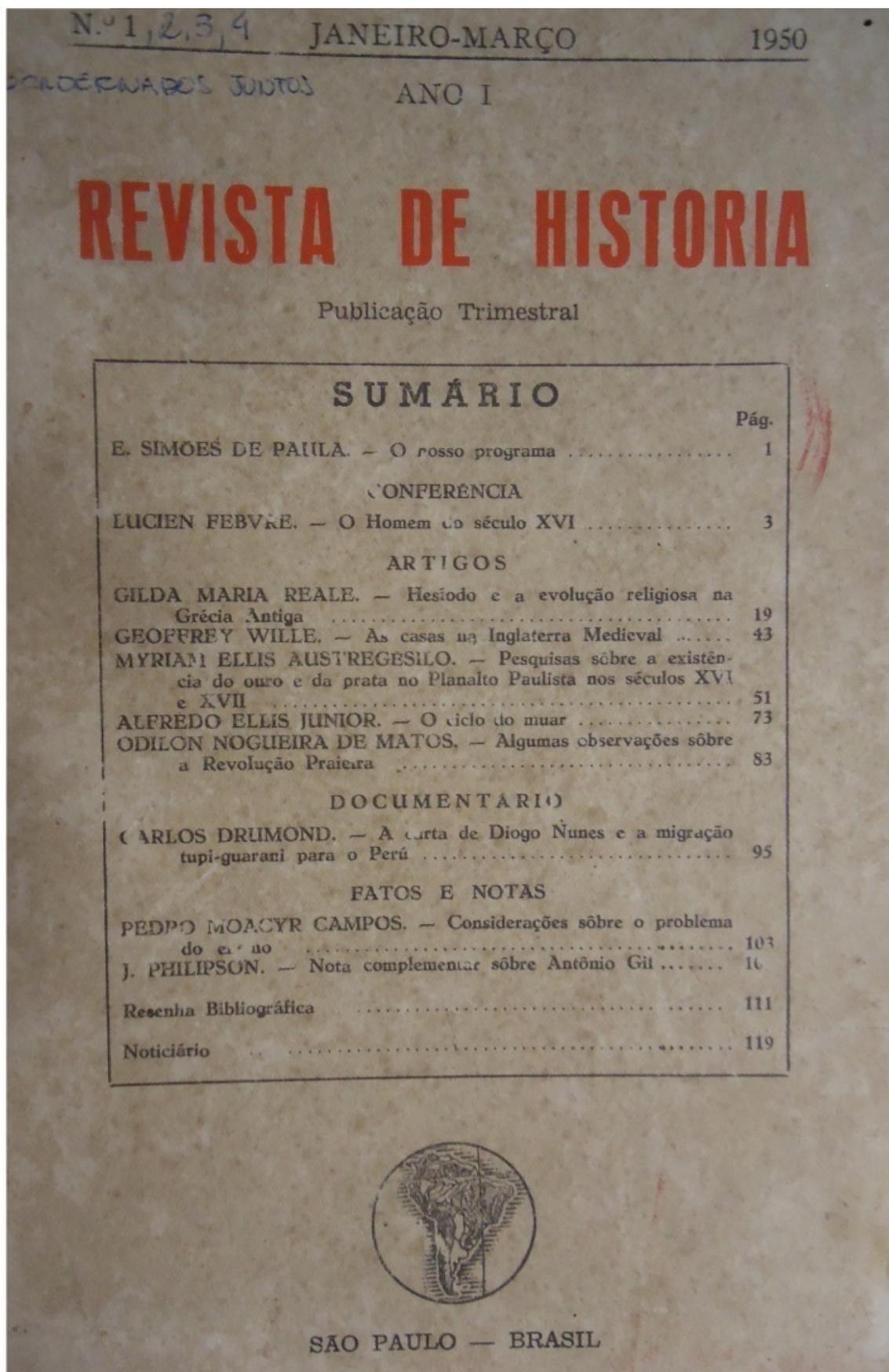


FIGURA 23: Capa original da *Revista de História* referente à publicação de nº1 datada do período de janeiro a março de 1950. Imagem obtida do acervo de periódicos da Universidade Federal do Espírito Santo.

Ao fundar uma revista técnica, uma série de perspectivas e ansiedades toma conta daqueles que vislumbraram o surgimento de tal ferramenta. Talvez, as duas principais perguntas que ecoam na mente dos fundadores sejam: até onde chegaremos e qual é o caminho para atingir o objetivo?

Para aqueles que se aventuram em analisar periódicos científicos, a gama de questionamentos é muito maior. Perguntas como: quem foram os editores? Quais foram às motivações? Quais seus principais propósitos? O que representou? E uma infinidade de outras perguntas surgem nesse universo de possibilidades, daqueles que buscam compreender os mecanismos, as estruturas e as finalidades desse tipo de publicação (VER FIGURA 24).



FIGURA 24: Propostas de perguntas que visam ser respondidas em uma análise mais profunda de periódicos. Tais perguntas podem mudar à medida que se alteram as preocupações, porém, é possível que grande parte desses questionamentos sempre esteja presente.

Buscar respostas sobre a maneira, os caminhos e os conflitos que as revistas enfrentaram, ou fomentaram, contribui, de maneira sistemática, para a compreensão da historiografia e para o desenvolvimento da disciplina História, afinal, é fato que, há muito, os periódicos técnicos e científicos fazem parte de nosso meio.

Não importa se acadêmico ou institucional, as revistas contribuem significativamente para a ampla divulgação das produções de pesquisadores em áreas específicas ou até mesmo multi e interdisciplinar.

No caso da História essa presença não poderia ser menos marcante. Sendo

detentora de um dos periódicos mais antigos do Brasil, essa disciplina conta hoje com um número expressivo de meios de publicação com fim de dar vazão à crescente produção que, principalmente nos últimos anos, vem tomando fôlego sistemático. Para se ter uma ideia do gigantesco volume de revistas dessa disciplina presentes pelo mundo, nos dias atuais, registrados somente no portal do QUALIS²⁶⁵, existem mais de 2290 periódicos com publicações desse viés, e dessas, aproximadamente 220 estão no Brasil.

Esse expressivo número de periódicos em um primeiro momento, aparenta ser somente mais um dado para uma futura estatística, entretanto, se olharmos mais de perto poderemos ver que há muito mais por trás dessa simples indicação matemática. Se, desde sua origem, no caso brasileiro, no ano de 1839²⁶⁶ até os presentes dias, a função primeira da revista foi dar vazão à produção daqueles interessados em debater a produção histórica no Brasil, atualmente a presença de periódicos especializados possui muito mais que a função divulgadora, possui também certa função política, que disputa veementemente por um lugar social e que está para além da publicação.

A relação simbiótica entre revista e lugar social, nos possibilita assistir esse meio de publicação muito mais do que como uma fonte para a obtenção de informações e debates, mas também, como um objeto que pode nos elucidar dúvidas e questionamentos sobre as relações interpessoais e institucionais. Essa relação entre poder e revistas pode ser claramente percebida no caso aqui analisado, o processo de criação, instauração e desenvolvimento da *Revista de História*.

Em um campo, onde as tensões acirravam-se de maneira cada vez mais contundente, o grupo uspiano da primeira geração, concluintes do curso de graduação em 1936 e coordenado por Eurípedes Simões de Paula buscou de maneira cada vez mais aguerrida tomar as rédeas do processo de produção do conhecimento histórico.

Convencidos até os ossos de que o viés acadêmico deveria ser o novo motor propulsor teórico e metodológico da abordagem histórica e da produção

²⁶⁵ Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam>. Acesso: 22.01.2015.

²⁶⁶ Referência a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que possui seu primeiro número publicado e disponibilizado ao público no ano de 1839.

historiográfica brasileira, o grupo de intelectuais da USP irá tentar pôr, em movimento definitivo, juntamente com todo o seu aparato bélico, a *nova máquina de guerra* da historiografia brasileira, a *Revista de História*.

Sérgio Buarque de Holanda, diretor do Museu Paulista e membro do Conselho Editorial da *RH*, em artigo elogioso publicado no jornal *Folha da Manhã*, no dia 18 de julho de 1950, exalta o amadurecimento e a clara renovação dos estudos históricos no Brasil, tendo como parâmetro de análise a obra *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil (1949)*, de José Honório Rodrigues. Afirma que

para tal orientação acredito que muito militará a iniciativa do grupo de professores paulistas que vem publicando uma nova **Revista de História**. Apesar de sua modéstia, esse periódico, a que espero dedicar, em outra ocasião, comentário mais extenso, poderá ter grande papel em nossa cultura. O de mostrar o verdadeiro sentido de uma disciplina, que se vem transformando, cada vez mais, de simples devaneio estético, ou exercício erudito, em questão vital para a época presente.²⁶⁷

Logo, se no ensino de Matemática somos instruídos de que a soma dos fatores nos levará, inegavelmente, a um determinado produto, no processo constitutivo da História como um estudo cientificamente conduzido²⁶⁸ não poderia ser diferente! Dados os seguintes fatores, que se tornaram evidentes a partir de 1934: 1) necessidade de substituição do modelo historiográfico vigente, memorialista, elogioso, nacionalista, oficial e político; 2) adoção de uma nova perspectiva metodológica, adquirida pelo contato com as missões estrangeiras; 3) a mudança do centro detentor das ferramentas necessárias à melhor compreensão dos fatos históricos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para as Universidades; 4) e a produção de um novo corpo técnico preparado para a análise e crítica, necessárias à História; deve-se considerar que o combate entre *antigos* e *modernos* era algo inevitável, e a rápida expansão Universitária dos estudos históricos, capitaneada pela USP, acelerou ainda mais o processo.

As somas dos fatores produziram um produto, que foi a larga expansão apreendida pelo curso de História da USP, e esse deverá produzir alguma resultante ou tentar demonstrar algum significado. A resultante desse mar de equações de poder foi uma ferramenta de representação que surgiu em 1950 sob os auspícios de ninguém

²⁶⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apologia da História. **Folha da Manhã**. São Paulo. Noticiário geral, p. 4, 18 jul. 1950.

²⁶⁸ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Ed. Presença, 1989, p. 30.

menos que Lucien Febvre – expressão máxima da historiografia francesa naquele momento e uma das figuras mais proeminentes no campo da pesquisa histórica – a *Revista de História*.

A *Revista de História* da USP surge em um período conturbado para o debate da História Ciência e de suas teorias, porém de significativo resultado, proveniente do processo de implantação das faculdades e das universidades, iniciado em 30, e que, em 1950, já colhe alguns frutos.

3.1 – O fundador da *Revista de História*. Professor Eurípedes Simões de Paula.



FIGURA 25: Professor Eurípedes Simões de Paula (1910 – 1977). Disponível em: <http://comunicacao.fflch.usp.br/node/3574/1847>. Acesso 15.03.2015.

Exposto os diversos momentos de ruptura e permanências na prática histórica no Brasil, vale nesse momento dar destaque a um desses personagens, entre inúmeros, que contribuiu para o desenvolvimento da disciplina História, seus métodos e técnicas, e os espaços possíveis a esse conhecimento.

No caso específico dessa análise o personagem que foi resgatado é o Professor Eurípedes Simões de Paula. Elegeu-se essa personalidade, mesmo conhecendo a importância de outros grandes nomes, por compreender que a presença do mesmo ao longo do processo de fortalecimento do *campo* da história foi de significativa importância. Afinal, como dito por Octávio Tarquínio de Souza, ao biografar José

Bonifácio,

os grandes acontecimentos históricos **não são** apenas o resultado ou o efeito das ações e das palavras dos grandes chefes civis e militares. **Imensa e por vezes decisiva será a influência das instituições econômicas, como imensa e decisiva tem sido a das conquistas científicas e a do progresso técnico. Mas o caráter de certas pessoas, ou melhor, as idéias, as ambições, a vontade de um líder político,** sobretudo se encarnadas num ditador, **podem produzir consequências de imenso alcance. O homem representa a sociedade em que vive, reflete-lhe as aspirações e as necessidades;** as épocas e os períodos históricos oferecem, através dos indivíduos que deles participam, semelhanças de costumes, hábitos, pensamentos e tendências; [...] mas na dimensão pessoal de cada homem subsistirá uma zona de maior ou menor hermetismo, segundo o vigor, o poder de criação e a riqueza íntima de que dispuser.²⁶⁹

Eleger um personagem específico a ser, mesmo que de maneira breve, biografado, exige que sejam elencados os motivos de sua escolha. Pois bem, deve-se a escolha, entre os inúmeros fatores, a principalmente três quesitos: 1) a presença de Eurípedes Simões na primeira turma de formandos do curso de História e Geografia da FFCL – USP (como demonstrado no segundo capítulo). Isso possibilitou a Eurípedes o contato com os professores das missões estrangeiras que lecionaram na Faculdade de Filosofia entre anos de 1934 a 1936, como Lévi-Strauss, Roger Bastide e o ainda desconhecido Fernand Braudel. Esse contato possibilitou a Eurípedes Simões de Paula uma aproximação com instituições estrangeiras significativas, tais como École de Hauts Études en Sciences Sociales (EHESS), Collège de France, Sorbonne, Université de Toulouse, Universidade de Lisboa e Universidade de Roma.

O segundo fator determinante na escolha desse personagem é o fato do mesmo possuir uma significativa carreira acadêmica dentro da Universidade de São Paulo. De professor-assistente a vice-reitor, Eurípedes Simões de Paula figurou como um verdadeiro “político-acadêmico”, hora dissertando em favor da Faculdade de Filosofia, hora em prol da História.

E, o terceiro elemento determinante dessa escolha foi o fato de ter sido Eurípedes Simões de Paula o fundador da *Revista de História*, objeto central dessa análise.

Dado o exposto, fica claro que se dará foco a parte da carreira acadêmica do

²⁶⁹ SOUZA, Octávio Traquinio de. **José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 1, 1972, p. XLIII, **grifo nosso**.

referido personagem por considerar significativa a sua contribuição para o avanço da disciplina História. Foi dito “parte”, por compreender que não seria possível apreender toda a realidade do sujeito, logo, não há a pretensão de se recuperar “a vida total”²⁷⁰ como proposto pelos românticos da virada do século XVIII para o XIX, afinal,

Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na idéia de uma identidade. Ao construir biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências.²⁷¹

Assim, elegeu-se Eurípedes Simões de Paula por ser professor de significativo prestígio na comunidade acadêmica de sua época, destacando-se, não somente, pela atividade docente, mas também, por estar envolvido nas decisões da engrenagem política da Universidade de São Paulo, além de ser o responsável pela criação, edição e manutenção da *Revista de História*, por 27 anos, ou 112 edições.

Filho de uma família de fazendeiros do interior de São Paulo, Eurípedes Simões de Paula ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934 para cursar a graduação de Geografia e História. Paralela a essa atividade, Simões de Paula também cursava Direito no Largo de São Francisco, ou Faculdade de Direito de São Paulo. Possuiu, por sua confortável condição econômica, todo o apoio necessário a essa caminhada.

Após finalizar o curso de Geografia e História, em 1936, foi nomeado por Fernand Braudel, em 1937, professor assistente da cátedra de História Antiga e Medieval, cadeira que ocupará a partir do ano de 1946. Em 1942 defendeu sua tese e obteve o título de doutor (primeira tese defendida na FFCL-USP e a primeira, no Brasil, dedicada a História Medieval), e, no mesmo ano, é incorporado a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e enviado para frente de batalha na Itália durante a Segunda Guerra.

²⁷⁰ Cf. Michelet.

²⁷¹ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, Vitória, v. 24, 2010, p. 162.



FIGURA 26: Eurípedes ao lado do jipe Maria Isabel e do seu ordenança. Itália 1944-1945. Fonte: *Revista de História*, n. 160, 2009, p. 104.

Em 1945 retorna ao Brasil e apenas um ano depois, é aprovado para a cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval, com a tese *Marrocos e suas relações com a Ibéria na antiguidade*.

Personagem emblemático no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o Professor Eurípedes Simões de Paula atuou dentro da Universidade em diversas esferas, ocupando desde cargos de chefia de departamento até a Vice Reitoria. Foi Diretor da FFCL-USP por anos a fio, “pela qual demonstrou um enorme amor, apreço e fidelidade”²⁷². Sobre esse intenso relacionamento homem x instituição, no que se refere a Eurípedes Simões e a FFCL, Oswaldo Porchat²⁷³, afirma que “a Faculdade de Filosofia era, de fato, sua grande paixão. Dela falava de boca cheia. Sonhava em fazê-la ainda melhor e maior.”

²⁷² PORCHAT, Oswaldo Pereira. Eurípedes Simões de Paula. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.8, n.22, 1994, p. 242.

²⁷³ PORCHAT, Oswaldo Pereira. Depoimento. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 511.



FIGURA 27: Professor Eurípedes Simões de Paula durante a Aula Magna do Curso de História da FFCL – USP no ano de 1960. Fonte: *Revista de História*, n. 160, 2009, p. 97.

Além das atividades desenvolvidas no interior da Universidade, Eurípedes Simões de Paula atuou ainda como Presidente da Sociedade de Estudos Históricos (SP), fundador e editor da *Revista de História*, fundador e presidente da APUH – Associação dos Professores Universitários de História – atual ANPUH.

Vivendo incansavelmente suas atividades na USP,

Foi sobretudo como administrador, todos o sabem, que Eurípedes Simões de Paula se realizou. Como Diretor da Faculdade de Filosofia, durante tantas e tantas gestões. Foi no dia a dia de sua atividade incansável de Diretor que ele nos revelou aquelas qualidades que o tornaram inesquecível: sua enorme bondade, sua generosidade inigualável, sua afetividade saudável, sua simplicidade tranqüila. Ao lado de uma operosidade invejável, um idealismo imbatível, uma paixão profunda e obsessiva pela instituição que dirigia.²⁷⁴

Seguindo na mesma linha de Oswaldo Porchat, a importância de Eurípedes Simões de Paula no mundo universitário brasileiro, Aziz Ab'Saber afirma que,

²⁷⁴ PORCHAT, Oswaldo Pereira. Depoimento. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 511, **grifo nosso. (N.do A.):** O reconhecimento das atividades e ações desenvolvidas para um determinado grupo por seus pares ou iguais é o princípio fundamental que rege a idéia de campo de Pierre Bourdieu, status esse que Eurípedes Simões de Paula alcançou por seus préstimos à vida universitária brasileira e pela pesquisa histórica.

No cotidiano da vida universitária brasileira tem sido frequente uma identificação íntima de determinadas personalidades com sua própria instituição. Raramente isso foi tão verdadeiro quanto aquilo que aconteceu com Eurípedes Simões de Paula em relação com a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Por muitos anos a figura de Eurípedes se confundia com a sua própria Faculdade. **Na estrutura de poder da jovem Faculdade sua posição sempre foi muito sólida, porque era fruto de uma espécie de reconhecimento coletivo de seus pares.** Disso resultou uma liderança administrativa das mais longas que alguém pôde exercer em qualquer uma das mais jovens instituições universitárias brasileiras.²⁷⁵

Ainda sobre essas diversas atividades administrativas desenvolvidas por Eurípedes Simões de Paula na Faculdade de Filosofia, Anita Novinsky realiza o seguinte relato:

Foi três vezes vice-reitor em exercício da Universidade de São Paulo e seis vezes diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a porta de seu gabinete sempre esteve aberta a quem o procurasse, também atendia com a maior boa vontade os inúmeros professores, funcionários e alunos que o solicitavam pelos corredores, na saída da gráfica ou mesmo em sua própria casa.²⁷⁶

Não podemos deixar de nos referir e revisar de maneira constante a carreira de Simões de Paula, dedicada a atividades na Universidade de São Paulo e até mesmo fora dela. Para se ter uma perspectiva do volume de atividades desenvolvidas e atribuídas a ele, Aziz Ab'Saber faz a seguinte consideração:

Anoto que a carreira de Eurípedes Simões de Paula não foi uma carreira do tipo “difícil”. No entanto, em contrapartida, ninguém na jovem universidade soube se dar a tarefas tão difíceis, estafantes e pouco gratificantes, quanto ele próprio. Enquanto muitos usaram o ambiente da Faculdade como uma espécie de clube sócio-cultural, Eurípedes se atirou a grandes e desgastantes obras no terreno da administração e da difusão cultural: o Conselho Técnico e Administrativo e a Direção da Faculdade de Filosofia. Desdobrava-se ao extremo para atender a todos e a tudo, no campo das atividades culturais. Pode-se dizer que ao longo de sua vida, que poderia ter sido comodamente burguesa, Eurípedes Simões de Paula castigou-se com um projeto empírico de trabalhos culturais e administrativos, sem nunca esquecer a docência universitária, perseguindo seus objetivos até o fim de seus dias. Nesse sentido poucas pessoas da Universidade de São Paulo souberam ser tão fieis e dedicados ao próprio plano de trabalho estabelecido, quanto foram os casos de Eurípedes Simões de Paula, Aroldo de Azevedo e Mario Guimarães Ferri. **Do trabalho desses homens resultou o reconhecimento da comunidade científica e intelectual em relação à Universidade de São Paulo.**²⁷⁷

Já Antônio de Barros Ulhôa Cintra é mais enfático e categórico sobre o esforço

²⁷⁵ AB'SABER, Aziz Nacib. Eurípedes, nós e a faculdade. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra.** São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 531, **grifo nosso.**

²⁷⁶ NOVINSKY, Anita. Eurípedes e a sua revista no exterior. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra.** São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 482 – 483.

²⁷⁷ AB'SABER, 1983, p. 533 – 534, **grifo nosso.**

desprendido e desmedido realizado por Simões de Paula. Para Cintra,

Longe de imediatismos, sobre ele sustentou-se boa parte da vida de duas instituições: a Universidade de São Paulo e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [FAPESP], de cujo Conselho foi membro atuante por 12 anos seguidos.²⁷⁸

Cabe aqui ressaltar que entre as atividades desenvolvidas por Eurípedes Simões, no âmbito externo da USP, está a Direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília entre os anos de 1962 e 1964. Durante esse período, criou a Revista ALFA, ligada ao departamento de Letras dessa Faculdade. Ainda como diretor da Faculdade de Marília, preocupou-se, segundo Miryam Lúcia Ruiz Castilho

com a instalação do Curso de Ciências Sociais, dando início a muitas publicações, entre elas Resenhas Bibliográficas, Traduções em diferentes línguas, Dicionário de Termos Literários, Antologias de Escritores Norte Americanos, Teses de Doutorado e o lançamento, em 1962, do primeiro número da Revista Alfa.²⁷⁹

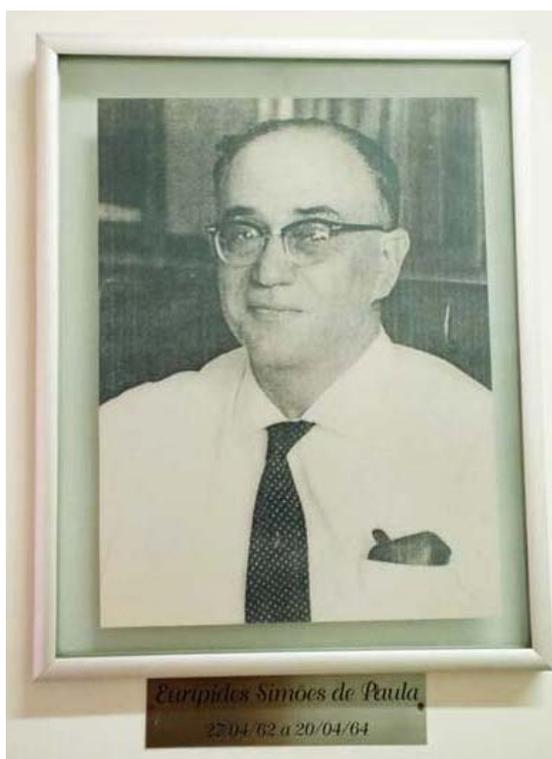


FIGURA 28: Fotografia do Prof. Eurípedes Simões de Paula na galeria de diretores da FFCL de Marília (SP). Fonte: CASTILHO, 2009, p. 112.

²⁷⁸ CINTRA, Antônio de Barros Ulhôa. Eurípedes Simões de Paula: um testemunho pessoal. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra.** São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 393.

²⁷⁹ CASTILHO, Miryam Lúcia Ruiz. **Memória e história da formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957 – 1976).** 2009. 252 f. Tese (Tese em Educação). Programa de Pós graduação em Educação, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2009, p. 113.

Como professor do curso de História, foi responsável pela orientação de quase a metade das teses defendidas entre 1939 e 1977, e um quarto das dissertações no mesmo período, ou seja, “das 109 teses defendidas no Departamento de História no período de 1939 a setembro de 1977, 42% foram orientadas por ele, valendo a mesma coisa para 26% das 81 dissertações”²⁸⁰. De acordo com Raquel Glezer²⁸¹ “os responsáveis pela formação do maior número de doutores, a partir dos anos cinquenta, foram Eurípedes Simões de Paula, Eduardo d'Oliveira França e Sérgio Buarque de Holanda”.

Sobre as temáticas que envolviam as pesquisas orientadas por Eurípedes Simões de Paula, Glezer afirma que as mesmas teriam seguido pelo seguinte caminho:

Eurípedes Simões de Paula orientou doutorados nas seguintes áreas/temas: *Antigüidade Clássica* — Economia, Questão Agrária, Judaísmo; *História Medieval* — Bizâncio/relação com o poder papal, Legislação Econômica e Social na Época da Peste Negra, Relação Judeus e Russos, Cultura Judaica, Formação da Inglaterra, História Ibérica; *História das Religiões* — Teólogos e Estudos Bíblicos, Budismo no Japão; *História das Ciências* — teorias científicas do início da Época Moderna; *Estudos Orientais* — Cultura, Língua e Literatura, (Russa, Armênia, Chinesa, Árabe e Islâmica).

Os trabalhos de História Antiga, História Medieval, História das Ciências e História das Religiões, por ele orientados, constituem parcela significativa dos doutorados do período: produção eclética, com diversidade de temas, qualitativamente desigual. A preocupação teórica não foi predominante nessas teses, que tiveram por característica a erudição, o conhecimento de outras línguas e o uso rigoroso de fontes. Alguns trabalhos incorporaram análises refinadas, com discussões conceituais, como a noção de modo de produção e as reflexões sobre História e temporalidades. Esse esforço de formação de doutores em História Antiga e Medieval teve o mérito de atrair pesquisadores para essas áreas e consolidar núcleo formador das especialidades, no Brasil.²⁸²

Eurípedes Simões de Paula esteve presente durante as principais reformas curriculares e estruturais do curso de graduação em História, inclusive na que criou o departamento e desmembrou a Faculdade de Filosofia em inúmeros outros departamentos independentes (1969). Ministrou inúmeras aulas, palestras e debates que fomentaram o questionamento à estrutura organizacional e institucional da história no Brasil e foi, certamente, agente constituinte de um novo modelo

²⁸⁰ ZUZEK, Niko. A memória de um pioneiro: através das dissertações e teses orientadas. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 602.

²⁸¹ GLEZER, Raquel; CAPELATO, Maria Helena Rolin; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Escola uspiana de História**. *Op. cit.*, p. 353.

²⁸² *Ibidem*, p. 353 – 354.

historiográfico brasileiro, ancorado principalmente no modelo francês do movimento dos *Annales*.

Como até aqui demonstrado, Eurípedes Simões de Paula vivia e era vivido pela USP e pela História. De contribuição singular, no frágil mundo acadêmico que estava em um processo de expansão e autoconhecimento, Simões de Paula esteve, durante toda a sua carreira, envolvido em atividades que superaram os limites das salas de aula. Possuidor de uma grande perspicácia é reconhecido por seus pares como uma figura central no processo de desenvolvimento da Faculdade de Filosofia, da USP e da disciplina História no Brasil.

No que diz respeito a sua efetiva contribuição para a disciplina História, excetuando-se, é claro, o grande trabalho que realizou pelo curso de graduação em História na USP e pela Sociedade de Estudos Históricos, talvez, seja a *Revista de História* a sua maior realização para a solidificação da disciplina e do *campo* da História. Sobre a perspicácia de Eurípedes ao que se refere a demandas da disciplina História Shozo Motoyama realiza o seguinte apontamento:

Contudo, aos poucos, sempre tendo na mão o timão da ideia de “cultura abrangente”, E. Simões de Paula tomava consciência onde estava o calcanhar de Aquiles do meio acadêmico. Era sem dúvida a inexistência de uma infra-estrutura de pesquisa, tanto no aspecto material quanto no espiritual. E resolutamente partiu para a ação.²⁸³

Partindo definitivamente para a ação de consolidação e fortalecimento da pesquisa histórica no Brasil, Eurípedes Simões de Paula “nos anos 50, fundou a *Revista de História* e reorganizou a Sociedade de Estudos Históricos”²⁸⁴. Nos anos 1960 esteve à frente da APUH (ANPUH), da seção de Estudos Orientais e do Centro de Documentação da USP (atualmente CAPH). Tais atitudes e papéis dão a Eurípedes Simões de Paula uma singular notoriedade no meio acadêmico brasileiro, e o torna um dos maiores incentivadores da expansão da pesquisa.

Como professor de história numa Universidade Brasileira, como incentivador e presidente de várias associações de historiadores, entre elas a Sociedade de Estudos Históricos e a Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), foi um pioneiro e um esteio para que os

²⁸³ MOTOYAMA, Shozo. Eurípedes Simões de Paula e a idéia de cultura abrangente. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 465 – 466.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 466.

mais jovens se ocupassem em desenvolver seus trabalhos e apresentá-los em reuniões científicas em todo território nacional. A tarefa de aglutinador de pessoas e incentivador de movimentos visando à ampliação dos conhecimentos da História por si só falam do quanto contribuiu o criador da *Revista de História* para a História do Brasil.²⁸⁵



FIGURA 29: Volumes de 1 a 4 da *Revista de História*. Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Em muito contribuiu a *Revista de História* para o fortalecimento do *campo histórico*, e contribuiu mais ainda seu editor/fundador pela gana e garra que demonstrou ao mantê-la e difundi-la. No entanto, com a morte de Eurípedes Simões de Paula em 1977²⁸⁶ rompe-se um elo de grande envergadura da enorme cadeia que mantinha o *campo* em permanente contato, a *RH*, como poderá ser visto com maiores detalhes, entra em um profundo “silêncio”, *status* que durou seis longos anos, tamanho o choque que foi a perda de seu perpétuo editor.

Considerada um legado inestimável desse grande personagem para a historiografia brasileira, era necessária a retomada e manutenção das atividades da *Revista de História*, tanto pela memória daquele que dedicou uma vida pela “causa” universitária e pelos estudos da História, quanto pela necessidade do *campo*

²⁸⁵ WITTER, José Sebastião. A história do Brasil e Eurípedes Simões de Paula. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e excompanheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 587.

²⁸⁶ Eurípedes Simões de Paula morre em 1977 em um trágico acidente de trânsito.

histórico em recuperar um dispositivo de representação do seu poder e de significado inigualável no Brasil. Segundo Miguel Reale:

Por fim, não há de se esquecer que Eurípedes não se limitou a estudar e ensinar história a seus alunos, mas, com os olhos presos nos ideais comunitários, criou e manteve durante 103 trimestres, **regular e intensamente vividos, a sua grande *Revista de História***. Como cultor da filosofia e do direito, é-me grato pensar que ao amor a Têmis tenha se aliado o amor a Clio nessa obra gigantesca, **cuja paralisação representa um dos mais obscuros e lamentáveis eventos da história da Universidade de São Paulo**.

Quando Eurípedes repentinamente nos deixou, prestei-lhe sentida homenagem no Conselho Federal de Cultura, e, **além do voto de pesar, aprovou-se outro, que foi a mais bela homenagem à sua obra: o voto de que, quaisquer que fossem as circunstâncias, não acabasse, com a sua morte, a vida da *Revista de História*, patrimônio imperecível da cultura brasileira. [...] Retornar a publicação dessa Revista é um imperativo de justiça e uma exigência da História.**²⁸⁷

Além de todo o retrospecto administrativo e editorial, que muito o destaca, há também de se dar notoriedade às incontáveis publicações por ele realizadas. Ao longo de sua trajetória acadêmica defendeu duas teses: a de 1942, *O comércio Varegue e o Grão-Principado de Kiev*, por ocasião de seu doutoramento, e a do ano de 1946, *Marrocos e suas relações com a Ibéria na antiguidade*, tese utilizada para concorrer à cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval da FFCL-USP. Publicou aproximadamente 11 livros e um incontável número de artigos, resenhas, notas e notícias, tanto no Brasil como fora dele²⁸⁸.

3.2 – Redes de sociabilidade: Sociedade de Estudos Históricos, Associação dos Professores Universitários de História (ANPUH), Departamento de História–USP e a *Revista de História*.

Como visto nos capítulos anteriores, o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu assenta-se sobre a primazia de que um grupo adquire um determinado capital específico, e sua posse lhe dá o poder de discorrer sobre o referido conhecimento.

²⁸⁷ REALE, Miguel. Têmis e Clio na vida de Eurípedes Simões de Paula. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 516, **grifo nosso**.

²⁸⁸ GLEZER, Raquel. Eurípedes Simões de Paula: uma bibliografia. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 661 – 706.

Tal poder acaba sendo legitimado por outros campos já estabelecidos, e até mesmo pela sociedade, que vê nesse novo grupo uma determinação profunda e autoridade sobre o tema discorrido. É pensando nessa legitimação que alguns grupos são formados, foi o caso da atual ANPUH em 1961, e no caso mais específico a Sociedade de Estudos Históricos.



FIGURA 30: Reunião da Sociedade de Estudos Históricos, realizada no salão nobre da Faculdade de Ciências Econômicas/USP - Conferência sobre "*A Revolução de 1932: causa e objetivo*", proferida pelo prof. Dr. Aureliano Leite. São Paulo, 31 de outubro de 1961. Ao centro o Prof. Eurípedes Simões de Paula. Disponível em *Revista de História*, n. 160, p. 99, 2009.

Fundada inicialmente em 1942 sob a alcunha de Sociedade Paulista de Estudos Históricos, teve uma vida de atividades relativamente efêmera, encerrando-as no mesmo ano. Segundo Odilon Nogueira de Matos²⁸⁹ “por motivos vários, em dezembro de 1942, a Sociedade em tão boa hora fundada, interrompeu suas atividades, não sendo estranho a este fato o afastamento temporário ou definitivo de alguns dos membros que a mais prestigiavam”. Entre os membros que se afastaram estava o mais entusiástico e um dos principais proponentes da referida Sociedade, Eurípedes Simões de Paula, que foi convocado para o contingente da FEB e foi

²⁸⁹ MATOS, Odilon Nogueira. Sociedade de Estudos Históricos. *Revista de História*, São Paulo, n. 5, 1951, p. 227.

enviado à Europa para lutar na Segunda Guerra Mundial em 1942.

Entretanto, no ano de 1950 o projeto da Associação será retomado, e Eurípedes Simões de Paula, agora catedrático da cadeira de História das Civilizações Antiga e Medieval, além de Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e diretor-fundador da *Revista de História*, será eleito para a coordenação das atividades e diretor provisório. Dessa maneira a Sociedade de Estudos Históricas (SEH) nasce intrinsecamente ligada à *Revista de História*, periódico que passará posteriormente a ser meio oficial de divulgação da citada agremiação.



FIGURA 31: Brasão da Sociedade de Estudos Históricos. Fundada em 1942 e re-fundada em 1950.
Fonte: *Revista de História*, São Paulo, n. 60, 1964, p. 401.

Diversas são as publicações com noticiários contendo extratos das atividades da SEH. A primeira edição a conter informações sobre a associação é a de número 5, datada do ano de 1951, nela, Odilon Nogueira de Matos discorre sobre: a refundação da Sociedade de Estudos Históricos em 1950; as comissões provisórias constituídas com vistas a coordenar as atividades e formular seu o estatuto. Há também uma cópia do estatuto elaborado e aprovado ao longo do ano de 1951. É nesse estatuto que se discorre sobre os objetivos da SEH, ou seja,

A SEH tem por objetivos pesquisar, estudar e divulgar assuntos que interessem à História, principalmente brasileiros, procurando atingir suas finalidades, entre outros, pelos seguintes meios: a) realizando e auxiliando pesquisas e estudos de História; b) promovendo o conhecimento e o intercâmbio de ideias e informações através de reuniões periódicas de seus associados; c) procurando promover a publicação de documentos e

trabalhos de História; d) participando, sempre que possível, de certames que interessem ao desenvolvimento da cultura histórica; e) interessando-se pelo aperfeiçoamento do ensino da História em todos os seus graus.²⁹⁰

Outros números da publicação não de dedicar espaço à Sociedade. Pode-se acessar informações sobre a mesma nas edições de número 6 (seis), que discorre sobre as eleições do referido ano e constituição do quadro dos chamados sócios fundadores, que tinha como principais membros: Aldo Janotti, Alfredo Ellis Júnior, Alice P. Canabrava, Amélia Americano Dorniques de Castro, Antônio Cândido de Melo e Souza, Antônio Rocha Penteado, Aroldo de Azevedo, Astrogildo Rodrigues de Melo, Aziz Nacib Ab'Sáper, Boanerges Ribeiro, Branca da Cunha Caldeira, Caio Prado Júnior, Charles Ivloraze, Deusdá Magalhães Mota, Edna Chagas Cruz, Eduardo Alcântara de Oliveira, Eduardo d'Oliveira França, Eduardo Vilhena de Moraes, Emile G. Leonard, Euripedes Simões de Paula, Francisco Isoldi, G. D. Leoni. Gilda Maria Reale, Hélio Cristáforo, Higino Aliandro, Isaac Nicolau Salum, João Cruz Costa, José Aderaldo Castelo, José Francisco de Camargo, José Querino Ribeiro, José Ribeiro de Araujo Filho, Laerte Ramos de Carvalho, Lincu Schutzer, Livie Teixeira, Mafalda P. Zenielia, Manoel Nunes Dias, Maria Celestina Teixeira Mendes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Mário Wagner Vieira da Cunha, Myrian Eliis, Nice Lecocq Müller, Nícia Vilela Luz, Odilon Arauto Grellet, Odilon Nogueira de Matos, Olga Pantalão, Pedro Moacir Campos, Raul de Andrada e Silva, Renato Silveira Mendes, Roberto J. Haddock Lobo, Rozendo Sampaio Garcia, Sérgio Buarque de Holanda, Sílvia B. F. Dirickson e Thomaz Oscar Marcondes de Souza. Grande parte professores do curso de História da FFCL-USP.

A *Revista de História* segue informando ao público diverso e principalmente ao quadro de associados, que no primeiro ano estava sob os auspícios de Eurípedes Simões de Paula, sobre as atividades da Sociedade, números como o: 11, 14, 18, 45, 49, 53, 56, 61, 62 e 71. Entre os diversos números, o que merece destaque é o 49. É nessa edição que é recebida a comunicação de aprovação, por parte do Conselho Editorial da *RH*, como órgão de comunicação e publicação oficial da Sociedade, como havia sido solicitado em correspondência anterior. Referente a esse fato Maria Regina da Cunha Rodrigues efetua o seguinte registro:

Em consequência de uma proposta apresentada em plenário, na reunião de

²⁹⁰ SOCIEDADE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Estatutos da Sociedade de Estudos históricos. *Revista de História*, São Paulo, n. 5, 1951, p. 228.

22 de setembro de 1961, e posteriormente veiculada em oficial à direção da **Revista de História**, sobre a eventual possibilidade da citada revista vir a ser o órgão oficial da Sociedade de Estudos Históricos, o Prof. Eurípedes Simões de Paula – depois de consultar a Comissão de Redação da Revista – informou que a partir do nº. 49 sairá na contra-capa da **Revista de História**, órgão oficial do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a menção de que a mesma também é órgão oficial da referida Sociedade.²⁹¹

Dessa forma, fecha o ciclo em torno da *Revista de História*, em que ela passa a representar de maneira definitiva um grupo homogêneo de historiadores que estão lotados nas diversas instituições que publicam em suas páginas, no Departamento de História da FFCL – USP e finalmente na Sociedade de Estudos Históricos, agregando assim, mais força a essa publicação que passa a possuir grande *poder simbólico*.

Outras instituições se fizeram presentes nas páginas da *RH*, instituições que, em maior ou menor grau, complementavam o cotidiano de atividade de Eurípedes Simões de Paula, e que contribuíram de maneira sistemática para a ampliação das redes de relacionamento do editor da *Revista de História* e seus companheiros.

Entre as instituições que mantinham relacionamento com Eurípedes Simões de Paula estão: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Instituto Histórico de Niterói, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Paulista de História, a Sociedade de Estudos Clássicos, a Associação Brasileira de Escritores, a Sociedade de Estudos Filológicos, a Associação Paulista de Educação, a Associação de Geógrafos Brasileiros, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), e o Comité International des Sciences Historiques (Paris).

Esse significativo número de instituições das quais Simões de Paula fazia parte, vem corroborar a ideia de que ele buscou construir uma ampla rede de contatos visando fortalecer o capital institucional do mesmo, criando assim, os meios propícios para o surgimento da *Revista de História*.

3.3 – A *Revista de História* em perspectiva.

Fundada em 1950, a *Revista de História* constitui ferramenta ímpar para a análise do

²⁹¹ RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. Atividades da Sociedade de Estudos Históricos em 1961. **Revista de História**, São Paulo, n. 49, 1962, p. 285.

processo de mutação da historiografia brasileira que, a partir da década de 1930 viu um significativo alargamento de seus horizontes. Publicação pioneira na academia brasileira em seu segmento possui contribuição significativa para a expansão e fortalecimento da disciplina história a partir do momento que proporciona uma maior difusão da pesquisa.

A *Revista de História* da USP, como ferramenta de expansão do saber histórico, é apresentada em seu primeiro número – emitido no primeiro semestre de 1950 e composta de uma conferência, um descritivo de resenhas, cinco artigos, um editorial, um documentário, um corpo de notícias e dois textos de fatos e notas – por aquele que será seu editor chefe por um período de vinte sete anos, Eurípedes Simões de Paula (1910 – 1977), e traz como meta um projeto ambicioso e até mesmo audacioso, como demonstrou a epígrafe no início do capítulo. A *Revista de História* constitui-se por fim, em muito mais que um simples periódico, mas sim, uma ferramenta de ascensão e legitimação de um novo modelo de historiografia que estava, em 1950, em franca expansão, a escrita universitária.

Se, como exposto na introdução dessa análise, a escrita da história dos Institutos Históricos predominou ou predominava no Brasil, consolidando-se como uma *estrutura estruturada*, o fato é que a nova historiografia, e no caso brasileiro podemos até mesmo chamar de nova história, foi rapidamente ganhando corpo e volume, tornando possível a esse novo *corpus academicus* a constituição de uma nova *estrutura estruturante*, que de maneira acelerada acabou por corroer o modelo historiográfico ainda vigente.

Retornando à formação da *Revista de História*, é latente que o foco do periódico está voltado para a gradual substituição do modelo historiográfico. Entretanto, no editorial de apresentação do primeiro número da revista, seu editor chefe, Eurípedes Simões de Paula, visando suavizar as relações nesse momento, diz que:

escusado será dizer que não pretendemos, de forma alguma, competir com as publicações especializadas já existentes no país, e principalmente com as que se dedicam aos assuntos da História Pátria; pretendemos isso sim, merecer um modesto lugar entre elas, dando publicidade a trabalhos que provavelmente não poderiam ser acolhidos em suas páginas.²⁹²

Mas, no mesmo editorial ele afirma que a *Revista de História* é uma porta mais ampla e com foco múltiplo, ao contrário do proposto por outros periódicos já

²⁹² DE PAULA, Eurípedes Simões. Nosso programa. **Revista de História**, São Paulo, n. 1, 1950, p. 1.

existentes,

Compreendendo a História como "Ciência do Homem", segundo o conceito de Lucien Febvre, estamos certos de que não nos faltará também o apôio de quantos, no âmbito universitário ou fora dêle, cuidem de assuntos de fundo histórico. A largueza de nosso campo de ação permitirá, sem dúvida, o acolhimento de trabalhos sôbre quaisquer dos setores da História: econômico, social, político, religioso, literário, filosófico e científico.²⁹³

Por fim, demonstra que não está sozinho nessa seara, apontando que a nova revista, dedicada à divulgação da nova pesquisa histórica no Brasil, está solidamente embasada e apoiada:

Contamos desde já com o apôio valioso dos Departamentos de História e de Etnografia, de nossa Faculdade, com os Professôres de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política, e com a cooperação de conhecidos historiadores do Rio de Janeiro, dentre os quais podemos destacar: Eremildo Luiz Vianna, Jayme Coelho, Delgado de Carvalho, Hélio Vianna, Sílvio Júlio e Artur César Ferreira Reis.²⁹⁴

Dessa maneira, a visão do periódico é a de receber e dar vazão ao maior número possível de publicações, mudando assim, o enfoque das revistas que ele classifica como dedicadas aos assuntos da "História Pátria", para esse novo modelo insurgente. Logo, para Eurípedes Simões de Paula a fundação e divulgação de um novo periódico destinado aos estudos históricos, é um assunto de grande apreço e visto até mesmo como necessário.

Em 1937, quando aluno recém-formado do curso de História (graduado em 1936) e professor assistente de Fernand Braudel, na cátedra de História das Civilizações, almejou a criação de tal periódico, no entanto, o sonho foi postergado por motivos que permanecem obscurecidos, porém, consideram-se duas possibilidades: a primeira fundamenta-se no fato de que era parca a produção e a rede de ligações externas do recente curso de História da FFCL-USP. Tal fator dificultaria significativamente a manutenção de tal periódico, ou seja, era necessária, primeiramente, a construção de uma rede mais ampla de contatos e colaboradores para que o surgimento da revista resultasse uma reação significativa.

A segunda é a proximidade da proposta com a data de comemoração do centésimo aniversário do IHGB, núcleo central da produção histórica até aquele momento, logo,

²⁹³ DE PAULA, Eurípedes Simões. Nosso programa. **Revista de História**, São Paulo, n. 1, 1950, p. 1.

²⁹⁴ *Ibidem*.

criar uma revista às vésperas de tal acontecimento seria atacar e ferir um titã de grande referência. Seguindo as proposições de Bourdieu, tal tarefa não poderia ser levada a diante, pois faltava, a Eurípedes Simões e seus correligionários, *capital institucional e capital intelectual ou científico* necessários para levar a diante o referido projeto.

Faltou ao grupo de Eurípedes Simões de Paula, força institucional, e, aportes necessários a essa empresa, para combater o compacto corpo de intelectuais brasileiros, que estavam lotados e encastelados no IHGB, e dirigidos pelo ex-reitor da Universidade do Rio de Janeiro e diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva.

Dessa forma, pensando os apontamentos de Michel de Certeau e dados os possíveis fatores, Eurípedes Simões de Paula abre mão, naquele momento, da institucionalização da revista e de sua *tática*, ou seja, aquela conquista que pode ser de construção efêmera e que depende inegavelmente das falhas dos adversários para a obtenção de uma vitória, e passa para o uso de *estratégias*, ou, aplicações de métodos de obtenção da vitória em longo prazo, que consolidará o lugar social desse sujeito e a ampliação significativa de seu poder à medida o campo se consolida.

Dentro dessa perspectiva de *estratégia*, antes de finalmente criar a *Revista de História*, Eurípedes Simões galgou diversos lugares dentro da Faculdade de Filosofia, especificamente no curso de História. De professor assistente em 1937 a professor catedrático em 1946, muitas foram as práticas desse personagem emblemático para a construção do conhecimento histórico e para a solidificação do *campo científico* nessa área.

Surgida definitivamente em 1950 a *Revista de História* constitui-se hoje como o periódico técnico científico de caráter universitário e destinado a divulgação da pesquisa histórica mais antigo do seu gênero, e ainda em circulação, do país. Apesar dessa característica, a publicação não possui o atributo de ser ininterrupta, ou seja, em algum momento de sua existência houve sua interrupção e essa característica dará ao periódico dois momentos totalmente distintos, e que podem ser classificados como pré e pós-interrupção, estando o pré-interrupção

compreendido entre 1950 – 1977 e o pós, a partir de 1983.

Vale a pena salientar que, mesmo a *RH* possuindo doze editores responsáveis diferentes, está claramente dividida em dois períodos. O primeiro período compreende a gestão de Eurípedes Simões de Paula, o mais longo editor da revista que, como dito anteriormente, ficou a frente dessa, nos anos de 1950 a 1977, e se apoiaram em 112 números emitidos. A segunda etapa de edição da revista compreende o período pós Eurípedes Simões, período que se inicia 1983, com a retomada de suas atividades e segue até o presente momento. Dessa forma compuseram o quadro de responsáveis pela revista os seguintes editores:

TABELA 5: Tabela de Editores da <i>Revista de História</i> entre os anos de 1950 a 2016.		
ANO	EDITOR	EDIÇÕES
1950 – 1977	Eurípedes Simões de Paula	001 - 112
1983 – 1985	Ulpiano Bezerra de Menezes	114 a 118
1985 – 1991	Maria Odila Leite da Silva Dias	117 a 124
1991 – 1994	José Carlos Sebe Bom Meihy	125 a 131
1995 – 1999	Hilário Franco Júnior	132 a 140
1999	Norberto Luiz Guarinello	141
2000 – 2003	Modesto Florenzano	142 a 148
2003 – 2006	Maria Helena P. T. Machado	149 a 155
2007 – 2009	Carlos Alberto de Moura R. Zeron	156 a 160
2009 – 2011	Maria Cristina Cortez Wissenbach	161 a 164
2011 – 2013	Eduardo Natalino dos Santos	165 a 167
2013 – 2017	José Geraldo V. de Moraes	168 a 174

É importante salientar que durante todas essas fases os editores²⁹⁵ responsáveis

²⁹⁵ Entre os editores responsáveis pela *RH* estão: **Eurípedes Simões de Paula (1910-1977) (USP)**, professor catedrático da História das Civilizações Antigas e Medievais do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; **Ulpiano Bezerra de Menezes (USP/ Sorbonne)**, professor Emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, titular aposentado de História Antiga, docente do programa de Pós-Graduação em História Social. Dirigiu o Museu Paulista/USP (1989-1994), organizou o Museu de Arqueologia e Etnologia/USP (1963-8) e o dirigiu (1968-78); **Maria Odila Leite da Silva Dias (USP)**, professora titular aposentada da Universidade de São Paulo, onde mantém atividades de orientação de mestrado e doutorado, é professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colonial e Império; **José Carlos Sebe Bom Meihy (USP)**, professor titular aposentado do Departamento de História da

figuraram, e ainda figuram como grandes personalidades do Departamento de História da FFCL – USP, demonstrando o profundo grau de importância atrelada a essa publicação

O período de pré-interrupção ou aqui denominada “Era Simões de Paula” possuirá características permanentes durante toda a sua duração. Marcada por uma profunda preocupação teórica e metodológica, visando contribuir com a permanente formação do professor de história e com a expansão desse novo grupo em formação, a *Revista de História* irá publicar nesse período um grande número de artigos voltados à difusão de métodos e técnicas de pesquisa, a exemplo dos artigos sobre numismática e memória histórica. Outro fator marcante nesse período é a formação de uma ampla rede de conexões institucionais, ampliando o leque para além dos muros da Universidade e consolidando a *RH* como novo núcleo difusor da produção historiográfica brasileira.

Como o foco do curso de História naquele momento era a formação de novos

Universidade de São Paulo. Atualmente é coordenador do NEHO (Núcleo de História Oral da USP). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: história oral, cultura brasileira, guerra civil espanhola, literatura e emigração; **Hilário Franco Júnior (USP)**, especialista em Idade Média Ocidental, seus interesses estão voltados particularmente para a cultura, a sensibilidade coletiva e a mitologia daquele período, bem como para as reflexões teóricas que fundamentam tais pesquisas. Dedicar-se também à História Social do Futebol; **Norberto Luiz Guarinello (USP)**, atualmente é professor da Universidade de São Paulo, líder do Grupo de Pesquisa LEIR no CNPq e coordenador nacional do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano. Tem experiência nas áreas de História Antiga, Arqueologia Histórica e Teoria da História atuando principalmente nos seguintes temas: história romana, cultura e sociedade no mundo antigo, Mediterrâneo clássico, teoria da história e cultura clássica; **Modesto Florenzano (USP)**, professor titular de História Moderna, leciona e pesquisa nessa disciplina, isto é, História do Ocidente na época moderna, séculos XV a primeira metade do XIX, (em termos espaciais, a Europa Ocidental, principalmente, e, também, um pouco, a América do Norte, na época da Independência; **Maria Helena P. T. Machado (USP)**, especialista em história social da escravidão, abolição e pós-emancipação, tem vasta experiência de pesquisa em arquivos no Brasil e nos EUA, com destaque para os seguintes temas: criminalidade e resistência escrava, movimentos abolicionistas, viagens científicas e debates sobre raça. Atualmente é Professora Titular MS-6 (2011) no Departamento de História da USP, onde leciona desde 1996; **Carlos Alberto de Moura R. Zeron (USP/ EHESS)**, professor da Universidade de São Paulo, pesquisador associado da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e bolsista do CNPq (PQ-II); **Maria Cristina Cortez Wissenbach (USP)**, professora do Departamento de História FFLCH / USP nas disciplinas História da África Pré-Colonial e História da África e dos Afro-descendentes no Brasil, trabalha com temas relacionados à história da África pré-colonial, ao envolvimento das sociedades africanas no tráfico atlântico de escravos e aos relatos de viajantes e sertanejos na África Ocidental. Atua também nas áreas de especialização: escravidão e tráfico, história social de São Paulo, história da medicina e sua relação com o comércio de escravos; **Eduardo Natalino dos Santos (USP)**, professor no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP desde 2006, onde leciona principalmente as disciplinas História da América Pré-hispânica e História da América Colonial e se dedica a pesquisas sobre as concepções de história e de cosmogonia dos povos mesoamericanos e andinos, de tempos pré-hispânicos e coloniais; **José Geraldo V. de Moraes (PUC-SP/ USP)**, professor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase nos seguintes temas: música popular, cultura brasileira, história do Brasil, história da cultura e música brasileira.

quadros professorais, outro ponto que se torna marcante entre as publicações da *Revista de História* é a constante preocupação pedagógica e com o ensino dessa disciplina.

Por fim, e talvez a característica mais latente nesse primeiro momento, a *Revista de História* irradia-se. Ela se torna ferramenta de publicação oficial da Sociedade de Estudos Históricos, do Programa de Pós Graduação em História da USP e até mesmo do Departamento de História, potencializando ainda mais sua respectiva importância para a difusão do conhecimento e do fazer história no Brasil.

Abarcando essas diversas temáticas, preocupações e consolidando-se como uma ferramenta de publicação de caráter permanente, a *Revista de História* conseguiu colher os louros de seu sucesso para além do mundo acadêmico brasileiro e até mesmo fora do *campo*²⁹⁶. Entre os diversos votos de congratulações oferecidos ao periódico, vale o destaque a dois momentos. O primeiro momento se tornou possível graças às redes de relacionamento criadas pelas missões estrangeiras e pela ampla participação dos diretores da revista em atividades nacionais e internacionais, esse momento está registrado na sessão *Como Fomos Recebidos* e podem ser visualizados nos números 6 (*Como Fomos Recebidos em Portugal*), 13 (*Como Fomos Recebidos em França*), 26 (*Como Fomos Recebidos no Rio de Janeiro*) e 32 (novamente *Como Fomos Recebidos em França*).

Na revista *Vértice* (Coimbra – Portugal) deu-se destaque ao significativo desenvolvimento obtido pelos estudos históricos brasileiros nas últimas décadas, justificando que, tal avanço somente foi possível dada a larga presença de professores estrangeiros nos quadros professorais das universidades.

Revista de História — ano 1, n.º 1 — Janeiro-março de 1950 São Paulo. Recebemos na nossa redação o primeiro número desta magnífica revista, órgão da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, de que é diretor E. Simões de Paula, professor de História da Civilização Antiga e Medieval da Universidade daquela cidade. Da Comissão de Redacção faz parte o nosso compatriota Fidelino de Figueiredo que na Universidade de São Paulo leciona Literatura - Portuguesa. [...] A uma tão prometedora floração de estudos históricos (não esqueçamos que o Brasil tem historiadores e sociólogos de valor de Artur Ramos, Gilberto Freire e que lá surgiu Euclides da Cunha) não deve ser estranho o compreensivo

²⁹⁶ O reconhecimento por membros externos ao campo ou pela comunidade corrobora a perspectiva de Pierre Bourdieu sobre a legitimação de uma determinada autoridade sobre um conhecimento, saber ou prática específica. Nesse caso analisado o campo político paulista reconhece a *RH* como um representante autorizado do campo científico da História.

intercâmbio de professores, pois na Universidade de São Paulo tem ensinado professores estrangeiros de grande categoria. O nível de uma publicação como esta deve-se, sem dúvida, à tradição dos estudos históricos no Brasil hoje brilhantemente mantida por historiadores e sociólogos de justo renome, mas também, ousamos adiantá-lo, ao espírito compreensivo que tem feito que homens como Braudel e Morazé hajam ensinado nas Faculdades brasileiras, trazendo às novas gerações o mais adiantado nível de investigação histórica.²⁹⁷

Em uma dessas apresentações da seção *Como fomos recebidos*, Eurípedes Simões de Paula publica as proposições apresentadas por Frédéric Mauro na revista dos *Annales*, onde o referido historiador francês afirma ser a *Revista de História* muito próxima as proposições defendidas pelo grupo lotado na França. Segundo Mauro:

Mieux vaut tard que jamais, mais n'est-il pas vain de présenter une revue qui entre dans sa septième année? Une revue, proche, très proche des Annales; d'une singulière ampleur, elle rayonne sur tout le Brésil et pas seulement sur cet Estado de São Paulo dont elle est devenue un produit classique au même titrê que le café, le coton et les hommes politiques pittoresques et énergiques. Une revue qui étend son influence à la fois à tous les historiens lusophones, à tous les lusophiles, mais aussi à cette Amérique Latine entière qui, franchissant les frontières du Nouveau Mexique, envahit les Etats-Unis.²⁹⁸

Elogios à *Revista de História* também vieram da Universidade do Brasil. Redigidos por Hélio Vianna e publicado na revista *Bibliografia de História do Brasil*, em 1956, exaltavam a produção da *RH*. Para Vianna

Pode-se considerar vitoriosa a iniciativa de alguns professores de História da Universidade de São Paulo, chefiados pelo Sr. E. Simões de Paula, promovendo a publicação trimestral da excelente *Revista de História*, que desde os primeiros números passou a ocupar posição de grande relevo entre nossas coletâneas científicas [...] Todos os números da *Revista de História* contém amplas “Resenhas bibliográficas” e “Noticiário” de atividade ligadas à História, sobretudo da Universidade de São Paulo, inclusive defesa de teses, concursos, doutoramentos, etc.²⁹⁹

Em mais um elogio, dessa vez no centésimo número da *Revista de História*, Maria Regina Cunha Rodrigues afirma que

Entrevistas e depoimentos de personalidades exponencialmente

²⁹⁷ FEIJÓ, Rui. *Revista de História* — ano 1. **Vértice**, Coimbra (PT), n. 82, 1950, p. 374 – 375

²⁹⁸ MAURO, Frédéric. Au Brésil: la *Revista de História*. **Annales, économies, sociétés, civilisations**, anno 12, n. 1, 1957, p. 103. **Tradução nossa:** Antes tarde do que nunca, porém não é vã a apresentação uma revista que entra no seu sétimo ano? Uma revista, próxima, muito próxima a dos *Annales*. De grandeza singular, brilha em todo o Brasil, e não apenas no Estado de São Paulo, onde tornou-se um produto tão clássico como café, algodão e políticos singulares e intepestivos. Uma revista que estende a sua influência tanto a historiadores de língua portuguesa, quanto lusófonos e até mesmo Latino Americanos, atravessando, inclusive, a fronteira do Novo México, e invadindo os Estados Unidos.

²⁹⁹ DE PAULA, Eurípedes Simões. Como fomos recebidos no Rio de Janeiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 26, 1956, p. 289.

representativas da intelectualidade paulistana, convergiram no sentido de mostrar, sob vários aspectos, o posicionamento da **Revista**, no seu caráter específico, como periódico especializado em História. Acentuaram a significação da sua permanência e regularidade exemplares, não muito comuns no campo da publicação dos periódicos em geral; sua presença imprescindível entre professores e pesquisadores, em todo território nacional, como fator de atualização do conhecimento histórico, seu papel na formação dos jovens pesquisadores. Foi, estamos certos, um programa de alto nível.³⁰⁰

O segundo momento é oriundo do Poder Legislativo paulista, mais especificamente da Câmara Municipal de São Paulo. Em duas ocasiões são erguidos votos de congratulações ao periódico pelo exemplar trabalho que vem desenvolvendo. A primeira ocasião é datada de 3 de dezembro de 1958, onde o então Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, o vereador André Nunes Júnior outorga o voto de congratulações proposto pelo vereador Coryntho Balduino Júnior à *Revista de História*, no voto proposto o vereador discorre da seguinte maneira:

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, em regime de urgência e dispensadas as formalidades regimentais, seja lançado em Ata um voto de congratulações com o Professor Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que como diretor da “Revista de História”, excelente publicação trimestral, já em seu nono ano de existência, conseguiu com que a mesma se firmasse como uma das melhores no seu gênero. Com efeito, a mencionada publicação traz, em suas diferentes secções, artigos originais, notas, comentários, documentário, resenha bibliográfica, e textos de conferências e palestras. Requeremos, outrossim, seja oficiado ao Professor Eurípedes Simões de Paula (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) dando-lhe conhecimento da deliberação dessa casa.³⁰¹

Outro elogio colhido na Câmara Municipal de São Paulo, porém dessa vez proposto pela vereadora Dulce Salles Cunha Braga e aprovado pelo presidente da Câmara, o vereador Antônio Hélio Xavier de Mendonça, data de 3 de setembro de 1963. Esse discorre da seguinte maneira:

Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário, em caráter de urgência, dispensadas as formalidades regimentais, a inserção na Ata dos nossos trabalhos de um voto de júbilo e congratulações com a direção da **Revista de História**, publicação trimestral que se edita nessa Capital, sob responsabilidade do **Professor Eurípedes Simões de Paula**, pelo excelente trabalho de divulgação e pesquisa da ciência da história em nosso meio. A importante publicação, de prestígio internacional, é órgão oficial do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Sociedade de Estudos Históricos, e vem mantendo, desde sua fundação, apesar da ausência de

³⁰⁰ RODRIGUES, Maria Regina Cunha. Uma explicação. **Revista de História**. *Op. cit.*, p. 11.

³⁰¹ AZEVEDO, Rosária Guerra de. Voto de congratulações recebido pela Revista de História. **Revista de História**, São Paulo, n.39, 1959, p. 286 – 287.

qualquer tipo de subvenção, um nível dos mais altos, graças ao idealismo e entusiasmo de seu diretor-fundador, **Dr. Eurípedes Simões de Paula**, e a colaboração de uma pleiade de excepcionais cultores da História em nosso país. Trata-se de uma revista de caráter científico, única do gênero em nosso meio que, graças ao trabalho criterioso de seleção da matéria publicada e o valioso conteúdo da mesma, deve merecer o mais entusiástico aplauso desta Edilidade. Requeremos, outrossim, seja oficiado à direção da Revista homenageada, dando ciência do deliberado pela Colenda Câmara.³⁰²

Discorrido os elogios e apresentações, percebe-se que muitos são aqueles que têm um apreço imensurável pela figura de Eurípedes Simões de Paula e veem a *Revista de História* como seu maior legado, pois esse gênero de publicação levou a produção historiográfica brasileira para além dos muros da universidade e das fronteiras de nosso país. Segundo Francisco Caeiro

Em Portugal, a *Revista de História*, que ele criara e dirigia, circulava há muito pelas mesas dos estudiosos, ligando indissociavelmente o alto nível científico da publicação à personalidade do seu fundador. [...] Eurípedes deixou, para além da sua obra de historiador probo e percuciente, um momento que foi “sua” *Revista de História*, porventura a mais importante publicação periódica dessa área editada em português. Momento de acríbia, de tenacidade, de coragem, de milagre financeiro, de renovo científico, ela constituía ímã que atraiu colaborações das mais variadas, vindas dos quatro cantos do mundo, e concitou boas vontades, e entusiasmos, fazendo convergir muitos esforços antes dispersos.³⁰³

Anita Novinsky também afirma que a *Revista de História* da Universidade de São Paulo coordenada e editada por Eurípedes, rompeu os limites da nação brasileira e observa que

A *Revista de História* era sistematicamente enviada às mais importantes universidades das Américas, da Europa e do Oriente. Lembramo-nos bem do impacto dessa revista, num intervalo dos seminários que demos em janeiro de 1977 na Universidade de Varsóvia, quando a professora Janina Klave, que dirige a área de estudos brasileiros nos levou para visitar a Biblioteca. O mesmo se deu em outras Universidades que visitamos como Austin, Tóquio, e Jerusalém. Nesta última, sobressaía com sua capa característica no meio dos periódicos mais recentes. Brasileiros estabelecidos no Kibuz Broschail nela iam buscar notícias sobre a nossa história e também para a Europa, África, Oceania, América do Norte, América Central, e Caribe, além de numerosos países da América do Sul. Superando dificuldades materiais, que tantas vezes se interpuzeram em seu caminho, a revista era distribuída para bibliotecas, instituições culturais e particulares.³⁰⁴

³⁰² AZEVEDO, Rosária Guerra de. Revista de História e um voto de congratulações. **Revista de História**, São Paulo, n.56, p. 494 – 495, 1963.

³⁰³ CAEIRO, Francisco da Gama. Grande homem, grande universitário, grande senhor. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 389.

³⁰⁴ NOVINSKY, Anita. **Eurípedes e a sua revista no exterior**. *Op. cit.*, p. 479 – 480.

Sobre a receptividade dos estrangeiros, Novinsky ainda deixa o seguinte relato:

Estudiosos de diversas procedências pronunciaram-se sobre a importância desse órgão de divulgação histórica. O professor Frédéric Mauro, do Instituto da América Latina da Universidade de Paris, escreveu sobre a amplitude e influência sobre todos os historiadores da língua portuguesa e da América Latina, aproximando-a, pelo seu espírito, à revista “*Annales*”. José Honório Rodrigues a inclui entre as mais importantes revistas de história que saem no mundo, como por exemplo “*Revue Historique*” e a “*Hispanic American Historical Review*”.³⁰⁵

Como pode ser visto em uma análise, mesmo que ligeira, e até mesmo nos discursos, todas as práticas e atividades desse primeiro momento, como já dito anteriormente, estavam centralizadas na figura de Eurípedes Simões de Paula, e isso perdurará até o ano de 1977, ano da trágica morte do Professor e Editor da *RH*, que trabalhava nesse período na edição de número 113 que nunca chegou a ser publicada em respeito a sua memória.

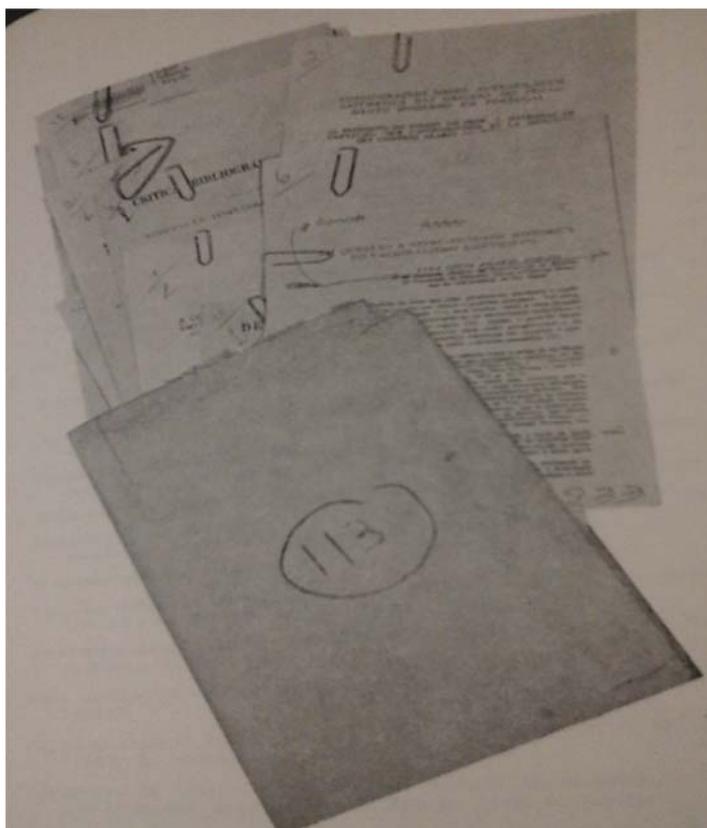


FIGURA 32: Originais das primeiras provas tipográficas do nº 113 da *Revista de História*, correspondente aos meses de janeiro a março de 1978.

³⁰⁵ NOVINSKY, Anita. **Eurípedes e a sua revista no exterior.** *Op. cit.*, p. 480 – 481.

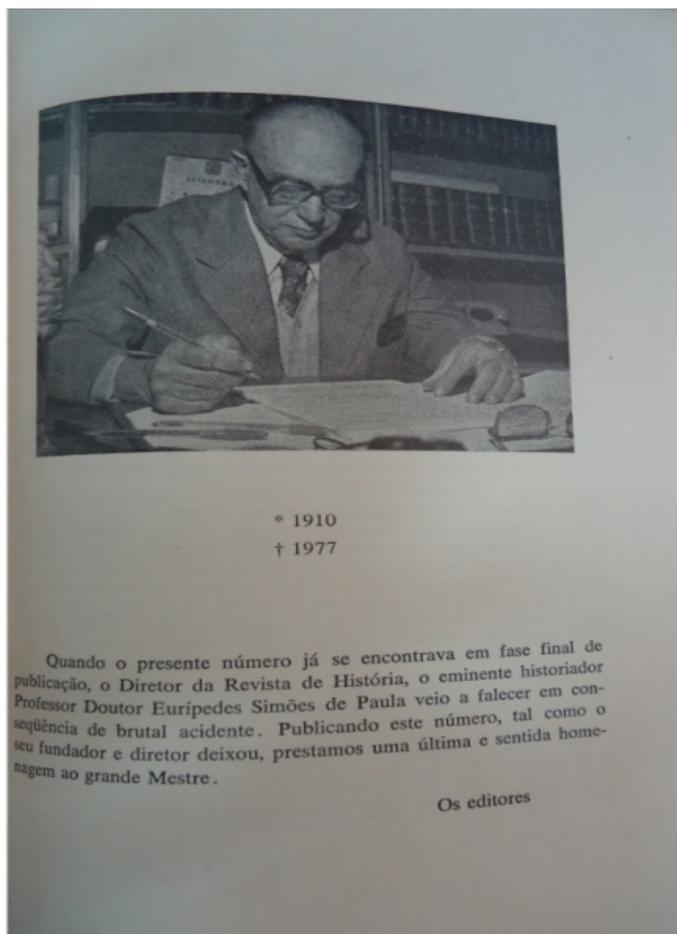


FIGURA 33: Página da *Revista de História* informando sobre o falecimento do Professor Eurípedes Simões de Paula. O Professor já se encontrava a frente da *Revista de História* há 27 anos e atuava no curso de História da FFCL – USP como catedrático desde 1946. O texto contido na imagem traz a seguinte informação: “1910 – 1977. Quando o presente número já se encontrava em fase final de publicação, o Diretor da Revista de História, o eminente Professor Eurípedes Simões de Paula veio a falecer em consequência de brutal acidente. Publicando este número, tal como o seu fundador e diretor deixou, prestamos uma última e sentida homenagem ao grande mestre. Os Editores.”

Após a morte de Eurípedes Simões uma era inteira de divulgação da produção histórica é legada ao abandono e ao silêncio. Entre os anos de 1977 a 1983 a, então referencial, *Revista de História*, não publica um número sequer. Formalmente transferida ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a interrupção se manteve, e somente em 1983 é que as atividades da mesma são retomadas, daí a perspectiva de pré e pós-interrupção.

Nesse segundo momento, a revista buscará se recuperar finalmente de um grande trauma, a perda de seu editor perpétuo, e se reerguer como um periódico referencial no campo da pesquisa histórica. Esse período, que perdura até o presente momento, dividiu-se, principalmente, em três fases, sendo elas: a primeira fase é a do processo de retomada que se inicia em 1983 e perdurou até 1991. Terá a revista

nesse momento como editor chefe os professores Ulpiano Bezerra de Menezes, que coordenará as edições do número 114 ao 118, e Maria Odila Leite da Silva Dias, edições 117 a 124. Podemos chamar esse período de “A Era Reconstrução”. Nesses números somente 69 artigos foram publicados, tendo em vista que na década anterior, com uma contagem de anos de publicação idênticos (sete anos em cada década), haviam sido publicados mais de 200 artigos. Outra característica do período é a expansão dos programas de pós-graduação e juntamente com eles de novas revistas, com vistas a dar vazão a essa nova linha de produção acadêmica, o que pode ser considerado um dos motivos da drástica redução no número de artigos publicados. Na reapresentação da revista, podemos ver claramente as modificações frente ao modelo anterior de gestão:

As novas circunstâncias **obrigaram a mudanças e permitiram a reorientação de certas metas**. Assim, respondem pela Revista docentes do Departamento distribuídos entre um Conselho Consultivo, ao qual cabe dar parecer sobre o material apresentado à publicação, e uma Comissão Executiva, encarregada de sua produção. Além disso, a periodicidade, ao menos no início, será semestral. Por outro lado, abrindo suas páginas a especialistas de outras instituições, a Revista procurará dar ênfase a *artigos de fundo* sobre temas específicos, mas abrangentes, em princípio encomendados pela Comissão Executiva (e que poderão ser publicados juntamente com comentários, por diversos especialistas e a resposta do autor), e a *artigos e ensaios* vários, inéditos, em que se buscarão cobrir, na medida do possível, os múltiplos campos, métodos e técnicas e temas das Ciências Humanas, com foco particular na História. A seção de *arquivos* conterà apresentação *crítica* de repertórios, catálogos e comentário de conjuntos documentais e assuntos correlatos. Na de *bibliografia*, as principais categorias serão as análises críticas, além de repertórios (bibliografias exaustivas ou seletivas, comentadas, sobre assuntos específicos). Constarão, ainda, da Revista, as seções de *notas e comentários* e de *informações* sobre teses apresentadas e projetos de pesquisa em curso e outras atividades do Departamento, reuniões, congressos e programação de sociedades científicas e culturais da área.³⁰⁶

A segunda fase inicia-se sob a supervisão do Professor José Carlos Sebe Bom Meihy no ano de 1991, é a fase das especializações, em que a centralidade em um referido assunto é posto como primordial frente à diversidade de publicação que era assistido anteriormente. A partir desse momento, a revista caminhará para ocupar o papel de meio de publicação de pesquisas do Programa de Pós-Graduação. Esse momento, assim como os anteriores é marcado por uma predominância das publicações elaboradas por uspianos frente às propostas por pesquisadores externos.

³⁰⁶ COMISSÃO EXECUTIVA. Reapresentação. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, 1983, p. 3 – 4, **grifo nosso**.



FIGURA 34: Capa da *Revista de História*, nº 168, primeiro semestre de 2013. Dossiê O Atlântico Equatorial: sociabilidade e poder nas fronteiras da América Portuguesa. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/index.php/br/edicoes/271-rh-168>. Acesso em: 16.04.2016.

Finalmente, a partir de 1999, sob a gestão de Norberto Luiz Guarinello, inicia-se a terceira e atual fase da *Revista de História*, a “Era dos Dossiês”, que resgata a multiplicidade do primeiro momento da revista, sem abandonar a fase das especializações e o foco no programa de pós-graduação. Essa forma de publicação cria sessões específicas para publicações temáticas e para artigos livres, resgatando de certa maneira uma identidade a muito já esquecida. Entretanto, pouco se reconhece nessa, daquela *Revista de História* que chegou a possuir entre os seus distintos números 16 (dezesseis) seções diferentes, atualmente possui a centralidade em 3 (três), que são os editoriais, artigos e resenhas, estendendo-se frequentemente a uma quarta sessão, a dos dossiês.

Analisando dessa maneira a gradação sofrida pela *Revista de História* ao longo de

sua existência, uma coisa fica clara, aquele idealismo de seu diretor fundador acabou se perdendo e dando lugar ao novo produtivismo acadêmico, cobrado pelas agências de fomento e de pesquisa. Ao criar a revista Eurípedes Simões de Paula deixa claro que a mesma há de representar um novo grupo de pesquisadores e historiadores, que estava emergindo e que buscavam um lugar de destaque entre aqueles que a muito se dedicavam ao estudo da história no Brasil. Porém, certo otimismo e até mesmo idealismo, também foram marcas dessa revista em sua primeira era, otimismo visto no editorial de apresentação do periódico em 1950, em que Eurípedes Simões de Paula descreve as funções primeiras da *Revista de História*, ele diz:

Aparece assim a nossa Revista. O seu objetivo precípua é oferecer aos estudiosos uma oportunidade de divulgação sistemática, e mais ou menos ampla, dos trabalhos e das pesquisas que **o amor ao estudo e a dedicação ao magistério universitário propiciam e orientam.**

Supomos que tal divulgação, conquanto não possa corresponder inteiramente aos **anseios dos jovens pesquisadores**, conseguirá **encorajá-los e estimulá-los**, a ponto de os levar à intensificação dos seus labores e ao aprimoramento de sua cultura histórica.

Mas a Revista quer ter também outra finalidade; **quer ser o traço de união entre a Faculdade e os professores de História do ensino normal e secundário.** Para isso pretende fornecer-lhes bibliografias sempre atualizadas, interpretações novas de fatos históricos em geral, resenhas críticas de obras recentes, comentários desapaixonados à margem de assuntos contravertidos e documentos antigos devidamente estudados. Tudo, enfim, quanto possa obviar, em parte,³⁰⁷ as naturais deficiências das bibliotecas existentes no interior do Estado.

Essas são as características estruturais que marcaram a *Revista de História* ao longo de sua existência. Um periódico acadêmico, técnico, marcado profundamente por uma ruptura abrupta que acaba por defini-lo e caracterizá-lo. Um periódico marcado por dois momentos bem distintos, tanto da perspectiva e demanda editorial, como pelo momento da produção historiográfica brasileira, no primeiro momento há a presença de um relativo idealismo e sentimento de necessidade de consolidação da chamada por Marc Bloch, tarefa do historiador, com o foco na consolidação das redes de relacionamento, de aprofundamento e de aperfeiçoamento do aparato teórico e metodológico, que era insípido até aquele momento na historiografia brasileira. E o segundo momento marcado pela especialização em detrimento das grandes sínteses baseadas no processo de longa duração braudeliano, e profundamente estigmatizado pelo avanço dos programas de pós-graduação que

³⁰⁷ DE PAULA, Eurípedes Simões. **Nosso programa.** *Op. cit.*, p. 1, **grifo nosso.**

acabam tendo a primazia sobre as publicações.

Tendo em mãos este arcabouço informacional, viu-se como de relativa importância a construção de um grande panorama sobre as informações e contribuições da *Revista de História*, iniciativa que, no ano de 2002, foi vislumbrada por Paulo Henrique Martinez, em que o mesmo defende a necessidade de se analisar mais profundamente tal periódico, a fim de elucidar suas características técnicas, teórico metodológicas e intelectuais, objetivando melhor compreender a construção e as tensões existentes na nova historiografia brasileira, inaugurada e expandida nas décadas de 1920, 1930 a 1950, atingindo o seu ápice na virada da década de 1980.

No caso da *Revista de História*, uma análise metódica pode contemplar o conteúdo dos 28 fascículos do período 1950-1956 com o objetivo de rastrear a veiculação de propostas teóricas e metodológicas da historiografia francesa, em geral, e as de Fernand Braudel, em particular, para o estudo, a pesquisa e o ensino da história. Os números 1 a 28 da *Revista de História*, publicados com regularidade semestral, integram um núcleo de interesses e fonte privilegiada de dados e informações qualitativas sobre as formulações teóricas e metodológicas veiculadas pelos alunos de Fernand Braudel no Brasil. Um levantamento sistemático dos autores, temas, resenhas de livros, promoção e divulgação de atividades, informes, debates e polêmicas presentes nestes números, permite refinar a análise dos projetos intelectuais da primeira geração de historiadores universitários e a ressonância das formulações de Braudel no campo do conhecimento histórico a partir da FFCL/USP.³⁰⁸

Com vistas a sanar parcialmente esse apontamento, constitui-se uma larga base de dados sobre a *Revista de História*³⁰⁹ buscando auxiliar a leitura de um novo modelo historiográfico brasileiro e do deslocamento do eixo da produção histórica, que teve seu pontapé inicial em Capistrano de Abreu, com seus *Capítulos da História Colonial (1500 – 1800)* em 1907, e que, somente será largamente difundido no Brasil após a mudança do regime disciplinar e ampliação da pesquisa universitária brasileira, o chamado *paradigma científico*.

De qualquer forma, é fato que a constituição do referido periódico é dada por períodos bem distintos, tanto em sua composição material (seções, conteúdo, arte gráfica, origem das publicações, etc), quanto editorial. Dessa maneira, identificados os períodos distintos, podemos analisar os regimes de edição, construir um

³⁰⁸ MARTINEZ, P. H. **Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP** (1935 – 1956): notas para estudo. *Op. cit.*, p. 25.

³⁰⁹ Todo arcabouço de informação poderá ser visualizado no próximo tópico e conferido com o apêndice.

parâmetro da historiografia dos periódicos e a evolução das preocupações editoriais no Brasil. Logo, esse levantamento esquemático da *Revista de História* pode demonstrar realmente quais eram as preocupações dos pesquisadores das primeiras gerações e como se deu o processo de evolução da pesquisa histórica.

Analisando então as fases do periódico podemos afirmar que, em um primeiro momento a preocupação com a expansão dos estudos profissionais de história é latente, e isso pôde ser assistido anteriormente quando se fala em criação da ANPUH, da Sociedade de Estudos Históricos e de até mesmo da Academia paulista de Estudos Históricos.

Dentro dessa premissa de expansão, outro fator latente é a preocupação com a propagação dos estudos de teoria e metodologia da história, buscando dar maior sustentação à prática da pesquisa histórica, afinal, como defendido pela por Cecília Maria Westphalen,

As Faculdades de Filosofia, preocupadas face às carências do meio com a preparação de professores do ensino médio, nem sequer incluíram em seus currículos e programas estudos de metodologia histórica, e muito menos treinavam estudantes no método histórico. Bacharéis e licenciados em História concluíam o curso superior sem jamais haver ouvido mesmo falar nos velhos Langlois e Seignobos (que a geração de Capistrano de Abreu, aliás, conhecia bem), e sem jamais haver entrado em um arquivo de interesse para a História. Visitas protocolares ou de turismo quando muito eram realizadas esporadicamente a Museus e a cidades históricas.³¹⁰

O segundo instante da *RH* está focado na recuperação do periódico e na maior difusão das pesquisas ligadas ao Departamento de História da USP e seu Programa de Pós-graduação. A terceira etapa é a das especializações ou temáticas. E por fim, e atual etapa, o período dos dossiês, que vem sendo uma característica marcante em diversos periódicos da área.

Pode-se dessa forma construir um quadro analítico traçando as mudanças significativas no sistema de publicações em periódicos, tendo como principal parâmetro a *Revista de História*, que se constituiria da seguinte maneira:

³¹⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria. A pesquisa histórica no Brasil: historiografia brasileira. In: Seminário de Estudos Brasileiros – IEB, I, 1971, São Paulo. **Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros**. São Paulo: [s.n.], 1971, p. 40.

TABELA 6: períodos de consolidação do modelo historiográfico brasileiro entre os séculos XIX E XXI ³¹¹		
PERÍODO	INSTITUIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
1838 – 1934 (AUTODIDATAS)	IHGB	Dedicada a uma história nacional, apoiada em sua maior parte nas chamadas fontes oficiais e marcada pelo baixo rigor teórico e metodológico, apesar do alto grau de erudição de seus membros.
1934 – 1977 (1º PERÍODO)	UNIVERSIDADE	Preocupada com a expansão dos quadros professorais e com a profissionalização da pesquisa histórica. Marcada pela difusão de teorias e métodos de análise e abordagem do conhecimento histórico. Período ainda muito marcado pelo embate entre antigos e modernos.
1977 – 1991 (2º PERÍODO)	PÓS-GRADUAÇÃO	Expansão, refinamento e especialização da pesquisa histórica. Crescimento do número de programas dedicados à pós-graduação e uma ampliação da difusão das pesquisas.
1991 – 1999 (3º PERÍODO)	EXPANSÃO DAS REDES DE SOCIABILIDADE	Aumento do número de publicações, marcadas pelas especializações e pelas temáticas. Há um reforço das ligações extra-institucionais com vistas ao fortalecimento das áreas de pesquisa
2000 – ATUAL (4º PERÍODO)	SOCIEDADES	Esse momento está marcado pelo surgimento e fortalecimento das Sociedades de Pesquisa. É a constituição de grandes núcleos de pesquisa marcados pelas temáticas específicas da área. É o período dedicado aos dossiês.

Dessa forma observa-se que, de fato, a mudança de caráter significativo no modelo historiográfico vigente dar-se-á a partir da virada da década de 1970 e 1980, quando há o abando do debate metodológico entre as instituições e se passa a ter uma maior preocupação com o refinamento da pesquisa, tendo em vista que, com a expansão sistemática da pós-graduação brasileira há um grande fortalecimento do modelo de escrita universitária. Outro fator de relativa importância que deve ser levado em consideração é a inserção em massa dos universitários nos grupos anteriormente combatidos, fazendo com que as características predominantes nas narrativas daquelas instituições fossem sendo gradativamente substituídas.

³¹¹ Tendo como ponto de análise a *Revista de História* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

3.4 – Por dentro da *Revista de História*: edição, divulgação e números³¹².

Delimitando o campo de possibilidades e vislumbrando dar notoriedade às perspectivas até aqui apresentadas, a partir daqui a análise dedicar-se-á ao apontamento dos dados levantados na *Revista de História* dos números 1 ao 174, demonstrando assim os rumos que a pesquisa histórica seguiu e que possibilitou a construção da análise historiográfica anteriormente proposta.

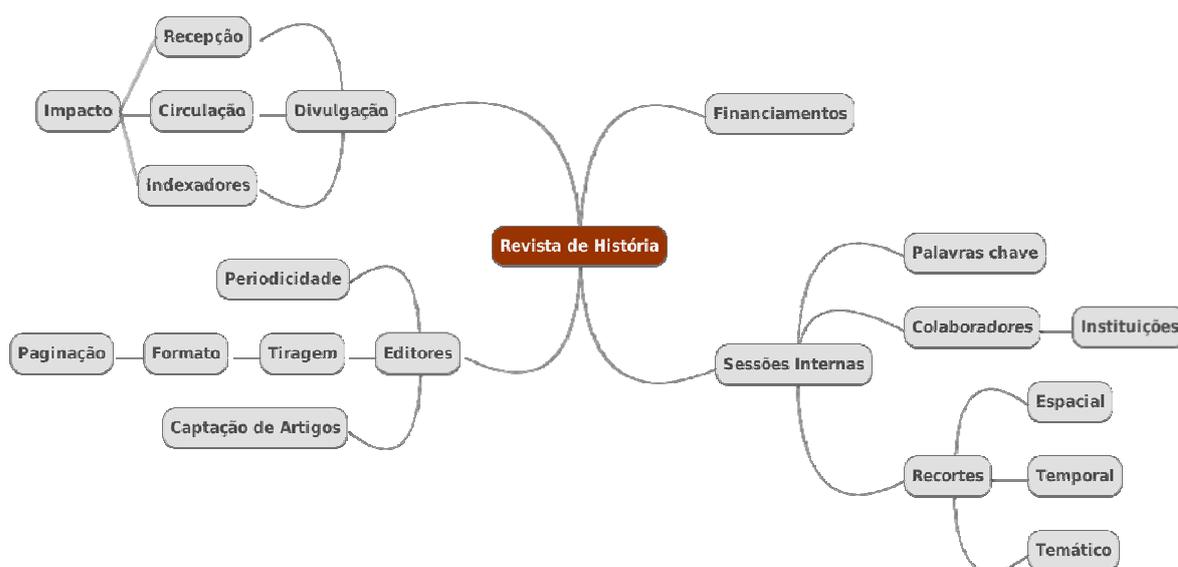


FIGURA 35: Desmembramento estatístico da *Revista de História*. Proposta de divisão dos campos de análise. Divisão em quatro macro grupos, cada um contendo sua especificidade e informação.

Por fim, para entender toda essa perspectiva de meio de consolidação do modelo historiográfico em construção e de representação de um *campo científico* em franca expansão, há de se traduzir as mais de 60.000 (sessenta mil) páginas da *Revista de História* em dados de forma que seja possível visualizar informações que estão para além do texto.

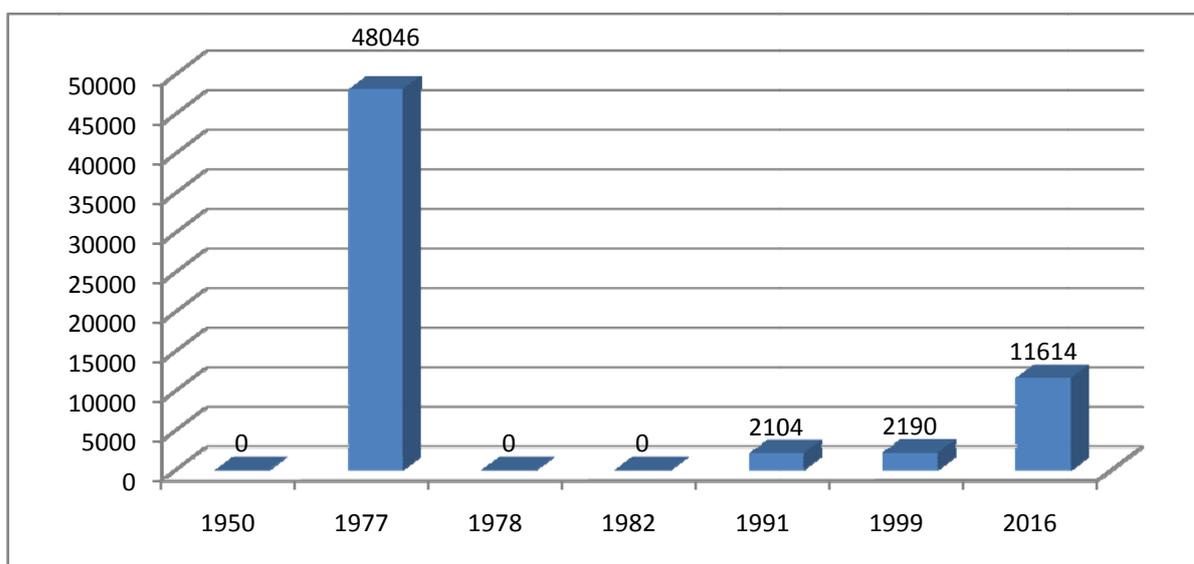
Claramente cada período editorial é marcado por características próprias, como demonstradas anteriormente. Para alguns editores o foco foi a expansão, para outros a especialização. O fato é que, a *Revista de História*, foi, em todos os seus momentos, um instrumento que suturou as lacunas da pesquisa histórica brasileira, como demonstrado por José Roberto do Amaral Lapa. Para Lapa

³¹² Para a obtenção dos dados, que serão expostos, optou-se por analisar as seguintes publicações: artigos, dossiês e questões pedagógicas. Pois constituem a maior parte do corpo de publicações do periódico.

Os anos 60 assinalaram de organização e enriquecimento do colégio de historiadores brasileiros.

Até então, os diversos núcleos universitários de estudos históricos trabalhavam dentro de uma tradição de isolamento, quebrada praticamente apenas pela circulação da *Revista de História*, que desempenhava o papel de divulgar os trabalhos desenvolvidos na Universidade de São Paulo.³¹³

GRÁFICO 1: Volume de páginas publicadas por período



Com um público assinante cativo, a *Revista de História*, impressa inicialmente com uma tiragem de aproximadamente mil exemplares, foi sendo disseminada por todo território nacional e em diversas localidades internacionais. Em 1962 o periódico estava presente nas bibliotecas dos principais pesquisadores brasileiros e das Faculdades de Filosofia.

Com distribuição permanente, tinha como principais endereços as Faculdades e bibliotecas dos estados de São Paulo (142 exemplares), Guanabara (47), Rio Grande do Sul (12) e Minas Gerais (10), outros estados como Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe, também recebiam cópias dos exemplares, porém, em proporções diminutas.

Além das fronteiras brasileiras também era possível encontrar exemplares da *RH*. Países como Portugal (68 exemplares), Estados Unidos (62), França (42), Argentina (21), Alemanha (18) e Espanha (13) eram os principais destinos desses volumes, no

³¹³ LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia:** Brasil pós 64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 35.

entanto, também era possível encontrá-la no Continente Africano (Angola e Moçambique – 1 exemplar cada), na Ásia (Japão – 7), América Central (Guatemala, Haiti) e no Oriente Médio (Israel – 1)³¹⁴.

No ano de 1977, segundo Marieta Alves, a tiragem da *Revista de História* chegou a alcançar o patamar de três mil exemplares³¹⁵, número realmente impressionante, dado que a *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, periódico em que muito se inspirou Eurípedes Simões de Paula, teve “a tiragem inicial de 2.500 exemplares no primeiro ano, 1.300 no segundo e terceiro anos, 1.000 a partir de 1934, reduzidos a 800 depois de 1938”³¹⁶.

O elevado número de tiragem reflete um aumento do público consumidor desse tipo de publicação, demonstrando claramente o alargamento dos horizontes do *campo* da pesquisa histórica no Brasil, tornando permanente e constante a busca, daqueles interessados em obter leituras sobre a produção história, por esse periódico.

Outro fator determinante para o elevado número de tiragens é o intercâmbio, tanto nacional quanto internacional. Claramente a revista obtém maior credibilidade à medida que aumenta o número de colaboradores, sejam brasileiros ou estrangeiros, e se diversifica. Se inicialmente a produção endógena, e de professores da antiga missão estrangeira, eram predominantes, a partir da década de 1960 percebe-se um aumento significativo da presença de colaboradores das novíssimas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que se espalharam pelo Brasil e de estrangeiros oriundos de países como Argentina, Espanha, Estados Unidos, Itália, México, Portugal, Uruguai, Inglaterra entre outros.

Com o intercâmbio e a diversificação da produção historiográfica nas páginas da *Revista de História*, o objetivo de seu idealizador, o de ser uma revista de produção múltipla, vai rapidamente se desenvolvendo e os sentimentos de “locomotiva da nação” e bandeirantismo novamente se irrompem.

³¹⁴ DE PAULA, Eurípedes Simões. Novos preços das assinaturas da *Revista de História*. **Revista de História**, São Paulo, n. 51, p. 571 – 572, 1962.

³¹⁵ ALVES, Marieta. Um mecenas da cultura brasileira. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 387 – 388.

³¹⁶ MÜLLER, Bertrand (org). **Correspondência para Marc Bloch e Lucien Febvre**. Paris: Fayard, 1994 – 2003, 1 vol., p. 45.

O sentimento desbravador da *Revista de História*, estampado em seu brasão, torna-se mais claro no editorial do número 41 (1960), em que Eurípedes Simões de Paula afirma que “a Revista de História orgulha-se imensamente em ter despertado vocações e publicado trabalhos que, sem ela, talvez permanecessem inéditos”³¹⁷. Nesse mesmo texto percebe-se a exaltação de São Paulo como eixo integrador do Brasil, afinal,

A **Revista de História** foi — e continuará a ser, pois êsse é o nosso objetivo principal — um meio de ligação entre o grupo de professôres e assistentes do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e o grande número de professôres em História por êsse Brasil imenso.³¹⁸



FIGURA 36: Brasão da Revista de História. Mapa que retrata a América do Sul do período colonial cortado pela linha do Equador e pelo Tratado de Tordesilhas. Imagem retirada da capa da edição de n. 1 (1950). Essa imagem ilustra o novo bandeirantismo, ou seja, São Paulo há de novamente desbravar o Brasil, porém, agora por meio da ciência.

Atualmente é possível encontrar esse selo nas publicações da *Revista de História* bem ao lado da afirmação “desde 1950”. No entanto, ficou claro que com a chamada “Nova Série”, publicada a partir de 1983, surgiu um distanciamento entre a *Revista de História* do Diretor Eurípedes Simões de Paula e daquelas que se seguiram. Com a revitalização é mais comum encontrar a nova identidade visual da revista do que aquela marcadamente ideológica.

³¹⁷ DE PAULA, Eurípedes Simões. O 10º aniversário da Revista de História. **Revista de História**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 1, 1960.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 1, **grifo do autor**.

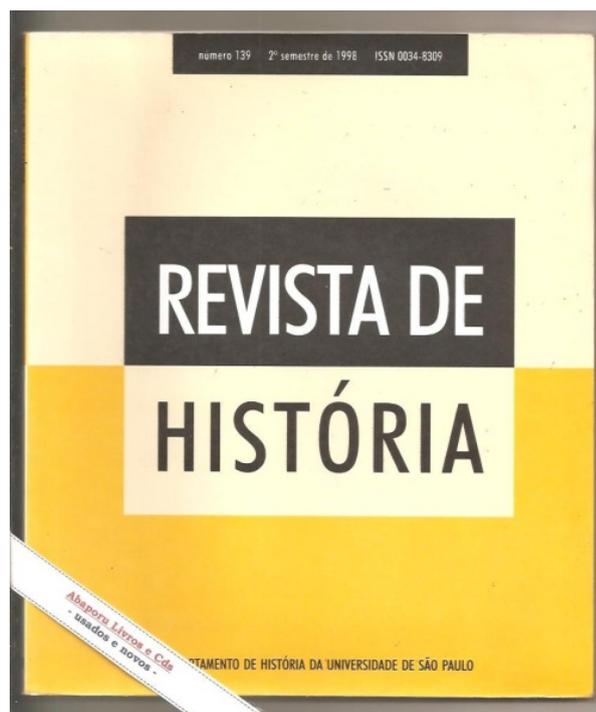


FIGURA 37: Revista de História, n. 139, 1998. No centro da capa a nova logomarca adotada a partir da década de 1990.

Ao fim, todos esses ideais transfiguram-se em exemplares e páginas, que apesar de transparecer como sendo uma informação de caráter secundário, é de grande relevância para dar destaque, a esse significativo embate científico-ideológico. Inicialmente, a distribuição do total de páginas produzidas por essa publicação, há de transparecer o volume, mesmo que de maneira totalmente desproporcional, de publicações por período. Elaborada a análise, fica o volume aproximado de páginas distribuídos da seguinte forma:

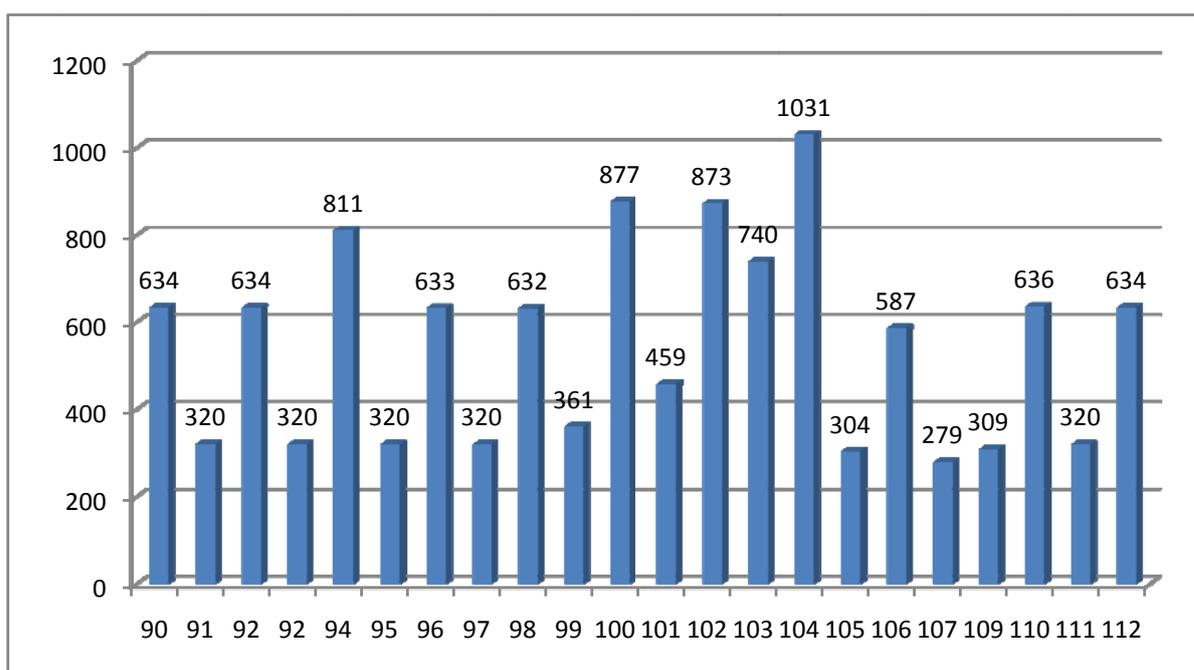
TABELA 7: Volume de páginas publicadas por período				
PERÍODO	ANOS	PÁGINAS	%	PAGINAÇÃO MÉDIA
ERA SIMÕES DE PAULA	1950 – 1977	48046	77%	429
ERA DA RECONSTRUÇÃO	1983 – 1991	2104	3%	210
ERA DAS ESPECIALIZAÇÕES	1991 – 1999	2190	4%	182
ERA DOS DOSSIES	1999 – 2016 ³¹⁹	11614	16%	309

Conforme demonstrado, há uma predominância no fluxo de publicações na primeira fase da revista, que em 27 (vinte e sete) anos publicou-se um número 3 vezes maior

³¹⁹ Referente ao exemplar de número 174 publicado no primeiro semestre de 2016. Até o momento de defesa desse trabalho ainda não havia se encerrado o ano editorial de 2016.

que no segundo momento, que compreende 31 (trinta e um) anos. Destaca-se que do primeiro para o segundo período há a adoção de uma relativa uniformidade no que concerne ao número de páginas, tendo em vista que a discrepância entre os números da “Era Simões de Paula” foi uma das características marcantes, chegando alguns números a possuírem mais de 1000 páginas (VIDE GRÁFICOS 1 e 2).

GRÁFICO 2: Demonstrativo da variação do número de páginas na primeira fase da *Revista De História* (Nº 90 – 112)



Para muito além de um simples dado estatístico, o elevado número de páginas nessa primeira fase da *Revista de História* pode nos dar, principalmente, três informações. A primeira é que, devido ao fato da inexistência da normalização das publicações acadêmicas, os artigos possuíam um número elevado de páginas, a exemplo do artigo de Osmani Emboaba, publicado no número 21 (primeiro semestre de 1955), com 104 páginas, o maior artigo publicado na *RH*. Tal fato demonstra claramente uma despreocupação com prazos, ilustrando a ausência de cobranças de produtividade das agências de fomento³²⁰ e a busca por análises de panoramas

³²⁰ Sobre a relação produtividade X agências de fomento Cf. LOUZADA, R. de C. R; FILHO, J. F. da S. Formação do Pesquisador e Sofrimento Mental: Um Estudo de Caso. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, set./dez 2005; LEITE, J. L. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. **Universidade e Sociedade**. Ano XXI, n. 48, p. 84-97. Distrito federal: ANDES, jul. 2011; MANCEBO, D. Trabalho docente e produção de conhecimento. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, ed.3, p. 519-526, 2013; ZANDONÁ, Claudiane; CABRAL, Fernanda B.; SULZBACH, Cintia Cristina. Produtivismo acadêmico, prazer e sofrimento: um estudo bibliográfico. **Perspectiva**, Erechim, v. 38, n. 144, p. 121 – 130, 2014.

mais amplos ou de longa duração.

Outra marca dessa publicação, enaltecida pela ausência normativa, é a produção seriada de artigos ligados a um determinado assunto, a exemplo de *A idealização de Roma e a sua aceitação pelos cristãos* (5 artigos), *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e de história social* (8), *A interpretação cristã da história* (7), *Introdução aos estudos históricos* (10), *Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro* (5), além da vasta produção sobre numismática, que atinge o patamar de 30 artigos.

A segunda conclusão que se pode obter por meio da análise do montante de páginas é a proeminente preocupação do corpo editorial com a concorrência, o que levou a uma busca pela aglutinação da produção em torno da revista. O elevado número de páginas demonstra que o corpo editorial da *Revista de História* atinge o seu objetivo que é o de reunir em torno de si o maior número possível de colaboradores, visando dessa maneira se tornar elemento referencial entre as publicações.

Vale à pena frisar que outros periódicos em circulação no mesmo período, mesmo os de prestígio internacional, não possuíam paginação igual ou próxima a da *RH*, a exemplo da *The American Historical Review*, *Luso Brazilian Review*, *The Hispanic American Historical Review* e até mesmo a *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, periódico esse, em que a *Revista de História* se inspirava e se espelhava.

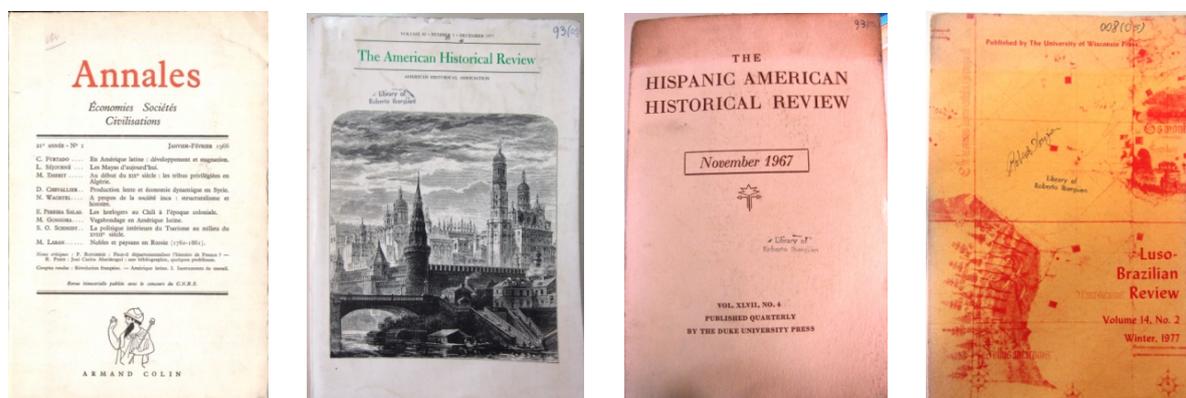
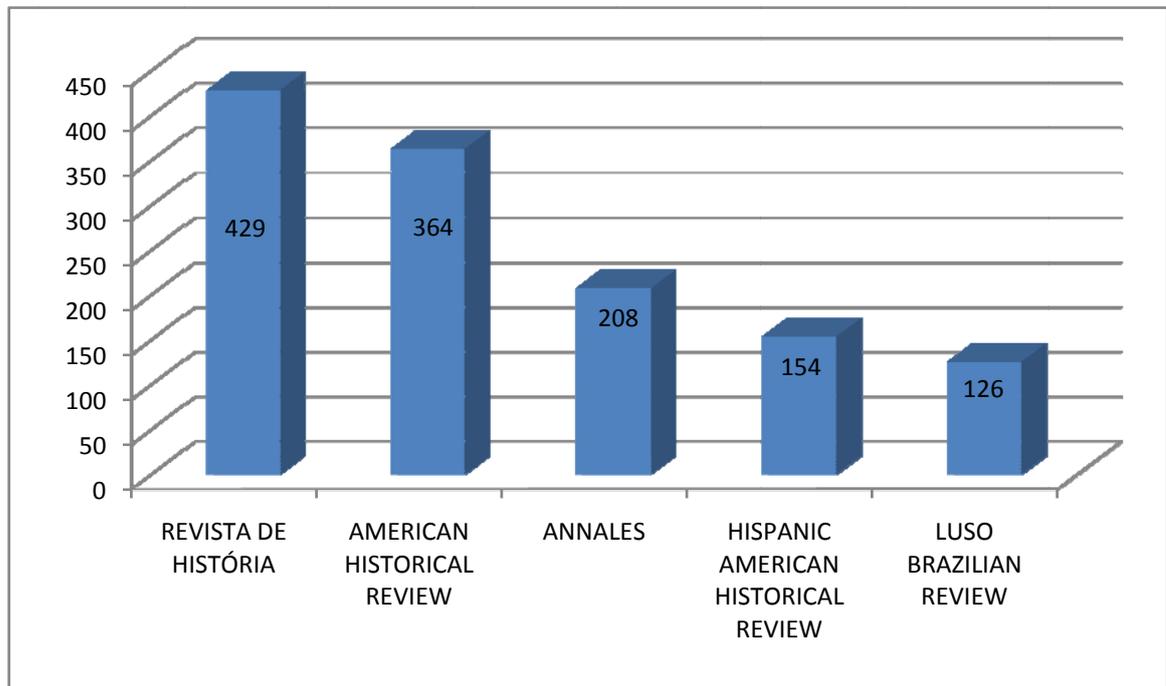


FIGURA 38: Capas das Revistas estrangeiras em circulação no Brasil durante a década de 1960. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 21, n. 1, 1966; *The American Historical Review*, v. 82, n. 5, 1977; *The Hispanic American Historical Review*, v. 48, n. 4, 1967; *Luso Brazilian Review*, v. 14, n. 2, 1977. Acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo.

GRÁFICO 3: Paginação média da *Revista de História* e de periódicos de origem estrangeira em circulação no Brasil na década de 1960



Comparada, também, a periódicos brasileiros, a *Revista de História*, desponta como uma referência. Periódicos como os publicados pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (*Revista Estudos Históricos*), e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (*Revista Anais de História*), não faziam frente à expansão da *RH*. A única instituição que possuía uma publicação mais robusta que a paulista nesse momento ainda era o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

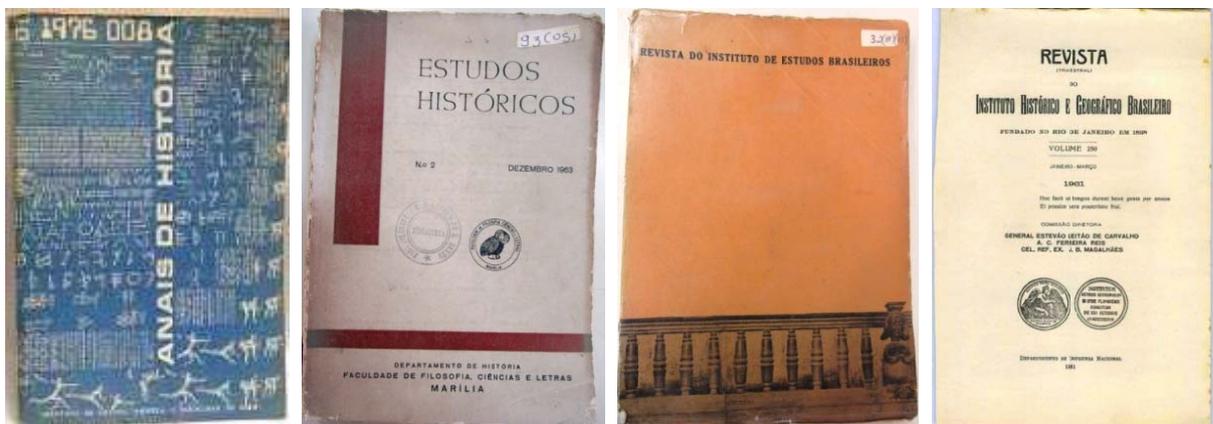
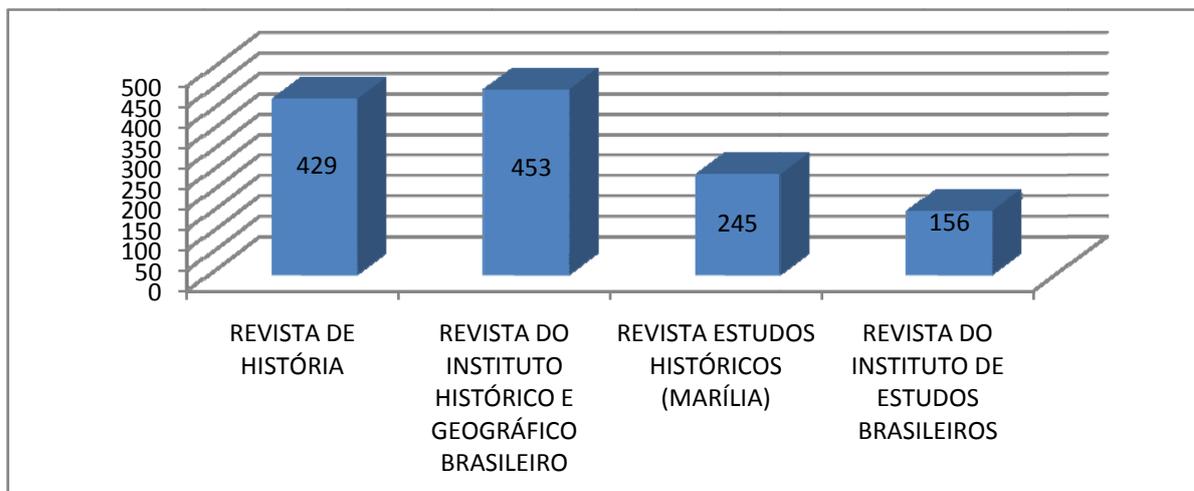


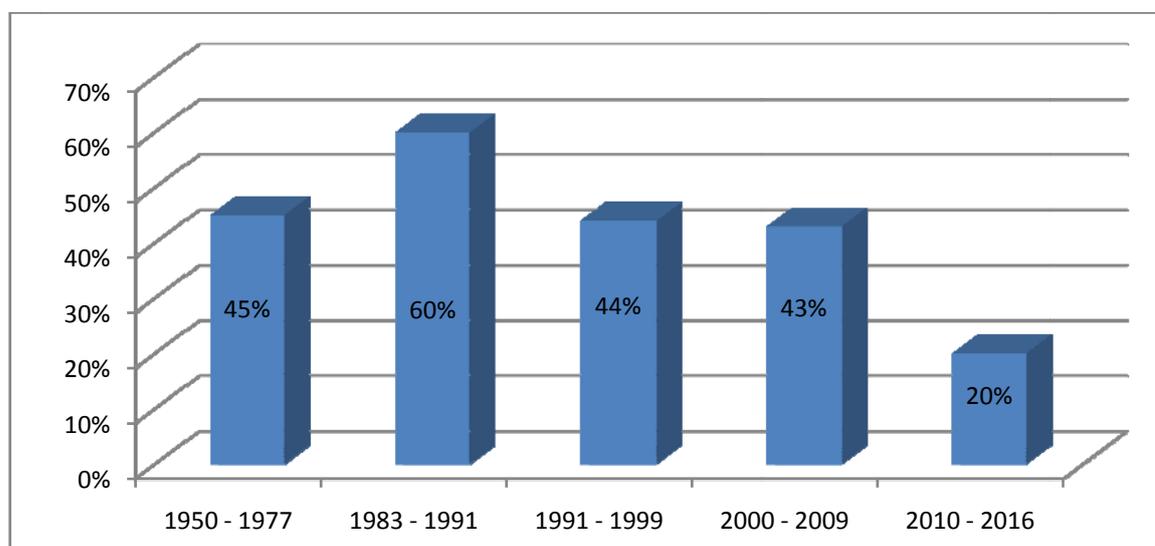
FIGURA 39: Capas de Revistas nacionais de História em circulação no Brasil na década de 1960/70. *Anais de História* (Assis), n. 8, 1976; *Estudos Históricos* (Marília), n. 2, 1963; *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 5, 1968; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 250, 1961. Acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo.

GRÁFICO 4: Paginação média da *Revista de História* e de periódicos brasileiros em circulação no Brasil na década de 1960



E por fim, o terceiro fator que se encontra “mascarado” entre o alto volume de páginas e de publicações, é a produção endógena. Marcada por esse tipo de produção, a Era Simões de Paula, teve cerca de 45% de todos os seus artigos produzidos por autores ligados à USP. No entanto, o elevado número de produções oriundas de colaboradores internos do Departamento de História da USP visa demonstrar que a referida universidade é um grande núcleo de formação de pesquisadores, além de um pólo de grande relevância para a “produção pioneira” do conhecimento histórico brasileiro, mitificando dessa forma a perspectiva de “maior centro produtor de conhecimento histórico do país”³²¹.

GRÁFICO 5: Fluxo de produção endógena (1950 – 2016).

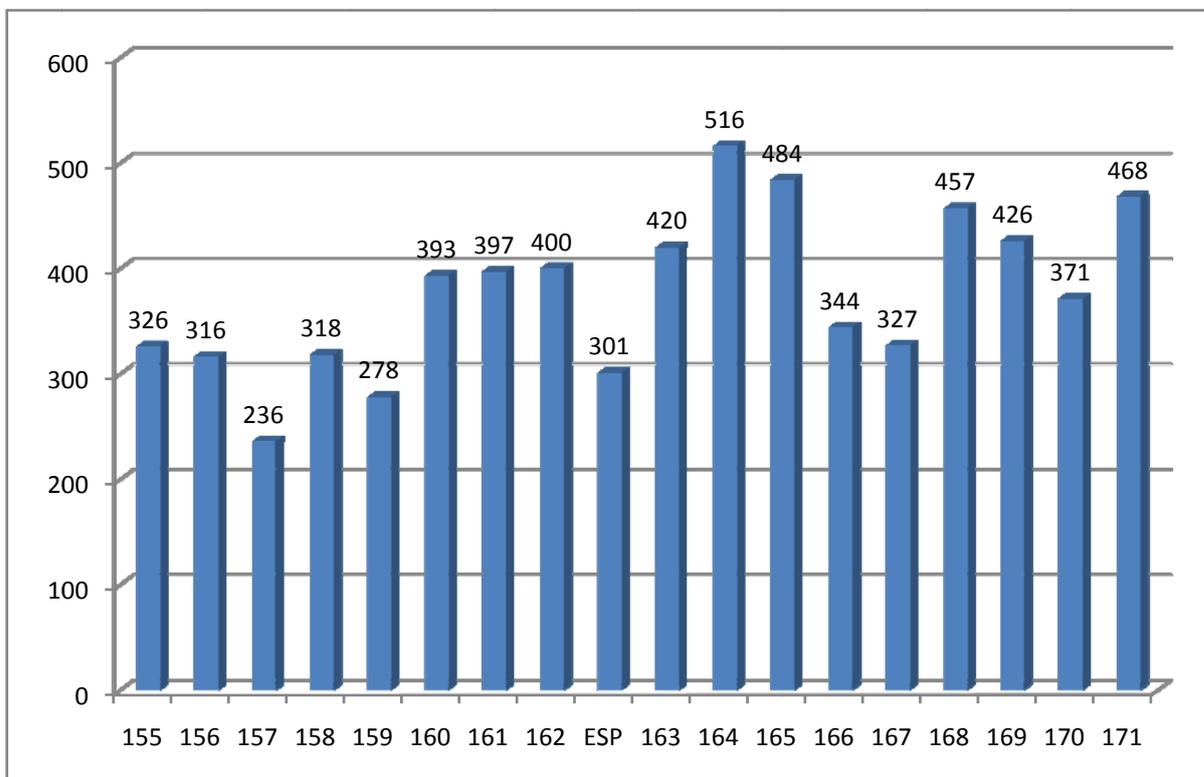


³²¹ LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia:** Brasil pós 64. *Op. cit.*, p. 35.

A produção endógena somente terá uma queda significativa a partir do ano de 2010. Nos períodos que antecedem tal recorte essa característica é marcante como demonstrado no gráfico 5.

Em uma análise da paginação média da *Revista de História*, no seu segundo momento, deixa transparecer que, com a normalização das práticas de publicação, a redução da produção endógena e, principalmente, o aumento significativo do número de publicações dedicadas à difusão da produção histórica, a *RH* deixa de ser uma exclusividade, e passa a ser uma referência de publicação. Isso ocorreu principalmente na década de 1980, período que surgem grandes periódicos como a *Revista Brasileira de História* (ANPUH–1982), a *História* (UNESP – 1982 – fusão das revistas *Cadernos de História* e *Anais de História*), a *Estudos Avançados* (Instituto de Estudos Avançados – 1987), e a *Revista Estudos Históricos* (FGV – 1988).

GRÁFICO 6: Demonstrativo da variação do número de páginas na segunda fase da *Revista de História* (nº 155 – 171)



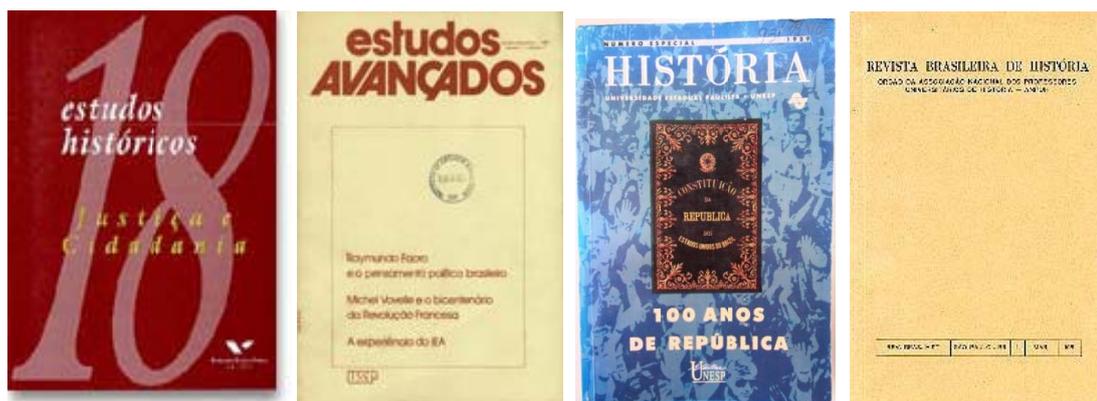
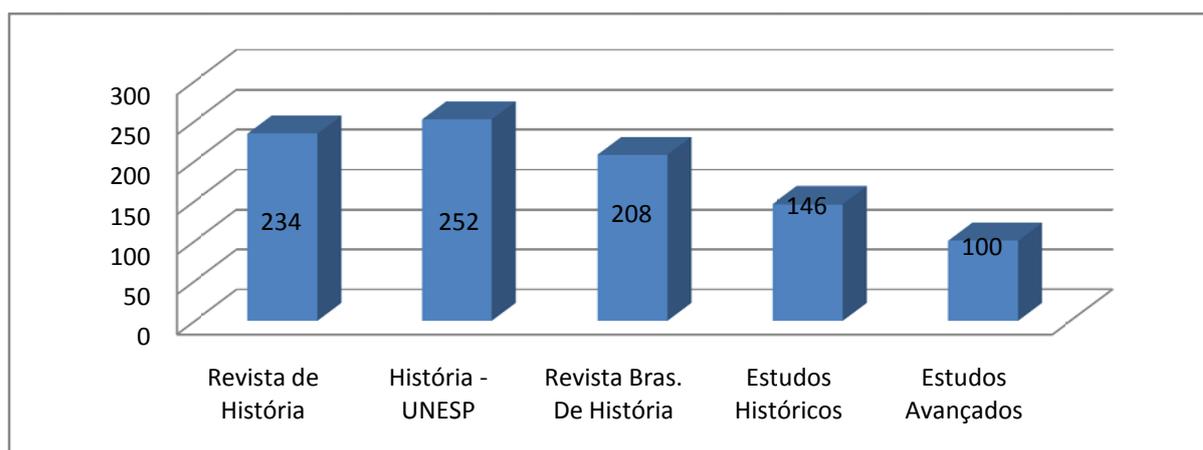


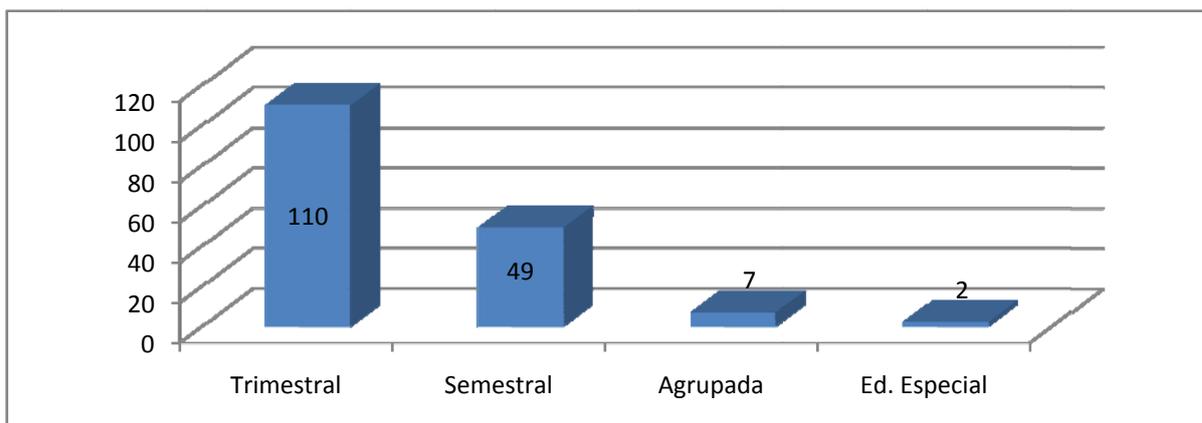
FIGURA 40: Revistas de História em circulação no Brasil a partir da década de 1980. *Estudos Históricos* (FGV), n. 18, 1996; *Estudos Avançados* (IEA-USP), n. 1, 1987; *História* (UNESP-Franca), n. especial, 1989; *Revista Brasileira de História* (ANPUH), n.1, 1982. Acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo.

GRÁFICO 7: Paginação média da *Revista de História* e de periódicos brasileiros em circulação no Brasil na década de 1980



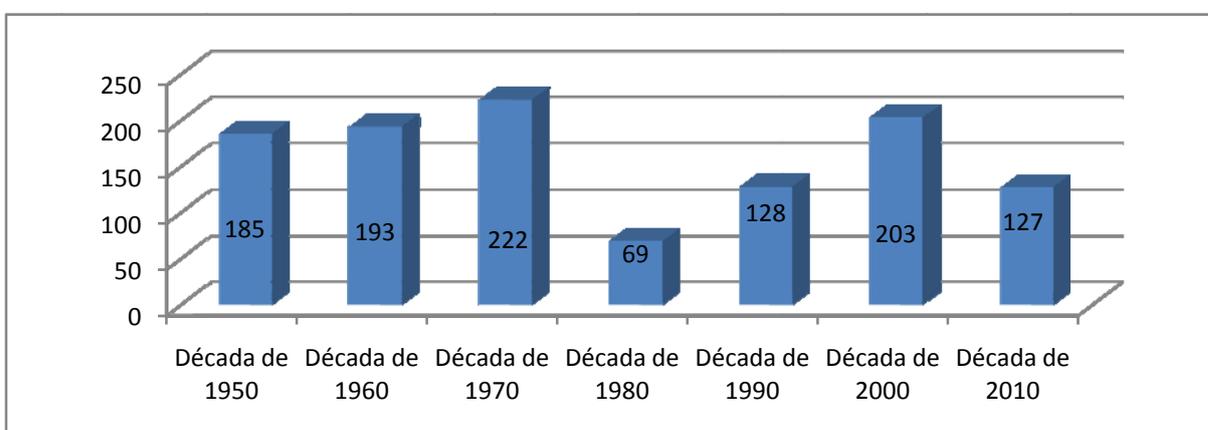
Essa mudança significativa no quantitativo de páginas demonstra a clara saída da *Revista de História* do eixo central da produção historiográfica brasileira que acabou por se compartimentar em subgrupos específicos da pesquisa e da escrita da história, além de representar uma significativa queda do *poder simbólico* do Departamento de História da Universidade de São Paulo, que vinha difundindo constantemente essa idéia de pioneirismo e criando uma sensação colonizadora da disciplina História

A mudança no fluxo de páginas também é reflexo da alteração na periodicidade de produção da revista em ambos os períodos, o que inicialmente a revista era impressa trimestralmente e passará, com a reformulação, a ser emitida semestralmente, o que acarretará a uma redução de 4 para 2 exemplares anuais (VIDE GRÁFICO 8).

GRÁFICO 8: Volume de publicações por periodicidade

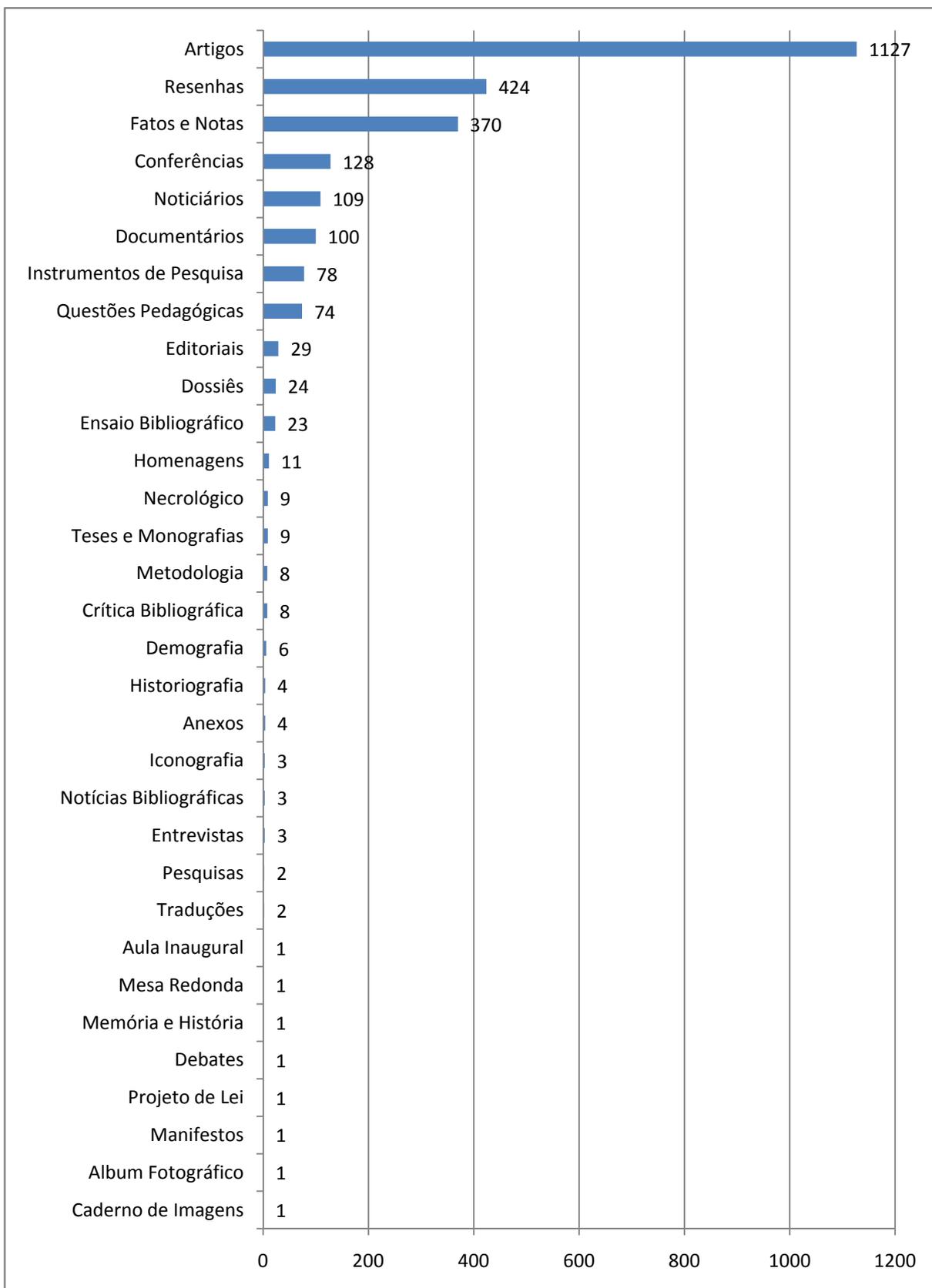
Essas alterações também marcaram o volume total de artigos produzidos e o número de seções da revista como pode ser conferido nos gráficos 9 e 10. No entanto, um dado de significativa relevância que deve ser citado é que, mesmo com a queda brusca no tamanho das revistas, ou seja, redução da paginação, o número médio de artigos aumentou do primeiro para o segundo período de uma maneira diretamente proporcional.

No primeiro momento, publicava-se em média 5 artigos por número, em 1983, esse número passa para aproximadamente 9 artigos. Isso se deve, principalmente, ao aumento vertiginoso de publicações a partir dos anos 2000, fomentado principalmente pela regulamentação do sistema CAPES, e pela redução drástica da paginação média dos artigos, que anteriormente era de cerca de 80 páginas e agora gira em torno de 22.

GRÁFICO 9: Volume de publicação por década³²²

³²² A década de 2010 está avaliando o período que está compreendido de 2011- 2016.

GRÁFICO 10: Seções presentes na *Revista de História* e seu respectivo volume de produção (1950 – 2016).



No que concerne à produção historiográfica, os dados são ainda mais impressionantes. Somam-se a essas mais de 60.000 páginas, cerca de 2200 palavras chave distintas, 800 autores e quase 300 instituições, além de pesquisas que abarcam diversos continentes e domínios da pesquisa histórica, tais como: história social, cultural, política, econômica; estando essas análises difusas pelos diversos períodos da história, desde a pré-história à história do tempo presente.

Ilustrando melhor esse volume que impressiona, destacam-se entre as palavras chave as seguintes³²³:

PALAVRA CHAVE	OCORRÊNCIA
São Paulo	39
História	35
Brasil	31
Historiografia	30
Numismática	29
Escravidão	24
Século XIX	22
Jesuítas	19
Minas gerais	17
Moeda	17
Século XVIII	17
Índios	16
Fomento ultramarino	15

Entre os autores de maior produção na *RH* pode-se destacar³²⁴:

AUTORES	OCORRÊNCIA
Álvaro Da Veiga Coimbra	29
Manuel Nunes Dias	19
Joaquim Barradas De Carvalho	13
Aldo Janotti	12
José Van Den Besselaar	12
Nachman Falbel	11
Pedro Moacyr Campos	11

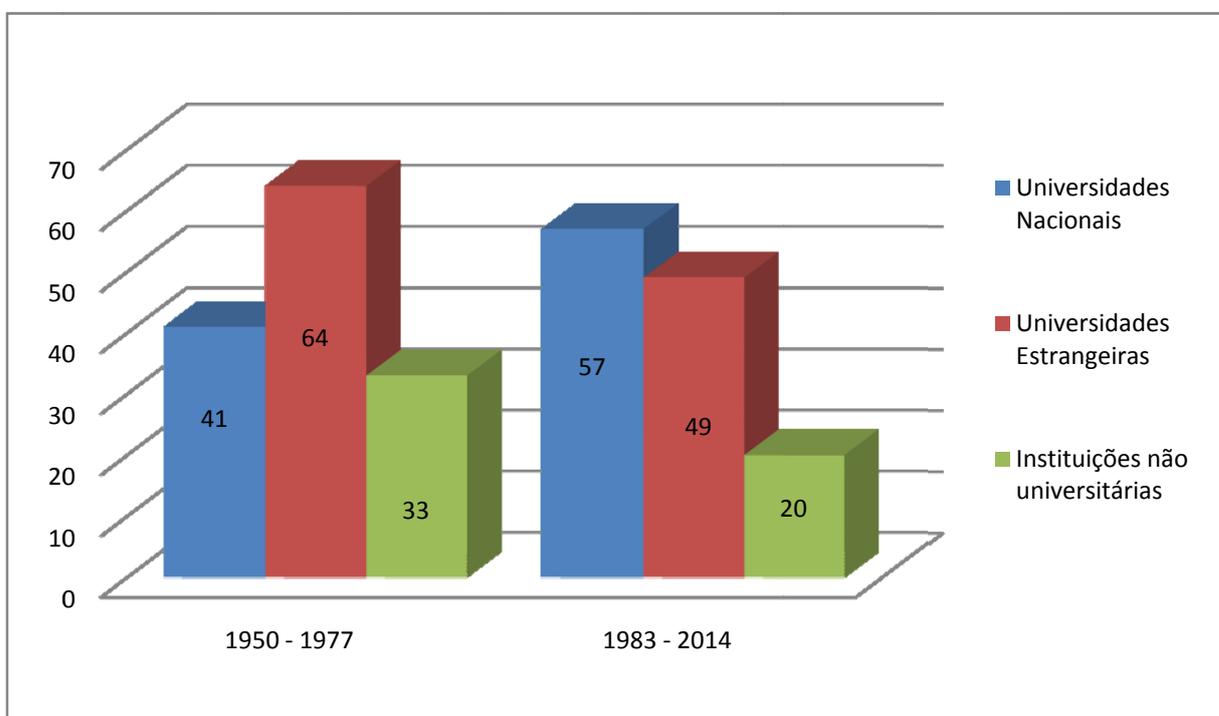
³²³ Para maiores informações sobre palavras-chave, sua incidência e em qual revista encontrá-las acesse o Apêndice H.

³²⁴ Para informações sobre a relação de autores e suas respectivas incidências acesse o Apêndice G.

Nesse contexto de análise autoral é possível perceber que os autores estavam difusos por inúmeras instituições, tanto dentro, como fora do Brasil. O primeiro momento da revista está notadamente marcado pela presença de instituições científicas e universidades estrangeiras e por instituições de caráter não universitário.

Já no segundo período, há a predominância do fator universitário, seja ele de caráter nacional ou não. Nesse segundo instante as instituições de caráter não universitário não se farão tão presentes quanto anteriormente, e as que aqui se fazem representar possuíam algum laço ou ligação com as universidades. Mais uma vez, a perspectiva de integração universitária ou grupos de pesquisa marca a segunda fase frente às preocupações do primeiro instante da revista, que tinha como alvo a construção de uma rede mais ampla de contatos, visando a consolidação do *campo histórico* brasileiro. Com essa perspectiva em mãos, pode-se montar o seguinte indicador sobre a variação institucional:

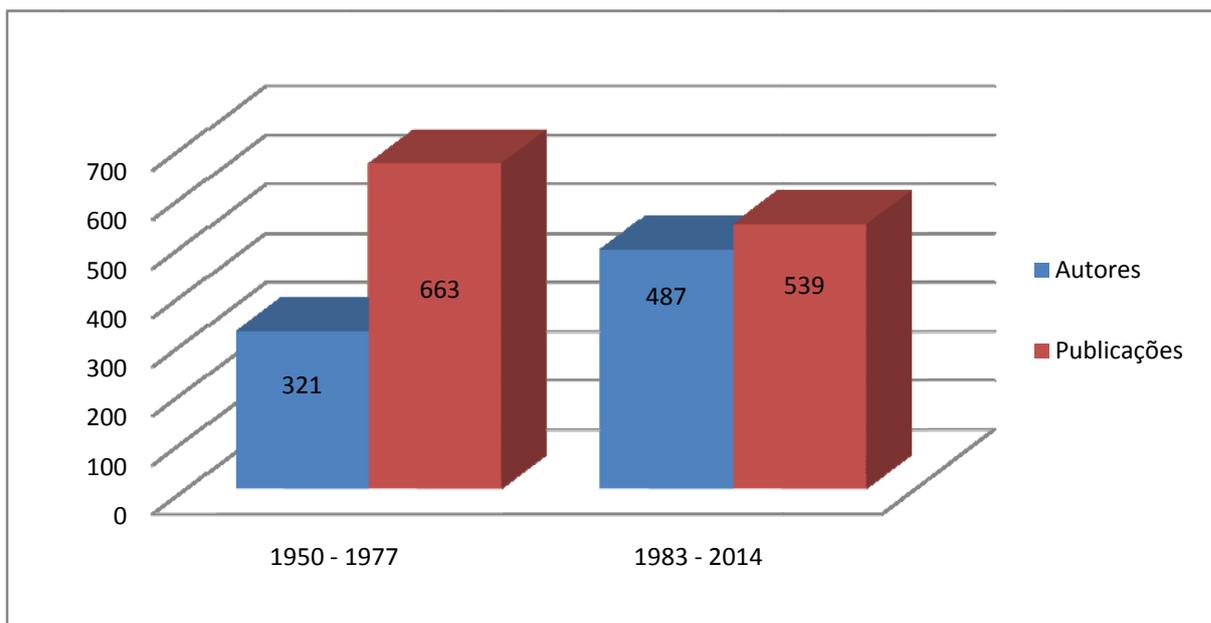
GRÁFICO 11: Número e tipo de instituição presente na *Revista de História*



Dessa maneira pode-se concluir que: com o *campo histórico* em construção, o número de historiadores era relativamente reduzido, fazendo com que houvesse uma centralização das pesquisas em alguns determinados locais e elementos, tendo em vista que a grande maioria dos formandos destinava-se aos quadros de ensino,

no antigo ensino normal e secundário, e como se pode ver no GRÁFICO 12, esse relativo desequilíbrio foi também sanado no segundo período, em que o número de autores e produções praticamente se equiparou, logo, o alargamento do campo após a década de 1980 proporciona uma maior democratização da publicação no periódico em questão.

GRÁFICO 12: Relação autores x publicações presentes na *Revista de História*



Referente à análise de recortes temáticos ou campos de interesse, deve-se dar destaque que essa classificação pode acarretar controvérsias partindo da premissa que um ou outro artigo poderia ser classificado de maneira diferente a qual aqui foi determinado. A volatilidade dos campos historiográficos pode levar, inegavelmente, a questionamentos sobre a classificação, pois até mesmo a classificação dos campos gera determinada imprecisão, visto que os próprios campos da história permanecem em construção e em permanente mutação. Nessa perspectiva, os apontamentos de Ricardo Marques de Mello caracterizam bem essa problemática ao afirmar que “o que se conclui de tudo isso é a inexistência de modelos ou gabaritos a partir dos quais se pode avaliar os trabalhos historiográficos e discriminá-los como pertencentes a uma ou outra área”³²⁵. O mesmo Ricardo Marques exemplificando essa controvérsia diz:

³²⁵ MELLO, Ricardo Marques. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História, 1981 – 2000**. 2012. 125 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p. 42.

Entrave mais grave reside nas transformações das práticas historiográficas ao longo do tempo. A história política do início da década de oitenta e praticada no final do século XX, por exemplo, podem ser muito diferentes em seus interesses, abordagens e finalidades, conquanto a expressão *história política* seja a mesma. (...) Por outro lado, alguns trabalhos historiográficos de quarenta ou cinquenta anos atrás apresentam semelhanças com os atuais, embora a denominação tenha sido alterada: é o caso da dita *história do pensamento*, que deixou de ser assim nomeada e passou, dependendo da tradição e do caso, a ser chamada de história intelectual ou das idéias.³²⁶

Tratando da mesma problemática, José d'Assunção Barros, defende que

Apesar de falarmos frequentemente em uma “História Econômica”, em uma “História Política”, em uma “História Cultural”, e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos e culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram **criados pelos próprios historiadores** para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.³²⁷

Outro apontamento significativo de José D'Assunção Barros para a problemática da definição e da classificação historiográfica é que:

Existem basicamente duas grandes ordens de dificuldades que costumam tornar confusos os esforços de classificar e organizar internamente a História em subáreas especializadas. Uma corresponde a uma intrincada confusão de critérios que costuma presidir esses esforços classificatórios (...) A outra ordem de dificuldades, da qual gostaríamos de falar em primeiro lugar, corresponde ao fato de que uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo.³²⁸

A chamada por José d'Assunção Barros de “hiperespecialização”³²⁹, principal fonte da vulnerabilidade de aplicações de análises historiográficas, possui, também, o reverso da medalha. Se por um lado desmorona todas as possibilidades de enquadramentos temáticos, por outro, vem contribuir para uma melhor compreensão dos aportes teóricos que ao longo da construção do conhecimento histórico vieram sendo somados ao *corpus* do historiador, auxiliando dessa maneira na interpretação do que Michel de Certeau chamou de uma prática.

Com isso compreende-se que a fragmentação de *Clio* é na verdade uma ação do

³²⁶ MELLO, Ricardo Marques. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História, 1981 – 2000.** *Op. cit.*, p. 41.

³²⁷ BARROS, José d'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2004, p. 15, **grifo do autor.**

³²⁸ *Ibidem*, p. 15.

³²⁹ *Ibidem*, p. 13.

agente historiador e não da História, afinal a reconstrução da realidade é ao mesmo tempo múltipla, do ponto de vista da ocorrência dos fatos, e una, da perspectiva que diversas ações ocorrem simultaneamente sobre um ator ou objeto, como demonstrado no esquema proposto por José d'Assunção Barros.

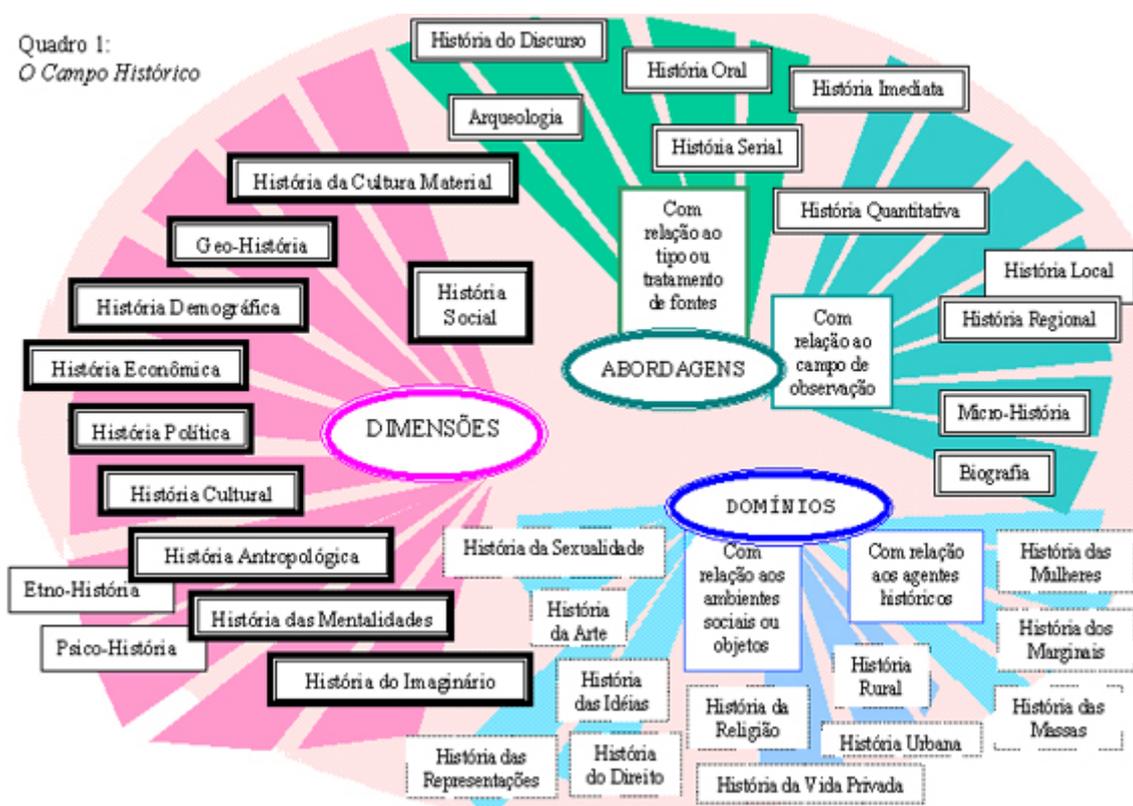


FIGURA 41: O campo histórico. Abordagens, dimensões e domínios. Fonte: BARROS, 2010, p. 19. Adaptado por: Revista Tema Livre. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/historiografia11.html>. Acesso: 23.04.2016.

Não há, portanto, modelos prontos e fechados que auxiliem aquele que aos estudos das práticas historiográficas se dedique. Existem diversas acepções no que concerne a teoria, porém, a própria construção ainda carece, de maneira urgente, de uma metodologia mais sólida e bem fundamentada, com apontou Valdeci Lopes de Araújo³³⁰.

Devido a esse extenso problema de divisão do campo, e super especialização dos denominados, por José D'Assunção Barros, de domínios e dimensões da história³³¹ é que “neste universo que se expande e se fragmenta, há uma necessidade

³³⁰ ARAÚJO, Valdeci Lopes. Sobre o lugar da historiografia como disciplina autônoma. *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79 – 94, 2006.

³³¹ Cf. BARROS, 2010, p. 19.

crescente de orientação”³³².

Para além da construção de uma teoria e uma metodologia dedicada às práticas de estudos historiográficos, há também a necessidade de uma maior afirmação e delineamento dos chamados campos da história, a fim de que aquele que se dedica a essa prática, possa determinar de maneira mais objetiva quais são os temas, métodos, teorias, fontes e pressupostos teóricos utilizados por um autor, um grupo de autores, ou um tipo de publicação mais específica. Avançando mais em uma melhor teorização dessas práticas, poderá sim, ser a historiografia componente fundamental para a compreensão da construção do conhecimento histórico, das bases de um determinado *campo* e, principalmente, para um melhor desenvolvimento de *uma prática*. Atualmente, porém, o delineamento dessas possibilidades é turvo e complexo, já que

O historiador de hoje é um historiador da cultura, um historiador econômico, um historiador das mentalidades, um especialista na História da Mulher, um medievalista ibérico ou um especialista nos estudos da Antiguidade Clássica, ou quem sabe ainda um doutor em História do Brasil Colonial mais particularmente especializado nos processos de visitação da Inquisição d Santo Ofício... De igual maneira, existem os historiadores marxistas, ou mais especificamente os historiadores marxistas da linha gramsciana, thompsoniana, ou qualquer outra, os historiadores webwrianos, os micro-historiadores da linha italiana, ou sabe-se lá quantas outras orientações.³³³

Corroborando as perspectivas apresentadas por José D’Assunção Barros e Ricardo Marques, Peter Burke apresentou e discorreu, em 1992, sobre esse mesmo problema. Na obra *A escrita da história: novas perspectivas*, organizada por Burke, o autor defende que:

Mais ou menos na última geração, o universo dos historiadores de expandiu a uma velocidade vertiginosa. A história nacional tem de competir com a história mundial e a história regional. [...] A história social, por exemplo, tornou-se independente da história econômica apenas para se fragmentar, como alguma nova noção, em demografia histórica, história do trabalho, história urbana, história rural e assim por diante. [...] Outra especialização, a história da publicidade, que abarca a história econômica e a história da publicidade. [...] A história política também está dividida, não apenas nas chamadas escolas de grau superior e elementar, mas também entre os historiadores preocupados com os centros de governo e aqueles interessados na política em suas raízes.³³⁴

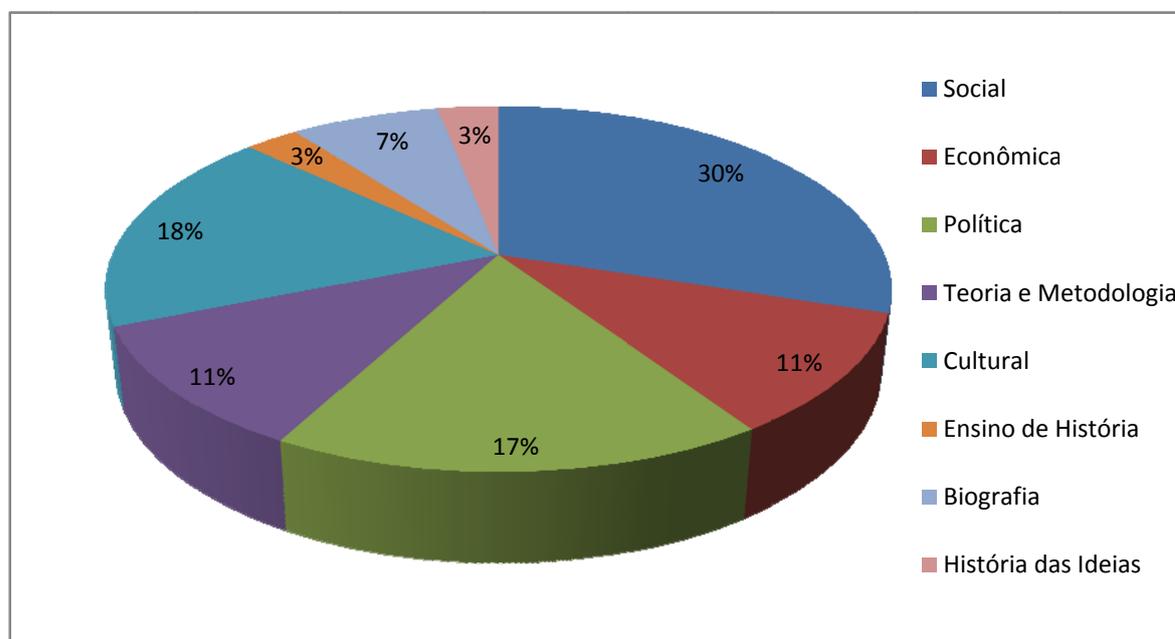
³³² BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 9.

³³³ BARROS, José d’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 9.

³³⁴ BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. *Op. cit.*, p. 7 – 8.

Explicitados assim os possíveis desencontros no que se refere aos campos historiográficos ou dimensões históricas, chega-se a conclusão que o fluxo de produção presente na *Revista de História*, mesmo compreendendo que se corre um alto risco de locação inversa de um determinado artigo, pode ser representado da seguinte maneira³³⁵: percebe-se, como demonstrado no GRÁFICO 13, uma relativa predominância dos campos social, cultural e político frente aos demais, em que ambos representam mais de 60% do fluxo de publicações, seguidos pela história econômica, teoria e metodologia e por fim pela biografia. Esses três últimos recortes foram produzidos predominantemente no primeiro período da revista, demonstrando claramente o conflito entre os períodos e gerações, no primeiro momento de busca por uma reafirmação e redirecionamento da historiografia brasileira, em que a biografia marca uma herança dos grandes elogios presentes nos Institutos Históricos, a história econômica herdada da metodologia francesa e a teoria e metodologia na tentativa de se consolidar um novo aporte de análise e da construção histórica.

GRÁFICO 13: Predominância temática ou campos da história



Outro desafio da prática historiográfica é a divisão em períodos históricos da História. Essa prática de divisão didática da história em pré-história, história antiga, medieval, moderna, contemporânea e tempo presente, acabaram por se tornar

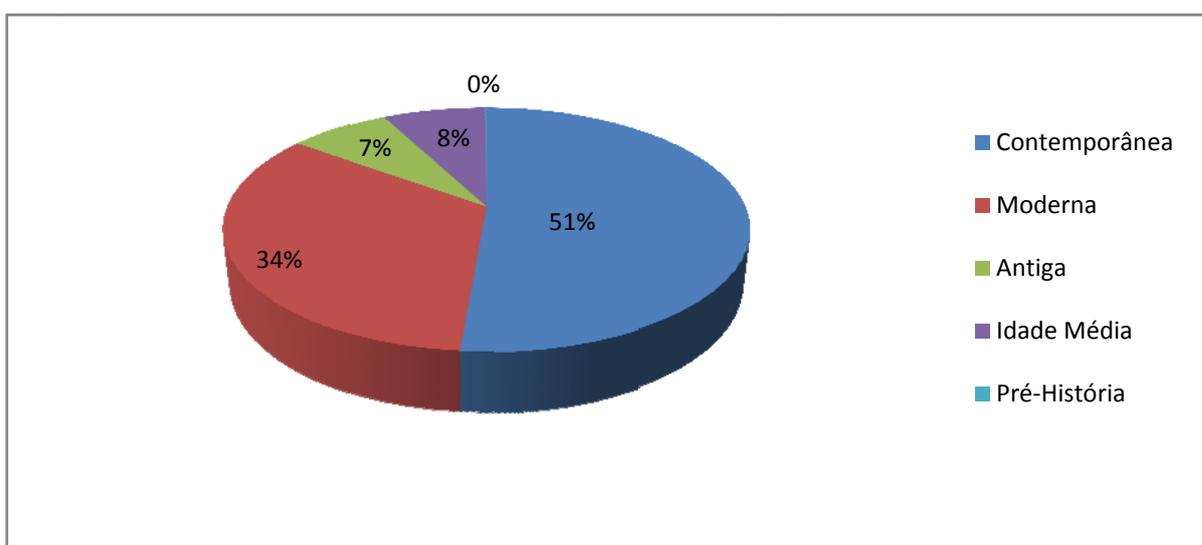
³³⁵ Tendo como base informações contidas no Apêndice B (Recortes Temáticos).

predominantes entre os historiadores, delimitando o campo de possibilidades, entretanto, obvia-se que a divisão não é aplicável a todas as sociedades e recortes geográficos. Mas, ainda assim, essa análise se apoiou nessa metodologia por compreender que, dada a adoção generalizada dessa perspectiva, facilitaria a visualização temporal.

Nessa representação (VIDE GRÁFICO 14) da adoção dos recortes temporais é nítida a preferência de análise por temas inseridos no período, aqui denominado, Contemporâneo em detrimento dos demais períodos. Entre os assuntos mais pesquisados desse período estão: a ilustre figura de José Bonifácio, a instauração das religiões protestantes no Brasil, o Império Brasileiro, o positivismo, o cangaço no nordeste do Brasil e o historiador Capistrano de Abreu.

Outro destaque na distribuição temporal da pesquisa histórica na *Revista de História* é a baixa, na verdade insipiente, produção ligada a pré-história, que na pesquisa realizada somente se localizou 1 (um) artigo destinado a tal recorte temporal, o que não chega a representar nem ao menos 1% do volume total de produção. Haja vista o exposto, fica assim divididas temporalmente as publicações presentes na *Revista de História*:

GRÁFICO 14: Recorte temporal³³⁶

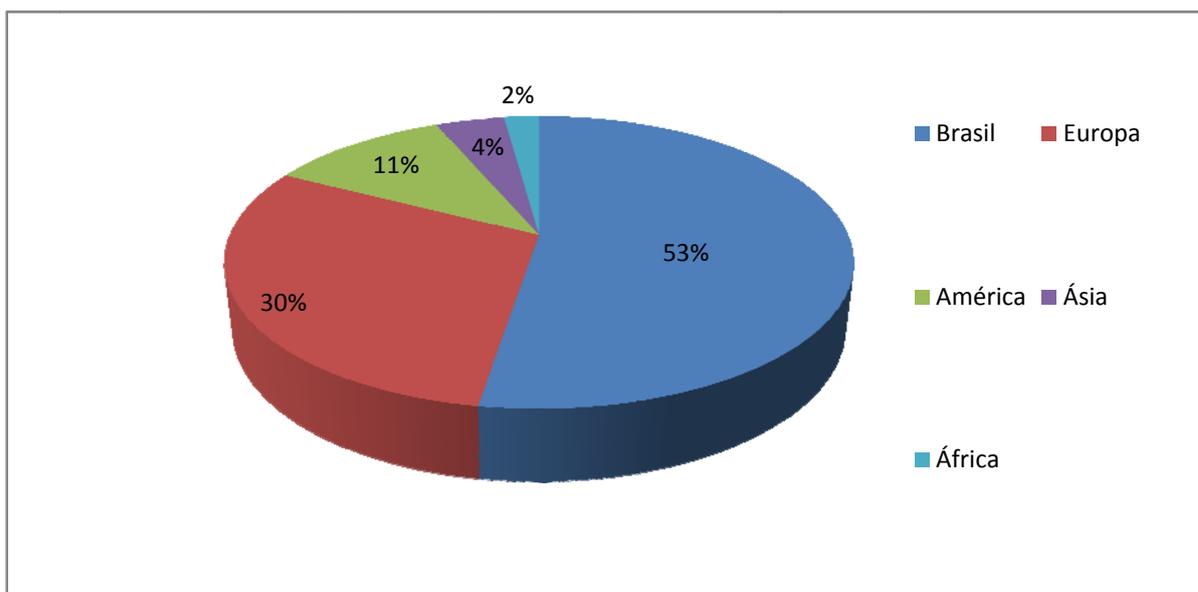


Definidos os recortes temáticos e temporais deve-se, por fim, apontar os recortes geográficos, ou melhor dizendo, para onde estamos apontando o nosso olhar e

³³⁶ Tendo como base informações contidas no Apêndice C (Recorte Temporal).

nossas preocupações. Definitivamente o lugar ou espaço mais pesquisado na *RH* é o Brasil, seguidos de longe pela Europa e pela América. Fazem-se presentes também a Ásia e África, no entanto, em uma proporção muito menor se comparada a Europa, por exemplo. Tal como pode ser visualizada no gráfico abaixo.

GRÁFICO 15: Recorte espacial



No que se refere a produção por período referente ao recorte espacial Brasil pode-se dizer que entre os primeiros anos de pesquisa, ou seja, 1950 – 1977, o recorte temporal em que mais se gastou tempo de pesquisa foi o colonial e o mesmo fato pode ser observado no período pós 1983. Dessa forma, percebe-se que ainda há foco nas pesquisas destinadas a entender a formação do povo brasileiro, mesmo a história pátria ou história da nação não estando no centro das atenções das pesquisas.

TABELA 10: Período de pesquisa referente ao recorte temporal de História do Brasil			
1950 – 1977		1983 – 2016	
COLÔNIA	46%	COLÔNIA	35%
IMPÉRIO	26%	IMPÉRIO	24%
REPÚBLICA	16%	REPÚBLICA	41%

Logo, transposta a escrita para a análise quantitativa dos dados, é possível perceber o quanto significativa é essa prática para a construção da ciência histórica, e a *RH*

soube, em alto grau, se apropriar e apoderar dessa ferramenta de representação, que foi demonstrado no grande volume de publicação e nos atores que a cercaram. Indubitavelmente, a transposição da prática para a escrita da história representa a imersão do aspirante a historiador no campo da História. A escrita passa não somente a informar, mas também legitimar a prática, e essa legitimação é a afirmação de que esse personagem ou grupo possui o direito de “falar” sobre aquele determinado assunto ou saber, constituindo assim, um *poder simbólico* legitimado pela produção do conhecimento e afirmado pelos pares ou pela sociedade. Essa dominação é possível já que

No domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa.³³⁷

A apropriação da produção do saber realizada pela *Revista de História* também é legitimada pelo campo do conhecimento constituído, ou seja, os próprios historiadores permitem essa prática de centralização da produção e buscam, de maneira permanente, o aperfeiçoamento dessa ferramenta. Para Michel de Certeau³³⁸ “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição do saber”, ou seja, não existe produção de conhecimento sem um *campo* e sem um *lugar social*.

Por fim, a *RH* se fortaleceu tornando-se durante esses 66 anos o único periódico destinado a divulgação da produção científica do Departamento de História da Universidade de São Paulo. A centralização da divulgação da produção técnica nesse periódico, demonstra o forte poder de representação de um determinado grupo em exercer um poder invisível, porém, admitidamente presente. Essa ação integradora e de relativo conformismo tornou-se possível, pois,

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral.³³⁹

³³⁷ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. *Op. cit.*, p. 25.

³³⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. *Op. cit.*, p. 89.

³³⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 10.

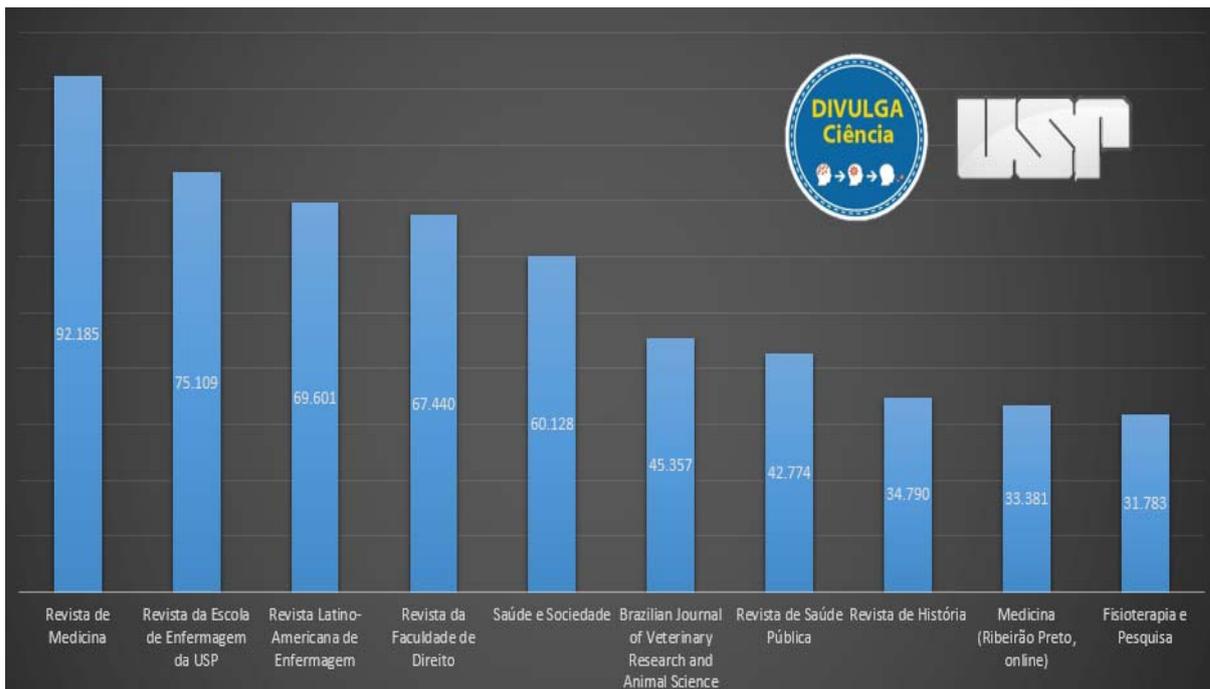


FIGURA 43: Contagem de acessos realizados aos 10 principais sites de periódicos no portal de revistas da Universidade de São Paulo. Dados informados pelo Divulga Ciência. Número de acessos referentes ao mês de janeiro de 2015. Percebe-se aqui uma predominância dos periódicos voltados a divulgação de pesquisas na área da saúde. Nesse mês a *Revista de História* figurou como o 8º periódico de maior acesso do portal da USP. Disponível em: <https://blogdivulgaciencia.wordpress.com/2015/02/11/ranking-usp-de-janeiro-de-2015/>. Acesso em: 19.09.2015.



FIGURA 44: Número de acessos as principais revistas do portal de periódicos da Universidade de São Paulo (USP). Segundo o site Divulga Ciência essas 10 revistas corresponderam a quase 40% do total de 638.773 downloads que o Portal de Revista da USP recebeu no período (Agosto de 2015). Isoladas, apenas a Revista de Medicina e a Revista da Faculdade de Direito da USP somam 15% dos acessos totais do Portal. Disponível em: <https://blogdivulgaciencia.wordpress.com/2015/09/08/ranking-de-revistas-usp-agosto-2015/>. Acesso em: 21.10.2015.

Essa dinâmica de produção e variação de número de artigos, seções e publicações, demonstra o tamanho do *poder simbólico* e quão representativa, era a *Revista de História* na dinâmica de propagação da produção histórica em seu primeiro instante, e como o processo de descentralização, no segundo momento, acarreta na redução de toda uma simbologia e mística que envolvia a publicação.

Neste ponto questiona-se: seria possível visualizar a mesma dinâmica com a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, por ocasião da implementação da RH, demonstrando, dessa forma, uma real perspectiva na mudança do eixo historiográfico? Talvez uma análise mais profunda de alguns dos periódicos mais longevos do país possa corroborar a perspectiva de mudança dos eixos historiográficos, e é fato que a *Revista de História* deverá, inegavelmente, aflorar entre essas novas perspectivas, pois várias foram as contribuições dos atores que a cercaram e que nesse instrumento revista está refletido.

Logo, conforme demonstrado, a escrita da história transfigura-se, transmuta-se! De meio de divulgação e propagação do conhecimento histórico para ferramenta de representação do poder sobre as correntes e tendências historiográficas, explicitando que, para além do texto, a escrita determina a gama de possibilidades no campo da disciplina História.

Então, construindo um sólido link entre as perspectivas teóricas apresentadas até aqui, onde a escrita constitui-se como ferramenta crucial e de altiva importância para as delimitações de poder dentro do campo científico, Michel de Certeau deixa uma conexão com os apontamentos de Pierre Bourdieu. Para Certeau,

De fato, a escrita da história, ou historiadora, permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isso, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, **redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo assim uma “lição”**; ela é didática e magisterial.³⁴⁰ (CERTEAU, 2011, p. 91, **grifo nosso**)

Finalmente, a escrita transforma-se, passando, de representação e de comunicação, a ser o próprio lugar social do historiador, pois, acaba por produzir o campo de possibilidades daquele que a gestou, ou seja, a *escrita* se torna *poder simbólico*.

³⁴⁰ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. *Op. cit.*, p. 91, **grifo nosso**.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Poder Simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder.

(Pierre Bourdieu)

Se a análise proposta iniciou-se no questionamento de Michel de Certeau (aquele que nos serviu como fundamentação metodológica) sobre a capacidade de o historiador repensar e questionar as bases de sua prática, o seu ofício, nada mais justo, após todo o exposto, finalizá-la, também, com um questionamento daquele que foi utilizado como aporte teórico, o sociólogo Pierre Bourdieu. Ao fim e ao cabo “quais são os usos sociais das ciências? É possível fazer uma ciência da ciência, uma ciência social da produção da ciência, capaz de descrever e de orientar os usos sociais da ciência?”³⁴¹.

Compreende-se, por fim, a história da historiografia como engrenagem central na busca pelas respostas aos questionamentos propostos, tanto por Certeau quanto por Bourdieu, e indica a tomada desse caminho por perceber, assim como Manoel Salgado Guimarães, que essa chamada “História da História” fornece os subsídios necessários para a visualização do conjunto de práticas do campo científico, nesse caso mais específico, do subcampo da disciplina História.

Logo, tendo a perspectiva de que toda a construção dessa análise, principalmente aquelas contidas no primeiro e no segundo capítulo, responde ao questionamento de Michel de Certeau, encaminha-se para a tentativa de elucidar as dúvidas, quase um desafio, proposto por Pierre Bourdieu, e que teve aqui o terceiro capítulo como principal aporte.

O primeiro questionamento de Bourdieu é: quais são os usos sociais das ciências? Para dar prosseguimento a análise e buscar uma resposta, o que se deve questionar antes de tudo é: pra quem? Pode-se apontar diversos interessados e interesses nos usos sociais das ciências, e para ilustrar essa diversidade, aponta-se três interessados e seus respectivos interesses sociais no uso das ciências e do capital científico.

O capital científico, segundo Bourdieu, está dividido em capital científico institucional e capital científico puro. O primeiro tipo de capital, o institucional, está ligado a relações concorrenciais externas ao próprio campo científico, e o primeiro interesse que domina essa relação é o econômico ou aqueles interessados na ampliação do “campo econômico”, apoiando-se permanentemente nas descobertas do campo

³⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. *Op. cit.*, p. 18.

científico. A apropriação por parte daquele campo das “descobertas” desse pode ser assistida principalmente no setor de bens e serviços ligados à tecnologia. É todo novo dia um novo dispositivo móvel, um novo app (aplicativo), um novo passo. A mercantilização da ciência é notável, palpável e portátil. Sobre essa questão – os usos sociais das ciências – o próprio Bourdieu lança percepção sobre essa apropriação econômica das produções científicas e vai mais além, assim como apontado anteriormente, a apropriação comercial da tecnologia dos portáteis, o sociólogo indica os principais mercados consumidores dessa produção, citando a medicina, a biotecnologia, a genética e a pesquisa militar³⁴².

Um segundo interessado no uso social da produção científica é a própria sociedade. A sociedade civil organizada possui diversas aspirações sobre a produção oriunda do campo científico, e é esse conjunto de aspirações que acabam por dar força e legitimar um campo ou uma autoridade do mesmo. A sociedade deposita em seu *corpus* científico a esperança em melhorias no modelo de vida.

Já o capital científico puro é objeto de apropriação do próprio campo científico, pois, está embasado no prestígio dos membros do campo e constitui-se como ferramenta primordial na luta concorrencial intracampo. O capital científico puro é por fim, a demanda do próprio campo científico. Os próprios membros do corpo científico demandam a ampliação dos horizontes de pesquisa, visando fortalecer um determinado grupo do campo.

Tendo a ciência encontrado uma aplicação própria para a produção científica, que está para além da produção e apreensão do conhecimento, que é o fortalecimento do *habitus* e a construção da autoridade embasada na superespecialização, será esse o uso social da ciência e demanda interna do campo que poderá elucidar o segundo questionamento proposto por Pierre Bourdieu: é possível fazer uma ciência da ciência, uma ciência social da produção da ciência, capaz de descrever e de orientar os usos sociais da ciência?

Após finalmente concluída essa análise e compreendendo os riscos que incorrem dessa resposta, aponta-se que uma análise multidisciplinar, é sim, capaz de produzir uma solução a essa dúvida, e novamente a história da historiografia é,

³⁴² BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004c, p. 8.

acertadamente, a ferramenta que a História pode oferecer a essa empreitada, pois será, por meio dessa, que aquele dedicado a encontrar a resposta ao questionamento realizado por Bourdieu poderá apontar o conjunto de práticas e demandas que regem as ações do campo científico.

Buscando servir como parâmetro da utilização dessa ferramenta, o estudo aqui conduzido analisou a constituição da disciplina História no Brasil e como seus atores lançaram mão do capital temporal ou político e do capital pessoal ou prestígio, com vistas ao fortalecimento de uma prática.

Baseado nas observações realizadas ao longo do processo de constituição dessa análise chegou-se, utilizando a análise historiográfica, às seguintes conclusões: o *campo*, seja ele qual for, está definitivamente, como apontou Bourdieu, condicionado a um conjunto de leis internas, que não está necessariamente gerido pelas normas externas propostas pela sociedade. Outro ponto que determina as possibilidades do campo é a legitimação externa, que está condicionada principalmente pela demanda social.

No que se refere as leis internas do campo, há a percepção que, as mesmas, são tão frágeis e voláteis quanto a própria construção do conhecimento científico que está fundamentada na “quantidade” de “capital simbólico” ou *habitus* adquirido por um determinado grupo ou sujeito, e no reconhecimento interno, ou dos pares, dessa autoridade constituída.

No caso da disciplina História no Brasil, houve, invariavelmente, a disputa entre antigo, principalmente diletantes dos Institutos Históricos estigmatizados de não portadores de métodos e técnicas de pesquisa e produção do conhecimento histórico, e os modernos, recém institucionalizados nas universidades brasileiras. Essa disputa é acirrada e o lançamento de uma revista técnica por parte dos modernos acaba por ampliar o poder simbólico desse novo grupo, tornando-o dominante.

Desta forma, afirma-se que com a utilização da história da historiografia é possível perceber que a constituição dos campos dão-se, em sua maioria, de maneira aguerrida e fundamentada na utilização de ferramentas simbólicas para a afirmação do poder, e foi, ao fim e ao cabo, o que essa análise buscou demonstrar.

Das diversas tentativas de constituição do ensino superior no Brasil, logo do campo científico, a determinações dos subcampos das ciências, diversas foram as batalhas travadas, e como foi citado e demonstrado, não foi, e ainda não é, diferente os caminhos dessa estruturação. O caso especificamente analisado, o curso de História da Universidade de São Paulo e suas ferramentas de afirmação, possibilitam a inserção do leitor nessa pequena parte da disputa, que por fim se constitui como discurso hegemônico.

Assim, com os respectivos apontamentos finais, crer-se que o objetivo dessa análise foi atingido, afinal, demonstra a clara ligação entre a produção escrita do conhecimento histórico e o poder simbólico que a mesma representa. Também se delineou as etapas da construção dessa escrita, e todo o longo percurso que a disciplina História teve que percorrer até atingir seu produto final. Dessa maneira, chegou-se a compreensão que a operação historiográfica é parte fundamental no processo estratégico da construção do poder simbólico do campo histórico e, por fim, das determinações de lugar social do sujeito historiador dentro da hierarquia de produção do conhecimento. Essa observação pôde ser atingida a partir do momento em que as relações entre prática e campo (primeiro capítulo), lugar social e habitus (segundo capítulo) e escrita e poder simbólico (terceiro capítulo) foram realizadas, encontrando um ponto de confluência entre os referenciais teóricos e metodológicos aqui utilizados.

REFERÊNCIAS

FONTES:

AYROSA, Plínio. O ensino de História, Geographia e Ethnographia na Universidade de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p.4, 13 fev. 1935.

AZEVEDO, Fernando. *et al.* **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2010.

AZEVEDO, Rosária Guerra de. Revista de História e um voto de congratulações. **Revista de História**, São Paulo, n.56, p. 494 – 495, 1963.

AZEVEDO, Rosária Guerra de. Voto de congratulações recebido pela Revista de História. **Revista de História**, São Paulo, n.39, p. 286 – 287, 1959.

BRASIL. **Decreto-lei nº 11.530, de 18 de março de 1915**. Rio de Janeiro, 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em 25.01.2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25.01.2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901**. Rio de Janeiro, 1901. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25.01.2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.659, de 5 de abril de 1911**. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%208659%20-%201911%20lei%20org%E2nica%20rivad%E1via%20correia.html. Acesso 25.01.2015.

BRUAND, Yves. Metodologia da história, teoria da história e história da historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n. 54, p. 515 – 522, 1963.

CABRAL, José Marcelino da Rocha. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 18, 1839.

CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 18, p. 491 – 503, 1954.

CUNHA, Euclides. Da independência à república. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXIX – II, p. 5 – 71, 1908.

DE PAULA, Eurípedes Simões. Como fomos recebidos no Rio de Janeiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 26, p. 289 – 290, 1956.

DE PAULA, Eurípedes Simões. Nosso programa. **Revista de História**, São Paulo, n. 1, p. 1 – 2, 1950.

DE PAULA, Eurípedes Simões. Novo currículo da Secção de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 53, p. 282 – 283, 1963.

DE PAULA, Eurípedes Simões. Novos preços das assinaturas da *Revista de História*. **Revista de História**, São Paulo, n. 51, p. 571 – 572, 1962.

DE PAULA, Eurípedes Simões. O 10º aniversário da Revista de História. **Revista de História**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 1, 1960.

DE PAULA, Eurípedes Simões. Relatório sucinto das atividades do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1966. **Revista de História**, São Paulo, n. 69, p. 313 – 316, 1967.

DUARTE, Paulo. A Universidade e os professores estrangeiros. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de janeiro de 1947, p. 4.

FEIJÓ, Rui. Revista de História — ano 1. **Vértice**, Coimbra (PT), n. 82, p. 374 – 375, 1950.

FFLC-USP. Portaria N.º 1, de 11 de fevereiro de 1966. **Revista de História**, São Paulo, n. 65, p. 280 – 283, 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apologia da História. **Folha da Manhã**. São Paulo. Noticiário geral, p. 4, 18 jul. 1950.

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de História**, São

Paulo, n. 88, p. 373 – 415, 1971.

MATOS, Odilon Nogueira. Sociedade de Estudos Históricos. **Revista de História**, São Paulo, n. 5, p. 227 – 228, 1951.

MATTOS, Raymundo José da Cunha Mattos. Sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: proposta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5 – 7, 1838.

MAURO, Frédéric. Au Brésil: la *Revista de História*. **Annales, économies, sociétés, civilisations**, anno 12, n. 1, p. 103 – 106, 1957.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 6, p. 381 – 390, 1951.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os primórdios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 103, p. 717 – 722, 1975.

MESQUITA FILHO, Júlio de. A crise nacional: reflexões em torno de uma data. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 de novembro de 1925. Editorial, p. 3.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1969.

NOTAS E INFORMAÇÕES. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 de março de 1932, p. 3.

PARANHOS JUNIOR, José Maria da Silva. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXXI – II, n. 71, p. 423 – 424, 1908.

RODRIGUES, João Paulo. Levante Paulista de 1932: entre os domínios da memória e os (des)caminhos da História. **Projeto História**, São Paulo, n. 41, p. 125 – 153, 2010.

RODRIGUES, José Honório. Prefácio: Normas da 4ª edição (1954). In: ABREU, João Capistrano. **Capítulos de história colonial: 1500 – 1800**. 7 ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **Vida e História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1966.

RODRIGUES, José Honório; MARTIUS, Karl Friedrich P. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de História da América**, n. 42, p. 433 – 458, 1956.

RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. Atividades da Sociedade de Estudos Históricos em 1961. **Revista de História**, São Paulo, n. 49, p. 281 – 286, 1962.

RODRIGUES, Maria Regina da Cunha. Inauguração do Edifício dos departamentos de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. **Revista de História**, São Paulo, n. 66, p. 570 – 572, 1966.

RODRIGUES, Maria Regina Cunha. Uma explicação. **Revista de História**, São Paulo, n. 103, p. 13, 1975

SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 6.283, de 25 de Janeiro de 1934**. São Paulo, 1934. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934>. Acesso em 25.01.2015.

SOCIEDADE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Estatutos da Sociedade de Estudos históricos. **Revista de História**, São Paulo, n. 5, p. 228 – 231, 1951.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

BIBLIOGRAFIA:

AB'SABER, Aziz Nacib. Eurípedes, nós e a faculdade. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 531 – 536.

ABUD, Kátia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/ 26, p. 163 – 174, 1992.

ALMEIDA, Neri de Barros. A história medieval no Brasil. **Revista Signum**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1 – 16, 2013.

ALVES, Marieta. Um mecenas da cultura brasileira. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 387 – 388.

ARANTES, P.E. **Um departamento francês de ultramar**: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARAÚJO, Valdei Lopes. A história da historiografia pós Giro Linguístico: para além da metáfora dos lugares. **História da Historiografia**, Minas Gerais, n. 4, p. 13 – 14, 2010.

ARAÚJO, Valdei Lopes. Sobre o lugar da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79 – 94, 2006.

ARAÚJO, Valdei Lopes. Uma experiência integral de vida acadêmica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n 12, p. 110 – 114, 2015.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, Vitória, v. 24, p. 157 – 172, 2010.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BENTIVOGLIO, Julio Cesar. A história no Brasil Imperial: a produção historiográfica na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839 – 1850). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 287 – 315, 2015.

BENTIVOGLIO, Júlio César. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 223 – 238, 2012.

BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. **A história, a retórica e a crise dos paradigmas**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-graduação em História/ Funape, 2012.

BOSI, Alfredo. Prefácio. In: CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortes/ Autores Associados, 1982.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina.; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Rev. Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004c.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Trad.

Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. **Annales. Économies, sociétés, civilisations**, ano 34, n. 6, p. 1347 – 1359, 1979.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAEIRO, Francisco da Gama. Grande homem, grande universitário, grande senhor. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra**. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 389 – 390.

CAIRE-JABINET, Marie Paule. **Introdução a Historiografia**. Trad. Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 2003.

CAMPOS, Ernesto de Souza (Org.). **História da Universidade de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A comunhão paulista: o projeto de criação da universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortes/ Autores Associados, 1982.

CARDOSO, Irene. USP, 70 anos: comemorações e contra-comemorações. **Revista Adusp**. São Paulo, n. 33, p. 13 – 20, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTILHO, Miryan Lúcia Ruiz. **Memória e história da formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957 – 1976)**. 2009. 252 f. Tese (Tese em Educação). Programa de Pós graduação em Educação, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social.

Educação & Sociedade, Campinas, n. 114, p. 189 – 202, 2011.

Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ FGV.

Francisco Campos. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos.

Acesso em: 25.01.2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CESAR, Temístocles. O ofício do historiador no século XIX. Notas sobre o caso Varnhagen. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.) [et al.]. **Leituras do Passado**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a História. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 139 – 182, 2002.

CINTRA, Antônio de Barros Uihôa. Eurípedes Simões de Paula: um testemunho pessoal. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al.]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra**. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 391- 393.

COELHO, Marco Antônio. Faculdade de Filosofia da USP: lições inesquecíveis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 189 – 207, 1993.

COMISSÃO EXECUTIVA. Reapresentação. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 3 – 4, 1983.

CROCE, Benedetto. **História como História da liberdade**. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3 ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DANTES, Maria Amélia M; HAMBURGUER, Amélia Império. A ciência, os

intercâmbios e a história da ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil. In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al.]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 1996.

DELEUZE, Gilles. 1227 – Tratado de Nomadologia: a Máquina de guerra. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. V.5. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELMANTO, Armando Moraes. **Escola Industrial**. Disponível em: <http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=25>. Acesso em: 16.06.2015.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. São Paulo: Perspectivas/ FAPESP, 2002.

EL MURR, Victória Namestnikov; EL MURR, Joubran. O comércio Varegue e o Grão-Principado de Kiev. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al.]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra**. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 405 – 409.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Professores estrangeiros**. São Paulo: FFLCH, [20--]. Disponível em: <http://fflch.usp.br/memoriafflch/estrangeiros>. Acesso em: 16 de março de 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República**. Passo Fundo: EDUPF, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Revista Educar**, Curitiba, n 28, p 17 – 36, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder: análise crítica/**

fundamentos históricos. 2 ed. rev. Brasília: Editora Plano, 2000.

FERLINI, V. L. A.; GLEZER, R.; CAPELATO, M. H.. A Escola uspiana de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, p. 121-132, 1994.

FERREIRA, A. C. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: GLEZER, R. (org.) **Do passado ao futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de Matemática e de Física em São Paulo. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. **13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: EACH/USP, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 227 – 246, 2005.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos último 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Vária História**, Belo Horizonte, n. 13, p. 147 – 163, 1994.

FILHO, Geraldo Inácio; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas educacionais durante a primeira República no Brasil (1889 – 1930). In.: SAVIANI, Dermeval. **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

FILHO, Macioniro Celeste. **A constituição da Universidade de São Paulo e a reforma universitária da década de 1960**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. Relatório do Departamento de História (1970). **Revista de História**, n. 85, p. 269 – 289, 1971.

FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras**. A coleção de documentos brasileiros e as transformações da historiografia brasileira. 2006. 220f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREITAS, Itamar. **Erudição histórica e historiografia didática na primeira**

República: a iniciativa de João Ribeiro. Palestra proferida no VII Encontro Nacional de História e Cultura. Aracaju, Universidade Tiradentes, 03 dez. 2010. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com/2010/12/erudicao-historica-e-historiografia.html>. Acesso: 29.02.2016.

FREITAS, Itamar. **Erudição histórica e historiografia didática na primeira República:** a iniciativa de João Ribeiro. Palestra proferida no VII Encontro Nacional de História e Cultura. Aracaju, Universidade Tiradentes, 03 dez. 2010. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com/2010/12/erudicao-historica-e-historiografia.html>. Acesso: 29.02.2016.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GLEZER, Raquel. Eurípedes Simões de Paula: uma bibliografia. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula:** artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 661 – 706.

GLEZER, Raquel. **O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues:** um modelo de análise historiográfica. 1976. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GLEZER, Raquel; CAPELATO, Maria Helena Rolin; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, n. 22, p. 349 – 358, 1994.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB.** Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Paulo amigo: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: Angela de Castro Gomes. (Org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola Palatina ao Silogeu:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938). Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2005.

HE, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes. A Universidade de São Paulo (USP) e a formação de quadros dirigentes. In: MOROSINI, Marília (Org). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

HORTA, José Silvério Baia. A política educacional do Estado Novo. In.: SAVIANI, Dermeval (Org). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI a Historiografia. **História da Historiografia**, Minas Gerais, n. 4, p. 105 – 124, 2010.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG/ IPEA, 2000.

KAREPOVS, Dainis. Apresentação. In.: MARTINEZ, Paulo Henrique. **A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928 – 1935)**. São Paulo: EDUSP, 2008.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Verbetes Grupo Escolar**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm. Acesso em: 22.05.2015.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea: (a história em questão)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEITE, Mirian L. Moreira. Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994). **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 22, p. 167 – 177, 1994.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. **Cogito**, Salvador, n. 11, p. 14 – 19, 2010.

LOPES, Ivanir Ferreira de Souza; SANTOS, Thais Helena dos. **USP 70 anos**,

imagens e depoimentos. São Paulo: USP/ Coordenadoria de Comunicação Social, 2005.

MAIA, Ana Beatriz Feltran. As missões francesas na criação da Universidade de São Paulo: uma análise dos relatos e seus significados nos anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934 – 1949). In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** São Paulo: [s.n.], 2011.

MAIA, Ana Beatriz Feltran. **O ensino superior em O Estado de S. Paulo:** uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947 – 1964). 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.) **A escrita da história:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCHI, Euclides. *et al.* Trinta anos de histotografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n. 25/ 26, p. 133 – 141, 1992.

MARCOS, Z. Z. **Brasão de Armas da Universidade de São Paulo.** Disponível em: http://www.esalq.usp.br/instituicao/simbolos_uspianos.htm. Acesso em 28.01.2015.

MARQUES MAURO, José Eduardo. A pesquisa histórica no Brasil. In: Seminário de Estudos Brasileiros – IEB, I, 1971, São Paulo. **Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros.** São Paulo: [s.n.], 1971, p. 9 – 19.

MARTINEZ, P. H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935 – 1956): notas para estudo. **Revista de História**, São Paulo, n. 146, p. 11 – 27, 2002.

MARTINS, E. R (org). **A História Pensada:** Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. Brasil: Ed. Contexto, 2010.

MASSON, Philippe. Retorno sobre os herdeiros de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. **Revista Linhas**, Florianópolis, n. 29, p. 92 – 111, 2014.

MELLO, Ricardo Marques. **Tendências historiográficas na Revista Brasileira de**

História, 1981 – 2000. 2012. 125 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MICELI, Paulo. Sobre história, Braudel e os vaga-lumes. A escola dos *Annales* e o Brasil (ou vice-versa). In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus**, Brasília, n. 2, p. 255 – 273, 2011.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A sistematização da política educacional dos “liberais reformadores”: o Inquérito de 1926. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 20, n. 1 – 2, p. 81 – 106, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Globo, 2011.

MOTOYAMA, Shozo. Eurípedes Simões de Paula e a idéia de cultura abrangente. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra**. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 457 – 469.

MÜLLER, Bertrand (org). **Correspondência para Marc Bloch e Lucien Febvre**. Paris: Fayard, 1994 – 2003, 1 vol., p. 45.

NADAI, E. O projeto republicano de educação superior e a Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 3 – 16, 1983.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de História (1500 – 2000)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

NOVAIS, Fernando. Fernando Novais: Braudel e a “missão francesa”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 161 – 166, 1994. Entrevista concedida a Revista Estudos Avançados.

NOVINSKY, Anita. Eurípedes e a sua revista no exterior. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos,**

depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 479 – 483.

O Estadão. **Júlio de Mesquita Filho**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/a-trajetoria-de-julio-de-mesquita-filho.politica.303608>. Acesso em 16.06.2015.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Passado histórico, presente historiográfico: considerações sobre “História e Estrutura” de Michel de Certeau. **História da Historiografia**, Minas Gerais, n. 12, p. 197 – 212, 2013.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentos. **Revista Brasileira de Historia**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37 – 52, 2010.

PAIM, Antônio. **Francisco Antônio Varnhagen**: história geral do Brasil. Leitura básica. Salvador: Centro De Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011.

PAIVA, Orlando Marques de. Pequeno prefácio dedicado a uma grande obra. **Revista de História**, São Paulo, n. 100, p. 8, 1974.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massagana, 2010.

PETITJEAN, Patrick. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934 – 1940). In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 1996, p. 259 – 330.

PETITJEAN, Patrick. Ciências, Impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 1996, p. 25 – 40.

PETITJEAN, Patrick. Entre ciência e diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900 – 1940. In: HAMBURGUER, Amélia Império (Org) [et al]. **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São

Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 1996, p. 89 – 120.

PICKEL, Bento José. Geobotânica do Distrito Federal e de Brasília. **Revista de História**, São Paulo, n. 60, p. 383 – 401, 1964.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 181 – 184, 1994.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Júlio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massagana, 2010.

PORCHAT, Oswaldo Pereira. Depoimento. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 511 – 513.

PORCHAT, Oswaldo Pereira. Eurípedes Simões de Paula. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.8, n.22, p. 241 – 244, 1994.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REALE, Miguel. Têmis e Clio na vida de Eurípedes Simões de Paula. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 515 – 516.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RIBEIRO, Renilson Rosa. O Brasil “inventado” por Varnhagen. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p. 4, 2009.

ROIZ, Diogo da Silva. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. **Agora**, Santa Cruz do Sul, v.13, n.1, p.65 – 104, 2007.

ROIZ, Diogo da Silva. Dos “discursos fundadores” à criação de uma “memória coletiva”: formas de com se escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 137 – 185, 2009.

ROIZ, Diogo da Silva. História da Universidade de São Paulo, histórias em construção. **Revista de História**, Dourados, v.9, n. 16, p. 93 – 108, 2007b.

ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Curitiba: Appris, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira**: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

ROMERO, Arnaldo. O sentido da reforma: o estatuto da universidade de Francisco Campos em um Brasil em transição. In: SAVIANI, Dermeval. *et al.* **História da Educação**: intelectuais, memória e política. Campinas: HISTEDBR/ UNICAMP, 2011.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930-1945**: o caso do Espírito Santo. 351 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008

SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). **Universidade de São Paulo**: alma mater paulista – 63 anos. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 1998.

SAVIANI, Demerval. O Estado e a promiscuidade entre o ensino público e o privado na história da educação brasileira. In.: SAVIANI, Dermeval (Org). **O Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZTMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 56, p 161 – 189, 2006.

SENISE, Paschoal Ernesto Américo. Eurípedes, colega e amigo de 42 anos. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra**. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 551 – 553.

SILVA, Clovis Pereira da. **A matemática no Brasil: uma história de seu desenvolvimento**. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. Disponível em: <http://www.accefyn.org.co/PubliAcad/Clovis/Clovispdf/4.pdf>. Acesso em: 25.05.2015.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002.

SILVA, Norma Lúcia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de história. **História & Ensino**, Londrina, n. 17, p. 283 – 306, 2011.

SOUZA, Octávio Traquinio de. **José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 1, 1972.

SUPPO, Hugo. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. **Revista de História**, São Paulo, n. 142 – 143, p. 309 – 345, 2000.

TAKETANI, Mituo. Prof. Eurípedes, um pesquisador de grande cultura, visão e liderança. Trad. Shozo Motoyama. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra**. São Paulo: Gráfica da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 579 – 581.

TORRES, Luis Henrique. O conceito de história e historiografia. **BIBLOS**, Rio Grande do Sul, v. 8, p. 53 – 59, 2007.

TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História**, São Paulo, Ed. Especial, p. 131 – 146, 2010.

VALE, Nayara Galeano. **Hélio Vianna e Pedro Calmon**: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. Antônio J. da S. Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WESTPHALEN, Cecília Maria. A pesquisa histórica no Brasil: historiografia brasileira. In: Seminário de Estudos Brasileiros – IEB, I, 1971, São Paulo. **Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros**. São Paulo: [s.n.], 1971, p. 36 – 43.

WITTER, José Sebastião. A história do Brasil e Eurípedes Simões de Paula. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 587 – 592.

ZUZEK, Niko. A memória de um pioneiro: através das dissertações e teses orientadas. In: SOUZA, Antônio Cândido de Mello e [et al]. **In memoriam de Eurípedes Simões de Paula**: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB; vida e obra. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 601 – 605.

APÊNDICES³⁴³

³⁴³ É importante destacar que para a obtenção dos dados quantificados, que nesse apêndice serão expostos, optou-se, apesar da diversidade de publicações presentes no periódico em análise, como já visto anteriormente, por analisar os seguintes seguimentos de publicação: artigos, dossiês, e questões pedagógicas; pois são efetivamente o que constituem a maior parte do corpo de publicações do periódico. Demais publicações, tais como, noticiário e resenhas, foram inseridas no trabalho, porém, possuem um papel relativamente secundário nessa conjuntura de dados.

Apêndice A: Recortes Geográficos.

BRASIL	563	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21/22, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 121, 122, 123, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 140, 139, 138, 137, 136, 135, 134, 133, 132, 129, 127, 125, EE, 162, 161, 160, 159, 158, 157, 156, 155, 154, 153, 152, 151, 150, 149, 148, 147, 145, 144, 142, 141, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 168, 167, 166, 165, 164, 163
EUROPA	199	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21/22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 123, 121, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 140, 139, 138, 137, 136, 135, 134, 133, 132, 129, 127, 125, EE, 162, 161, 160, 158, 155, 154, 152, 151, 150, 149, 148, 147, 146, 145, 144, 142, 141, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 168, 167, 166, 165, 164
AMÉRICA	118	17, 18, 23, 30, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 49, 60, 68, 70, 71, 72, 74, 77, 79, 82, 85, 86, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 111, 112, 123, 121, 120, 118, 115, 114, 140, 138, 137, 136, 134, 133, 132, 129, 125, 163, EE, 159, 158, 156, 155, 154, 153, 152, 150, 149, 147, 144, 174, 172, 171, 170, 169, 168, 166, 165, 164
ÁSIA	45	42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 56, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 77, 80, 91, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 107, 127, 163, 155, 150, 173, 172, 170, 165
ÁFRICA	23	10, 13, 23, 24, 25, 51, 59, 103, 117, 161, 155, 145, 141, 173, 172, 171, 169, 166, 164

Apêndice B: Recorte Temático.

SOCIAL	361	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21/22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 56, 59, 61, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 123, 121, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 140, 139, 138, 137, 136, 135, 134, 133, 132, 129, 127, 125, 163, EE, 162, 161, 160, 159, 158, 157, 156, 155, 154, 153, 152, 151, 150, 149, 148, 147, 146, 145, 144, 142, 141, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 168, 167, 166, 165, 164
ECONÔMICA	128	1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 15, 16, 19, 21/22, 23, 24, 25, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 44, 50, 57, 61, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 111, 123, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 163, 162, 160, 158, 155, 154, 151, 144, 142, 174, 173, 171, 170, 168, 167, 165
POLÍTICA	206	2, 5, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 21/22, 24, 25, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 59, 60, 63, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 84, 87, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 121, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 140, 139, 138, 137, 136, 135, 133, 132, 163, EE, 162, 161, 159, 158, 156, 155, 154, 153, 151, 150, 149, 148, 147, 146, 145, 144, 142, 141, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 168, 167, 166, 165, 164
TEORIA E METODOLOGIA	132	3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 19, 20, 21/22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 72, 86, 93, 100, 101, 103, 105, 111, 112, 122, 121, 119, 118, 117, 116, 115, 140, 139, 136, 135, 133, 125, 163, EE, 162, 161, 159, 158, 157, 155, 153, 151, 148, 141, 173, 170, 169, 167, 166
CULTURAL	219	2, 5, 6, 8, 9, 14, 16, 17, 18, 24, 25, 26, 27, 42, 43, 45, 47, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 109, 111, 112, 121, 120, 118, 117, 116, 140, 139, 138, 136, 135, 133, 132, 129, 127, 125, 163, EE, 162, 160, 157, 156, 155, 154, 152, 150, 149, 148, 142, 141, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 166, 165
ENSINO DE HISTÓRIA	32	2, 3, 7, 18, 29, 44, 46, 52, 54, 67, 69, 75, 85, 100, 103, 104, 106, 161, 158, 153, 149, 164
BIOGRAFIA	88	3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 18, 19, 20, 21/22, 25, 28, 31, 34, 36, 38, 55, 59, 64, 68, 73, 74, 76, 79, 88, 89, 92, 93, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 123, 122, 119, 138, 137, 135, 132, 127, EE, 162, 161, 160, 156, 155, 150, 147, 145, 144, 174, 173, 172, 171, 170, 167
HISTÓRIA DAS IDEIAS/ MENTALIDADES	36	14, 15, 27, 33, 35, 36, 37, 38, 49, 56, 57, 65, 72, 75, 76, 77, 88, 93, 96, 98, 101, 103, 119, 134, 129, 127, 125, 156, 152, 149, 145, 141, 171, 170, 167

Apêndice C: Recorte Temporal.

CONTEMPORÂNEA	617	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21/22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 123, 122, 121, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 140, 139, 138, 137, 136, 135, 134, 133, 132, 129, 127, 125, 163, EE, 162, 161, 160, 159, 158, 157, 156, 155, 154, 153, 152, 151, 150, 149, 148, 147, 145, 142, 141, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 167, 166, 165, 164
MODERNA	405	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21/22, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 123, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 139, 138, 137, 136, 135, 134, 133, 132, 129, 127, 125, 163, EE, 162, 161, 160, 159, 158, 156, 155, 154, 153, 152, 151, 150, 149, 148, 147, 146, 145, 144, 142, 141, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 168, 167, 166, 165, 164
ANTIGA	88	1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 20, 21/22, 25, 26, 27, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 54, 56, 62, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 91, 95, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 111, 121, 119, 118, 117, 116, 140, 138, 134, 133, 132, 129, 163, EE, 162, 161, 155, 154, 151, 148, 147, 145, 144, 174, 173, 172, 170, 165
MEDIEVAL	91	1, 6, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 25, 37, 44, 55, 56, 61, 63, 69, 70, 71, 75, 75, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 105, 107, 119, 117, 116, 115, 114, 139, 137, 136, 133, 132, 125, 158, 148, 173, 166, 165
PRÉ-HISTÓRIA	1	103

Apêndice D: Relação de Instituições presentes em publicações na *Revista de História* com sua relativa ocorrência e números em que se encontram³⁴⁴.

INSTITUIÇÃO	OC.	NÚMEROS
(ALE) Friedrich-Meinece Institut	1	116
(ALE) Instituto de Estudos Latino-Americano	1	118
(ALE) Max-Planck-Institut	2	165
(ALE) Universidade de Colônia	1	76
(ALE) Universidade Livre de Berlim	1	129
(ARG) Academia Nacional De História	2	100, 104
(ARG) Escola Nacional De Belas Artes	6	25, 36, 44, 49, 77, 79
(ARG) Gabinete de Investigación ele Historia Americana y Argentina	1	135
(ARG) Universidad de Buenos Aires	1	172
(ARG) Universidad Nacional de Luján	1	169
(ARG) Universidad Nacional de Rosario	1	133
(ARG) Universidad Nacional del Sur	1	174
(BEL) Fondation Nationale De La Rechercher Scientifique - Bruxelas	1	89
(BEL) Universidade Católica De Louvain	1	100
(BEL) Universidade da Antuérpia	1	173
(BEL) Universidade De Gand (UGent)	1	100
(CAN) Universidade de Lethbridge	1	156
(CAN) Universidade de Montreal	1	160
(CHI) Pontificia Universidad Católica de Chile	1	157
(CHI) Universidade de Santiago	1	139
(COL) Universidad Externado de Colombia	1	153
(COL) Universidad Nacional de Colombia	1	154
(COS) Universidad de Costa Rica	1	114
(CUB) Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello	1	152
(EGT) Instituto Frances De Arqueologia Oriental	1	79
(EGT) Universidade Do Cairo	1	23
(EQU) Pontifícia Universidade Católica Do Equador	1	108
(ESC) University of Saint Andrews	1	159
(ESP) Universitat Jaume I	2	158, 166
(ESP) Universidad de Santiago de Compostela	2	169
(ESP) Universidad del País Vasco	1	19
(ESP) Universidade De Salamanca	1	132
(ESP) Universidade de Servilha	1	18
(ESP) Universidade De Valladolid	1	147
(EUA) Southwest Texas State University	1	65
(EUA) Academia Americana De Artes Em Chicago	1	123

³⁴⁴ Totalizam 269 instituições que estiveram ligadas a autores que publicaram na *Revista de História*.

(EUA) Berkeley University	1	149
(EUA) Binghamton University	1	74, 132
(EUA) Brooklyn College	2	150
(EUA) Brown University	1	168
(EUA) Colgate University	1	72, 120
(EUA) Columbia University	2	149
(EUA) Duke University	1	104
(EUA) Florida State University	1	108
(EUA) Incarnate Word College San Antonio - Texas	1	109, 165
(EUA) Johns Hopkins University	2	58, 102, 117, 156
(EUA) New York University	4	101
(EUA) Purdue University - Indiana	1	173
(EUA) Stanford University	1	121
(EUA) Syracuse University	1	43, 100
(EUA) The Catholic University Of America	2	111
(EUA) The Medieval Academy Of America	1	139
(EUA) Universidade da Califórnia	1	101
(EUA) Universidade Da Carolina Do Sul	1	105
(EUA) Universidade De Berkeley - Califórnia	1	153
(EUA) Universidade de Harvard	1	100
(EUA) Universidade De Massachusetts	1	108
(EUA) Universidade De Minnesota	1	19, 20, 21/22, 23, 25, 26, 31, 59
(EUA) Universidade De Princeton	8	155, 164
(EUA) Universidade de Virginia	2	37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 50
(EUA) Universidade Do Texas	11	125
(EUA) University of Miami	1	104, 127
(EUA) Yale University	2	10, 13, 15, 23, 24, 25, 81, 86, 157, 170
(FRA) Centre National de la Recherche Scientifique	10	5, 13, 14, 16, 18, 47, 61, 62, 64, 100
(FRA) Collège De France	12	100
(FRA) Comissão Nacional Pelos Estudos E Pesquisas Etnicas	1	2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 63, 100, 105, 172, 166, 165, EE, 162, 153, 148, 141, 132, 129, 127
(FRA) École des Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS	29	14
(FRA) Faculdade De Letras De Bordéus	1	37
(FRA) Faculdade De Letras De Toulouse	1	14
(FRA) Institut De France	1	129
(FRA) Institut National des Langues et Civilisations Orientales	1	EE, 161, 160, 159, 127, 15
(FRA) Sorbonne	8	133, 129
(FRA) Sorbonne Nouvelle	4	100
(FRA) Universidade Clermont-Ferrand	1	17
(FRA) Universidade De Estrasburgo	1	16
(FRA) Universidade De Lille	1	152

(FRA) Universidade de Lyon	1	100
(FRA) Universidade De Nanterre - Paris X	1	14, 17
(FRA) Universidade De Toulouse	2	111
(FRA) Université De Basançon	1	EE, 165
(FRA) Université de Bourgogne	2	133
(FRA) Université Nanterre	1	154
(HOL) U.V.A Amsterdã	1	100
(HOL) Universidade Católica De Nijmegen	1	153
(ING) Universidade de Essex	1	45, 100
(ING) Universidade De Londres - King's College	2	125, 172
(ING) University of Cambridge	2	156
(IRL) National University of Ireland - Galway	1	101
(ISR) Bar-Ilan University - Ramat-Gan	1	70, 169
(ISR) Tel Aviv University	2	129
(ISR) Universidade Hebrea de Jerusalém	1	160, 164
(ITA) Scuola Normale Superiore di Pisa	2	160
(ITA) Universidade de Bolonha	1	14
(ITA) Universidade De Catânia	1	12
(ITA) Universidade De Roma	1	148
(ITA) Universidade de Turin	1	102
(JAP) The Toyo Bunko - The Oriental Library	1	154
(MEX) Centro de Invest. y Estudios Superiores en Antropología Social	1	147, 167
(MEX) El Colegio de México	2	159
(MEX) Instituto de Investigaciones Históricas	1	154
(MEX) Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca	1	115
(MEX) Universidad Autónoma Metropolitana	1	18, 100
(MEX) Corpo Diplomático Mexicano	2	112
(POR) Academia Portuguesa De História	1	78
(POR) Iniciativas Culturais, Arte E Técnica	1	161
(POR) Universidade Católica Portuguesa	1	61, 154, 172
(POR) Universidade de Lisboa	3	164
(POR) Universidade do Minho	2	155, 171
(POR) Universidade Nova de Lisboa	2	14
(POR) Academia Portuguesa Da História	1	6, 7, 8
(POR) Ensino Técnico De Lisboa	3	15
(POR) Faculdade De Letras De Lisboa	1	12
(POR) Faculdade De Letras De Portugal	1	8
(ROM) Embaixada Romena Em Roma	1	100
(ROM) Universidade De Cluj	1	59
(SUE) Escola De Ciências Econômicas De Estocolmo	1	74
(SUE) Instituto De Estudos Ibero-Americanos De Estocolmo	1	173
(URU) Universidad de la República	1	164
(URU) Instituto Latinoamericano De Musicologia	2	107, 112
(URU) Universidade De Montevideo	1	30

Academia Brasileira De Letras	2	100, 110
Arquivo E Biblioteca Pública De Porto Alegre	1	24
Assessoria Da Presidência Da República	1	10
Associação Dos Cavaleiros De São Paulo	1	77
Centro De História Franciscana Do Brasil	8	84, 85, 87, 89, 93, 100, 106, 111
Centro Paulus	1	46
Centro Universitário Metodista - IPA	1	161
Colégio Brasileiro De Genealogia	1	56
Colégio Pedro II	1	101
Eletrobras	1	83
Escola De Biblioteconomia De SP	1	8
Escola De Sociologia Política De São Paulo	1	96
Escola Nossa Senhora das Graças – SP	1	163
Faculdade de Ciencia e Tecnologia EaD - BA	1	155
Faculdade De Filosofia Sedes Sapientiae	4	17, 21/22, 28, 49, 100
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Araraquara	1	54
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Assis	6	43, 54, 70, 79, 81, 99
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Bauru	1	72
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Franca	1	68
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Marília	6	41, 44, 70, 81, 95, 111
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Presidente Prudente	1	105
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Rio Claro	1	74
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De São José Do Rio Preto	1	91
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De São José Dos Campos	2	47, 48
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Sorocaba	2	24, 58
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras De Taubaté	1	48
Faculdade De Filosofia, Ciências E Letras Nossa Senhora Do Patrocínio - Itú	1	99
Faculdade De Teologia Da Igreja Metodista Do Brasil	1	47
Faculdade Integradas Newton Paiva	1	133
Faculdade Nacional De Filosofia	4	39, 40, 41, 42
Fundação A. A. Penteado	1	83
Fundação Educacional Monsenhor Messias	1	136
Fundação Escola Guignard De Belo Horizonte	1	109
Fundação Getúlio Vargas - SP	1	161
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ	1	160
Grupo Executivo De Trabalho Das Homenagens A José Bonifácio	1	55
Historiador Independente	1	134
IBGE	1	3
Igreja Católica	1	10
IHGB	7	2, 13, 75, 78, 81, 83, 85
IHGSANTOS	1	5
IHGSP	3	3, 4, 9

Inst. Bras. De Hist. Da Medicina	1	7
Instituto Brasileiro De Filosofia	4	35, 36, 37, 38
Instituto De Tecnologia Aeronáutica	4	85, 87, 89, 91
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	1	172
Instituto Feminino Da Bahia	2	63, 69
Instituto Histórico E Genealógico De Sorocaba	9	60, 61, 63, 64, 71, 74, 75, 76, 79
Instituto Histórico E Geográfico De São Paulo	7	3, 63, 70, 73, 77, 80, 89
Instituto Histórico E Geográfico Do Espírito Santo	1	63
Instituto Joaquim Nabuco	1	19
Instituto Metodista de Ensino Superior	1	127
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	1	158
IPHAN	1	102
Mackenzie	1	6
Marinha Portuguesa	1	74
Museu de Astronomia e Ciências Afins - RJ	2	155, 142
Museu do Futebol	2	163
Museu Emílio Goeldi	1	151
Museu Militar	1	53
Museu Nacional	1	102
Não Institucionalizados	27	7, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 25, 29, 31, 36, 38, 41, 44, 48, 53, 56, 59, 64, 79, 89, 96, 100, 101, 106, 107, 109
Núcleo de Estudo de Processos Criativos - SC	1	173
Prefeitura Municipal de Ouro Preto	1	162
Programa de Estudios Histórico-Musicológicos	1	157
PUC - SP	27	13, 14, 20, 21/22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 55, 56, 87, 90, 93, 99
PUC-CAMPINAS	3	162, 159, 145
PUC-MG	1	174
PUC-RJ	4	118, 159, 173, 171
PUC-SP	9	168, 141, 140, 129, 127, 122, 120
Secretaria De Agricultura Do Estado De São Paulo	1	13
Serviço Florestal Do Estado De São Paulo	1	60
Sociedade Brasileira De Numismática	29	25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 56, 60, 65
Sociedade Brasileira De Antropologia E Etnologia	1	99
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	1	135
Sociedade De Medicina E Cirurgia De Campinas	1	11
Sociedades De Estudos Históricos	19	21/22, 41, 42, 48, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 68, 70, 72, 79, 92, 105

UNESP-Araraquara	2	120, 116
UNESP-Assis	6	153, 132, 120, 118, 117
UNESP-Cepel	1	140
UNESP-Franca	4	123, 163, 173, 171
UNESP-Marília	1	162
UNIP-SP	1	141
Universidade Católica da Bahia	1	114
Universidade Católica do Salvador	2	97, 156
Universidade Da Bahia	1	63
Universidade de Brasília	8	75, 111, 122, 134, EE, 161, 173
Universidade de Ouro Preto	2	140, 134
Universidade de Passo Fundo	1	169
Universidade de Taubaté	1	155
Universidade Do Brasil	2	15, 53
Universidade do Estado da Bahia	2	162, 171
Universidade do Estado do Mato Grosso	2	172, 164
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	3	172, 171
Universidade Do Pará	1	72
Universidade Do Recife	2	16, 34
Universidade do Vale do Paraíba	1	127
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS	3	156, 168
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	22	173, EE, 158, 149, 147, 141, 140, 137, 136, 132, 129, 125, 122, 121, 119, 106, 105
Universidade Estadual de Feira de Santana	1	162
Universidade Estadual de Maringá	2	158, 166
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro	1	160
Universidade Estadual Do Mato Grosso	1	101
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2	150, 170
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	4	156, 150, 149, 142
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	2	159, 173
Universidade Federal da Bahia	12	174, 165, 140, 135, 129, 162, 160, 158, 72
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	1	170
Universidade Federal da Paraíba	1	119
Universidade Federal de Alfenas	3	174, 169, 167
Universidade Federal de Campina Grande	1	168
Universidade Federal De Goiás	1	106
Universidade Federal de Juiz de Fora	1	156
Universidade Federal de Mato Grosso	1	166
Universidade Federal de Minas Gerais	13	170, 161, 139, 138, 132, 116, 29, 72, 78, 93, 100, 101
Universidade Federal de Ouro Preto	10	169, 168, 159, 158, 154, 119, 116
Universidade Federal de Pernambuco	2	170, 167

Universidade Federal de Santa Catarina	3	72, 105, 173
Universidade Federal de São Carlos	2	163, 173
Universidade Federal de São João Del Rei	1	160
Universidade Federal de São Paulo	8	171, 169, 168, 166, 164, 163, 155
Universidade Federal de Sergipe	3	104, 138, 155
Universidade Federal de Uberlândia	3	167, 166, 118
Universidade Federal de Viçosa	2	171, 167
Universidade Federal do Amazonas	3	168
Universidade Federal do Ceará	1	118
Universidade Federal do Espírito Santo	3	174, 165, 146
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	1	157
Universidade Federal do Maranhão	2	171, 170
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	1	150
Universidade Federal do Oeste da Bahia	1	171
Universidade Federal do Pará	14	174, 171, 168, 162, 149
Universidade Federal do Paraná	11	169, 162, 158, 144, 136, 129, 89, 100
Universidade Federal Do Pernambuco	9	10, 25, 28, 54, 60, 99, 100, 102, 106
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	5	173, 170, 164, EE, 156
Universidade Federal do Rio de Janeiro	12	173, 172, 171, 169, 158, 152, 149, 144, 137, 71, 74, 93
Universidade Federal do Rio Grande	1	132
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2	151, 172
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4	171, 170, 169, 120
Universidade Federal Fluminense	20	172, 171, 169, 167, 164, 158, 155, 154, 153, 152, 147, 123, 120, 117, 92
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	4	174, 170, 166, 165
Universidade Gama Filho	1	156
Universidade Metodista de Piracicaba	2	129, 174
Universidade Municipal De Rio Preto	1	25
Universidade Nove de Julho - SP	1	163
Universidade Salgado de Oliveira	2	163, 166
Universidade São Francisco	1	161
USP	525	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21/22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109,

	111, 112, 174, 173, 172, 171, 170, 169, 168, 167, 166, 165, 164, 163, EE, 162, 161, 160, 159, 158, 157, 155, 154, 153, 152, 151, 150, 149, 148, 147, 146, 145, 144, 142, 141, 139, 138, 137, 136, 135, 134, 133, 132, 129, 127, 125, 123, 122, 121, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114
--	--

* Essa nomenclatura (Sem designação) fora adotada para realizar a contagem de todos os artigos que aparecem na revista com autor, porém sem a citação da instituição de origem ou a qual o mesmo está devidamente ligado. Apontar-se-á os sem designação no APÊNDICE E.

** Devido à alta incidência de publicações ligadas a Universidade de São Paulo optou-se nesse caso pela utilização de uma metodologia diferenciada, ao invés de citar os números em que há publicações dessa instituição (tendo em vista que ela aparece em praticamente todos os números) coletamos os autores que são ligados, de alguma maneira, a esta Universidade e que publicaram no periódico. Há de se listar os referidos autores no APÊNDICE F.

Apêndice E: Relação de autores, com o número de ocorrências e os números em que a publicação está disponível. Em ordem alfabética.

A. J. R. Russel Wood	1	109
A. Pinto De Carvalho	1	25
Adalberto Marson	1	121
Adalberto Marson	1	103
Ademar Ribeiro Romeiro	1	123
Adone Agnolin	2	154, 144
Adrián Gurza Lavalle	1	137
Adriano Comissoli	1	169
Adriano Mafra	1	173
Adriano Prosperi	1	160
Afonso Carlos Marques Dos Santos	2	144, 118
Afonso De Moraes B. Passos	1	103
Agnaldo Valentin	1	171
Aida Costa	1	27
Aisnara Perera Díaz	1	152
Albert Dérozier	1	111
Albert Silbert	1	100
Alcyr Lettharo	1	122
Alda Mauro Mico	1	58
Aldair Carlos Rodrigues	1	162
Aldo Agosti	1	148
Aldo Janotti	12	82, 85, 87, 90, 93, 95, 96, 97, 98, 101, 103, 114
Aldo M. Azevedo	1	19
Aldrin A. S. Castellucci	1	162
Alejandro E. Gómez	1	153
Alex Degan	1	162
Alex Gonçalves Varela	1	155
Alexander Chung Yuan Yang	2	107, 112
Alexandre Almeida Marcussi	1	155
Alexandre G. Carvalho	1	173
Alexandre Gaspar Da Naia	6	18, 25, 31, 41, 53, 79
Alexandre Luís Moreli Rocha	1	161
Alexandre Macchione Saes	1	174
Alexsander Lemos De Almeida Gebara	2	155, 149
Alfeu Domingues Lopes	1	87
Alfredo Buzaid	1	66
Alfredo Ellis Júnior	4	1, 2, 3, 10
Alice Beatriz Da Silva Gordo Lang	1	125
Alice Piffer Canabrava	1	100

Alírio Cardoso	1	170
Alisson Mascarenhas Vaz	1	111
Almir Diniz De Carvalho Júnior	1	168
Aluísio De Almeida	9	60, 61, 63, 64, 71, 74, 75, 76, 79
Aluizio De Faria Coimbra	1	2
Álvaro Da Veiga Coimbra	29	25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 56, 60, 65
Álvaro De Araújo Antunes	1	169
Álvaro L. R. S. Carlini	1	138
Alzira Lobo De A. Campos	1	117
Amaro Quintas	2	19, 34
Amélia Domingues De Castro	2	52, 100
Amélia Santos Mota Filha	1	72
Ana Lúcia Lana Nemi	1	152
Ana Maria De Almeida Camargo	1	103
Ana Maria Mathias Boccia	1	112
Ana Rosa Clochet Da Silva	1	159
Anderson Ribeiro Oliva	2	173, 161
André Coura Rodrigues	1	164
André Figueiredo Rodrigues	1	138
André Luiz Paulilo	1	152
André Roberto De A. Machado	1	164
Andréa Slemian	1	169
Ângela Barreto Xavier	1	172
Anita Leocádia Prestes	1	118
Anita Novinsky	1	98
Antonia Fernanda De Almeida Coulter	1	30
Antônia Fernanda Pacca De Almeida Wright	1	102
Antônio Alberto Banha De Andrade	1	112
Antonio E. Muniz Barreto	1	101
Antonio Penalves Rocha	2	137, 120
Arilson Silva De Oliveira	1	162
Arlenice Almeida Da Silva	1	146
Arlette Medeiros Gasparello	1	164
Arlindo De Sousa	1	63
Armelle Enders	1	EE
Arnaldo Daraya Contier	2	119, 135
Arno Wehling	1	93
Aroldo De Azevedo	1	10
Arthur Cezar Ferreira Reis	1	2
Arthur E. Imhof	1	116
Artur Hehl Neiva	1	10

Astrogildo Rodrigues De Mello	2	6, 36
Auguste Hollard	1	65
Augustin Wernet	1	103
Barbosa Lima Sobrinho	1	110
Benedicto Heloiz Nascimento	1	103
Bento José Pickel O.S.B.	1	60
Bernard Vincent	1	129
Bertrand Binoche	1	EE
Boris Fausto	1	163
Brasil Bandecchi	3	90, 93, 95
Breno Battistin Sebastiani	2	154, 148
Bruno Aidar	1	174
Bruno Feitler	1	148
Cacá Machado	1	173
Caio C. Boschi	1	116
Camilo De Mello Vasconcellos	1	153
Carl Laga	1	44
Carla Muller Sasse	1	174
Carlo Severi	1	EE
Carlos Alberto De Moura Ribeiro Zeron	2	170, 142
Carlos Alberto Iannone	1	95
Carlos Augusto Ribeiro Machado	1	173
Carlos Barros	3	166, 158, 139
Carlos Borges Schmidt	1	13
Carlos Garriga	1	169
Carlos Guilherme Mota	6	67, 68, 72, 89, 103, 111
Carlos H. Oberacker Jr.	5	29, 38, 72, 92, 105
Carlos Henrique Liberalli	2	92
Carlos Leonardo Kelmer Mathias	1	158
Carlos Lopes De Matos	4	35, 36, 37, 38
Carlos M. Rama	1	30
Carlos Magno Guimarães	1	132
Carlos Martins Junior	1	135
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira	1	117
Carlos Sanz	1	100
Carlos Silveira	1	74
Carlos Versiani Dos Anjos	1	170
Carlos Ziller Camenietzki	1	142
Carmelo Musumarra	1	14
Carmen Sylvia Vidigal Moraes	1	164
Carolina Leister	1	161
Catarina Madeira Santos	1	155
Cecília Azevedo	1	153

Cecilia Helena Florenzini De Salles Oliveira	2	116, EE
Cecilia Maria Westphalen	2	89, 100
Celina Ramalho Zanoti	1	99
Charles Morazê	1	100
Charles Ralph Boxer	2	45, 100
Charles Verlinden	1	100
Christiane Figueiredo Pagano De Mello	1	154
Christiane Stallaert	1	173
Cielo Griselda Festino	2	150, 145
Cira Siedjamer	1	91
Circe Maria Fernandes Bittencourt	1	164
Ciro Flamarion Cardoso	2	167, 117
Clara Azevedo	1	163
Clarisse Ferreira Da Silva	1	163
Claude Isopescu	1	8
Cláudia Maria Das Graças Chaves	1	147
Cláudia Moraes Trindade	1	158
Claudio Aguiar Almeida	1	174
Cláudio Bertoui Filho	1	127
Claudio Rolle	1	157
Cleber Santos Vieira	1	161
Cléria Botelho Da Costa	1	134
Cristiana Bertazoni Martins	1	153
Cristina Soto	1	127
Dale Tomich	1	149
Damião Duque De Farias	1	150
Daniel Precioso	1	167
Daniel Russo	1	165
Daniel Valle Ribeiro	1	78
Daniela Alfonsi	1	163
Daniela Traffano	1	154
Danilo Zioni Ferretti	1	160
Dante Marceño Claramonte Gallian	1	125
Darrell E. Levi	1	104
Davi Costa Da Silva	1	174
David Hall Stauffer	5	37, 42, 43, 44, 46
David J. Robinson	1	121
David Rabello	1	117
Dejanira Ferreira De Rezende	1	168
Demócrito Arruda	1	100
Denise A. Soares De Moura	1	163
Denise Bernuzzi De Sant'Anna	1	141
Diana Maria De Faro Leal Diniz	1	104

Diogo Rodrigues De Barros	1	165
Diôres Santos Abreu	1	105
Diva Benevides Pinho	1	104
Dora Shellard Corrêa	1	119
Dulce Ribeiro	1	15
E. Bradford Burns	1	58
Ebe Reale	1	83
Eddy Stols	2	89, 100
Éder Silveira	1	160
Edgard De Cerqueira Falcão	1	55
Edianne Dos Santos Nobre	1	169
Edith Pimentel Pinto	2	4, 9
Édouard Perroy	1	16
Eduardo Diatahy Bezerra De Menezes	1	118
Eduardo D'oliveira França	4	7, 8, 83
Eduardo França Paiva	1	133
Eduardo Henrik Aubert	3	172, 165, 148
Eduardo Natalino Dos Santos	2	153, 150
Eduardo Santos Neumann	1	171
Eduardo Scheidt	2	156, 147
Eduardo Victorio Morettin	1	141
Egon Schaden	1	12, 18
Elaine Ribeiro	1	169
Elena Pajaro Peres	1	164
Eliane Cristina Deckmann Fleck	2	168, 156
Eliane Garcindo De Sá	1	156
Elias Thomé Saliba	1	137
Elisa Brilli	1	165
Elisabeth Conceta Mirra	1	160
Elizabeth Travassos	1	157
Elza Nadai	1	115
Emanuel Soares Da Veiga Garcia	6	11, 82, 85, 93, 95, 111
Émile Coornaert	1	5
Émile G. Léonard	9	2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Emília Nogueira	2	14, 16
Emília Viotti Da Costa	2	29, 142
Emmanuel De Bennigsen	2	11, 14
Eneida Maria Malerbi	1	112
Eni De Mesquita	1	105
Eni De Mesquita Samara	1	120
Enio Aloisio Fonda	2	79, 81
Enoch F. Resnick	1	101
Enrico Dal Lago	1	156

Enrico Schaeffer	2	44, 53
Enrico Spaggiar	1	163
Enrique De Gandia	8	25, 36, 44, 49, 77, 79, 100, 104
Enrique Dussel	1	115
Ernesto Ennes	1	14
Ernst Gerhard Jacob	1	59
Erwin Theodor	1	56
Esmeralda Blanço Bolsonaro De Moura	1	127
Eulalia Maria Lahmeyer Lobo	6	39, 40, 41, 42, 71, 101
Eurípedes Simões De Paula	7	17, 49, 51, 54, 65, 69, 84
Euza Rossi De Aguiar Frazão	1	103
Evaldo Amaro Vieira	1	96
Evelyne Kenig	2	129
Evergton Sales Souza	1	162
Fabiano Vilaça Dos Santos	2	171, 161
Fábio Duarte Joly	2	EE, 140
Fábio Faversoni	1	134
Fábio Franzini	1	163
Fábio Kühn	1	169
Fabio Luis Barbosa Dos Santos	1	166
Fábio Pestana Ramos	1	137
Fabricio Lyrio Santos	2	170, 156
Fabricio Pereira Da Silva	1	158
Federico Navarrete	1	159
Fernand Braudel	6	13, 16, 61, 62, 64, 100
Fernanda Domingos Pinheiro	1	172
Fernanda Sposito	1	161
Fernando A. Novais	1	67
Fernando Antônio Novais	1	142
Fernando Augusto Albuquerque Mourão	1	105
Fernando De Azevedo	2	3, 60
Fernando José Amed	1	151
Fernando Pedreira De Castro S. J.	1	77
Fidelino De Figueiredo	2	5, 20
Flávia Camargo Toni	1	157
Flávio A. M. De Saes	1	119
Flávio De Campos	1	163
Flávio Diniz Ribeiro	1	148
Flávio Gomes	1	149
Florestan Fernandes	1	9
Francisca Isabel Schurig Vieira	1	41
Francisca Isabel Vieira Keller	1	102
Francisco Curt Lange	3	107, 109, 112

Francisco Eduardo De Andrade	1	168
Francisco Iglésias	1	100
Francisco Isoldi	2	4, 9
Francisco José Ruiz Cervantes	1	154
Francisco Murari Pires	4	166, EE, 138, 121
Francismar Alex Lopes De Carvalho	1	173
François Hartog	4	166, EE, 148, 141
Frank Lestringant	1	160
Frédéric Mauro	2	17, 100
Frederico Pinkuss	4	14, 61, 64, 65
Fritz Pinkuss	5	93, 96, 98, 100, 101
Gabriel De C. G. Castanho	1	173
Gabriel Debien	1	23
Gabriel Roy	1	99
Gabriela Martin	1	102
Geneviève Verdo	1	159
Gentil Avelino Tilton, O. F. M.	4	84, 85, 87, 89
Geoffrey Alan Cabat	1	74
Geoffrey Wille	1	1
Gerald Michael Greenfield	1	99
Geraldina Pôrto Witter	1	85
Geraldo Irêneo Joffily	1	107
Gianina Valerio	1	40
Gilda Maria Reale	1	1
Gildo Magalhães	1	148
Giulia Bugliolo Bruna	1	134
Giuseppe Caraci	1	12
Giuseppe Marccoci	1	164
Graciela Mérida De Jayo	1	139
Graziela Naclério Forte	1	162
Guida Marques	1	171
Guilherme Deveza	5	11, 12, 13, 20, 21/22,
Guillaume Azevedo Marques De Saes	1	161
Guillermo Palacios	2	167, 147
Gustavo De Freitas	3	6, 7, 8
Heather Flynn Roller	1	168
Héctor Pérez Brignoli	1	114
Helenice Rodrigues Da Silva	1	137
Hélio Arranches Viotti, S. J.	5	17, 21/22, 28, 49, 100
Hélio Vianna	3	15, 53, 74
Helmi Nasr	1	91
Helmut Andra	2	72, 79
Heloisa M. Bertol Domingues	1	135

Heloisa Meireles Gesteira	1	154
Henrique Antonio Ré	1	174
Henrique Carneiro	1	132
Heraldo Maués	1	72
Herbert L. Kessler	1	165
Herbert S. Klein	1	120
Hermann Kellenbenz	1	76
Heródoto S. Barbeiro	1	99
Hilario Franco Junior	4	136, 125, 116, 111
Horacio Gutiérrez	1	120
Hugo Suppo	2	142, 133
Hygino Aliandro	1	11
Ilana Blaj	1	142
Ilka Stern Cohen	1	144
Ines G. Županov	1	172
Iomar Zaia	1	164
Iraci Galvão Salles	1	118
Iraneidson Santos Costa	1	162
Isabel Sampaio Wilken	2	62, 69
Isabele De Matos Pereira De Mello	1	171
Italo B. Bettarello	1	2
Ivan Lins	1	36
Ivana Frasset	1	159
Izabel Andrade Marson	1	EE
J. Querino Ribeiro	1	2
Jaciro Campante Patrício	1	111
Jacques Lafaye	1	127
Jaime Cortesão	1	17
Jaime Rodrigues	2	168, 141
James P. Woodard	1	150
Jan Hoffman French	1	149
Janice Theodoro Da Silva	2	160, 122
Januário Francisco Megale	1	105
Javier Amadeo	1	164
Jean Delumeau	1	100
Jean Filliozat	1	47
Jean Gagé	2	17, 100
Jean Glénisson	1	100
Jean Luiz Neves Abreu	1	166
Jean-Claude Laborie	1	152
Jean-Jacques Glassner	1	170
Jean-Louis Flandrin	1	127
Jean-Michel Sallmann	1	133

Jeanne Berrance De Castro	1	74
Jeferson Bacelar	1	129
Jefferson Cano	1	136
Jerusa Pires Ferreira	1	125
Joacir Navarro Borges	1	162
Joana Campos Clímaco	1	161
João Adolfo Hansen	1	120
João Batista Mazzeiro	1	140
João Cruz Costa	8	3, 4, 5, 15, 16, 19, 20, 46
João Fábio Bertonha	1	137
João Francisco De Souza	4	10, 25, 54, 60
João José Reis	3	174, 135, 108
João Márcio Mendes Pereira	2	174, 165
João Mehlmann, O. S. B.	8	42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 56
Joaquim Barradas De Carvalho	13	15, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 81, 86
John Manuel Monteiro	2	149, 120
Johnni Langer	1	136
Jônatas Batista Neto	3	119, 115, 107
Jonis Freire	1	166
Jorge Bertolaso Stella	6	3, 63, 70, 73, 77, 80
Jorge César Mota	3	86, 98, 103
Jorge De Macedo	1	19
Jorge De Sena	1	54
Jorge Grespan	2	151, 136
Jorge Mattar Villela	1	173
Jorge Peixoto	1	12
José Aderaldo Castello	2	11, 14
José Antonio Dabdad Trablusi	1	116
José Augusto Vaz Valente	3	54, 55, 71
José Carlos Reis	1	138
José Carlos Sebe Bom Meihy	2	155, 127
José Da Paz Lopes	2	93, 101
José De Souza Martins	1	121
José Ferreira Carrato	2	75, 89
José Flávio Motta	1	171
José Geraldo Evangelista	3	50, 54, 61
José Geraldo Vidigal De Carvalho	1	119
José Geraldo Vinci De Moraes	2	163, 140
José Gonçalves Salvador	4	39, 42, 47, 51
José Honório Rodrigues	1	100
José Huertas Lobo	1	78
José Jobson De Andrade Arruda	5	119, 118, 117, 116, 112

José Luis Bendicho Beired	1	153
José Maria De Oliveira Silva	1	138
José Miguel Wisnik	1	157
José Otávio Nogueira Guimarães	1	EE
José Paulo Florenzano	1	163
José Raymundo Novaes Chiappin	1	161
José Ribeiro Júnior	1	70
José Rivair Macedo	1	132
José Roberto De Almeida Mello	2	119, 117
José Sebastião Witter	3	85, 98, 103
José Van Den Besselaar	12	20, 21/22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 35, 43, 100
Josemar Machado De Oliveira	1	146
Joseph C. Miller	1	164
Josué Callender Dos Reis	7	47, 48, 57, 59, 62, 64, 68
Juan Andrés Bresciano	1	164
Juan Pablo González	1	157
Juciene Ricarte Apolinário	1	168
Jules Leclant	1	79
Juliana Barreto Farias	1	162
Juliana Bastos Marques	1	158
Juliana Martins Alves	1	172
Julio Cesar Magalhães De Oliveira	1	173
Julio García Morejón	3	19, 24, 51
Julita Scarano	1	123
June Carolyn Erlick	1	153
June E. Hahner	1	102
K. David Jackson	1	127
Karina Anhezini	1	160
Karl Heinz Arenz	1	168
Kátia Lorena Novais Almeida	1	171
Katia M. De Queirós Mattoso	2	97, 114
Kazuo Enoki	1	102
Laima Mesgravis	1	103
Laura De Mello E Souza	4	EE, 145, 142, 135
Laura Trindade De Morais	1	171
Laurent De Saes	1	161
Léa Vinocur Freitag	1	78
Leandro Antônio De Almeida	3	173, 164, 155
Leandro Duarte Rust	1	166
Leila Leite Hernandez	1	141
Leila Maria França	1	144
Leila Mezan Algranti	1	119

Leila Rodrigues Roedel	1	137
León E. Bieber	1	118
Léon Poliakov	1	129
Leonardo Barleta	1	173
Leonardo Senhnan	1	129
Leonel Itaussu Almeida Mello	1	147
Leticia Vidor De Sousa Reis	1	129
Lewis Hanke	5	37, 38, 39, 40, 100
Lígia Bellini	2	160, 140
Lilaz Silva De Paula	1	15
Lílian Lisboa Miranda	1	147
Lincoln Secco	1	150
Linneu De Camargo Schützer	5	26, 27, 50, 56, 75
Livio Teixeira	4	5, 6, 7, 21/22
Llana Blaj	1	122
Lodewijk Hulsman	1	154
Lorelai B. Kury	1	172
Louis Henry	1	105
Loura Antunes Maciel	1	127
Lourival Gomes Machado	1	25
Lucia Maria Paschoal Guimarães	1	149
Luciana Murari	1	141
Lucien Febvre	1	14
Lucilene Reginaldo	1	173
Lucília Siqueira	1	168
Ludimila Caliman Campos	1	174
Luis Amador Sanchez	1	7
Luís Antônio Francisco De Souza	1	162
Luís Filipe F. R. Thomaz	1	161
Luís Filipe Silvério Lima	1	149
Luis Henrique Dias Tavares	1	72
Luis Saia	1	102
Luís Weckman	1	18
Luiz Alberto Couceiro	1	152
Luiz Antônio Lindo	1	172
Luiz Carlos Soares	1	120
Luiz De Castro Souza	5	75, 78, 81, 83, 85
Luiz Geraldo Silva	4	169, 158, 144
Luiz Henrique De Toledo	1	163
Luiz Koshiba	1	116
Luiz Lima Vailati	1	167
Luiz Paulo Rouanet	1	145
Luiz R. B. Mott	1	105

Lycurgode Castro Santos Filho	1	11
Lydia Magalhães Nunes Garner	1	147
M. Amelia M. Dantes	1	103
Mafalda P. Zemella	1	4
Magnus Bergström	1	7
Magnus Morner	2	72, 74
Magnus Roberto De Mello Pereira	1	162
Malirice Lombard	1	13
Manoel Cerqueira Leite	1	12
Manoel Da Silveira Cardozo	2	43, 100
Manoela Pedroza	1	160
Manuel Chust	1	159
Manuel Correia De Andrade	3	28, 100, 106
Manuel Hipólito Do Rêgo	1	5
Manuel Nunes Dias	19	44, 50, 57, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 103
Mar1za Bálsamo Steinberg	1	72
Marcel Bataillon	2	18, 100
Marcela Viviana Tejerina	1	135
Marcello Carastro	1	EE
Marcelo Lapuente Mahl	1	167
Marcelo Rede	1	155
Marcelo Thadeu Quintanilha Martins	1	164
Márcia De Almeida Gonçalves	1	150
Marcia Eliane Alves De Souza E Mello	1	168
Márcia Gabriela D. De Aguiar	1	135
Márcia Regimi Capclarí Naxará	1	129
Márcio Couto Henrique	1	171
Marco Antônio Silveira	3	169, 158
Marcos A. Da Silva	2	139, 125
Marcos Lobato Martins	1	167
Marcos Napolitano	1	157
Marcus J. M. De Carvalho	1	167
Margareth De Almeida Gonçalves	1	170
Margarida Carvalhosa	1	91
Margarida Durães	1	164
Maria Aparecida Massa De Mendonça	1	109
Maria Aparecida Rocha Bauab	1	91
Maria Aparecida Silva De Sousa	1	159
Maria Augusta Santana	1	106
Maria Beatriz Nizza Da Silva	3	97, 102, 109
Maria Cecília Cortez C. De Souza	1	164
Maria Christina Russi Da Matta Machado	5	93, 95, 96, 97, 99

Maria Cristina Bohn Martins	1	156
Maria Cristina Correia Leandro Pereira	1	165
Maria Cristina Cortez Wissenbach	3	172, 150, 119
Maria Cristina Martinez Soto	1	135
Maria Cristina N. Kormikiari	1	145
Maria Cristina Silveira	1	74
Maria Da Conceição Francisca Pires	1	158
Maria Da Glória Alves Portal	1	111
Maria De Los Ángeles Meriño Fuentes	1	152
Maria De Lourdes Monaco Janotti	2	69, 103
Maria Do Céu De Melo	1	164
María Elena Barral	1	169
Maria Elisa Noronha De Sá Mäder	1	159
Maria Fernanda Bicalho	1	167
Maria Helena P. T. Machado	1	141
Maria Helena Rolim Capelato	2	153, 134
Maria Henriqueta Fonseca	1	17
Maria Hilda Baqueiro Paraíso	1	129
Maria Inez Machado Borges Pinto	2	140, 139
Maria Isabel D'agostino Fleming	1	133
Maria Isaura Pereira De Queiroz	1	2
Maria Ligia Coelho Prado	3	153, 145, 117
Maria Lucia De Barros Morr	1	120
Maria Lúcia De Freitas	1	91
Maria Lucília Viveiros Araújo	2	160, 136
Maria Luisa Nabinger De Almeida Pasckes	1	123
Maria Luiza Corassin	5	151, 144, 138, 119, 104
Maria Luiza Marcílio	2	127, 114
Maria Luiza Titcci Canteiro	1	129
Maria Odila Leite Da Silva Dias	3	115, 114, 103
Maria Regina Da Cunha Rodrigues	3	55, 88, 105
Maria Regina Lois Bueno	1	91
Maria Stella De Novaes	1	63
Maria Stella Martins Bresciani	2	106, EE
María Teresa Calderón	1	153
Maria Teresa De Freitas	2	118, 117
Maria Thereza Schorer Petrone	7	18, 32, 73, 76, 79, 103, 142
Maria Verónica Secreto	1	172
Maria Vicentina De Paula Do Amaral Dick	1	116
Maria Victoria Baratta	1	172
Marie-Claude Phan	1	127
Marieta Alves	2	63, 69
Marina De Mello E Souza	1	152

Marina Maluf	1	122
Mário Lacerda De Melo	1	16
Marionilde Dias B. Magalhães	1	129
Marisa Saenz Leme	1	173
Marize Arcuri Magalhães	1	92
Marta Amoroso	2	EE, 154
Martinho Johnson, O. S. B	1	101
Mary Francisca Do Careno	1	132
Mary Louise Pratt	1	156
Mary Lucy Murray Del Priore	1	132
Massaud Moisés	1	6
Maurice Lombard	2	23, 63
Mauricio Murad	1	163
Mauricio Tragtenberg	2	33, 65
Maurício Vinhas De Queiroz	1	122
Maurílio César De Lima	1	10
Mauro Cezar Coelho	3	174, 168
Maximiliano M. Menz	2	166, 154
Michael M. Hall	1	105
Michel Zaidam Filho	1	119
Miguel Diégles Júnior	1	3
Miguel Reale	1	100
Milda Rivarola	1	129
Mireille Hadas-Lebel	1	129
Miriam Dolhnikoff	1	122
Miriam Lifchitz Moreira Leite	3	4, 103, 104
Modesto Florenzano	2	135, 132
Moisés Antiqueira	2	170, 161
Monique Da Silva Bonifácio	1	162
Moreno Laborda Pacheco	1	160
Myriam Chimènes	1	157
Myriam Ellis Austregésilo	3	1, 4, 103
Nachman Falbel	11	70, 78, 82, 86, 88, 91, 95, 96, 103, 114, 165
Nahuel Ribke	1	169
Nanci Leonzo	1	149
Nelson L. Da Silva	1	106
Nelson Schapochnik	1	174
Nely Pereira Pinto Curti	1	67
Néri De Barros Almeida	1	158
Neusa Maria Mendes De Gusmão	1	129
Nice Lecocq-Muller	1	8
Nícia Vilela Luz	5	32, 33, 34, 35, 36
Nicolau Boer	1	14

Nicolau Sevcenko	2	148, 114
Nidia R. Areces	1	133
Niko Zuzek	1	103
Norma Telles	1	120
Nuno Fidelino De Figueiredo	1	13
Octavio Ianni	1	26
Odilon Nogueira De Matos	2	1, 21/22
Olga Brite	1	127
Olga Pantaleão	1	41
Olga R. De Moraes Von Simson	1	125
Oneyr Baranda	1	72
Ordival Cassiano Gomes	2	7, 13
Oscar De Figueiredo Lustosa	1	108
Osmar Luvison Pinto	1	135
Oswaldo Coggiola	1	141
Oswaldo Porchat Pereira	1	100
Oswaldo R. Cabral	1	72
Otto A. Piper	7	19, 20, 21/22, 23, 25, 26, 31
P. Pereira Dos Reis	1	48
Pablo Antonio Iglesias Magalhães	2	171, 165
Pablo Rodríguez	1	154
Paloma Lima Santos Mariano	1	165
Paola Vargas Arana	1	155
Paolo Prodi	1	160
Pasquale Petrone	1	21/22
Patrícia Melo Sampaio	1	168
Patrícia Santos Schermann	1	155
Paula Beiguelman	1	69
Paula Janovitch	1	149
Paulina Numhauser Bar-Magen	1	138
Paulo César Possamai	2	151, 141
Paulo Da Silveira Santos	1	89
Paulo De Assunção	1	136
Paulo Fontes	1	140
Paulo Pereira Dos Reis	1	61
Paulo Renato Da Silva	1	170
Paulo Roberto De Oliveira	1	167
Pedro Afonso Cristovão Dos Santos	1	163
Pedro Moacyr Campos	11	6, 7, 8, 9, 10, 18, 45, 71, 79, 90
Pedro Paulo De Abreu Funari	2	132, 118
Peter Burke	1	125
Peter Schmitt	1	46
Petrônio Domingues	2	155, 150

Philippe Cordez	1	165
Philippe Wolff	2	14, 37
Pinto De Aguiar	1	83
Plínio Ferreira Guimarães	1	156
Plínio Freire Gomes	1	125
Plínio Labriola Negreiros	1	163
Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz	1	171
Priscila Ribeiro Dorella	1	161
Rafael Baitz	1	153
Rafael Cardoso	1	172
Rafael Chambouleyron	3	168, 162, 134
Rafael De Bivar Marquese	3	169, 152, 137
Rafael Faraco Benthien	2	167, 151
Rafael Rogério Nascimento Dos Santos	1	168
Rafael Ruiz	1	163
Rafael Ruiz Gonzalez	1	171
Rafael Scopacasa	1	172
Raquel Stoiani	1	146
Raul De Andrada E Silva	4	21, 84, 92, 103
Regiane Augusto De Mattos	1	171
Regina Célia Pedroso	1	136
Regina Horta Duarte	1	139
Regina Maria D'aquino Fonseca Gadelha	1	120
Régis Duprat	3	58, 61, 75
Renato Ambrósio	1	147
Renato Emir Oberg	1	85
Renato Leite Marcondes	1	165
Reynaldo Carneiro Pessoa	1	84
Ricardo Mário Gonçalves	5	58, 80, 91, 97, 103
Ricardo Musse	1	139
Ricardo Roman Blanco	1	18
Richard Granam	2	49, 50
Richard M. Morse	1	104
Richard Negreiros De Paula	1	160
Rita De Cássia Germano Rückel	1	123
Robert M. Levine	1	125
Rodrigo Bentes Monteiro	2	152, 141
Rodrigo Patto Sá Motta	1	138
Rodrigo Turin	1	EE
Roger Chartier	1	132
Roger Dion	2	14, 15
Roger Gravil	1	108
Rogério Lopes Pinheiro De Carvalho	1	151

Ronald Raminelli	4	169, 147, 129, 122
Roquinaldo Ferreira	1	155
Rosa Elizabeth Acevedo Marin	1	149
Rosa Maria Fischer	1	91
Rosângela Ferreira Leite	1	159
Rosineide Bentes	1	151
Rubens Leonardo Panegassi	1	171
Rui Vieira Da Cunha	1	56
Ruy Afonso Da Costa Nunes	6	69, 70, 75, 76, 77, 101
Ruy Nunes	1	106
S. Goldenberg	1	100
Salvatore D'onofrio	2	70, 81
Samuel Pfromm Netto	1	75
Sandra Elias De Carvalho	1	129
Sandra Jatahy Pesavento	1	120
Sandra Rita Molina	1	147
Sebastián L. Alioto	1	174
Sebastião Romano Machado	1	68
Sérgio Bairon	1	129
Sérgio Buarque De Holanda	4	57, 71, 100, 142
Sérgio Da Mata	1	136
Sérgio Hamilton Da Silva Barra	1	173
Sérgio Montalvão	1	169
Sérgio Settani Giglio	1	163
Sheila Mcmanus	1	156
Silvia Helena Zanirato Martins	2	132, 158
Silvia Levi-Moreira	1	116
Silvia Rachi	1	174
Sílvio De Vasconcelos	1	29
Silvio Luiz Cordeiro	1	164
Silvio Zavalla	1	100
Simão Mathias	1	103
Simei Maria De Souza Torres	1	168
Sônia Aparecida Siqueira	9	48, 56, 57, 82, 85, 87, 88, 90, 106
Sônia Bayão Rodrigues Viana	1	99
Spencer Leitman	1	101
Stanley J. Stein	1	59
Stéphane Ratti	1	EE
Stephen Greenblatt	1	123
Steven Topik	1	139
Suely Robles Reis De Queiroz	3	86, 103, 108
Susana De Matos Viegas	1	154
Suzana Cavani Rosas	1	170

Svend Ola Swård	1	59
Tâmis Peixoto Parron	1	152
Tarcísio Beal	1	108
Tarcísio De Souza Gaspar	1	162
Teófilo F. Ruiz	1	133
Terezinha Oliveira	1	166
Thales De Azevedo	1	63
Thiago Borges De Aguiar	1	174
Thiago Lima Nicodemo	1	151
Thiago Nascimento Krause	1	170
Thiago Pereira Majolo	1	155
Thomaz Oscar Marcondes De Souza	5	41, 42, 48, 59, 60
Tiago C. P. Dos Reis Mirand	1	123
Tiago De Melo Gomes	1	141
Tiago Kramer De Oliveira	2	173, 164
Tiago Luís Gil	1	173
Tulio Kahn	1	129
Uacury Ribeiro De Assis Bastos	3	87, 89, 95
Ulpiano T. Bezerra De Meneses	1	115
Valdei Lopes De Araújo	1	159
Valm1r Batista Corrêa	1	101
Vânia Maria Losada Moreira	1	166
Vanice Siqueira De Melo	2	168, 162
Venâncio Willeke, Ofm	4	93, 100, 106, 111
Verena Martinez-Alier	1	96
Victor Andrade De Melo	1	172
Victor Deodato Da Silva	4	95, 96, 97, 103
Victor Manuel Amar Rodriguez	1	132
Victor Santos Vigneron De La Jousselandière	1	164
Victor Valla	4	85, 87, 89, 91
Vinícius Zúniga Melo	1	174
Virgínia Rau	1	61
Vitor Claret Batalhone Júnior	1	170
Vitor Marcos Gregório	1	162
Vitor Ramos	1	54
Vitorino Magalhães Godinho	6	10, 13, 15, 23, 24, 25
Vivaldo W. F. Daglione	1	47
Wagner Costa Ribeiro	1	158
Walkiria Costa Fucilli Chassot	1	122
Walter F. Piazza	1	105
Walter Marcelo Ramundo	1	152
Walter Spalding	1	24

Warren Dean	1	117
Wellington Castellucci Junior	1	156
Werner Altmann	1	115
Willi Bolle	1	119
Willy Corrêa De Oliveira	1	157
Wilson Do Nascimento Barbosa	1	141
Woodrow Borah	1	105
Y. Renouard	1	14
Yacyara Froner	1	136
Yara Nogueira Monteiro	1	127
Yessai Ohannes Kerouzian	1	90
Yllan De Mattos	1	171
Yves Bruand	1	54
Yvone Dias Avelino	3	86, 90, 91
Yvonne Grubenmann De Athayde	1	101
Zilda Márcia Gricoli Lokoi	1	120
Zita De Paula Rosa	1	115
Zuleika M. F. Alvin	1	114

Apêndice F: Palavras-chave. Em ordem alfabética³⁴⁵.

A Arte De Furtar	1	82
A Ética Protestante E O Espírito Do Capitalismo	1	72
A Lenda Do Homem Natural	1	172
A Pragmática	1	47
A Sociedade Central De Imigração	1	105
Abastecimento	1	174
Abolição	4	106, 136, 144, 174
Abolição Do Tráfico	1	92
Abolição Ilustrada	1	144
Abolicionismo	3	120
Abolicionistas	1	120
Aborto	1	120
Academia Real Das Ciências De Lisboa	1	155
Ação Indígena	1	140
Acervos Sonoros	1	173
Acidente Do Trabalho	1	127
Aclamação	1	141
Açucar	1	4
Adivinhas Paulistas	1	9
Administração	2	137, 167
Administração Colonial	3	155, 169, 171
Administração Da Justiça	1	171
Administração Geral Dos Terrenos Diamantinos	1	167
Administração Municipal	1	163
Adultério	1	158
Afonso E. Taunay	1	160
África	2	155, 141
África Centro-Occidental	1	172
África Occidental	1	155
Africanos	2	162, 155
Agostinho	1	165
Agricultura	2	78, 106
Alberta	1	156
Alberto Torres	1	103
Albingeses	1	17
Alcoolismo	1	140
Alcorão	1	91
Aldeamentos	1	117
Aldeamentos Indígenas	2	EE, 154

³⁴⁵ É de suma importância ressaltar que a designação palavra-chave somente irá aparecer pela primeira vez na *Revista de História* no ano de 1991 na revista de número agrupado 125/ 126, até aqui as palavras foram extraídas, e deduzidas, da leitura prévia dos resumos, propostas do texto e conjunto título e obra.

Aleijadinho	1	29
Alejo Carpentier	1	123
Alemanha	2	56, 79
Alexandre Herculano	1	20
Alexandria	1	161
Alforria	5	172, 171, 167, 158, 133
Alforrias Condicionais	1	120
Aliados	1	161
Aliciamento De Eleitores	1	117
Alimentação	3	74, 127, 168
Almirante	1	19
Alonso De Rojas SJ	1	156
Alta Idade Média	1	23
Alteridade	1	155
Amador Bueno	1	141
Amazônia	13	173, 171, 170, 168, 162, 156, 153, 151, 142, 2, 50, 70
Amazônia Colonial	1	168
Ambiguidade Legal	1	163
Ambriz	1	172
América	1	25
América Colonial	1	74
América Do Norte	1	140
América Do Sul	1	145
América Dos Áustrias	3	86, 90, 91
América Espanhola	1	171
América Espanhola	4	171, 163, 159, 153
América Hispânica	2	159, 153
América Ibérica	3	142, 169
América Latina	12	166, 164, 161, 153, 138, 132, 115, 70, 72, 74, 109
América Latina	1	30
América Luso-Espanhola	1	47
América Portuguesa	4	169, 168, 167, 164
Américas	1	152
Américo Vespúcio	5	12, 41, 42, 48, 100
Anábase De Ciro	1	2
Anacleto II	1	115
Análise Do Discurso	1	149
Anarquia	1	79
Anchieta	2	17, 49
Anedota	1	150
Anforologia	1	118
Angola	1	155
Annales	1	166
Anos 1930	1	106

Antebellum	1	156
Anticlericalismo	1	146
Anticolonialismo	1	137
Anticomunismo	3	172, 156, 138
Antidireito	1	172
Antifascismo	1	137
Antigo Regime	1	142
Antigos	3	EE
Antiguidade	4	145, 140, 138, 135
Antigüidade Clássica	1	133
Antiguidade Greco-Romana	1	129
Antiguidade Tardia	1	173
Antilhas Francesas	1	23
Antis	1	153
Anti-Semitismo	5	138, 129
Antisuyu	1	153
Antônio Da Silva Prado	3	73, 76, 79
Antônio Francisco Lisboa	1	25
Antônio Pedro De Figueiredo	1	34
Antropofagia	1	160
Antropologia	4	158, 129, 125, 18
Antropologia Das Práticas Esportivas	1	163
Antuérpia	1	76
Aprendizagem	1	164
Araribóia	1	63
Áreas Do Brás	1	102
Argentina	9	41, 77, 79, 104, 108, 147, 170, 172
Argumento Herético	1	103
Aristocracia Romana	1	151
Aristóteles	4	37, 38, 39, 40
Aristotelismo	3	75, 76, 77
Armada Invencível	1	74
Armadores	2	63, 69
Armaria	2	47, 48
Armênios	1	90
Arqueologia	2	164, 167
Arqueologia Clássica	1	118
Arquivos Escolares	1	164
Arquivos Pessoais	1	157
Arte	2	132, 152
Arte Colonial	1	136
Arte Da Armaria	2	47, 48
Arte Da Lingua Brasilica	1	165
Arte Japonesa	1	102
Arte Lírica	3	50, 56, 75

Arte Monetária	1	31
Arte Sacra	1	136
Artes Liberais	1	101
Artes Plásticas	1	172
Ascensão Da República No Brasil	1	102
Ascensão Social	1	158
Asilo	1	172
Assalariados	1	121
Assembléias Legislativas Provinciais	1	122
Assimilação	2	129
Assistência À Infância Desamparada	1	103
Assistencialismo	1	116
Astrólogos	1	139
Astronomia Náutica	1	41
Atlântico Equatorial	1	168
Atletas Africanos	1	163
Ato Adicional	1	114
Audigier	1	148
Auguste Comte	4	3, 4, 5, 36
Augusto	1	151
Augusto Magne	1	6
Aurélio Vítor	1	170
Australopitecíneos	1	103
Autogoverno	1	166
Autonomia	1	159
Autor	1	164
Auto-Realização	1	135
Autoria	1	116
Autoritarismo	1	161
Babilônia	1	155
Bahia	9	61, 63, 108, 114, 129, 135, 158, 159, 171
Bahia Oitocentista	1	174
Bailadeiras Indianas	1	45
Baixa Idade Média	1	103
Baixim	1	139
Balaiada	1	103
Banco Da Bahia	1	83
Banco Mundial	2	174, 165
Bancos De Dados	1	173
Bandeirantes	4	30, 36, 142, 160
Bandeiras	1	150
Bandeirismo	2	3, 36
Bandeirismo De Aprisionamento	1	3
Bandidos	1	142
Banqueiros Alemães	1	142

Banqueiros Alemães	1	32
Banqueiros Portugêses	3	86, 90, 91
Barão De Rio Branco	1	58
Barão De Santa Eulália	1	10
Barroco	1	109
Barthold Georg Niebuhr	1	166
Bartolomeu De Las Casas	4	37, 38, 39, 40
Batalha De Frígido	1	EE
Batismos De Escravos	1	171
Beatas	1	169
Beatificação	1	133
Beirute	1	66
Bele Époque	1	114
Beleza	1	127
Belgica	1	100
Belle Époque	1	149
Bem Comum	1	170
Bens Comunais	1	161
Bens De Capital	1	174
Berbere	1	145
Bernardo O'higgins	2	49, 60
Bhagavad-Gîtã	6	70, 72, 77, 79
Bíblia	3	20, 21, 165
Biografia	4	119, 144, 150, 174
Biografias	1	164
Bispado De Coimbra	1	101
Bispado De São Paulo	1	101
Bispo Azeredo Coutinho	2	56, 57
Bispos	1	101
Bizâncio	2	69, 90
Blackfoot	1	156
Blaise Cendrars	1	140
Boa Morte	1	168
Boêmia	1	174
Bom-Selvagem	1	127
Borracha	1	151
Botocudos	1	139
Brança	1	132
Brandura Da Escravidão Brasileira	1	103
Brasil	31	49, 50, 76, 79, 88, 101, 105, 112, 114, 132, 135, 136, 139, 140, 141, 145, 147, 155, 157, 163, 164, 167, 169, 170, 172
Brasil Colônia	11	84, 90, 100, 105, 107, 109, 109, 114, 119, 141, 171
Brasil Holandês	3	154, 165
Brasil Império	6	53, 61, 105, 137, 162, 173

Brasil Meridional	1	100
Brasil Monárquico	1	148
Brasil Railway Company	1	119
Brasil Regencial	1	114
Brasília	2	60, 103
Budismo Japones	2	91, 97
Budismo Primitivo	1	103
Buenos Aires	6	36, 82, 85, 93, 95, 111
Bulas Inquisitoriais	1	166
Burguesia	1	14
Burguesia Nacional Peruana	1	105
Burocracia	2	155, 141
Cacau	1	50
Cadiz	4	82, 85, 93, 95
Caetano De Messina	1	167
Café	2	79, 139
Cafés Franceses	1	79
Calçados Romanos	1	95
Câmara De Belém	1	168
Câmara Dos Deputados	1	115
Câmara Municipal	1	155
Caminho De Chiquito	4	39, 40, 41, 42
Caminhos E Fronteiras	1	122
Camões	1	81
Campesinato	2	120, 129
Campinas	1	165
Campo Intelectual	1	137
Camponeses	2	121, 147
Canadá	1	156
Cancionero De Miguel De Unamuno	2	86, 98
Cangaço	5	93, 95, 96, 97, 99
Cantão	1	107
Caph	1	160
Capistrano De Abreu	4	163, 160, 151, 138
Capitães De Mato	1	120
Capital Brasileira	1	79
Capital Estrangeiro	1	115
Capital Federal	1	60
Capital Financeiro	1	68
Capitalismo	1	169
Capitania De São Paulo	5	4, 5, 18, 86, 174
Capitania De São Vicente	1	1
Capitania Do Espírito Santo	1	63
Capitania Do Maranhão	1	168
Capitania Do Piauí	1	168

Capitania Do Rio De Janeiro	1	63
Capitanias Do Sul	1	51
Capítulos De História Colonial	1	138
Capoeira	1	129
Capuchinhos Italianos	1	167
Caravanas Do Ouro	2	23, 24, 25
Caravanas Saarianas	2	23, 24, 25
Carestia	1	135
Caribe	1	123
Caridade Cristã	1	116
Carlos Alberto Vesentini	2	122
Carlos Lacerda	1	169
Carlos Magno	1	44
Carlos V	1	7
Carnaval	2	132, 129
Carnaval Brasileiro	1	125
Carregadores Africanos	1	169
Cartagena De Indias	1	155
Cartago	1	103
Cartas Ânuas	1	156
Cartas Jesuíticas	1	149
Cartas Sobre A História De Portugal	1	20
Cartógrafos Alemães	1	89
Carvajal	1	156
Casa Da Moeda Da Bahia	1	39
Casa De Prisão Com Trabalho	1	158
Casa Grande & Senzala	1	105
Casamentos	2	120, 158
Casas Medievais	1	1
Castela	2	7, 133
Castidade	1	132
Cataclisma De 1933	1	100
Catálogo De Biblioteca Oitocentista Brasileira	1	171
Catarismo	1	17
Catequese	1	144
Catolicismo	1	150
Cattigara	1	100
Ceará	1	171
Censura	1	169
Centro Da Boa Imprensa	1	174
Cerâmica	1	133
Cerco	1	151
Cerco De Almeida	2	54, 55
Ch. F. Seybold	1	173
Charles Fourier	1	122

Charleston	1	101
Chile	1	60
Chiquitos	3	87, 89, 95
Christóbal De Acuña SJ	1	156
Cibele E Atis	1	9
Cícero	2	78, 147
Ciclo	1	158
Ciclo Do Açúcar	3	73, 76, 79
Cidadania	5	173, EE, 136, 135, 129
Cidade	4	5, 127, 164
Cidade De Bragança - Pa	1	72
Cidades Imaginárias	1	136
Ciência	3	10, 100, 167
Ciência Natural	1	26
Ciências Humanas	1	163
Ciências Naturais	1	135
Ciências Sociais	2	17, 62
Cinema	3	132, 139, 163
Cinema Brasileiro	4	141
Circulação De Idéias	1	156
Circulação De Impressos	1	171
Circulação Imobiliária	1	155
Circulação Monetária	1	13
Cirilo De Alexandria	1	174
Cirurgiões	1	100
Civilidade	1	170
Civilização	3	170, EE
Civilização Bizantina	1	107
Civilização Egípcia	1	10
Civilização Eolo-Jônica	1	26
Civilizações Antigas	1	115
Civilizações Greco-Romana	1	107
Classe	1	140
Classe Média	1	105
Classe Operária	1	162
Classes	1	74
Clássico	1	135
Cláudio Manuel Da Costa	2	170, EE
Claus Sluter	1	165
Clero	1	138
Clube De Artistas Modernos	1	162
Coarsinos	1	14
Coartação	1	133
Coca	1	138
Cocanha	1	148

Códices Mesoamericanos	1	153
Códices Mixteco-Nahuas	1	153
Cofradías	1	169
Coimbra	1	12
Coleções Sonoras	1	173
Colégio De Aplicação	1	69
Colégio De Jesuítas	2	17, 21/22
Colégio Do Caraça	1	75
Colômbia	1	153
Colombo	6	18, 25, 31, 123
Colônia De Parceria	1	144
Colônia Do Sacramento	1	151
Colonialismo	1	159
Colônias Platinas	1	36
Colonização	12	70, 71, 100, 105, 140, 129, 134, 141, 145, 149, 154, 159
Colonização Castelhana	1	150
Colonização Italiana Da Amazônia	1	142
Colonização Medieval Alemã	1	71
Colonização No Chile Colonial	1	71
Colonização Portuguesa	1	72
Colonizado	1	145
Colonizador	1	145
Colonizadores	1	18
Colonizadores Holandeses	1	16
Colonizadores Portugueses	1	16
Coluna Prestes	2	118, 155
Coluna Trajana	1	72
Combate À Escravidão	1	155
Comentários Bíblicos	1	163
Comerciante	3	73, 76, 79
Comerciantes	1	169
Comércio	5	107, 129, 132, 154, 160
Comércio Atlântico	1	101
Comércio Colonial	9	3, 4, 7, 8, 15, 142, 163
Comércio De Escravos No Brasil	1	74
Comércio De Gado	1	105
Comercio De Ganado	1	174
Comércio De Longa Distância	1	169
Comércio E Colonização	1	142
Comércio Exterior	1	100
Comércio Francês	5	11, 12, 13, 20, 21/22
Comércio Ilegal De Escravos	1	152
Comércio Livre	4	82, 85, 93, 95
Comércio Livreiro	1	174

Comércio Marítimo	2	63, 69
Comércio No Mediterrâneo	1	13
Comercio Oriental	1	13
Comércio Português	2	41, 118
Comércio Toscanos	1	71
Comércio Trans-Saariano	1	24
Comida Fermentada	1	154
Comissão Teotônio Vilela	1	129
Comissões Científicas	1	135
Companhia De Comércio	4	3, 6, 7, 8
Companhia De Jesus	3	6, 134, 162
Companhia Geral Do Grão-Pará E Maranhão	14	66, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84
Competição	1	147
Comunicação De Massa	1	75
Comunicação Provincial	1	105
Comunidade Agrárias	1	2
Comunidade De Mercadores	1	101
Comunidades Escravas	1	164
Comunidades Fraternalis	1	116
Comunidades Rurais	1	132
Comunismo	2	150, 141
Conceito	1	159
Concentração Das Propriedades	1	120
Concepción	1	133
Concepções De História	6	19, 20, 21/22, 23, 25, 26
Conciliação	1	170
Concílio De Calcedônia	1	55
Concílios Ecumênicos	5	57, 59, 62, 64, 68
Conde De Lippe	1	38
Conde D'eu	1	74
Condecorações	6	48, 50, 53, 56, 60, 65
Condição Social	1	172
Condicionalismo Sócio-Cultural	9	82, 85, 87, 90, 93, 95, 96, 97, 98
Condições Carcerárias	1	136
Conexões Históricas	1	171
Configuração Social	1	169
Confiscos Religiosos	1	82
Conflitos Políticos	1	162
Conflitos Sociais	2	67, 172
Confraria	1	154
Conhecimento	1	86
Conjuntura Borbônica	1	111
Conjuração Mineira	1	138
Conjurados De 1789	1	119

Conquista	1	150
Conquista Da América	1	136
Conquista Espanhola	1	144
Conquistas Portuguesas	1	164
Consagração Póstuma	1	168
Consciência	1	171
Consciência Europeia	1	160
Consciência Histórica	2	91, 97
Conselho De Estado	1	147
Conselho Ultramarino	1	167
Conservadorismo	1	116
Constantino	2	44, 104
Constantino Cavafy	1	107
Constituição	1	169
Construção Da Nação	1	156
Construção De Catedrais	1	87
Construção Textual	1	141
Construções	1	103
Construtores	1	103
Contencioso Administrativo	1	147
Contingentes Imigratórios	1	105
Continuidade	1	141
Contrabando	1	120
Contrabando Colonial	1	36
Contrabando De Escravos	1	112
Contrafação	1	174
Contra-Reforma	1	132
Contrato Do Sal	1	174
Controle Social	2	129, 137
Controvérsia Pelagiana	1	173
Coolie	1	112
Cooperação	1	147
Copa Do Mundo	1	163
Cor Da Pele	1	96
Coragem	1	100
Corão	2	86, 98
Corpo	1	127
Corporação Religiosa	2	93, 101
Corporações De Ofício	1	65
Corpus Iuris Canonici	1	103
Correspondência	2	125, 151
Correspondência Epistolar	1	118
Corte	1	171
Cortes De Cádiz	1	159
Costa Rica	1	114

Cotidiano	4	137, 129, 125
Crescimento Econômico	1	116
Crianças	1	120
Crias	1	120
Crias De Pé	1	120
Crias De Peito	1	120
Criminalidade	2	135, 132
Criolo	1	127
Crioulidade	1	155
Cripto-Judaísmo	1	90
Crise	3	159, 151, 135
Crise Do Antigo Regime	2	161, 159
Crise Do Sistema Colonial	1	99
Crise Econômica	1	16
Crise Social	1	116
Cristandade	1	10
Cristãos	6	6, 7, 8, 9, 10, 129
Cristãos Novos	4	51, 83, 90, 148
Cristianismo	6	63, 160, EE, 165, 170, 174
Cristianização	1	137
Crítica	1	151
Crítica Ao Cristianismo	1	103
Crítica Cultural	1	137
Crítica Documental	1	133
Crítica Literária	1	155
Crônicas Medievais	1	56
Cronistas	1	134
Cruzadas	3	17, 117, 161
Cuba	1	152
Culto Aos Santos	1	162
Culto De Amida	2	91, 97
Cultura	4	121, 129, 142, 149
Cultura Africana	1	105
Cultura Brasileira	3	60, 97, 157
Cultura De Massas	2	139, 141
Cultura Digital	1	173
Cultura Escrita	1	174
Cultura Europeia	1	104
Cultura Material	1	115
Cultura Na Era Vargas	1	141
Cultura Política	3	153, 169
Cultura Popular	9	117, 125, 132, 140, 148
Cultura Urbana	1	149
Currículo Da Universidade	1	103
Currículo Escolar	1	85

Custódia Psiquiátrica	1	160
D. Frei Mauel Da Ressureição	1	101
D. Isabel	1	74
D. João Vi	3	103, 161
D. Manuel	1	161
D. Miguel Da Anunciação	1	101
D. Pero Fernandes Sardinhas	1	11
Da Liberdade Do Trabalho	1	137
Dcdp	1	169
Debate	1	139
Debate De Valladolid	2	39, 40
Década De 1930	1	140
Decadência	1	158
Decretos Reais	1	155
Degredados	1	100
Degredo	1	168
Delta Do Níger	1	155
Democracia	1	132
Democracia Revolucionária	1	146
Demografia	1	127
Demografia Histórica	1	105
Demonismo	1	117
Denegação	1	129
Departamento De Cultura De São Paulo	1	138
Depoimentos Oraís	1	125
Depressão Do Fim Da Idade Média	3	95, 96, 97
Deputados Americanos	1	159
Descartes	1	21/22
Descoberta Da América	1	123
Descobridor	1	79
Descobrimento Da América	1	100
Descobrimento Do Brasil	1	161
Descobrimientos Espanhois	1	100
Descobrimientos Marítimos	3	41, 59, 81
Descolonização Liberal	1	103
Descontinuidades	1	141
Descrições Populacionais	1	149
Desenvolvimento	1	148
Deserção	1	154
Desiré-Dujardin	1	174
Destino	1	27
Determinismo Biológico	1	167
Determinismo Cultural	1	167
Devassa	1	138
Diário De Viagem	1	99

Diáspora	1	173
Diáspora Judaica	2	79, 81
Diego Rivera	1	153
Dilúvio	1	69
Dinastia Bragança	1	141
Dinastia Constantiniana	1	170
Diocese De Florianópolis	1	72
Dionisismo	1	116
Diplomacia Florentina	1	142
Direito	1	160
Direito Natural	2	154, 170
Direitos Coletivos	1	161
Direitos De Propriedade	1	160
Direitos Humanos	1	153
Diretores De Povoação	1	174
Diretório Dos Índios	2	174, 168
Diretrizes Militares	1	154
Discoteca Pública Municipal	1	138
Discurso	2	132, 141
Discurso Do Método	1	21/22
Discursos Locais	1	120
Discursos Narrativos	1	156
Distinção De Raças	4	37, 38, 39, 40
Distrito Federal	1	60
Ditadura	1	158
Ditadura Militar	1	141
Ditadura Militar Brasileira (1964/1985)	1	139
Dízimo	1	138
Do Grão-duque Fernando I	1	71
Documentário	1	163
Documento Antiescravista	1	137
Documentos Dialógicos	1	125
Documentos Medievais	1	166
Doença	1	127
Doença Profissional	1	127
Dom Antônio De Guadalupe	4	84, 85, 87, 89
Domingos Jorge Velho	1	110
Domingos Nogueira Jaguaribe Filho	1	161
Domínios Da História	1	115
Dona Joana	1	7
Donatismo	1	103
Donato De Casas Negras	1	103
Doutrina De Maio	1	77
Doutrina Monroe	1	138
Drama Barroco Alemão	1	119

Drogas Do Sertão	1	168
Duarte Da Costa	1	11
Duarte Pacheco Carvalho	10	58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72
Duhem	1	161
Duque De Rivas	1	111
Duque Ferdinando I	1	142
Eclesiásticos	1	138
Eclesiologia	8	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Ecologia	1	151
Ecología Humana	1	159
Econômia	3	13, 16, 19
Economia Agrícola	1	23
Economia Antiga	1	173
Economia Bizantina	1	111
Economia Brasileira	7	85, 87, 89, 91, 103, 119
Economia Cafeeira	1	115
Economia Clássica	1	120
Economia Colonial	1	173
Economia Doméstica	1	155
Economia E Demografia Da Escravidão	1	171
Economia Exportadora	1	114
Economia Moral	1	135
Economia Política	1	149
Economia Produtiva	1	78
Edgar Quinet	1	146
Edições Populares	1	125
Editora Luzeiro E Fittipaldi	1	125
Edouard Gallès	5	11, 12, 13, 20, 21/22
Educação	3	127, 142, 154
Educação Cívica	1	161
Educação Feminina	1	109
Educação Masculina	1	109
Educação Popular	1	152
Educação Superior	1	115
Educación	1	158
Egito Antigo	2	51, 117
Egito Romano	1	161
El Dourado	2	99, 136
Eleições	1	162
Eletrobras	1	174
Elite	2	135, 147
Elite Baiana	1	108
Elite Colonial	1	168
Elites Africanas	1	155
Emblema	1	136

Emigração Alemã	1	144
Emigração Japonesa	1	80
Empreendimentos Coloniais	1	32
Encomenderos	1	38
Encomienda	1	38
Energia Elétrica	1	174
Enfoque Histórico-Sociológico	1	125
Engajamento	1	137
Engenho De Açucar	1	100
Engenhos Brasileiros	1	84
Enseñanza	1	158
Ensino Da História Da África	1	161
Ensino De Geografia	1	52
Ensino De História	12	18, 29, 52, 54, 67, 85, 103, 104, 149, 164
Ensino Profissionalizante	1	104
Ensino Secundário	1	29
Entradas E Bandeiras	3	2, 10, 11
Entradas Espanholas	1	100
Épica Portuguesa	1	5
Epidemia	1	127
Epigrafia	1	9
Época De Augusto	2	4, 8
Epopéia	1	141
Eremitas De Santo Agostinho	1	170
Ernestina Ribeiro De Azevedo	1	160
Erotismo	1	132
Escatologia	1	148
Escola De Direito	1	66
Escola Nautica	1	53
Escola Sociológica Francesa	1	EE
Escolarização Moderna	1	152
Esconomia Agrária	1	114
Escavidão	24	23, 36, 43, 56, 57, 100, 119, 120, 132, 136, 142, 149, 152, 153, 156, 169, 174
Escavidão Atlântica	1	155
Escavidão Indígena	3	117, 120, 129
Escravidismo	3	120, 132, 133
Escravidismo Capitalista	1	69
Escravos	7	89, 119, 149, 158, 166, 172
Escravos Na Bahia	1	97
Escravos Vaqueiros	1	101
Escrita	2	EE, 155
Escrita Da História	3	EE, 160, 148
Escritos Políticos	1	53
Eslavos	1	11

Esmeraldo De Situ Orbis	10	58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72
Espaço	1	121
Espaço Étnico	1	133
Espaço Fabril	1	135
Espaço Urbano	1	135
Espanha	5	18, 36, 129
Espiritismo	1	150
Espírito Coletivo	1	116
Esporte	1	125
Êsquilo	1	151
Esquimós	1	134
Estabelecimento Agrícola	1	98
Estado Da Índia	1	170
Estado Do Maranhão	1	161
Estado Moderno	3	5, 152, 170
Estado Nacional	1	148
Estado Português	1	100
Estados Gerais	1	14
Estados Platinos	1	17
Estados Unidos	9	43, 85, 87, 89, 91, 99, 153, 156
Estigma	1	127
Estilo	1	168
Estória	1	150
Estrangeirados	1	123
Estratégias Ficcionalis	1	145
Estratégias Locais	1	154
Estrutura Familiar	1	105
Estrutura Fundiária	1	163
Estrutura Social	1	125
Estudantes Brasileiros	1	100
Estudo Da História	1	106
Estudos	1	155
Estudos Brasileiros	1	150
Estudos Comparados	1	133
Estudos Históricos	11	6, 20, 21/22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 35
Estudos Menores	1	112
Estudos Orientais	1	173
Ética Econômica	1	103
Etnia Brasileira	1	48
Etnicidad	1	159
Etnicidade	1	129
Etnografia	1	173
Etnomusicologia	1	158
Etruscologia	1	3
Euclides Da Cunha	1	160

Eurípedes Simões De Paula	2	160
Europa Feudal	1	116
Europa Medieval	1	136
Evangelização	2	134, 168
Evangelización De Africanos	1	155
Evolução	1	148
Evolução Das Cidades	2	23, 50
Evolução Urbana	1	50
Evolucionismo	1	148
Excluídos Senhoriais	1	160
Exclusão	2	140, 135
Exército Brasileiro	2	38, 49
Exotismo	1	141
Expansão Cafeeira	1	104
Expansão Marítima	2	41, 42
Expansão Portuguesa	1	161
Expectativa De Vida	1	116
Expedições Portuguesas	2	42, 44
Experiência	1	156
Experiência Conventual Feminina	1	160
Experiências De Liberdade	1	171
Explicação	1	151
Exploração Agrária	1	61
Exposições Universais	1	154
Exteriorismo	1	136
Extinção Do Tráfico Negreiro	1	72
Fabliaux	1	132
Família	2	152, 173
Família Agregada Em Itú	1	105
Família Imbroglio	1	101
Família Prado	1	104
Famíliaes Do Santo Ofício	1	162
Fantasma	1	129
Fascismo	2	137, 150
Fatos Históricos	1	92
Fazenda De Santa Cruz	1	99
Fazenda Ibicaba	1	98
Fazenda Pau D'alho	1	102
Fazendas Bovinas	1	101
Fazendas Brasileiras	1	84
Feb	1	100
Feitiçaria	1	148
Felipe De Mézières	1	117
Fenícios	1	54
Fernand Braudel	1	86

Fernão De Magalhães	1	48
Ferrovia	2	13, 104
Festas Culturais	1	14
Ffcl - Usp	1	18
Ficção	1	163
Ficção Histórica	1	118
Fidalgos Portugueses	1	45
Filipe II	1	47
Filipe Sturm	1	89
Filosofia	1	146
Filosofia Da História	1	161
Filosofia Política	1	145
Fim Do Tráfico Negroiro	1	69
Financiamento	1	166
Fiscais Da Doutrina	1	173
Fiscalidade	1	173
Física D E Aristóteles	1	103
Físicos	1	100
Fisiocracia	1	142
Flávio Josefo	1	162
Flora Brasileira	1	89
Florae Fluminensis	1	172
Florença	3	71, 142
Fluxo De Moedas	1	101
Folclore Brasileiro	1	78
Folclore Ibérico	1	78
Folclore Paulista	1	9
Folhetos	1	116
Fomento Ultramarino	15	50, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84
Fontes	1	163
Fontes Históricas Indígenas	2	153, 150
Fontes Indígenas	1	154
Fontes Oraís	1	125
Fontes Pictográficas	1	153
Força De Trabalho	1	114
Formação Da Nação	1	29
Formação Do Mercado De Trabalho Livre	2	121, 120
Formas Constitucionais	1	160
Fotografia	3	102, 153, 164
Frades Capuchinhos	1	EE
Fradim	1	139
França	6	100, 122, 144, 146, 161
França Antártica	2	63, 127
Franciscanos	2	100, 106

Francisco Adolfo De Varnhagen	3	EE, 149, 79
Francisco José Viveros De Castro	1	135
Francisco Xavier De Mendonça Furtado	1	100
Francisco Xavier De Oliveira	1	54
François Furet	1	132
François Simiand	1	14
Freguesia De Campo Grande	1	160
Freguesia Do Irajá	1	160
Frei- Antônio De Santa Maria Jaboatão	1	93
Frei Mariano Da Conceição Veloso	1	172
Froissart	1	15
Fronteiras	5	133, 147, 149, 169, 174
Frotas Do Açucar	1	15
Frotas Do Ouro	1	15
Funcionários Diplomáticos Americanos	1	74
Fundação Do Rio De Janeiro	2	64, 72
Furores Sertanejos	1	162
Futebol	6	125, 163
Futebol E Nacionalismo	1	163
Futebol E Sociedade	1	163
Futebol Global	1	163
Futurismo	1	140
Futuro	1	155
Gabriel Soares De Sousa	1	149
Gado	1	168
Gareth Stedman Jones	1	140
Gastão De Orléans	1	74
Gaullismo	1	137
Genealogia	1	44
Gênero	2	129, 155
Gêneros Televisivos	1	169
Gênio	1	166
Gentis Anglorum	1	18
Geobotânica	1	60
Geografia	1	121
Gerações	1	137
Gerson Moura	1	127
Gesto	1	172
Gilberto Freyre	1	105
Gilgamesh	1	69
Ginásio Escolar	1	103
Giovanni Antonio Andreoni	1	148
Giovanni Pietro Pinamonti	1	148
Globalização	1	156
Glotologia	2	63, 70

Goa	2	45, 172
Goiás	1	134
Gomes Eanes De Zurara	1	15
Gosto Musical	1	135
Governabilidade	1	169
Governo	1	167
Governo Local	1	109
Gráficos E Diagramas	1	173
Grafites	1	132
Grande Propriedade	1	142
Grande Sociedade	1	153
Grandes Navegações	4	41, 42, 100
Grão Pará	2	57, 149
Grécia	3	50, 56, 75
Grécia Antiga	2	1, EE
Grécia Arcaica	1	116
Gregório De Matos	2	120, 116
Greves	1	172
Grito Do Ipiranga	1	92
Grupos Indígenas	1	145
Grupos Políticos	1	91
Grupos Sociais	1	15
Guano Peruano	1	105
Guarapuava	1	159
Guatemala	1	153
Guerra	3	154, 151, 139
Guerra À Pobreza	1	153
Guerra Do Paraguai	5	75, 78, 81, 83, 85
Guerra Dos Cem Anos	3	119, 117, 14
Guerra Dos Farrapos	1	171
Guerra Fria	1	165
Guerra Justa	1	148
Guerra Justa	3	39, 40, 148
Guerras	1	168
Guerras Dácicas	1	72
Guerras Púnicas	1	148
Guerrilha De Caparaó	1	156
Guiana Francesa	1	149
Guinada Linguística	1	140
Guiné	1	13
Gustav Freytag	1	71
Habitus	1	137
Hanseníase	1	127
Hebraísmo	1	14
Heliodor Eoban Hesse	1	72

Henfil	1	139
Henrik Ibsen	1	69
Henrique De Carvalho	1	169
Herança Romana	1	106
Heresia	6	17, 55, 78, 82, 86, 165
Hermann Hesse	1	90
Hermenêutica	1	151
Hermenêutica Do Cotidiano	1	150
Herodes	7	43, 44, 45, 46, 47, 50, 56
Heroico	1	166
Heróis	1	142
Hesiodo	1	1
Hierarquia	1	142
Hierarquização Social	1	170
Higiene	1	127
Hinduísmo	1	58
Hispania Romana	1	111
Hispano-Lusitano	1	135
História	35	10, 61, 62, 63, 64, 86, 100, 117, 118, 119, 121, 125, 127, 129, 134, 138, 139, 141, 148, 150, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 173
História Africana	1	161
História Agrária	2	117, 164
História Agrária Do Brasil Colonial	1	173
História Antropofágica	1	134
Historia Argentina	1	166
História Atlântica	3	153, 152, 168
História Augusta	3	119, 144, EE
História Colonial Da Amazônia	1	168
História Colonial Francesa	1	160
História Comparada	1	153
História Contemporânea	1	132
História Cultural	4	132, 133, 157
História Da Alimentação	1	123
História Da América	1	153
História Da Arte	1	136
História Da Caricatura	1	149
História Da Ciência	2	155, 148
História Da Crítica Literária No Brasil	1	151
História Da Cultura	5	127, 132, 136, 141, 164
História Da Cultura Brasileira	1	111
História Da Educação	1	152
História Da Ffcl-Usp	1	54
História Da FFLCH-USP	1	160
História Da Igreja	2	115, 160

História Da Igreja Ocidental	4	78, 82, 86, 100
História Da Infância	1	167
História Da Itália	1	150
História Da Justiça	1	160
História Da Medicina	1	127
História Da Medicina Legal	1	160
História Da Mesoamérica	1	153
História Da Morte	1	167
História Da Psiquiatria	1	160
História Da Sexualidade	1	127
História Da Técnica	1	148
História Da Viação Urbana	1	99
História Das Ciências	1	103
História Das Doutrinas Econômicas	1	104
História Das Ideias	5	19, 20, 148, 160, 164
História Das Idéias No Brasil	1	103
História Das Religiões	1	103
História De São Paulo	1	168
História Do Brasil	4	67, 72, 100, 139
História Do Corinthians	1	163
História Do Esporte	1	172
História Do Futebol	1	163
História Do Livro	2	150, 164
História Do Marxismo	1	150
História Do Pensamento	1	86
História Do Pensamento Econômico	1	104
História Do Pequeno Comércio	1	105
História Do Trabalho	1	127
História Dos Conceitos	1	148
História Dos Hotéis	1	168
História Dos Livros E Leitores	1	132
História E Filmes	1	125
História E Fotografia	1	125
História E Imagens	1	125
História E Pintura	1	125
História Eclesiástica	2	18, 72
História Econômica Do Brasil	1	100
História Econômica E Social Do Brasil	1	98
História Escolar	1	164
História Espiritual	1	26
História Filosófica	1	146
História Hisraelita	3	61, 64, 65
História Indígena	2	156, 168
História Intelectual	1	165
Historia Magistra Vitae	1	148

História Militar	1	74
História Moderna	1	145
História Natural	2	EE, 172
História Nova Do Brasil	1	149
História Oral	2	125, 155
História Política	3	147, 159, 166
História Quantitativa	1	112
História Religiosa	1	117
História Romana	1	134
Historia Social	4	157, 140, 134, 125
Historia Total	1	166
História Transnacional	1	164
História Urbana	1	168
Historiador	3	122, 141, 144
Historiador Francês	1	17
Histórias Conectadas	1	153
Historicismo	2	100, 162
Historiografia	30	173, 170, 169, 166, 164, EE, 161, 160, 159, 158, 157, 153, 150, 147, 144, 142, 141, 139, 138, 120, 58
Historiografia Antiga	2	158, 147
Historiografia Brasileira	6	45, 59, 101, 138, 151
Historiografia Mesoamericanista	1	153
Historiografia Paulista	2	122, 160
Historiografia Romana	3	148, 154, 172
Historiografia Portuguesa	1	20
Historismo	1	150
Hodayot	1	62
Homem	1	63
Homem Da Frente De Expansão	1	102
Homens De Cor	1	123
Homens Livres De Cor	1	173
Homens Pardos	1	167
Homens Pobres	1	147
Homero	2	26, 27
Horticultores Belgas	1	89
Hospício Da Serra Do Caraça	1	89
Hospício Nacional De Alienados	1	160
Huizinga	1	19
Humanismo	3	125, 145, 160
Humberto Mauro	1	141
Humboldt	1	105
Humor	2	137, 158
Humor Brasileiro	1	139
Husitská Kronika	1	174

latrofísicos	1	13
latroquímicos	1	13
Iberismo	1	51
Iconografia	2	136, 125
Iconografia Adâmica	1	136
Idade Média	14	14, 18, 31, 61, 70, 90, 100, 101, 114, 125, 132, 148, 173
Idéias Jurídicas	1	136
Ideias Políticas	2	33, 49
Identidade	11	14, 127, 129, 149, 156, 159, 163, 173
Identidade Bramânica	1	172
Identidade Católica Negra	1	152
Identidade Cultural	1	159
Identidade Étnica	1	129
Identidade Nacional	6	129, 134, 139, 141, 144, 153
Identidade Negra	1	141
Identidades Africanas	1	164
Ideologia	5	118, 121, 132, 141, 145
Ideologia Da Escravidão	1	152
Ideologia Liberal	1	120
Igreja	5	51, 108, 141, 165, 171
Igreja Católica	2	127, 147
Igreja Católica No Brasil República	1	174
Igreja Missionária	1	164
Igreja No Brasil	1	93
Igreja Russa	1	103
Ihgb	1	EE
Ilustrados	1	174
Ilha Da Madeira	1	48
Ilhas Canárias	1	10
Ilhas De Sedentariedade	1	25
Iluminismo	1	136
Ilustração	2	144, 173
Ilustração Luso-Americana	1	155
Imagem	6	165
Imagem Medieval	1	172
Imagens	1	127
Imaginário	5	136, 134, 132, 127, 156
Imaginário Mágico-Religioso	1	117
Imigração	5	115, 123, 129, 141
Imigração Européia	1	154
Imigração Italiana	1	40
Imigração Judaica No Brasil	1	100
Imigração No Chile Colonial	1	71
Imigração Subvencionada	1	121

Imigrantes Portugueses	1	123
Imperador Flávio Claudio Juliano	1	91
Imperador Trajano	1	72
Imperialismo	1	138
Imperialismo Romano	1	148
Império	3	147, 154, 171
Império Brasileiro	2	EE
Império Colonial Português	3	2, 41, 44
Império Cristão	1	104
Império Do Brasil	5	118, 152, 158, 164, 171
Império Espanhol	1	172
Império Luso-Brasileiro	1	147
Império Português	9	114, 116, 117, 164, 169, 170, 172, 173
Império Romano	6	43, 47, 151, 161, EE, 173
Imprensa	3	8, 170, 173
Imprensa Humorística	1	149
Imprensa Pernambucana	1	34
Impressos	1	132
Incas	2	153, 150
Inconfidência Mineira	1	119
Incunábulo	1	8
Independência Argentina	1	104
Independência Da América	2	44, 47
Independência Do Brasil	2	116, 159
Independência Mexicana	1	153
Independência Nacional De Santos	1	103
Independências	2	159
Índias	4	45, 47, 58, 172
Indígenas	3	129, 154
Índios	16	12, 18, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 139, 166, 168, 171
Índios Cristãos	1	168
Índios Tupi	1	154
Índios Tupinambás	1	149
Individualismo	1	136
Indologia	1	162
Indo-Português	1	127
Indústria	1	135
Indústria Açucareira	1	149
Indústria Têxtil	1	111
Industrialização	7	32, 33, 34, 35, 37, 114, 140
Infância	1	127
Infante D. Henrique	1	53
Infanticídio	1	120
Influência Armênia	1	69

Influência Estrangeira	4	85, 87, 89, 91
Influência Francesa	1	142
Inglaterra	7	1, 49, 50, 100, 115, 123, 167
Inglaterra Pré-Vitoriana	1	103
Inquisição	5	129, 133, 162, 164, 171
Inquisição Portuguesa	5	54, 82, 85, 87, 98
Inquisidor Geral	2	56, 57
Insider	1	144
Institucionalização Do Estado	1	162
Instituição Bancária	1	111
Instituições	2	169
Instituições Monetária	1	111
Instruções	1	138
Instrumento De Aprendizagem	1	103
Integração	1	147
Integralismo No Brasil	1	108
Intelectuais	6	137, 133, 129, 152, 161, 166
Intelligentsia	1	137
Interação	1	135
Interação Cultural	1	140
Interação Sócio-Política	1	133
Intercâmbio Cultural	1	100
Intermediação Comercial	1	167
Interpretação Tomista	1	103
Interpretações Históricas	9	24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 35
Intervenção Inglesa	1	115
Intolerância	1	160
Invasões Brasileiras	1	101
Invasões Holandesas	1	83
Invenção Do Brasil	1	118
Invenção Dos Índios	1	149
Inventário	1	160
Inventários De Bens Condenados	1	98
Investimentos Franceses	1	119
Irmandade	1	147
Irmandade Da Boa Morte	1	147
Irmandades	1	136
Irmão Lourenço De Nossa Senhora	1	89
Isaac Da Costa	1	100
Isolacionismo Português	1	123
Itália	5	4, 43, 100, 118, 125
Italia Liberal	1	137
Itália Republicana	1	172
Italianidade	1	141
Italianos	2	137, 170

Itú	1	26
Ituverava	1	50
Iv Écogla	1	17
Jacobinismo	1	161
Jacques-René Hébert	1	146
Jantando Um Defunto	1	155
Japão	2	58, 99
Japão Medieval	2	91, 97
Jarchas	1	24
Jazidas De Ferro	1	11
Jean Bodin	1	152
Jerônima Cardim Froes	1	110
Jesuítas	19	17, 39, 40, 41, 42, 87, 89, 95, 129, 136, 144, 149, 150, 152, 155, 156, 168
Joachim John Monteiro	1	172
Joachim Lelewel	1	60
João De Barros	1	171
João De Minas	2	155, 164
João Do Rio	1	162
João Henrique Böhm	1	38
João Manuel Pereira Da Silva	1	EE
Jogadores Interculturais	1	173
Jogo Do Engenho	1	103
Jogos Didáticos	1	103
Jogos Primaveris	1	123
John Miers	1	36
Jongo	1	158
Jorge Fernandes	1	11
Jornalismo	1	153
José Bonifácio	4	55, 92
José De Acosta	1	164
José De Góis E Morais	1	86
José Honório Rodrigues	1	7
José Luis Romero	1	166
José Pinto De Azeredo	1	166
Josephina Bakhita	1	155
Juan O'gorman	1	153
Juazeiro	1	169
Judaísmo	2	129, 165
Judaísmo Do Segundo Templo	1	163
Judéia	1	42
Judeus	3	129, 139, 162
Juiz De Fora	1	171
Juiz Ordinário	1	162
Jundiá	1	100

Juó Bananére	1	137
Jurisprudência	1	135
Justiça	4	145, 160, 169
Justiça Administrativa	1	147
Justiça Criminal	1	162
Justiça Eclesiástica	1	171
Justificação	1	161
Justiniano	1	55
Kant	1	151
Karl Polanyi	1	173
Kormtchaja Kniga	1	103
Kuhn	1	139
Kutna Hora	1	85
La Agonía Del Cristianismo	1	51
La Méditerranée	1	86
Laço Social	1	165
Larsa	1	155
Latifúndio	1	84
Latim	1	75
Legenda Áurea	1	158
Legislação	1	147
Legislação Ambiental	1	158
Legislação Econômica E Social	3	95, 96, 97
Legislação Trabalhista	1	127
Lei	1	149
Lei Antitráfico De 1831	1	167
Lei De Diretrizes E Bases	1	169
Lei De Imprensa	1	47
Lei De Terras De 1850	1	120
Lei Moret	1	152
Leitura	1	173
Lendas Paulistas	1	5
Leonardo Nunes	1	17
Leopold Von Ranke	1	166
Leopold Von Ranke	2	93, 100
Levellers	1	164
Levi Ben Abraham Ben Chaiim	1	103
Lévi-Strauss	1	EE
Liberais	1	154
Liberalismo	3	136, 148, 173
Liberalismo Econômico	1	174
Liberalismo Mexicano	1	166
Liberdade	4	136, 156, 172, 174
Liberdade De Expressão	1	70
Liberdade Nacional De Santos	1	103

Libertos	1	119
Libertos Condicionais	1	120
Licenciaturas No Brasil	1	100
Liga Nacionalista	1	116
Ligas Camponesas	1	134
Limites No Noroeste Do Brasil	1	105
Limpeza De Sangue	1	129
Língua	1	71
Lingua Figurada	1	EE
Linguagens De Classe	1	140
Linha Gótica	1	100
Linhas De Torres Vedras	2	54, 55
Lírica Occitânica	1	24
Lisboa	1	100
Literatura	11	5, 8, 14, 117, 118, 125, 127, 134, 137, 164
Literatura Antijudaica	1	148
Literatura Brasileira	1	141
Literatura De Entretenimento	1	173
Literatura De Viagem	1	142
Literatura De Viagem	1	81
Literatura Feminina	1	120
Literatura Funarária	1	117
Literatura Ibérica	1	24
Literatura Latina	1	147
Literatura Oral	1	125
Literatura Qumrânica	1	62
Literatura Judaico-Cristã	1	114
Litigiosidade	1	162
Litoral De São Paulo	1	132
Litoral Paranaense	1	89
Litoral Sudano-Saariano	1	25
Liturgia	1	165
Livre Comércio	1	149
Livro Didático	5	149, 161, 164
Livro Impresso	1	8
Livros	1	125
Livros Raros Na Bahia Colonial	1	171
Localismos	1	121
Lógica Dos Corpos	1	161
Lojas	1	160
Longa Duração	1	62
Lord Cochrane	1	19
Lorena - Sp	2	54, 61
Lorenzo Ghiberti	1	25
Lourenço Caleppi	1	10

Lucien Febvre	2	64, 122
Lugar Social	1	100
Luís Dos Santos Vilhena	1	72
Luís Figueira	1	165
Luis Xiv	1	8
Luta Anti-Imperialista	1	118
Luta Armada	1	141
Luzia Pinta	1	155
Machado De Assis	1	11
Maçonaria Operativa	1	103
Magia	1	EE
Magnaghi	1	12
Magonismo	1	166
Magos	1	139
Malaca	1	100
Malandro	1	141
Maldição	1	156
Mamelucos	1	129
Manifestações Republicanas	1	106
Manifesto Republicano De 1870	1	84
Manoel Bomfim	1	138
Manuais De Fazendeiro Do Brasil Império	1	137
Manuais Escolares	1	161
Manual De Confissão	1	149
Manuel Antônio Álvares De Azevedo	1	12
Manuel Bandeira	1	151
Manuel Da Nóbrega	4	17, 21, 28, 134
Manuel De Arruda Câmara	1	28
Manuel Ferreira Da Câmara	1	155
Manufaturas No Brasil	1	67
Manuscritos Do Mar Morto	1	163
Manuscritos Do Mar Morto	1	42
Mão De Obra	1	106
Mão-De-Obra Indígena	1	129
Mapeamento	1	163
Maquiavel	1	EE
Maranhão	3	57, 119, 165
Maravilhoso	1	134
Marc Bloch	1	8
Marginalidade	1	129
Marinha	1	19
Mario De Andrade	1	89
Mário De Andrade	1	138
Marranos	1	129
Martin Braunwieser	1	138

Martinho De Braga	1	137
Martírio	1	168
Marxismo	5	139, 141, 149, 162, 166
Massa Móvel De Trabalhadores Assalariados	1	112
Mato Grosso	2	101, 105
Max Weber	4	65, 72, 140, 162
Mecanismos Coloniais	1	171
Mecenas	1	162
Medalhística	3	45, 46, 47
Mediação	1	156
Mediação Cultural	1	155
Medicina	11	7, 13, 51, 75, 78, 81, 83, 85, 127, 132, 166
Medieval	1	135
Mediterrâneo	2	13
Mediterrâneo Saariano	2	23, 24, 25
Medo	2	100, 156
Melquisedec	1	165
Memória	15	121, 127, 144, 147, 160, 162, EE, 163, 164, 170, 171, 173
Memória Da FFCL	1	160
Memória Da FFLCH	1	160
Memória Editorial	1	125
Memória Educacional	1	164
Memória Histórica	9	60, 61, 63, 64, 71, 74, 75, 76, 79
Memória Institucional	1	160
Memória Popular	1	141
Mentalidade	1	136
Mentalidade	3	15, 122, 136
Mentalidade Ilustrada	1	72
Mercado	3	144, 147, 173
Mercado Editorial	1	173
Mercado Interno	1	154
Mercadores Portugueses	3	86, 90, 91
Mercantilismo	14	66, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84
Mercantilização Das Terras	1	120
Mecanismos Dos Resgates	1	44
Mesopotâmia	3	54, 170, 173
Messianismo	1	147
Mestiçagem	2	156, 154
Mestiçagem Cultural	1	155
Mestiço	1	156
Mestre João Hus	1	85
Metáfora	1	129
Metalurgia	1	133
Método	1	135

Metodologia	1	138
Metodologia Da História	2	54, 163
Metodología Medieval	1	166
Metrópole Industrial	1	21/22
México	4	115, 137, 144, 153
Mezzogiorno	1	156
Michelet	1	144
Migração	1	154
Migrações	1	154
Miguel De Unamuno	1	51
Milícias	2	147, 169
Milícias Nacionais	1	74
Minas Colonial	2	162, 174
Minas De Bembe	1	172
Minas Do Cuiabá	1	173
Minas Gerais	17	67, 72, 89, 100, 111, 116, 123, 132, 133, 136, 158, 159, 164, 166, 167, 169
Mineração	6	1, 10, 44, 132, 167, 168
Miscigenação De Raças	1	48
Missão	2	149, 174
Missão De Pesquisas Folclóricas	1	138
Missionários	1	111
Missões	3	111, 144, 152
Missões Capuchinhas	1	154
Missões Guaranis	4	39, 40, 41, 42
Missões Jesuíticas	2	154, 173
Mito	5	100, 103, 118, 121, 148
Mito Bandeirante	1	167
Mitologia	3	1, 125, 138
Mitos Americanos	1	136
Mobilidade Social	2	2, 174
Moçambique	1	171
Modelos De Vida Religiosa	1	160
Modernidade	8	119, 125, 139, 140, 151, 164, 166
Modernidade Política	1	160
Modernismo	6	135, 137, 150, 160, 162, 172
Modernismo Latino-Americano	1	153
Modernização	2	105, 152
Modernização Dos Meios De Transporte	1	104
Moderno	4	135, EE, 166
Moeda	17	26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 144
Moeda Grega	2	28, 29
Moeda Hispano-Cristã	1	34
Moeda Romana	1	30
Moedas Portuguesas	2	35, 36

Mogi Guassu	1	58
Mogi Mirim	1	58
Moisés	1	10
Moissac	1	165
Moleques	1	120
Monarquia	1	137
Monarquia	1	70
Monarquia Brasileira	1	EE
Monasticismo Irlandes	1	18
Monofisismo	1	55
Monstros	1	156
Montagens	1	165
Montana	1	156
Monumentos	1	146
Moral	3	50, 56, 75
Moral Hesiódica	1	25
Moral Homérica	1	25
Moralidades	1	132
Morbidade	1	127
Mortalidade	1	127
Morte	2	26, 137
Mortos	1	173
Motins Em Pernambuco	1	28
Mourisco	1	129
Movimento	2	122, 135
Movimento Negro	1	150
Movimento Operário	1	139
Movimento Sindical	1	119
Movimento Universitário	4	82, 85, 87, 90
Movimento Urbano	1	6
Movimentos Sociais	1	153
Movimentos Sociais	2	30, 108
Moxos	3	87, 89, 95
Mp3	1	173
Mperatriz Leopoldina	1	88
Muar	1	1
Muçulmanos	3	13, 86, 139
Mulher	1	155
Mulher Índia	1	138
Mulheres	4	114, 129, 155
Mulheres Escritoras	1	120
Mundo Homérico	1	26
Mundo Ibérico	1	100
Municípios Brasileiros	3	90, 93, 95
Muralismo Mexicano	1	153

Murmurações	1	162
Musée Des Antiquités Nationales	1	167
Museu Do Futebol	1	163
Museu Paulista	1	EE
Museus Europeus	1	53
Música	7	58, 61, 75, 119, 157, 173
Música Erudita	2	107, 157
Música Medieval	1	172
Música Nas Ações Bélicas	1	112
Música Popular	4	140, 157
Musicologia	3	109, 157
Mythistoria	1	144
Nação	4	EE, 158, 144
Nação Brasileira	1	29
Nacionalismo	6	134, 137, 138, 141, 161
Nacionalismo Econômico	5	32, 33, 34, 35, 37
Nahua	1	150
Napoleão Bonaparte	4	10, 54, 55, 146
Narâm-Sîn	1	170
Narboneses	1	15
Narrativa	3	100, 141, 151
Narrativas Femininas	1	169
Natação	1	172
Natal	1	65
Naturalismo	1	14
Naturalistas Belgas	1	89
Natureza Humana	2	63, 167
Naufrágios	1	137
Navegação	1	137
Navegação A Vapor	1	162
Navios Negreiros	1	167
Ne0- Hipocratismo	1	13
Necrológios	1	168
Negociantes	1	160
Negros	6	129, 132, 148, 150, 155, 169
Neguev	1	72
Neoliberalismo	1	156
Neo-Nazismo	1	129
Neoplatonismo	1	152
Nero	2	79, 81
Nestório De Constantinopla	1	174
Nicolau De Cusa	3	5, 6, 7
Nicômaco Flaviano	1	EE
Níveis De Riqueza	1	100
Nobreza	2	170, 169

Nomadismo	1	139
Nome	1	145
Nord Patagonia	1	174
Nordeste	1	30
Nordeste Brasileiro	6	93, 95, 96, 97, 99, 141
Norte Da África	1	145
Nova Geraçãode 1945	1	103
Novo Mundo	2	18, 114
Novo Testamento	8	42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 56
Numa Droz	1	161
Numismática	29	25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 56, 60, 65
Numismática Brasileira	8	37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44
Numismática Espanhola	2	33, 34
Nunciatura	1	10
Nuno Gonçalves	1	54
O Apóstata	1	91
O Bento Teixeira	1	90
O Nacional-Popular Na Música	1	135
O Padre Luís Da Grã	1	77
O Patriarca	1	55
O Que É Isso Companheiro?	1	141
O Selvagem Em Mundus Novus	1	172
Oásis De Tamareiras	1	24
Oaxaca	1	154
Objecões Contra O Espírito Do Século	1	100
Objetividade Histórica	1	93
Objeto	2	135, 165
Objetos Monetários	1	144
Octávio Tarquino De Souza	1	150
Ofício Do Historiador	1	EE
Ohann Andreas Schwebel	1	89
Oitocentos	1	160
Operação Historiográfica	1	EE
Ordem Colonial	1	155
Ordem Do Carmo	1	147
Ordem Regular	1	147
Ordem Social	1	162
Ordem Terceira De Nossa Senhora Do Monte Do Carmo	2	93, 101
Organização Familiar	1	120
Oriente Europeu	1	71
Ornamentos Romanos	1	95
Os Lusíadas	1	81
Os Seis Livros Da República	1	152

Ostrogodos	1	43
Oswald De Andrade	1	160
Ouro Do Sudão	1	13
Ouro Mulcumano	1	13
Ouro Preto	1	25
Outono Da Idade Média	1	19
Outro	1	129
Ouvidor-Geral	1	171
Ovídeo	1	4
Padre Antônio Vieira	3	3, 6, 101
Padre Cícero	1	169
Padre Gonçalo De Oliveira	1	64
Padroeiro De Salvador	1	162
Padrões Normativos	1	120
Paganismo Romano	1	9
Paisagem Colonial	1	147
Países Baixos	1	88
Paladinos Da Liberdade	1	150
Palestina	8	42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 56
Pandora	1	118
Panfletos	1	154
Pangermanismo	1	129
Pantanal	1	164
Paolo Prodi	1	160
Papa João Xxiii	5	57, 59, 62, 64, 68
Papado	1	10
Pará	1	164
Paradigma	2	139, 158
Paraguai	3	40, 46, 133
Paraíba	2	161, 171
Paraíba Do Sul	1	61
Paraná	2	129, 159
Paraupaba	1	154
Paris	1	146
Paróquias	1	169
Participação Feminina	1	125
Partido Comunista Brasileiro	2	160, 158
Partido Democrático De São Paulo	1	117
Partido Republicano Federal	1	103
Partido Republicano Paulista	1	118
Partidos Imperiais	1	170
Paternalismo	2	135, 156
Patriarcalismo	1	156
Patrimonialização	1	163
Patrimônio Cultural	1	102

Patrimônio Natural	1	158
Pau Brasil	1	4
Paulistas	2	73, 142
Paz	1	145
Peça Teatral	1	69
Pecuária	1	72
Pedra Lavrada De Ingá	1	102
Pedro Álvares Cabral	1	59
Península Ibérica	2	33, 101
Penitenciário	1	158
Pensamento	1	137
Pensamento Educacional Católico	1	169
Pensamento Judaico	4	93, 96, 98, 101
Pensamento Social Cristão	1	162
Père Duchesne	1	146
Performance Histórica	1	157
Pericle Ducatti	1	3
Péricles	1	138
Periculosidade Criminal	1	132
Período Colonial	2	136, 129
Período Imperial	1	127
Pernambuco	7	28, 147, 158, 167, 169, 170, 173
Pero De Magalhães Gandolfo	1	15
Peronismo	2	134, 170
Persona	1	120
Personagens Histórico-Literários	1	111
Pesharim	1	163
Pesquisa Histórica	2	100, 125
Pesquisa Qualitativa	1	125
Peste Negra	3	95, 96, 97
Petroglifos Brasileiros	1	102
Pindamonhangaba	1	83
Pinheiros	1	49
Pintura	1	153
Pintura Colonial	1	136
Pintura Paulista	1	136
Piratas	1	170
Piratininga	2	17
Píteas De Marselha	1	60
Pitoresco	1	150
Placido De Messina	1	167
Platonismo	3	75, 76, 77
Plebe Romana	1	151
Pobreza	2	132, 165
Poço De Moisés	1	165

Poder	1	133
Poder Real	1	14
Poderes Locais	1	169
Poderes Locais Na América	1	163
Poema Épico	1	14
Poema Mio Cid	1	18
Poesia	1	121
Poesia Brasileira	1	14
Poesia Heróica	1	18
Poesia Histórica	1	111
Poesia Lírica	1	27
Polícia	3	119, 162, 164
Polínódico	1	129
Política	12	132, 134, 137, 138, 145, 150, 158, EE, 169, 170, 173
Política Agrícola	1	135
Política Brasileira	1	122
Política Colonial	1	156
Política Colonial Portuguesa	1	100
Política Cultural	2	133, 142
Política De Sigilo	1	161
Política Econômica	1	142
Política Econômica Portuguesa	1	67
Política Externa Brasileira	2	58, 59
Política Indigenista	3	129, 161, 168
Política Mercantil	1	116
Política Mercantilista	1	47
Política Religiosa	1	91
Política Romana	1	154
Políticas Públicas	3	152, 158, 164
Políticos Arrependidos	1	104
Poloneses	1	129
Pombal	1	19
Pombalino Império Da Amazônia	1	100
Pompéia	1	132
População Americana	1	105
Populações Indígenas	4	117, 156, 159, 171
Portos De Origem E De Destino	1	120
Portugal	13	7, 19, 54, 55, 61, 81, 100, 112, 137, 160, 161, 170, 171
Pós-Colonialismo	1	155
Pós-Graduação	1	153
Positivismo	6	3, 4, 5, 15, 16, 129
Posse De Cafezais	1	165
Posseiros	1	134
Posseiros	1	103

Potosí	2	111, 138
Povo	1	129
Povo Judeu	3	61, 64, 65
Povoamento Do Brasil	1	10
Povos	1	159
Povos Americanos	4	37, 38, 39, 40
Povos Indígenas	1	170
Praieiros	1	170
Prata Da América	1	13
Prática Historiográfica	1	166
Práticas Mágicas	1	155
Prefácios	1	161
Prelados	1	72
Presença Francesa No Brasil	2	133, 142
Presença Visual	1	165
Presídios Goianos	1	105
Primeira Guerra Mundial	1	108
Primeira República	3	91, 162, 167
Primeiro Império Francês	1	146
Primeiro Reinado	1	92
Prince Of Wales	2	49, 50
Princesa Isabel	1	26
Principado	1	151
Príncipes Espoliados	1	74
Princípio Da Continuidade	1	161
Probabilismo	1	163
Processo De Criação	1	157
Processo Inquisitorial	1	155
Processo Político-Partidário Brasileiro	1	103
Processos	1	133
Procuração	1	158
Produtos Culturais	1	132
Professor	1	164
Progresso	3	129, EE
Projeto Jesuítico	1	134
Projeto Messiânico	1	100
Projeto Pedagógico	1	2
Projeto Republicano	1	115
Projetos De Colonização	1	71
Projetos Políticos	2	EE, 158
Proletarização	1	120
Prometeu	1	118
Propaganda Cultural	3	133, 135, 142
Propriedade De Terras	1	165
Propriedade Rural	1	161

Proprietários Rurais	1	156
Protagonismo Indígena	1	168
Protestantismo	9	2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Protesto Popular	1	147
Providencialismo	1	27
Província Da Imaculada Conceição	1	100
Província De Goiás	1	106
Província De Santo Antônio	1	111
Província De São Paulo	1	114
Província Franciscana Da Imaculada Conceição	4	84, 85, 87, 89
Psicologia Do Trabalho	1	127
Puri De Guapacaré	1	61
Queda Do Império Brasileiro	1	102
Queluz	1	61
Questão Agrária	1	120
Questão Christie	2	49, 50
Questão Franciscana	1	70
Questões Sociais	1	116
Quilombo	2	132, 149
Raça	5	74, 96, 129, 162
Racismo	7	129, 150, 153, 163
Radicalidade	1	116
Rádio	1	140
Rafael Urdaneta	1	153
Rancisco De Paula Ferreira Da Costa	1	14
Razão	1	136
Readaptação	1	135
Real Fábrica	1	11
Real Mesa Censória	1	170
Realeza Portuguesa	1	141
Realidade	2	86, 135
Realidades Nacionais	1	84
Realismo	1	14
Rearranjo Social	2	119, 117
Rebeldia	1	135
Rebeldia Escrava	1	132
Rebelião Cuiabana	1	101
Recepção	1	165
Reciprocidade Musical	1	112
Recolonização	1	72
Reconhecimento Da Independência	1	92
Reconquista	1	34
Recrutamento	1	151
Rede Bancária Brasileira	1	96
Redemocratização Brasileira	1	158

Redes De Crédito E Endividamento	1	162
Redes De Informação	1	173
Redescobrimento	1	107
Redescobrimento Do Brasil	2	104, 138
Redução Da Pobreza	1	174
Reductione Artium Ad Theologiam	4	88, 91, 95, 96
Reforma Agrária	1	134
Reforma Agrícola	1	149
Reforma Educacional	1	152
Reforma Gregoriana	1	158
Reforma João Pinheiro	1	164
Reforma Policial	1	162
Reforma Pombalina	1	112
Reforma Prisional	1	158
Reformadores	1	105
Reformas Estruturais Do Sistema Colonial Espanhol	1	103
Reformismo Ilustrado	1	147
Reformismo Social	1	115
Regalismo	2	10, 169
Regalismo Brasileiro	1	108
Regatões	1	171
Regência Brasileira	1	19
Região Mediterrânea	1	173
Região Platina	1	156
Regime De Historicidade	1	148
Régimen Militar Brasileiro	1	169
Regiões Fronteiriças	1	156
Regiões Mosanas	1	63
Regionalismo	2	120, 150
Regionalismo Literário	1	141
Regnum	1	165
Regulação E Fiscalização De Lavras	1	167
Reinados Negros	1	152
Reino Do Congo	1	173
Reis De Armas	1	56
Reis Do Congo No Brasil	1	152
Reis Portugueses	2	35, 36
Relação Brasil X França	6	11, 12, 13, 16, 20, 21/22
Relação Brasil X Inglaterra	1	92
Relação Entrevistador-Entrevistado	1	125
Relações Agrárias	1	140
Relações Anglo-Francesas	1	119
Relações Brasil Colônia X Eua	1	24
Relações De Poder	1	168

Relações De Raças	1	72
Relações De Trabalho	1	168
Relações Diplomáticas	4	46, 59, 79, 92
Relações Econômicas	1	76
Relações Estado-Igreja	1	167
Relações Internacionais	1	133
Relações Raciais	2	155, 150
Relatos De Viagem	2	149, 145
Relatos De Viagem	1	54
Religião	7	1, 121, 129, 148, 164
Religião Japonesa	1	80
Religião Romana	1	132
Religiões Orientais	1	9
Religiosidade Afro-Americana	1	155
Religiosidade Popular	1	150
Renascimento	8	5, 100, 105, 125, 132, 135, 152, 160
Rendimentos Da Mineração	1	111
Repertório Oral/Impresso	1	125
Representação	5	129, 147, 151, 159
Representação Política	2	159, 164
Representações	4	132, 150, 171, 172
Representações Femininas	1	139
Reprodução Natural	1	166
República	2	162, 151
República Romana	2	78, 154
Republicanos De 1870	1	84
Repúblicas	1	70
Requerimento	1	168
Resistência	6	129, 141, 156, 159
Restauração	1	141
Retórica	2	138, 147
Retórica Epidítica	1	165
Revista Guanabara	1	137
Revolta	2	135, 162
Revolta De 1924	1	125
Revolta Do Quebra Quilo	1	107
Revolta Urbana	1	138
Revolução	6	132, 135, 139, 141, 159
Revolução Brasileira	1	149
Revolução Cubana	1	118
Revolução Farroupilha	1	147
Revolução Francesa	2	146
Revolução Industrial	4	68, 115, 121, 123
Revolução Mexicana	2	115, 166
Revolução Praieira	2	1, 19

Ribeirão Preto	1	165
Rio Amazonas	1	162
Rio Da Prata	6	41, 79, 101, 112, 135, 159
Rio De Janeiro	11	97, 101, 102, 119, 127, 140, 147, 148, 162, 172
Rioja	1	133
Riqueza	1	169
Ritmos Constitutivos	1	EE
Ritos E Crenças Afrobrasileiros	1	150
Ritualistas De Cambridge	1	EE
Rizicultura Em Iguape	1	171
Roda Dos Expostos	1	103
Roma	14	4, 6, 7, 8, 9, 10, 27, 65, 79, 81, 138, 144, 145, 148
Roma Imperial	1	70
Romance Policial	1	164
Romances Históricos	1	111
Romanização	1	172
Romantismo	2	125, 141
Romênia	1	8
Rota Atlântica	1	44
Rota Do Mosa	1	63
Roubos	1	120
Rubber Plantations	1	151
Rui Barbosa	1	2
Rumos	1	155
Russia	2	14, 31
Saara	1	13
Sabará	1	155
Saber	1	121
Sacerdotium	1	165
Sacra Congregação Da Propaganda Fide	1	167
Sacramento	1	17
Sacro Império Romano Germânico	1	115
Sal	1	4
Salões Culturais	1	162
Salvador	1	11
Samba De Terreiro	1	26
San Martin	2	36, 68
Sans-Culotte	1	146
Santa Casa De Misericórdia	1	100
Santa Casa De São Paulo	1	103
Santa Catarina	2	72, 105
Santo Agostinho	1	106
Santo Graal	1	6
Santo Ofício	4	82, 83, 85, 87

São Boaventura	4	88, 91, 95, 96
São Domingos	1	23
São Francisco De Assis	2	25, 70
São João De Ipanema	1	11
São João Del'rei	1	93
São Paulo	39	2, 3, 13, 16, 17, 21/22, 39, 75, 77, 98, 99, 103, 105, 108, 112, 114, 116, 117, 119, 127, 140, 141, 142, 149, 150, 155, 159, 160, 163, 164
São Paulo Colonial	1	147
São Paulo Colonial	1	120
Sátira Barroca	1	120
Saúde	6	127, 168
Schiller	1	151
Sebastião Monteiro Da Vide	1	148
Seção Do Império	1	147
Século Ix	1	100
Século Xii	7	75, 76, 77, 78, 82, 86, 100
Século Xiii	3	78, 82, 86
Século XIX	22	70, 97, 98, 103, 111, 119, 135, 137, 139, 142, 144, 146, 154, 155, 158, 164, 166, 167, 172,
Século XV	1	174
Século XVI	6	100, 106, 138, 142, 152
Século XVII	9	125, 135, 142, 152, 155, 160, 162, 164
Século XVIII	17	63, 67, 100, 101, 114, 117, 133, 136, 155, 160, 166, 167, 168, 170, 173
Século XX	4	144, 141
Séculos Heréticos	3	78, 82, 86
Sefardins	1	88
Segregação Social	1	96
Segunda Guerra Mundial	1	137
Segunda Guerra Mundial	2	100, 161
Segundo Reinado	3	79, 83, 147
Selvagens	1	EE
Sem Terra	1	120
Semântica Histórica	1	173
Semântica Política	1	169
Senado Romano	1	78
Senescal	1	15
Senhores De Escravos	1	156
Sensibilidade	1	156
Senso Comum	1	100
Sentença Divinatória	1	170
Sentido Da História	1	100
Sentimento Político	1	134
Senzalas De Conventos	1	106

Sepúlveda	3	37, 38, 39
Sérgio Buarque De Holanda	4	122, 151
Sergipe	1	149
Serra Do Mar	1	13
Sertão	2	162, 171
Sertões	2	57, 59
Serviço De Proteção Aos Índios	5	37, 42, 43, 44, 46
Sesi	1	127
Sesinho	1	127
Sesmaria 1705	1	110
Sesmeiros	1	103
Severim De Faria	1	171
Severo Augusto	1	119
Sexo	1	127
Sexualidade	1	135
Sibilismo Judaico	1	99
Sicília	1	115
Signos	1	EE
Silvio Julio De Albuquerque Lima	1	161
Silvio Romero	1	14
Simbólico	1	121
Simbolismo Apotropaico	1	132
Simbolismo Religioso	1	136
Símbolos Nacionais	1	141
Simón Bolívar	2	33, 153
Sincretismo	1	136
Sincretismo Da Crença	1	106
Síntese Histórica	1	23
Siracusa	1	14
Sistema Colonial	4	10, 141, 142, 154
Sistema De Transmissão De Terras	1	160
Sistema Fabril	1	121
Sistema Penitenciário	1	136
Sistemas Progressistas	1	28
Soberania	3	14, 159, 164
Soberania Do Infante	1	48
Sociabilidade	2	163, 144
Sociabilidade Intelectual	1	151
Social-Democracia	1	139
Socialidades Ameríndias	1	154
Socialismo	2	139, 158
Socialismo Real	1	148
Socialismo Realizado	1	148
Socialismo Utópico	1	122
Socialização Do Direito	1	36

Sociedade	1	120
Sociedade Brasileira	1	105
Sociedade Do Antigo Regime	1	135
Sociedade Dos Defensores	1	103
Sociedade Peruana	1	105
Sociedade Romana	1	132
Sociedades Históricas	1	4
Sociedades Ibéricas	1	169
Sociologia	3	3, 61, 167
Soldados	1	151
Solidão	1	173
Soluções Brasileiras	1	72
Sonho	1	149
Sonho Do Velho Peregrino	1	117
Sorocaba	10	60, 61, 63, 64, 71, 74, 75, 76, 79, 151
Stalinismo	1	141
Sto. Agostinho	1	138
Subjetivismo	1	100
Subministros Musicais	1	112
Subterrâneos	1	164
Sudoeste Africano	1	59
Suécia	1	59
Suevos	1	137
Suiços	1	72
Sul Do Brasil	1	101
Superstições	1	139
Tácito	1	EE
Tahuantinsuyu	1	153
Tales De Mileto	1	26
Taprobana	1	100
Teatro	1	165
Teatro De Revista	1	141
Tecnologia	2	133, 151
Tecnologia Agrícola	1	123
Tecnologia Da Educação	1	75
Teixeira Brandão	1	160
Televisión	1	169
Tempo	1	158
Tempo	3	15, 35, 158
Temporalidade	2	158, 148
Temporalidade Renovadora	1	138
Tenente G. H. Preble	1	99
Tenentismo	1	118
Tensão Social	1	147
Teologia	1	165

Teologia Moral	1	171
Teoria Da Abstração	1	37
Teoria Da Ciência	1	100
Teoria Da Fronteira Natural	2	101, 103
Teoria Da História	3	7, 54, 162
Teoria Da Imagem	1	172
Teoria Democrática	1	164
Teoria Do Conhecimento	2	35, 36
Teoria Dos Dois Intelectos	1	38
Teresa Margarida Da Silva E Orta	1	14
Terra	1	151
Terra Algarvia	1	53
Terra De Santa Cruz	1	145
Terra Urbana	1	163
Terras Devolutas	1	103
Terratenentes	1	156
Territorialização	1	168
Território Da Colônia	1	17
Tesserologia	1	32
Testamento	1	154
Teutos	1	129
Textos Coloniais	1	156
The National Geographic Magazine	1	153
Thomas Davatz	1	144
Thomas Jefferson	1	24
Thomas Sydenham	1	13
Timbira	1	168
Tipos De Alforria	1	171
Tirania	1	116
Tirania Do Decenvirado	1	161
Tito Lívio	1	161
Tobias Barreto	1	14
Tolerância	1	145
Tomás De Aquino	4	35, 36, 37, 38
Tomismo	4	35, 36, 37, 38
Tonelagem Da Frota	1	57
Topoi	1	120
Toponímia	1	116
Torcedor	2	163
Torcedor Do Corinthians	1	163
Torcidas	2	163
Toulouse	1	37
Trabalhadores	1	156
Trabalhismo	1	172
Trabalho	9	68, 118, 119, 121, 127, 140, 166

Trabalho Assalariado	1	120
Trabalho Escravo	1	137
Trabalho Forçado	1	120
Trabalho Infantil	1	120
Trabalho Rural	1	57
Tradição	3	136, 142, 169
Tradição Mítica	1	125
Tradição Oral	1	158
Tradições Históricas Indígenas	1	150
Tradução	2	154, 144
Tráfico	2	120, 158
Tráfico De Escravos	5	120, 166, 167, 174
Tráfico De Indígenas	1	149
Tráfico Interno De Escravos	1	112
Tráfico Interprovincial	1	120
Tráfico Mão-De-Obra	1	144
Tráfico Negreiro	2	137, 152
Tráfico Triangular	1	166
Tragédia	1	151
Trajes Romanos	1	95
Trajetórias	1	161
Trajetórias Familiares	1	168
Transformações	1	135
Transformações Indígenas	1	154
Transgressões À Lei	1	174
Transição Para O Trabalho Livre	1	120
Transmissão Cultural	2	97, 102
Transporte	1	166
Transporte Colonial	3	4, 39, 57
Tratado	1	135
Tratado Da Terra Do Brasil	1	15
Tratado De Tordesilhas	1	2
Tratados Comerciais	2	117, 116
Tratado De Comércio	1	92
Trauerspiel	1	119
Trimalchio	1	134
Triunfo Romano	1	100
Tropas De Guerra	1	162
Tropas De Resgate	1	162
Tuberculose	1	127
Tucídides	3	138, 166, EE
Tupi	1	144
Tupinambás	2	127, 154
Ubatuba	1	13
Ultras	1	163

Um Inimigo Do Povo	1	69
Unidade Latinoamericana	1	118
Unidade Nacional	1	114
Uniões Consensuais	1	120
Universidade	1	169
Universidade Alemã	1	106
Universidade De Coimbra	1	155
Universidade De Paris	2	69, 70
Universidade De São Paulo	1	115
Universidades Brasileiras	1	100
Universidades Latino Americanas	1	46
Universidades Paulistas	1	153
Universidades Portuguesas	9	82, 85, 87, 90, 93, 95, 96, 97, 98
Urbanização	6	102, 127, 139, 140, 150, 151
Uruguai	2	103, 164
Utopia	3	100, 132, 136
Vale Do Paraíba	7	2, 13, 54, 61, 83, 103, 127
Vale Do Ribeira	1	132
Vale Do Sirijí	1	100
Valentim Fernandes	1	15
Valor Dos Metais	1	27
Vanitas	1	136
Varíola	1	127
Velho Mundo	2	18
Velho Rastelo	1	81
Venerável Beda	1	18
Venezuela	1	103
Ventre Livre	1	152
Verdade Moderna	1	160
Vernant	1	EE
Vespucci	1	172
Viagem Marítima	1	59
Viagens	1	127
Viagens Medievais	1	119
Viajantes	3	129, 147, 155
Viajantes Estrangeiros	1	12
Vida Cotidiana	1	151
Vida Intelectual	1	167
Vida Prolongada	1	116
Vidas Secas	1	148
Vídeo	1	164
Vila Do Carmo	1	158
Villa Romana	1	84
Vinho	1	14
Violência	6	129, 133, 136, 163

Virgílio	2	2, 17
Virtualidade	1	135
Visão De Mundo	1	125
Visconde De Cairu	2	53, 137
Visualização De Dados	1	173
Vontade	1	151
Vozes	1	162
Vozes De Petrópolis	1	174
Walter Benjamin	1	119
Washington Luís	1	41
William Wordsworth	1	11
Wolfgang Kaiser	1	27
Xadrez	1	165
Xenofonte	1	2

ANEXOS

Anexo 1: Decreto-Lei Nº 19.851 de 11 de Abril de 1931 Tratando da Reforma Universitária Brasileira, também conhecida como Reforma Francisco Campos.

DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

TÍTULO I

FINS DO ENSINO UNIVERSITARIO

Art. 1º O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nivel da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Art. 2º A organização das universidades brasileiras attenderá primordialmente, ao criterio dos reclamos e necessidades do paiz e, assim, será orientada pelos factores nacionaes de ordem psychica, social e economica e por quaesquer outras circumstancias que possam interferir na realização dos altos designios universitarios.

Art. 3º O regimen universitario no Brasil obedecerá aos preceitos geraes instituidos no presente decreto, podendo, entretanto, admittir variantes regionaes no que respeita á administração e aos modelos didacticos.

Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão acção conjuncta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercambio com as universidades estrangeiras.

TÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá attender ás seguintes exigencias:

I - congregar em unidade universitaria pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;

II - dispôr de capacidade didactica, ahi comprehendidos professores, laboratorios e demais condições necessarias ao ensino efficiente;

III - dispôr de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena efficiencia da actividade universitaria:

IV - submeter-se às normas geraes instituidas neste Estatuto.

Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser creadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federaes estaduaes e livres.

Paragrapho unico. Os governos estaduaes poderão dotar as universidades por elles organizadas com patrimonio proprio, mas continuarão obrigados a fornecer-lhes os recursos financeiros que se tornarem necessarios a seu regular funcionamento.

Art. 7º A organização administrativa e didactica de qualquer universidade será instituida em estatutos, aprovados pelo Ministro da Educação e Saude Publica, e que só poderão ser modificados por proposta do Conselho Universitario ao mesmo ministro, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 8º O Governo Federal, mediante parecer do Conselho Nacional de Educação, poderá realizar accôrdo com os governos estaduaes para a organização de universidades federaes, constituídas de institutos de ensino superior federaes e estaduaes, os quaes continuarão a gosar de personalidade juridica propria e exercerão a actividade universitaria com os recursos financeiros concedidos pelos Governos Federal e estadual, ou por dotações de quaesquer procedencias.

Paragrapho unico. O mesmo accôrdo, em casos especiaes, poderá ser realizado entre governos e fundações privadas, para os effeitos da organização de universidades regionaes federaes.

Art. 9º As universidades gosarão de personalidade juridica e de autonomia administrativa, didactica e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuizo da personalidade juridica que tenha ou possa ser atribuida pelos estatutos universitarios a cada um dos institutos componentes da universidade.

Paragrapho unico. Nas universidades officiaes, federaes ou estaduaes, quaesquer modificações que interessem fundamentalmente á organização administrativa ou didactica dos institutos universitarios, só poderão ser effectivadas mediante sancção dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. Os direitos decorrentes da personalidade juridica, que forem reconhecidos aos institutos componentes

da universidade, só poderão ser exercidos em harmonia e em connexão com os direitos da personalidade jurídica que competem á universidade.

Art. 11. Qualquer universidade poderá ampliar a sua actividade didactica pela incorporação progressiva de novos institutos de ensino superior de natureza technica ou cultural, mediante prévia aprovação do Conselho Universitario da respectiva universidade.

§ 1º A incorporação, para ser effectivada dependerá, nas universidades federaes, de decreto do Governo Federal e, nas universidades equiparadas, de acto do Ministro da Educação e Saude Publica, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Aos particulares que houverem contribuido com donativos para a fundação ou manutenção de universidade ou de seus institutos poderá ser assegurado pelos estatutos universitarios o direito de verificar a regular applicação dos donativos feitos e de participar, pessoalmente ou por meio de representante junto ao Conselho Universitario, da administração do patrimonio doado.

CAPÍTULO II EQUIPARAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Art. 12. As universidades estaduaes ou livres poderão ser equiparadas às universidade federaes para os efeitos da concessão de titulos, dignidades e outros privilegios universitarios, mediante inspecção prévia pelo Departamento Nacional do Ensino e ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Parapho unico. O ministro da Educação e Saude Publica fixará em instrucções especiaes o processo de inspecção prévia, e quaes os elementos minimos de ordem material e financeira necessarios á equiparação.

Art. 13. As Universidades estaduaes e livres equiparadas ficarão sujeitas á fiscalização do Governo Federal, por intermedio do Departamento Nacional do Ensino, que verificará a fiel observancia de todos os preceitos legaes e estatuarios que regem a organização e o funccionamento da universidade e dos institutos que a compuzerem, solidarios e estrictamente responsaveis pela eficiencia do ensino nelles ministrado.

Parapho unico. A equiparação das universidades estaduaes ou livres poderá ser suspensa enquanto não forem sanadas graves irregularidades por ventura verificadas no seu funccionamento, e será cassada por decreto do Governo Federal desde que, mediante prévio inquerito e ouvido o Conselho Nacional de Educação, ficar comprovado que não mais preenchem os seus fins.

TÍTULO III ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITARIA

Art. 14. As universidades serão administradas:

- a) por um Reitor;
- b) por um Conselho Universitario.

Paragrapho unico. Na universidade haverá uma reitoria, tendo annexa uma secretaria geral, uma secção de contabilidade e quaesquer outros serviços que se fizerem necessarios ao perfeito funcionamento da actividade administrativa universitaria.

CAPÍTULO I

NOMEAÇÃO E ATTRIBUIÇÕES DO REITOR

Art. 15. O Reitor é o órgão executivo supremo da universidade.

Paragrapho unico. Constituem requisitos essenciais para ser provido no cargo:

- a) ser brasileiro nato;
- b) pertencer ao professorado superior.

Art. 16. O Reitor, nas universidades federaes e estaduaes, será de nomeacção dos respectivos governos, devendo a escolha recahir em nome constante de um lista triplice, organizada em votação uninominal pelo Conselho Universitario.

Paragrapho unico. O Reitor será nomeado pelo prazo de tres annos, podendo ser reconduzido, desde que seja incluido novamente na lista triplice.

Art. 17. A escolha do reitor nas universidades equiparadas será regulada nos sues estatutos, dependendo, porem, a posse efetiva no cargo de prévio assentimento do Ministro da Educação e Saude Publica, que poderá vetar a nomeação quando o candidato não offerecer garantias ao desempenho de tão altas funcções.

Art. 18. Constituem attribuições do Reitor:

- I - representar e dirigir a universidade, velando pela fiel observancia dos seus estatutos;
- II - convocar e presidir a Assembléa Universitaria e o Conselho Universitario;
- III - assignar, conjunctamente com respectivo director do instituto universitario, os diplomas conferidos pela universidade;
- IV - administrar as finanças da universidade;
- V - nomear, licenciar e demitir o pessoal administrativo da reitoria;
- VI - superintender os serviços da secretaria geral e os serviços annexos;
- VII - nomear ou contractar professores, de accôrdo com as resoluções do Conselho Universitario;
- VII - dar posse aos directores dos institutos da Universidade;
- IX - exercer o poder disciplinar;
- X - desempenhar todas as demais attribuições inherentes ao cargo de reitor, de accôrdo com os dispositivos estatutarios e com os moldes geraes do regimento universitario.

Art. 19. O reitor submeterá annualmente aos poderes competentes o orçamento da universidade para o anno

subsequente, acompanhado de relatório minucioso sobre a vida universitária e de uma exposição das medidas reclamadas em benefício do ensino.

Art. 20. O reitor terá direito a uma verba de representação sem prejuízo da remuneração que lhe couber pelo exercício do cargo de professor, de cujas funções ficará dispensado enquanto exercer a reitoria.

Art. 21. O reitor usará nas solenidades universitárias de vestes talares, com o distintivo das suas altas funções estabelecido no regimento interno da Universidade.

CAPÍTULO II CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 22. O Conselho Universitário - órgão consultivo e deliberativo da universidade - sob a presidência do reitor, será constituído:

- a) pelos directores dos institutos que compõem a universidade;
- b) por um representante de cada um dos institutos a que se refere o art. 5º, item I, eleito pela respectiva congregação;
- c) por um representante de associação, que fôr constituída pelos diplomados da universidade em épocas anteriores;
- d) pelo presidente do Directorio Central dos Estudantes, a que se refere o art. 107.

§ 1º O Conselho Universitário elegerá o seu vice-presidente, que substituirá o reitor nos seus impedimentos ou, em caso de vacância, o substituirá enquanto não se proceder á nomeação do novo reitor.

§ 2º O Conselho Universitário se reunirá ordinariamente, pelo menos, de tres em tres mezes, por convocação do reitor, e extraordinariamente, com indicação precisa da materia a tratar, quando convocado pelo reitor ou o requererem dous terços dos seus membros.

§ 3º O Conselho Universitário deliberará validamente com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º O comparecimento dos membros do Conselho Universitário, salvo motivo justificado, é obrigatorio e prefere a qualquer serviço do magisterio.

§ 5º Aos professores cathedraicos e estudantes será assegurado o direito de comparecer, pessoalmente, á sessão do Conselho Universitário nos termos do art. 96.

Art. 23. Constituem attribuições do Conselho Universitário:

- I - exercer, como órgão deliberativo, a jurisdicção superior da universidade;
- II - organizar a lista triplice para o provimento do cargo de reitor;
- III - eleger o seu vice-presidente;
- IV - elaborar o regimento interno do conselho e da universidade;
- V - approvar os regimentos internos, organizados para cada um dos institutos universitarios, pelos respectivos conselhos tecnico-administrativos;
- VI - deliberar sobre quaesquer modificações do Estatuto da Universidade, de accôrdo com os altos interesses do ensino;
- VII - approvar modificações dos regulamentos de cada um dos institutos da universidade, attendidas as restrições constantes deste estatuto;
- VIII - approvar as propostas dos orçamentos annuaes dos institutos universitarios, remettidos ao reitor pelos respectivos directores;
- IX - organizar o orçamento de despesas da reitoria e suas dependencias, fixando as quotas annuaes com que deve contribuir para esse orçamento cada um dos institutos universitarios;
- X - autorizar as despesas extraordinarias não previstas nos orçamentos dos institutos universitarios, que atendam a necessidades do ensino;
- XI - approvar a prestação de contas, de cada exercicio, feita ao reitor pelos directores dos institutos universitarios;

XII - resolver sobre a acceitação de legados e donativos, e deliberar sobre a administração do patrimonio da Universidade;

XIII - autorizar accôrdos entre os institutos universitarios e sociedades industriaes, commerciaes ou particulares para a realização de trabalhos ou pesquisas;

XIV - autorizar o contracto de professores para a realização de cursos nos institutos universitarios;

XV - organizar o quadro dos funcionarios administrativos da reitoria e dos institutos universitarios e autorizar a nomeação de pessoal extranumerario dentro das verbas disponiveis;

XVI - resolver sobre os mandatos universitarios para a realização de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização, por iniciativa propria ou por proposta de qualquer instituto da Universidade;

XVII - organizar, de accôrdo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferencias de extensão universitaria;

XVIII - deliberar sobre assumptos didacticos de ordem geral e approvar iniciativas ou modificações no regimen do ensino, não determinadas em regulamentos, propostas por qualquer dos institutos da Universidade, attendidas as condições em que se exercita a autonomia universitaria;

XIX - decidir sobre a concessão do titulo de professor *honoris causa*;

XX - criar e conceder premios pecuniarios ou honorificos destinados a estimular e recompensar actividades universitarias;

XXI - deliberar, em gráo do recurso, sobre a applicação de penalidades, de accôrdo com os dispositivos do regimento interno da Universidade;

XXII - deliberar sobre providencias destinadas a prevenir ou corrigir actos de indisciplina collectiva, inclusive sobre o fechamento de cursos e mesmo de qualquer instituto universitario;

XXIII - deliberar sobre questões omissas deste estatuto ou do regimento interno da Universidade e dos institutos universitarios.

TÍTULO IV

ASSEMBLÉA GERAL UNIVERSITARIA

Art. 24. A assembléa geral universitaria é o organismo constituído pelo conjunto dos professores de todos os institutos universitarios.

Art. 25. A assembléa geral universitaria realizará annualmente uma reunião solemne, destinada:

I - a tomar conhecimento, por uma exposição do reitor, das principaes occurrencias da vida universitaria e dos progressos e aperfeiçoamentos realizados em qualquer dos institutos da universidade.

II - a assistir a entrega dos diplomas de doutor e de titulos honorificos.

§ 1º Na reunião solemne de que trata este artigo, para o qual serão convidadas as altas autoridades da Republica, um dos professores, designado pelo Conselho Universitario, dissertará sobre thema de interesse geral, concernente á educação em qualquer dos seus multiplos aspectos.

§ 2º Em casos excepcionaes, o reitor poderá convocar reunião extraordinaria da assembléa geral universitaria para assumpto de alta relevancia, que interesse á vida conjuncta dos institutos universitarios.

TÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO DOS INSTITUTOS UNIVERSITARIOS

Art. 26. Os institutos universitarios serão administrados:

- a) por um director;
- b) por um conselho tecnico-administrativo;
- c) pela Congregação.

Paragrapho unico. A administração dos institutos das universidades estaduaes e livres poderá admitir

variantes, estabelecidas nos respectivos regulamentos, no que respeita á existencia do conselho technico-administrativo, á investidura do director e á constituição da Congregação.

CAPÍTULO I

NOMEACÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO DIRECTOR

Art. 27. O director dos institutos universitarios, órgão executivo da direcção technica e administrativa dos institutos, será nomeado pelo Governo, que o escolherá de uma lista triplice na qual serão incluidos os nomes de dous professores cathedricos, eleitos por votacção uninominal pela respectiva Congregação, e o de outro professor do mesmo instituto, eleito pelo Conselho Universitario.

§ 1º O Conselho Universitario, recebida a lista da Congregação e acrescida do nome de sua escolha, deverá enviar a proposta de nomeacção ao Governo dentro do prazo máximo de trinta dias a contar da data em que se verificou a vaga.

§ 2º Si, dentro do prazo acima fixado, não fôr enviada a proposta de que trata o paragrapho anterior, nomeará o Governo o director, escolhendo-o livremente dentre os professores cathedricos do mesmo instituto.

§ 3º O director terá exercicio pelo prazo de tres annos e só poderá figurar na lista triplice seguinte pelo voto de dous terços da Congregação ou do Conselho Universitario.

Art. 28. Constituem attribuições do director de cada instituto universitario:

I - entender-se com os poderes superiores sobre todos os assumptos que interessem ao instituto e dependam de decisões daquelles;

II - representar o instituto em quaesquer actos publicos e nas suas relações com outros ramos da administração, instituições scientificas e corporações particulares;

III - assignar conjuntamente com o reitor, os diplomas expedidos pelo instituto;

IV - fazer parte do Conselho Universitario;

V - assignar e expedir certificados dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização;

VI - convocar e presidir as reuniões do Conselho technico-administrativo e da Congregação;

VII - executar e fazer executar as decisões dos órgãos administrativos da Universidade;

VIII - dirigir a administração do instituto, de accôrdo com os dispositivos regulamentares e com decisões do Conselho technico-administrativo e da Congregação;

IX - fiscalizar a fiel execução do regimen didactico, especialmente no que respeita á observancia de horarios e programas, à actividade de professores, docentes livres, auxiliares de ensino e estudantes;

X - manter a ordem e a disciplina em todas as dependencias do instituto, e propor ao conselho technico-administrativo providencias que se façam necessarias;

XI - superintender todos os serviços administrativos do instituto;

XII - remover de um para outro serviço os funcionarios administrativos, de accôrdo com as necessidades occorrentes;

XIII - conceder férias regulamentares;

XIV - dar posse aos funcionarios docentes e administrativos;

XV - nomear os docentes livres, auxiliares de ensino e extranumerarios;

XVI - informar o conselho technico-administrativo sobre quaesquer assumptos que interessem á administração e ao ensino;

XVII - apresentar annualmente ao reitor relatorio dos trabalhos do instituto, nelle assignalando as providencias indicadas para a maior eficiencia do ensino;

XVIII - applicar as penalidades regulamentares

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TECNICO- ADMINISTRATIVO

Art. 29. O conselho technico-administrativo - órgão deliberativo- de accôrdo com dispositivo regulamentar de cada um dos institutos das Universidades federaes, será constituído de tres ou seis professores cathedaticos em exercicio do respectivo instituto, escolhidos pelo ministro da Educação e Saude Publica e renovados de um terço annualmente.

§ 1º Para a constituição, renovação ou preenchimento de vagas do conselho, a Congregação organizará uma lista de nomes de professores com um numero duplo daquelle que deva constituir, renovar ou completar o mesmo conselho, devendo entre elles recahir a escolha do ministro da Educação e Saude Publica.

§ 2º A eleição será por escrutinio secreto e cada membro da Congregação votará apenas em tantos nomes distinctos quantos os necessarios á constituição, renovação ou preenchimento de vagas do respectivo conselho.

Art. 30. Constituem attribuições do conselho technico-administrativo:

I - reunir-se em sessões ordinarias, pelo menos uma vez por mez, e, extraordinariamente, quando convocado pelo director;

II - emittir parecer sobre quaesquer assumptos de ordem didactica, que hajam de ser submettidos á Congregação;

III - rever os programmas de ensino das diversas disciplinas, afim de verificar si obedecem as exigencias regulamentares;

IV - organizar horarios para cursos officiaes, ouvidos os respectivos professores, e attendidas quaesquer circunstancias que possam interferir na regularidade da frequencia e na bôa ordem dos trabalhos didacticos;

V - autorizar a realização de cursos previstos no regulamento e dependentes de sua decisão, depois de rever e approvar os respectivos programmas;

- VI - fixar annualmente, o numero de alumnos admitidos á matricula nos cursos seriadados;
- VII - fixar, ouvido o respectivo professor e de accôrdo com os interesses do ensino, o numero de estudantes das turmas a seu cargo;
- VIII - deliberar sobre as condições de pagamento pela execução de cursos remunerados;
- IX - organizar as commissões examinadoras para as provas de habilitacção dos estudantes;
- X - constituir commissões especiaes de professores para o estudo de assumptos que interessem ao instituto;
- XI - autorizar nomeação de auxiliares de ensino e a designação de docentes livres como auxiliares do professor nos cursos normaes;
- XII - organizar, ouvida a Congregação, e o regimento interno do instituto, submettendo-o á approvacção do Conselho Universitario;
- XIII - elaborar, de accôrdo com o director, a proposta do orçamento annual do instituto;
- XIV - encaminhar à Congregação, devidamente informada e verificada a procedencia dos seus fundamentos, representações contra actos dos professores.

Paragrapho unico. O conselho technico-administrativo terá como presidente o director do instituto, que será substituido nas suas ausencias ou impedimentos eventuaes pelo membro do conselho mais antigo no magisterio.

CAPÍTULO III

ATTRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO

Art. 31. A Congregação dos institutos universitarios será constituida pelos professores cathedaticos effectivos, pelos docentes livres em exercicio de cathedratico e por um representante dos docentes livres, eleito pelo seus pares, terá como attribuições:

- I - resolver, em gráo de recurso, todos os casos que lhe forem affectos relativos aos interesses de inseno;
- II - eleger dous nomes da lista triplice, destinada ao provimento no cargo de director;
- III - organizar a lista para a escolha dos membros do conselho technico-administrativo e seu representante no Conselho Universitario;
- IV - eleger pelo processo uninominal, e nos termos do respectivo regulamento, as commissões examinadoras de concurso;
- V - deliberar sobre a realização de concursos e tomar conhecimento do parecer a que se refere o art. 54;
- VI - approvar os programmas dos cursos normaes;
- VII - suggerir aos poderes superiores as providencias necessarias ao aperfeiçoamento do ensino no respectivo instituto.

TÍTULO VI

ORGANIZACÇÃO DIDACTICA

Art. 32. Na organização didáctica e nos métodos pedagógicos adoptados nos institutos universitários será attendido, a um tempo, o duplo objectivo de ministrar ensino eficiente dos conhecimentos humanos adquiridos e de estimular o espirito da investigação original, indispensavel ao progresso das sciencias.

Art. 33. Para attender aos objectivos assignalados no artigo anterior, deverá constituir empenho maximo dos institutos universitários a selecção de um corpo docente que offereça largas garantias de devotamento no magisterio, elevada cultura, capacidade didáctica e altos predicados moraes; mas, alem disso, os mesmos institutos deverão possuir todos os elementos necessarios á ampla objectivação do ensino.

Art. 34. Nos métodos pedagógicos do ensino universitario, em qualquer dos seus ramos, a instrucção será collectiva, individual ou combinada, de accôrdo com a natureza e os objectivos do ensino ministrado.

Paragrapho unico. A organizaçção e seriação de cursos, os métodos de demonstracção pratica ou exposiçção doutrinaria, a participaçção activa do estudante nos exercicios escolares, e quaesquer outros aspectos do regimenn didactico serão instituidos no regulamento de cada um dos institutos universitarios.

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

- a) cursos normaes, nos quaes será executado, pelo professor cathedratico, o programma official da disciplina;
- b) cursos equiparados, que serão realizados pelos docentes livres, de accôrdo com o programma approvedo pelo conselho technico-administrativo de cada instituto, e que terão os efeitos legaes dos cursos anteriores;
- c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados dominios da mesma;
- d) cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e systematizado, os conhecimentos necessarios a finalidades profissionaes ou scientificas;
- e) cursos livres, que obedecerão a programma préviamente approvedo pelo conselho technico-administrativo do instituto onde devam ser realizados, e que versarão assumptos de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas no mesmo instituto;
- f) cursos de extensão universitaria, destinados a prolongar, em beneficio colectivo, a actividade technica e scientifica dos institutos universitarios.

Art. 36. Os cursos normaes serão realizados com a collaboraçção dos auxiliares de ensino e ainda de docentes livres, de escolha do professor, quando este assem julgar conveniente.

Paragrapho único. Nas disciplinas em que seja indicada a instrucção individual do estudante, o professor cathedratico deverá realizar o ensino por turmas, cuja numero será fixado pelo conselho technico-administrativo do respectivo instituto.

Art. 37. Os cursos equiparados, em qualquer dos institutos universitarios, terão numero de alumnos fixado pelo respectivo conselho technico-administrativo, de accôrdo com os recursos didacticos de que dispuzer o docente livre para realizal-o com eficiencia.

Paragrapho unico. Estes cursos, quando autorizados pelo conselho technico-administrativo, serão feitos ou

nas instalações e com o material do proprio instituto, ou em instalações e com os recurso didacticos do docente livre fora do instituto, em ambos os casos sujeitos ao mesmo regimen de fiscalização.

Art. 38. Serão abertas simultaneamente, antes do inicio dos cursos e para cada cadeira, inscrições para os cursos normaes e equiparados, sendo fixado pelo conselho technico-administrativo para cada docente, de accôrdo com os recursos didacticos de que dispuzer, o numero maximo de alumnos das respectivas turmas.

Paragrapho unico. A remuneração dos docentes livres que regerem turmas será fixada no regulamento de cada instituto.

Art. 39. Os cursos de aperfeiçoamento e de especialização poderão ser organizados e realizados pelo professor cathedratico, ou pelo docentes livres, cabendo ao conselho technico-administrativo autorizar esses cursos, approvar os respectivos programmas e expedir instrucções relativas a seu funcçionamento.

Paragrapho unico. Os mesmos cursos poderão ainda ser realizados, de accôrdo com a resolução do conselho technico-administrativo, por especialistas de alto valor e reconhecida experiencia.

Art. 40. A capacidade didactica dos institutos universitarios ainda poderá ser ampliada na realização de cursos em institutos ou serviços technicos ou scientificos, nos quaes será ministrado alto ensino de especialização, no cumprimento de mandatos universitarios, mediante prévio accôrdo do conselho universitario com os directores dos respectivos institutos ou serviços.

Art. 41. Os cursos livres constituirão oportunidade para que nos institutos universitarios possa ser aproveitada, na instrução do estudante e em beneficio geral da cultura, a actividade didactica de profissionaes especializados em determinados ramos dos conhecimentos humannos.

Paragrapho unico. Estes cursos, que serão autorizados pelo conselho technico-administrativo do respectivo instituto e realizados de accôrdo com programma por elle approvedo, poderão ser ministrados por membros do corpo docente universitario ou por profissionaes, nacionaes e estrangeiros estranhos ao mesmo corpo docente, mas de reconheccido saber na matéria que se propuzerem a ensinar.

Art. 42. A extensão universitaria será effectivada por meio de cursos e conferencias de character educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico.

Art. 43. Os cursos normaes dos institutos universitarios serão realizados em periodos lectivos e terão a duração fixada nos regulamentos respectivos.

Paragrapho unico. Os demais cursos terão duração e funcionamento regulados em instrucções dos conselhos technico-administrativos ou do conselho universitario.

Art. 44. O conselho universitario, de accôrdo com o parecer das congregações respectivas, poderá centralizar em em um só instituto universitario o ensino de disciplinas fundamentaes, cujo conhecimento habilitem a continuação dos estudos superiores de natureza technica ou cultural.

Paragrapho unico. No caso previsto neste artigo, serão organizados programmas de ensino de accôrdo com o criterio do melhor aproveitamento da disciplina fundamental nos estudos superiores consecutivos.

Art. 45. A frequencia dos alumnos em qualquer dos cursos universitarios, a execução de exercicios e trabalhos praticos, bem como o estagio nos serviços didacticos serão previstos em dispositivos regulamentares para cada um dos institutos da universidade.

Art. 46. Alem dos cursos destinados a transmittir o ensino de conhecimento já adquiridos, os institutos universitarios deverão organizar e facilitar os meios para a realização de pesquisas originaes que aproveitem aptidões e inclinações, não só do corpo docente e discente, como de quaesquer outros pesquisadores estranhos à propria universidade.

§ 1º A amplitude das pesquisas a serem realizadas em qualquer dos institutos universitarios, assim como os recursos de ordem material que se fizerem necessarios à execução das mesmas, dependerão de apreço e decisão do conselho technico-administrativo de cada instituto singular.

§ 2º Salvaguardado o sigillo necessario, os profissionaes estranhos á universidade deverão submitter ao conselho technico-administrativo o plano e a finalidade das pesquisas que pretenderem realizar, afim de que as mesmas sejam autorizadas.

Art. 47. Cada um dos institutos universitarios, além dos programmas das cadeiras, isolados ou reunidos em conjunto por anno dos cursos seriados, deverá publicar, dentro do primeiro mez do anno lectivo, um prospecto do qual constarão os preceitos geraes universitarios attinentes aos estudantes e todas as informações que os possam orientar nos estudos, taes como a lista das autoridades universitarias, do corpo docente e do pessoal

administrativo e o horario das aulas com indicação das respectivos professores.

Paragrapho unico. A universidade fará publicar no começo de cada anno lectivo, o seu livro annuario, que deverá conter a descripção da vida universitaria no anno anterior e quaesquer outras informações que interessem aos corpos docente e discente dos respectivos institutos universitarios.

TITULO VII CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I CONSTITUIÇÃO

Art. 48. O corpo docente dos institutos universitarios poderá variar na sua constituição, de accôrdo com a natureza do ensino a ser realizado, mas será formado nos moldes geraes, de:

- a) professores cathedraticos;
- b) auxiliares de ensino;
- c) docentes livres; e eventualmente:
- d) professores contractados;
- e) e outras categorias de accôrdo com a natureza peculiar do ensino em cada instituto universitario.

CAPÍTULO II PROFESSORES CATHEDRATICOS

Art. 49. A selecção de professor cathedratico para quaquer dos institutos universitarios deverá ser baseada em elementos seguros de apreciação do merito scientifico, da capacidade didactica e dos predicados moraes do profissiona a ser provido no cargo.

Art. 50. O provimento no cargo de professor cathedratico será feito por concurso de titulos e de provas, conforme os dispositivos regulamentares de cada um dos institutos universitarios.

Paragrapho unico. No caso de reconducção de professores o concurso será apenas de titulos.

Art. 51. Para a inscripção ao concurso de professor cathedratico o candidato terá que attender a todas as exigencias instituidas no regulamento do respectivo instituto universitario, mas, em qualquer caso, deverá:

I - apresentar diploma profissiona ou scientifico de instituto onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe, além de outros titulos complementares referidos nos regulamentos de cada instituto;

II - provar que é brasileiro, nato ou naturalizado;

III - apresentar provas de sanidade e idoneidade moral;

IV - apresentar documentação da actividade profissiona ou scientifica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso.

Art. 52. O concurso de titulos constará da apreciação dos seguintes elementos comprobatorios do merito do candidato:

- I - dos diplomas e quaesquer outras dignidades universitarias e academicas apresentadas pelo candidato;
- II - de estudos e trabalhos scientificos, especialmente daquelles que assignalem pesquisas originaes, ou revelem conceitos doutrinarios pessoaes de real valor;
- III - de actividades didacticas exercidas pelo candidato;
- IV - de realizações praticas, de natureza technica ou profissional, particularmente daquellas de interesse colectivo.

Paragrapho unico. O simples desempenho de funções publicas, technicas ou não, a apresentação de trabalhos, cuja autoria não possa ser authenticada, e a exhibição de attestados graciosos não constituem documentos idoneos.

Art. 53. O concurso de provas, destinado a verificar a erudição e experiencia do candidato, bem como os seus predicados didacticos, constará de:

- I - defesa de these;
- II - prova escripta;
- III - prova pratica ou experimental;
- IV - prova didactica.

Paragrapho unico. O regulamento de cada um dos institutos universitarios determinará quaes das provas, referidas neste artigo, são necessarias ao provimento no cargo de professor cathedratico.

Art. 54. O julgamento do concurso de titulos e de provas, de que tratam os artigos anteriores, será realizado por uma commissão de cinco membros, que deverão possuir conhecimentos aprofundados da disciplina em concurso, dos quaes dous serão indicados pela Congregação e tres outros escolhidos pelo Conselho technico-administrativo dentre professores de outros institutos de ensino superior ou profissionaes especializados de instituições technicas ou scientificas.

§ 1º Caberá a esta commissão estudar os titulos apresentados pelo candidato e acompanhar a realização de todas as provas do concurso, afim de fundamentar parecer minucioso classificar os candidatos por ordem de merecimento e indicar o nome do candidato a ser provido no cargo.

§ 2º O parecer de que trata o paragrapho anterior deverá ser submettido á Congregação, que só o poderá regeitar por dous terços de votos de todos os seus membros, quando unanime ou reunir quatro assignaturas concordes, e por maioria absoluta, quando o parecer estiver apenas assignado por tres dos

membros da comissão julgadora.

§ 3º Em caso de recusa do parecer referido nos paragraphos antecedentes será aberto novo concurso.

Art. 55. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nullidade, para o Conselho Universitario que, ouvida a Congregação do respectivo instituto, instruirá o Ministro da Educação e Saude Publica, opinando pelo provimento ou não do recurso.

Art. 56. Para provimento no cargo de professor cathedratico, independente do concurso o antes da abertura deste, poderá ser indicado, pelo voto de dous terços da Congregação de qualquer instituto universitario, o profissional insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevancia ou tenha publicado obra doutrinaria de excepcional valor.

Paragrapho unico. A indicação será proposta por um dos professores cathedraticos, mas só poderá ser effectivada mediante parecer de uma comissão de cinco membros, nos termos do art. 54.

Art. 57. O provimento no cargo de professor cathedratico de qualquer das disciplinas leccionadas nos institutos universitarios poderá ser feito, si assim o indicarem irrecusaveis vantagens para o ensino, pela transferencia de professor cathedratico de disciplina da mesma natureza de outra ou da mesma universidade, de accôrdo com o processo do artigo anterior e respectivo paragrapho.

Art. 58. A primeira nomeação para provimento no cargo de professor cathedratico, nos termos dos artigos anteriores, será feita por um periodo de 10 annos.

Paragrapho unico. Findo o período de 10 annos, si o professor se candidatar novamente ao cargo, proceder-se-á a um concurso de titulos, na forma dos arts. 52 e 54 e ao qual só poderão concorrer professores cathedraticos e docentes livres da mesma disciplina ou de disciplinas affins, com cinco annos pelo menos de exercicio no magisterio.

Art. 59. O professor cathedratico, depois de reconduzido, gosará das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, de que só poderá ser privado por abandono do cargo ou sentença judiciaria.

Art. 60. Os vencimentos e outras vantagens supplementares concedidas aos professores cathedraticos, tanto daquelles que exercerem actividade parcial quanto dos que devotarem ao ensino tempo integral, serão fixados em tabellas para cada um dos institutos universitarios, de accôrdo com a natureza do ensino nelles ministrado e a extensão do trabalho exigido.

Art. 61. O professor cathedratico é responsável pela eficiencia do ensino da sua disciplina, cabendo-lhe ainda

promover e estimular pesquisas, que concorram para o progresso das sciencias e para o desenvolvimento cultural da Nação.

Art. 62. Em casos excepcionaes e por deliberação da Congregação, mediante proposta do Conselho technico-administrativo de cada instituto, será concedida ao professor cathedratico, até um anno no maximo, dispensa temporaria das obrigações do magisterio, afim de que se devote a pesquisas em assumptos de sua especialização.

Paragrapho unico. Caberá ao Conselho technico-administrativo do respectivo instituto verificar a proficuidade dos trabalhos scientificos emprehendidos pelo professor, podendo prorogar o prazo concedido ou suspender a concessão.

Art. 63. O professor cathedratico, além do desempenho de suas funções normaes no ensino, deverá destinar, semanalmente, uma hora de sua actividade para attender, na sede de serviço da Universidade sob sua direcção ou no instituto a que pertencer, a consultas dos estudantes para o fim de oriental-os, individualmente, na realização de trabalhos escolares ou de pesquisas originaes.

Art. 64. O professor cathedratico, depois de 25 annos de exercicio effectivo da cathedra, poderá requerer jubilação com todas as vantagens em cujo goso estiver e será aposentado depois de 30 annos de magisterio ou quando attingir a idade de 65 annos.

§ 1º No caso de aposentadoria nos termos do artigo anterior, si o tempo de exercicio effectivo no magisterio for inferior a 25 annos, as vantagens da aposentadoria serão reduzidas proporcionalmente.

§ 2º No caso de aposentadoria por implemento de idade ou por haver completado 30 annos de magisterio, a Congregação, attendendo ao merito excepcional do professor, por dous terços de votos e justificando as vantagens da medida, poderá propor ao Governo, por intermeio do Conselho Universitario, prorogar por mais cinco annos o exercicio na cathedra.

Art. 65. Aos professores cathedraticos jubilados, cujos serviços no magisterio forem considerados de excepcional relevancia, será conferido pelo Conselho Universitario o titulo de "Professor emerito", cabendo-lhe o direito de realizar cursos livres, comparecer ás reuniões da Congregação, sem direito de voto activo ou passivo, e fazer parte de commissões universitarias.

Art. 66. A substituição do professor cathedratico obedecerá a dispositivos dos regulamentos de cada um dos institutos universitarios, devendo caber em primeiro logar aos docentes livres, na ausencia delles, aos professores contractados, auxiliares de ensino, ou ainda a professores de outras disciplinas do mesmo instituto, de accôrdo com a decisão do Conselho technico-administrativo.

Art. 67. O professor de qualquer dos institutos universitarios, embora no goso de vitaliciedade no cargo poderá

ser destituído, pelo voto de dous terços dos professores cathedraicos e sanção do Conselho Universitario, nos casos de incompetencia scientifica, incapacidade didactica, desidia inveterada no desempenho das suas funções, ou actos incompativeis com a moralidade e a dignidade da vida universitaria.

Paragrapho único. A destituição de que trata este artigo só poderá ser effectivada mediante processo administrativo, no qual actuará uma comissão de professores, eleita pela Congregação do respectivo instituto.

CAPÍTULO III AUXILIARES DE ENSINO

Art. 68. São considerados auxiliares de ensino os que cooperam com o professor cathedraico na realização dos cursos normaes, ou na pratica de pesquisas originaes, nos dominios de qualquer das disciplinas universitarias.

Paragrapho unico. O numero, categoria, condições de admissão e de permanencia no cargo, attribuições, subordinação e vencimentos dos auxiliares de ensino serão instituidos nos regulamentos de cada um dos institutos universitarios, de accôrdo com a natureza e exigencias do ensino nelle ministrado.

Art. 69. Nos institutos de ensino profissional superior os auxiliares de ensino terão as seguintes categorias:

- a) chefe de clinica;
- b) chefe de laboratorio;
- c) assistente;
- d) preparador.

Paragrapho unico. Os regulamentos dos institutos universitarios determinarão, em cada caso, quaes os auxiliares de ensino que serão de immediata confiança dos professores cathedraicos e cuja permanencia no cargo delles ficará dependente.

Art. 70. Os auxiliares de ensino, que cooperam com o professor cathedraico na realização dos cursos normaes, deverão dous annos após a sua nomeação para o cargo, submeter-se ao concurso para a docencia livre, sob pena de perda automatica do cargo e de não poder ser auxiliar de ensino de outra disciplina, sem que haja obtido préviamente a respectiva docencia livre.

CAPÍTULO IV PROFESSORES CONTRACTADOS

Art. 71. Os professores contractados poderão ser incumbidos da regencia, por tempo determinado, do ensino de qualquer disciplina dos institutos universitarios, da cooperação com o professor cathedraico no ensino normal da cadeira, da realização de cursos de aperfeiçoamento e de especialização, ou ainda da execução e direcção de pesquisas scientificas.

§ 1º O contracto de professores, nacionaes ou estrangeiros, será proposto ao Conselho Universitario pelo Conselho tecnico-administrativo de qualquer dos institutos, com a justificação ampla das vantagens didacticas ou culturaes que indicam a providencia.

§ 2º As attribuições e vantagens conferidas ao professor contractado serão discriminadas nos respectivos contractos.

CAPÍTULO V DOCENTES LIVRES

Art. 72. A docencia livre destina-se a ampliar, em cursos equiparados aos cursos normaes, a capacidade didactica dos institutos universitarios e a concorrer, pelo tirocinio do magisterio, para a formação do corpo de professores.

Art. 73. O ensino ministrado pelo docente livre, em cursos equiparados, obedecerá ás linhas fundamentaes dos cursos normaes, e deverá ser realizado de accôrdo com programa préviamente approved pelo Conselho tecnico-administrativo do respectivo instituto universitario.

§ 1º Os cursos equiparados a que se refere este artigo, poderão ser realizados no proprio instituto ou fóra delle.

§ 2º A autorização ao docente livre, para a realização de cursos equiparados fóra do instituto, só será concedida pelo Conselho tecnico-administrativo, quando verificar que o docente possui os elementos necessarios á efficiencia do ensino.

Art. 74. A instituição da docencia livre é obrigatoria em todos os institutos universitarios.

Art. 75. O titulo de docente livre será conferido, de accôrdo com as normas fixadas pelos regulamentos de cada um dos institutos universitarios, mas exigirá do candidato a demonstração, por um concurso de titulos e de provas, de capacidade technica e scientifica e de predicados didacticos.

Paragrapho unico. Os processos de realização e julgamento do concurso serão os dos arts. 51, 52, 53 e 54.

Art. 76. Ao docente livre será assegurado o direito de:

- a) realizar cursos equiparados;
- b) substituir o professor cathedratico nos seus impedimentos prolongados;
- c) collaborar com o professor cathedratico na realização dos cursos normaes;
- d) reger o ensino de turmas;
- e) organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e especialização relativos á disciplina de que é docente livre.

Paragrapho unico. Os direitos referidos nos itens anteriores serão discriminados nos regulamentos de cada um dos institutos universitarios.

Art. 77. A Congregação dos institutos universitarios, de cinco em cinco annos fará a revisão do quadro dos docente livres, afim de excluir aquelles que não houverem exercitado actividade efficiente no ensino, ou não tiverem publicado qualquer trabalho de valor doutrinario, de observação pessoal ou de pesquisas que os recommende á permanencia nas funcções de docente.

Art. 78. As attribuições e direitos, não referidos neste Estatuto, concernentes aos docentes livres, serão discriminados nos regulamentos dos institutos universitarios.

Art. 79. As prerogativas da docencia livre, no que respeita à realização de cursos, poderão ser conferidas, pelo Conselho tecnico-administrativo dos institutos universitarios, aos professores cathedricos de outras universidades, ou institutos isolados de ensino superior, que as requererem, e quando apresentarem garantias pessoas de bem desempenharem as funcções do magisterio.

Paragrapho unico. As prerogativas da docencia livre, em casos excepcionaes, poderão ser conferidas transitoriamente aos profissionaes especializados das instituições technicas ou scientificas a que se refere o art. 40.

Art. 80. As causas que determinam a destituição dos professores cathedricos justificam identica penalidade em relação aos docentes livres.

TÍTULO VIII

ADMISSÃO NOS CURSOS UNIVERSITARIOS

Art. 81. A admissão inicial nos cursos universitarios obedecerá as condições geraes abaixo instituidas, além de outras que constituirão dispositivos regulamentares de cada um dos institutos universitarios;

I - certificado do curso secundario fundamental de cinco annos e de um curso gymnasial superior, com a adaptação didactica, neste ultimo, aos cursos consecutivos;

II - idade mínima de 17 annos;

III - prova de identidade;

IV - prova de sanidade;

V - prova de idoneidade moral;

VI - pagamento das taxas exigidas.

Paragrapho unico. Ao alumno matriculado em qualquer dos institutos universitarios será fornecido um cartão de matricula devidamente authenticado, que provará a sua identidade, e uma caderneta individual na qual será registado o seu *curriculum vitae* de estudante, tudo de accôrdo com dispositivos de cada instituto universitario.

Art. 82. Não será permitida a matrícula simultânea do estudante em mais de um curso seriado, sendo, porém, permitido aos matriculados em qualquer curso seriado a frequência de cursos avulsos, ou de aperfeiçoamento e especialização.

TÍTULO IX

HABILITAÇÃO E PROMOÇÃO NOS CURSOS UNIVERSITARIOS

Art. 83. A verificação de habilitação nos cursos universitarios, seja para a expedição de certificados e diplomas, seja para a promoção aos períodos lectivos seguintes, será feita pelas provas de exame abaixo enumeradas e cujos processos de realização serão discriminados nos regulamentos dos institutos universitarios.

- a) provas parciais;
- b) provas finais;
- c) médias de trabalhos praticos de quaesquer outros exercicios escolares.

Art. 84. As provas de exame referidas no artigo anterior serão julgadas por commissões examinadoras, das quaes farão parte, obrigatoriamente, os professores e docentes livres que houverem realizado os respectivos cursos.

Art. 85. As taxas de exame serão fixadas em tabellas annexas aos regulamentos dos institutos universitarios, que ainda deverão discriminar a gratificação a ser concedida aos membros das commissões examinadoras.

Art. 86. Os regulamentos de cada um dos institutos universitarios fixarão a época em que deverão ser prestadas as provas exigidas para expedição de diplomas, ou para a promoção dos estudantes.

TÍTULO X

DIPLOMAS E DIGNIDADES UNIVERSITARIAS

Art. 87. As universidades brasileiras expedirão diplomas e certificados para assignalar a habilitação em cursos seriados ou avulsos dos diversos institutos universitarios, e concederão titulos honorificos para distinguir personalidades scientificas ou profisseonaes eminentes.

Art. 88. Os diplomas, referentes a cursos profissionaes superiores, habilitam ao exercicio legal da respectiva profissão.

Art. 89. Os certificados expedidos pelas universidades, destinam-se a provar a habilitação em cursos avulsos e de aperfeiçoamento ou especialização, de natureza cultural ou profissional, realizados em qualquer dos institutos universitarios.

Paragrapho unico. A expedição dos certificados de que trata este artigo e os privilegios pelos mesmos conferidos serão discriminados nos regulamentos universitarios.

Art. 90. Além dos diplomas e certificados referidos nos artigos e paragraphos anteriores, os institutos universitarios de que trata o art. 5º, item I, expedirão diplomas de doutor quando, após a conclusão dos cursos

normaes, technicos ou scientificos, e attendidas outras exigencias regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma these de sua autoria.

§ 1º A these de que trata este artigo, para que seja acceita pelo respectivo instituto, deverá constituir publicação de real valor sobre assumpto de natureza technica ou puramente scientifica.

§ 2º A defesa de these será feita perante uma commissão examinadora, cujos membros deverão possuir conhecimentos especializados da materia.

Art. 91. O titulo de professor *honoris causa* constitue a mais alta dignidade conferida pelas universidades brasileiras.

§ 1º O titulo de que trata este artigo só poderá ser conferido a personalidades scientificas eminentes, nacionaes ou estrangeiras, cujas publicações, inventos e descobertas tenham concorrido de modo apreciavel para o progresso das sciencias, ou tenham beneficiado a humanidade.

§ 2º A concessão do titulo de professor *honoris causa* deverá ser proposta ao Conselho Universitario por qualquer uma das Congregações universitarias, após parecer de uma commissão de cinco membros do instituto que tiver a iniciativa e approvação da proposta por dous terços de votos de todos os professores cathedaticos do mesmo instituto.

§ 3º O diploma de professor *honoris causa* será expedido em reunião solemne da Assembléa Universitaria, com a presença do diplomado ou de seu representante idoneo.

TÍTULO XI CORPO DISCENTE

Art. 92. Constituem o corpo discente das Universidades os alumnos regularmente matriculados, em qualquer dos respectivos institutos.

Art. 93. O corpo discente dos institutos universitarios, terá os seus direitos e deveres discriminados nos respectivos regulamentos, cabendo aos seus membros, em qualquer caso, os seguintes deveres e direitos fundamentaes:

- a) aplicar a maxima diligencia no aproveitamento do ensino ministrado;
- b) attender aos dispositivos regulamentares, no que respeita á organização didactica dos institutos universitarios e especialmente á frequencia das aulas e execução dos trabalhos praticos;
- c) observar o regimen disciplinar instituido nos regulamentos ou regimentos internos;
- d) abster-se de quaesquer actos que possam importar em perturbacção da ordem, offensa dos bons costumes, desrespeito ás autoridades universitarias e aos professores;
- e) contribuir, na esphera de sua acção, para o prestigio crescente da universidade;
- f) appelar das decisões dos órgãos administrativos, em qualquer instituto universitario, para os órgãos da administração de hierarchia superior;
- g) comparecer á reunião do Conselho technico-administrativo ou do Conselho Universitario, que tiver de

- julgar recurso sobre a aplicação de penas disciplinares, nos termos do art. 96;
- h) constituir associação de classe para a defesa de interesses gerais e para tornar agradável e educativa a vida da colectividade;
 - i) fazer-se representar no Conselho Universitário.

TÍTULO XII

REGIMEN DISCIPLINAR

Art. 94. Caberá á administração de cada instituto universitario a responsabilidade de manter, nos mesmos, a fiel observancia de todos os preceitos compatíveis com a boa ordem e a dignidade da instituição.

Art. 95. O regimen disciplinar, em relação aos corpos docente e discente e aos funcionarios administrativos de qualquer instituto universitario, será discriminado no regulamento e regimenno interno, cabendo ao Director e ao Conselho tecnico-administrativo a fiscalização do regimen instituido, bem como a aplicação das penalidades correspondentes a qualquer infracção commetida.

Paragrapho unico. Para as penalidades constantes de suspensão de professores, suspensão de estudante por mais de dous mezes ou exclusão do mesmo de qualquer instituto universitario e, ainda, suspensão do pessoal administrativo, não demissevel *ad nutum*, por mais de tres mezes, haverá recurso da deliberação de qualquer órgão administrativo para o órgão de hierarchia imediatamente superior, resolvendo em ultima instancia o Ministro da Educação e Saude Publica.

Art. 96. Será facultado a qualquer membro do corpo docente ou discente dos institutos universitarios, pessoalmente ou por um representante autorizado, escolhido dentre os professores cathedricos do mesmo instituto, comparecer á reunião do Conselho tecnico-administrativo ou do Conselho Universitário, em que haja de ser julgada, em gráo de recurso, qualquer penalidade ao mesmo imposta.

Art. 97. A qualquer órgão da hierarchia superior será facultado confirmar, annullar ou commutar as penalidades impostas aos membros do corpo docente ou discente, bem como aos funcionarios administrativos não demisseveis *ad nutum*.

Art. 98. Os conflictos entre os órgãos tecnico-administrativos dos institutos universitarios, ou entre elles e os membros do corpo docente, serão levados ao julgamento do Conselho Universitário, que decidirá do assumpto, podendo applicar penalidades de suspensão ou, no caso de autoridades administrativas, propor ao Ministro da Educação e Saude Publica a penalidade de demissão.

TÍTULO XIII

VIDA SOCIAL UNIVERSITARIA

As universidades brasileiras, solidarias nos mesmos propositos e aspirações de cultura, devem manter activo

intercambio de entendimento e de cooperação, afim de que efficazmente contribuam para a grande obra nacional que lhes incumbe realizar.

Entre os institutos de qualquer Universidade deverá haver permanente contacto, facilitado em reuniões collectivas, nas quaes os corpos docente e discente possam encontrar ambiente agradável e propicio á orientação e renovação dos ideaes universitarios. Mas, além disso, as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade, e contribuir, na espera de sua acção, para o aperfeiçoamento do meio.

Art. 99. A vida social universitaria terá como organizações fundamentaes:

- a) associações de classe, contituidas pelos corpos docente e discente dos institutos universitarios;
- b) congressos universitarios de 2 em 2 annos;
- c) extensão universitaria;
- d) museu social.

Art. 100. Os professores das universidades poderão organizar uma associação de classe, denominada "Sociedade dos Professores Universitarios", que terá como presidente o respectivo Reitor, e na qual serão admittidos os membros do corpo docente de qualquer instituto universitario.

§ 1º A sociedade dos professores universitarios destina-se:

- 1º, a instituir e effectivar medidas de previdencia e beneficencia, que possam aproveitar a qualquer membro do corpo docente universitario;
- 2º, a effectuar reuniões de character scientifico, para communicações e discussões de trabalhos realizados nos institutos universitários
- 3º, a promover reuniões de character social.

§ 2º A sociedade de que trata este artigo terá as seguintes secções:

- I - Secção de beneficencia e de previdencia;
- II - Secção scientifica;
- III - Secção social.

§ 3º Para effectivar as providencias relativas á primeira das secções acima referidas, será organizada a "Caixa do Professorado Universitario", com os recursos provenientes de contribuição dos membros da Sociedade, de donativos de qualquer procedencia e de uma contribuição annual de cada um dos institutos universitarios fixado pelo Conselho Universitario.

§ 4º As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluidas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua applicação e intelligencia, ao auxilio instituido.

Art. 101. Uma vez organizada, e eleita a respectiva Directoria, Sociedade dos Professores Universitarios deverá elaborar os estatutos, nos quaes serão discriminados os fins da mesma Sociedade e regulado o seu funcionamento.

Art. 102. Em connexão com as sociedades regionaes de professores universitarios, poderá ser organizado o "Directorio Nacional de Professores", constituido de dous representantes de cada uma das sociedades de professores universitarios e de um representante de cada uma das associações analogas, organizadas pelos institutos superiores de ensino não incorporados a universidades.

§ 1º Caberá ao Directorio Central de Professores:

- 1º, promover a defesa dos interesses geraes da classe;
- 2º, decidir, sobre a acção conjuncta das diversas universidades e institutos de ensino superior, em assumptos

de ordem geral;

3º, suggerir medidas tendentes a mais aproximar as diversas unidades e instituições technico-scientificas, e a fortalecer os laços de solidariedade entre as mesmas;

4º, organizar, de accôrdo com os conselhos universitarios e com os conselhos technico-administrativos dos institutos isolados de ensino superior, congressos universitarios de dous em dous annos.

§ 2º Os congressos, de que trata o paragrapho anterior, serão realizados successivamente nas cidades onde existem universidades ou institutos de ensino superior, e nelles serão ventilados os problemas geraes de ensino, as questões referentes á organizacção didactica dos institutos de ensino technico e profissional e quaesquer outros assumptos que possam interessar ao aperfeiçoamento da cultura e da educação no Brasil.

Art. 103. O corpo discente de cada um dos institutos universitarios e o dos institutos isolados de ensino superior organizará associações, destinadas a crear e desenvolver o espirito de classe, a defender os interesses geraes dos estudantes e a tornar agradável e educativo o convívio entre os membros dos corpos discentes dos institutos.

§ 1º Os estatutos das associações referidas neste artigo serão submettidos ao conselho technico-administrativo do respectivo instituto, para que sobre elles se manifeste e decida sobre as alterações necessarias.

§ 2º Destes estatutos deverá fazer parte o codigo de ethica dos estudantes, no qual se prescrevam os compromissos que assumem de estricta probidade na execução de todos os trabalhos e provas escolares, de zelo pelo patrimonio moral e material do instituto a que pertencem e de submissão dos interesses individuaes aos da collectividade.

Art. 104. As associações de estudantes de cada instituto, além das proprias directorias, elegerão um directorio, constituído de nove membros, que deverá ser reconhecido pelo conselho technico-administrativo como órgão legitimo da representação, para todos os effeitos, do corpo discente de respectivo instituto.

§ 1º No directorio de que trata o paragrapho anterior, serão constituídas as tres commissões seguintes, cada uma dellas de tres membros:

1ª, commissão de beneficencia e previdencia;

2ª, commissão scientifica;

3ª, commissão social.

§ 2º As attribuições da directoria de estudantes de cada instituto e especialmente de cada uma de suas commissões, serão discriminadas nos respectivos regimento interno, que deverá ser elaborado pelos membros do directorio, de accôrdo com o conselho technico-administrativo e por este approvedo.

§ 3º Caberá especialmente ao directorio de que tratam os artigos e paragraphos anteriores, além das attribuições discriminadas nos respectivos estatutos, a defesa dos interesses do corpo discente, e de cada um dos estudantes em particular, perante os órgãos da direcção tecnico-administrativa do instituto.

Art. 105. Com o fim de estimular as actividades das associações de estudantes, quer em obras de assistencia material ou espiritual, quer em competições e exercicios esportivos, quer em commemorações e iniciativas de character social, reservará o conselho tecnico-administrativo do respectivo instituto, ao elaborar o orçamento annual, uma subvenção que não deverá exceder a importancia das taxas de admissão no anno lectivo anterior.

§ 1º A importancia, a que se refere este artigo, será posta á disposição do directorio na mesma medida com que concorram as associações do respectivo instituto universitario para os mesmos fins.

§ 2º O directorio apresentará ao conselho tecnico-administrativo, ao termo de cada exercicio, o respectivo balanço, comprovando a applicação da subvenção recebida, bem como a da quota correspondente concedida pelas associações, sendo vedada a distribuição de qualquer parcella de nova subvenção antes de approvedo o referido balanço.

Art. 106. Aos estudantes que não puderem satisfazer as taxas escolares para o prosseguimento dos cursos universitarios, poderá ser autorizada a matricula, independente do pagamento das mesmas, mas com a obrigação de indenizacção posterior.

§ 1º Os estudantes beneficiados por esta providencia não poderão ser em numero superior a 10% dos alumnos matriculados.

§ 2º As indemnizações, de que trata este artigo, serão escripturadas e constituem um compromisso de honra, a ser resgatado, posteriormente, de accôrdo com os recursos do beneficiado.

§ 3º Caberá ao directorio indicar ao conselho tecnico-administrativo quaes os alumnos do respectivo instituto necessitados do auxílio instituido neste artigo.

Art. 107. Destinado a coordenar e centralizar toda a vida social dos corpos discentes dos institutos de ensino superior, poderá ser organizado o Directorio Central dos Estudantes, constituindo por dous representantes de cada um dos directorios dos institutos universitarios ou isolados.

§ 1º Ao Directorio Central dos Estudantes caberá:

1º, defender os interesses geraes da classe perante as autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da Republica;

2º, promover a approximação e maxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos de

ensino superior;

3º, realizar entendimento com os directorios dos diversos institutos, afim de promover a realização de solenidades academicas e de reuniões sociaes;

4º, organizar esportes, que aproveitem á saude e robustez dos estudantes;

5º, promover reuniões de caracter scientifico, nas quaes se exercitem os estudantes em discussões de themas doutrinaris ou de trabalhos de observação e de experiencia pessoal, dando-lhes oportunidade de adquirir espirito de critica:

6º, representar, pelo seu presidente, o corpo discente no Conselho Universitario.

§ 2º O Directorio Central dos Estudantes, uma vez organizado e eleita a respectiva directoria, deverá elaborar, de accôrdo com o reitor da Universidade, o respectivo regimento interno, que será approved pelo Conselho Universitario.

Art. 108. Para effectivar medidas de providencia e beneficencia, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitarios e o Centro Universitario de Estudantes, afim de que naquellas medidas seja obedecido rigoroso criterio de justiça e de oportunidade.

Paragrapho unico. A secção de previdencia e de beneficencia da Sociedade de Professores organizará, de accôrdo com o Centro Universitario de Estudos, o serviço de assistencia medica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior.

Art. 109. A extensão universitaria destina-se à diffusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo.

§ 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitaria será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitario, em entendimento com os conselhos technico-administrativos dos diversos institutos, effectivar pelos meios convenientes a extensão universitaria.

Art. 110. Opportunamente será organizado pelo Conselho Universitario, com o indispensavel concurso dos institutos de ensino superior o "Museu Social", destinado a congregar elementos de informação, de pesquisa e de propaganda, para o estudo e o ensino dos problemas economicos, sociaes e culturaes, que mais interessam ao paiz.

Paragrapho unico. O museu organizará exposições permanentes e demonstrações illustrativas de tudo quanto interesse, direta ou indirectamente, ao desenvolvimento do paiz e a qualquer dos ramos da actividade

nacional.

TÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITÓRIAS

Art. 111. O Governo instituirá, em regulamentação especial, o regimen administrativo e didactico dos institutos federaes localizados nos Estados, enquanto os mesmos não se integrarem em unidade universitaria, devendo adoptar na mesma regulamentação as normas geraes estabelecidas no presente estatuto.

Paragrapho unico. As questões didacticas e administrativas que interessem a esses institutos singulares serão resolvidas pelo ministro da Educação e Saude Publica, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 112. A revalidação de diplomas e certificados, conferidos por universidades ou institutos de ensino superior de paizes estrangeiros, obedecerá aos dispositivos instituidos nos regulamentos dos institutos universitarios que conferem diplomas e certificados equivalentes.

Art. 113. A denominação de universidade, em documentos officiaes, só poderá ser usada pelas universidades federaes ou equiparadas, e os estabelecimentos de ensino, que se venham a organizar, não poderão adoptar a denominação de outros estabelecimentos anteriormente existentes.

Art. 114. A adaptação da presente reforma do Ensino Superior incumbirá ao Conselho Universitario, ouvidos os conselhos technico-administrativos, e propostas ao ministro da Educação e Saude Publica as medidas adequadas ao regimen de transição.

Paragrapho unico. Nos institutos isolados de ensino superior a mesma attribuição caberá aos conselhos technico-administrativos.

Art. 115. Os actuaes professores cathedricos dos institutos e estabelecimentos de ensino superior, e que gosam dos direitos de vitaliciedade no cargo, ficam isentos do disposto no paragrapho unico do art. 58.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Publicação:

- Diário Oficial - 15/4/1931, Página 5800 (Publicação Original)

Anexo 2: Decreto-Lei Nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934 do estado de São Paulo institucionalizando a criação da Universidade de São Paulo e suas disposições gerais.

D.O.E.: 25/01/1934: **DECRETO N.º 6.283 DE 25 DE JANEIRO DE 1934**

Crea a Universidade de São Paulo e dá outras providências

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe confere o Decreto Federal nº 9.398, de 11 de novembro de 1930, e

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão,

Decreta:

TÍTULO I

Da Universidade de São Paulo

Art. 1º – Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Art. 2º – São fins da Universidade:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres.

TÍTULO II

Da composição da Universidade

Art. 3º – A Universidade de São Paulo se constituídos seguintes institutos oficiais:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Medicina;
- c) Faculdade de Farmácia e Odontologia;

- d) Escola Politécnica;
- e) Instituto de Educação;
- f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais;
- h) Escola de Medicina Veterinária;
- i) Escola Superior de Agricultura;
- j) Escola de Belas Artes.

Parágrafo único – As instituições enumeradas neste artigo são autônomas dentro das normas do presente decreto e podem expedir certificados, diplomas e conferir grau nas diversas atividades profissionais.

Art. 4º- Além das Escolas, Faculdades e Institutos, referidos no artigo anterior, concorrem para ampliar o ensino e ação da Universidade:

- a) Instituto Biológico;
- b) Instituto de Higiene;
- c) Instituto Butantã;
- d) Instituto Agrônomo, de Campinas;
- e) Instituto Astronômico e Geográfico;
- f) Museu de Arqueologia, História e Etnografia, que é o Museu Paulista;
- g) o Serviço Florestal;
- h) e quaisquer outras instituições de caráter técnico e científico do Estado.

§ 1º – O concurso destas instituições à Universidade encarregando-se de cursos de aperfeiçoamento, ou especializações, se efetuará em mandatos universitários mediante acordos que se realizarem entre o Reitor da Universidade e os respectivos diretores das instituições mencionadas acima devidamente autorizados pelo governo, sendo submetidos à aprovação do Conselho Universitário os programas dos cursos e os métodos de sua realização.

§ 2º – Os profissionais especializados das instituições referidas poderão prestar auxílio ao ensino universitário na realização de cursos, mediante resolução do Conselho Universitário e de acordo com programas aprovados pela direção dos respectivos Institutos, Escolas ou Faculdades.

CAPÍTULO I

Do Instituto de Educação

Art. 5º – O Instituto de Educação, antigo Instituto "Caetano de Campos" participará da Universidade exclusivamente pela sua Escola de Professores, ficando-lhe, porém, subordinados administrativa e tecnicamente, como institutos anexos, o Curso Complementar, a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim da Infância, destinados à experimentação, demonstração e prática do ensino e ao estágio profissional dos alunos da Escola de Professores.

§ 1º – A licença para o magistério secundário será concedida pela Universidade somente ao candidato que tendo-se licenciado em qualquer das secções em que se especializou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, haja concluído o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação.

§ 2º – O candidato ao magistério secundário, escolhida a secção de conhecimento em que pretende especializar-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, poderá fazer simultaneamente, no 3º ano, o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação.

§ 3º – A secção de Matérias de Ensino para os candidatos ao professorado secundário, constituirá uma secção autônoma da de prática de ensino e terá por fim o estudo teórico-prático;

- a) da metodologia da matéria, das dificuldades que lhe são inerentes, e das técnicas e processos para remove-las;
- b) da importância da matéria para formação mental do adolescente;

- c) da história do ensino da matéria;
- d) da correlação de cada matéria com as demais;
- e) dos princípios e da prática da organização dos programas escolares.

CAPÍTULO II

Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 6º – A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade, terá os seguintes cursos, distribuídos por três seções, instalados progressivamente, de acordo com as necessidades do ensino:

- a) Filosofia;
- b) Ciências;
- c) Letras.

Art. 7º – A Seção de Filosofia abrangerá inicialmente as seguintes cadeiras:

- 1) Filosofia;
- 2) História da Filosofia;
- 3) Filosofia da Ciência;
- 4) Psicologia.

Art. 8º – A Seção de Ciências compreenderá as seguintes sub-seções com as suas respectivas cadeiras fundamentais:

I – Ciências Matemáticas:

- 1) Geometria (projetiva e analítica). História das Matemáticas;
- 2) Análise matemática (inclusive elementos de cálculo das probabilidades e de estatística matemática);
- 3) Cálculo Vetorial e Elementos de Geometria Infinitesimal. Mecânica Racional e Elemento de Mecânica Celeste.

II – Ciências Físicas:

- 1) Física Geral e Experimental;
- 2) Física Matemática, História da Física.

III – Ciências Químicas:

- 1) Química Física, Inorgânica e Analítica;
- 2) Química Orgânica, Biológica, História da Química.

IV – Ciências Naturais:

- 1) Mineralogia e Geologia;
- 2) Botânica Geral;
- 3) Fisiologia Vegetal;
- 4) Zoologia Geral;
- 5) Fisiologia Geral e Animal;
- 6) Biologia Geral.

V – Geografia e História:

- 1) Geografia Geral e Antropogeografia;
- 2) História da Civilização;
- 3) História da América;
- 4) História da Civilização Brasileira.

VI – Ciências Sociais e Políticas:

- 1) Psicologia Social e Antropologia Social;
- 2) Sociologia;
- 3) Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas;
- 4) Direito Político;
- 5) Estatística Econômica.

Art. 9º – A seção de letras abrangerá as seguintes cadeiras fundamentais:

- 1) Linguística;
- 2) Filologia Comparada;
- 3) Filologia Portuguesa;
- 4) Literatura Luso-Brasileira;

- 5) Língua e Literatura Grega;
- 6) Língua e Literatura Latina;
- 7) Língua e Literatura Francesa;
- 8) Língua e Literatura Inglesa;
- 9) Língua e Literatura Alemã;
- 10) Técnica e Crítica Literária.

Art. 10 – O curso para licença cultural será e seriado e de três anos, em cada uma das seções e sub-seções que compõem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, abrangendo todas as matérias da respectivas seção ou sub-seção e outras afins ou fundamentais, distribuídas da seguinte forma, pelos três anos:

I – Filosofia:

- 1º ano – Filosofia, Psicologia, História da Civilização;
- 2º ano – Filosofia, História da Filosofia, Filosofia das Ciências, Sociologia;
- 3º ano – Filosofia, História da Filosofia, Sociologia,

II – Ciências Matemáticas:

- 1º ano – Geometria (projetiva e analítica), Análise matemática;
- 2º ano – Análise matemática, Cálculo Vetorial e Elementos de Geometria Infinitesimal, Física Geral e Experimental;
- 3º ano – Mecânica Racional e Elementos de Mecânica Celeste, Física Geral e Experimental, História das Matemáticas.

III – Ciências físicas:

- 1º ano – Geometria (projetiva e analítica), Análise matemática;
- 2º ano – Análise matemática, Cálculo Vetorial e Elementos de Geometria Infinitesimal, Física Geral Experimental;
- 3º ano – Física Geral e Experimental, Física Matemática, História da Física.

IV – Ciências químicas

- 1º ano – Elementos de Geometria Analítica e de Análise Matemática, Física Geral e Experimental Química Inorgânica;
- 2º ano – Química Orgânica Química Analítica, Química Física;
- 3º ano – Química Orgânica Química Biológica, História da Química.

V – Ciências Naturais:

- 1º ano – Física Experimental Mineralogia (inclusive petrografia), Biologia Geral, Botânica Zoologia;
- 2º ano – Geologia, Química Biológica Botânica, Zoologia Fisiologia Geral;
- 3º ano – Biologia Geral, Fisiologia Animal Fisiologia Vegetal, Geologia.

VI – Geografia e História:

- 1º ano – Geografia geral, Geografia econômica, História da Civilização (antiga e medieval);
- 2º ano – Antropogeografia, Geografia econômica do Brasil história da Civilização (moderna e contemporânea), História da América (inclusive pré-histórica);
- 3º ano – Antropogeografia (especialmente do Brasil), História da América, História da Civilização Brasileira.

VII – Ciências sociais e políticas:

- 1º ano – História da Civilização, Sociologia Geral Psicologia Social, Antropologia Social;
- 2º ano – História da Civilização Brasileira (interpretação econômica), Sociologia Política, Economia Política;
- 3º ano – Estatística Econômica História das Doutrinas Econômicas, Direito Político.

VIII – Letras: (Seção de Letras Clássicas e de Português):

- 1º ano – Linguística, Filologia comparada, Língua e literatura grega;
- 2º ano – Língua e literatura grega Língua e literatura latina, Filologia portuguesa;
- 3º ano – Língua e literatura latina, Literatura luso-brasileira, Técnica e crítica literária.

IX – Letras: (Seção de línguas estrangeiras):

- 1º ano – Linguística Filologia comparada, Língua (francesa, inglesa ou alemã);
- 2º ano – Língua (francesa, inglesa ou alemã) Literatura (francesa inglesa ou alemã);
- 3º ano – Língua (francesa, inglesa ou alemã) Literatura (francesa, ou alemã), Técnica e crítica literária.

Art. 11 – Terminado o curso, em qualquer das seções ou das sub-seções, ao candidato será dada licença cultural respectiva, considerando-se licenciado em filosofia em ciências ou letras.

Parágrafo único – Fica facultada ao candidato inscrição em qualquer das secções, ou sub-secções, para fazer o curso seriado completo, de três anos, ou o curso de uma ou mais disciplinas de escolha livre, segundo o critério de especialização.

Art. 12 – Para o doutoramento em cada uma das secções ou sub-secções, o licenciado é obrigado, a um curso e estágio de dois anos, em seminários ou laboratórios, findos os quais lhe será conferido o grau de doutor se aprovado na defesa de trabalho original, de pesquisa ou de alta cultura.

Art. 13 – À medida que convier aos interesses do ensino, pode instituído o ensino de outras disciplinas, mediante a criação de cursos e cadeiras, ou desdobramentos das existentes.

CAPÍTULO III

Do curso Complementar

Art. 14 – Fica criado, nos termos da lei federal, o curso complementar do ensino secundário, de dois anos, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinado à preparação candidatos aos seus respectivos cursos, bem como aos das Faculdades e Escolas que compõem a Universidade.

§ 1º – Só poderão inscrever-se na 1ª série do curso como no curso complementar pré-pedagógico do Instituto de Educação alunos diplomado pelo curso ginasial fundamental, em estabelecimentos oficiais ou fiscalizados.

§ 2º – Se o número de candidatos a matrículas for superior ao de vagas, far-se-á entre eles concurso de provas.

CAPÍTULO IV

Do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais

Art. 15 – O Governo instalará quando julgar oportuno, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, ora creado.

Art. 16 – O Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais terá por fim promover a alta cultura econômica e comercial, e fornecer preparação científica para as profissões e ofícios de direção, atinentes à atividade econômica e comercial.

Art. 17 – O Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais constará de três cursos fundamentais:

- a) Economia e Finanças;
- b) Atividades Bancárias;
- c) Comércio.

Art. 18 – Serão estas as cadeiras do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais:

- 1) Economia Política;
- 2) Estatística metodológica, demográfica e econômica;
- 3) Ciência das Finanças e Direito Financeiro;
- 4) Política Econômica; 5) Geografia Econômica;
- 6) História Econômica;
- 7) Instituições de Direito Privado;
- 8) Instituições de Direito Público e Internacional;
- 9) Direito Comercial, Industrial e Marítimo;
- 10) Matemática Financeira;
- 11) Merceologia;
- 12) Cálculo de Contabilidade Geral e Aplicada;
- 13) Técnica Mercantil e Bancária;
- 14) Organização Científica do Trabalho.

Parágrafo único – A distribuição e a seriação dessas cadeiras, a administração da escola e a normalização dos cursos, bem como as condições para se obter licença ou doutoramento em cada uma das secções, serão fixadas nos estatutos da Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO V

Da Escola de Belas Artes

Art. 19 – A Escola de Belas Artes, que será instalada nos termos do artigo 15, terá os seguintes cursos:

- a) Pintura;
- b) Escultura;
- c) Gravura.

Parágrafo único – Cada um destes cursos terá a duração de seis anos.

Art. 20 – Serão estas as disciplinas da Escola:

- 1) Geometria descritiva;
- 2) História da arte;
- 3) Perspectivas e sombras;
- 4) Arte decorativa. Desenho e Composição;
- 5) Arquitetura analítica, desenhos de estilos. Aguadas;
- 6) Desenho do gesso e do natural. Modelo vivo;
- 7) Desenho geométrico;
- 8) Modelagem;
- 9) Anatomia;
- 10) Desenho de modelo vivo. Pintura;
- 11) Escultura;
- 12) Gravura.

Art. 21 – A distribuição e seriação destas disciplinas as condições de matrícula e de exame administração da Escola e a conferição de diplomas serão fixadas nos estatutos da Universidade.

CAPÍTULO VI

Dos laboratórios e demais instalações

Art. 22 – A direção da Universidade desenvolverá, para maior eficiência, os laboratórios, gabinetes, museus e bibliotecas de cada uma das Escolas, Faculdades ou Institutos, que compõem a Universidade.

Art. 23 – A Universidade, além de laboratórios para pesquisas, campo de experimentação e aparelhamento para explorações biológicas, biográficas, geológicas e mineralógicas, terá:

- 1) uma biblioteca central e bibliotecas especializadas e populares;
- 2) um escritório de intercâmbio nacional e internacional de trabalhos, monografias e publicações periódicas;
- 3) uma secção de estatística e de arquivo geral;
- 4) um departamento de publicidade para impressão e distribuição de trabalhos científicos;
- 5) salões de conferencias apropriados para projeções cinematográficas, conferências e demonstrações científicas;
- 6) uma filmoteca e uma discoteca;
- 7) um estúdio para transmissão pelo rádio;
- 8) uma secção de extensão universitária com as respectivas instalações.

TÍTULO III

Da autonomia e do patrimônio da Universidade

Art. 24 – A Universidade de São Paulo tem personalidade jurídica, autonomia científica, didática e administrativa, nos limites do presente decreto, e, uma vez constituído um patrimônio com cuja renda se mantenha, terá

completa autonomia econômica e financeira.

Parágrafo único – Ficam respeitados os patrimônios atuais das Escolas, Faculdades ou Institutos da Universidade, e os que forem instituídos com destino especial, para que sejam aplicados exclusivamente de acordo com a sua constituição.

Art. 25 – O patrimônio da Universidade de São Paulo será constituído:

- a) das subvenções dos poderes públicos;
- b) de donativos particulares;
- c) de terrenos e prédios em que funcionam, com as suas respectivas instalações, os seus Institutos, Escolas e Faculdades.

§ 1º – O patrimônio da Universidade poderá, no todo, ou em parte, ser alienado, para ter nova aplicação, dentro da mesma finalidade, mediante aquiescência, por dois terços dos votos do Conselho, e aprovação pelo Governo do Estado.

§ 2º – O Governo do Estado, a partir de 1934, depositará anualmente para constituição desse patrimônio, a importância que, para esse fim, for consignada no orçamento.

TÍTULO IV

Da direção e administração da Universidade

Art. 26 – A direção e administração da Universidade de São Paulo cabem a um reitor, assistido pelo Conselho Universitário.

Art. 27 – O reitor da Universidade, escolhido pelo governo dentre uma lista de três nomes de professores catedráticos, eleitos pelo Conselho Universitário, será nomeado por dois anos.

Parágrafo único – O processo da eleição é o designado no artigo 29 deste decreto.

Art. 28 – O Conselho Universitário é constituído:

- a) dos diretores das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos da Universidade (artigo 3º);
- b) de três representantes das instituições de caráter técnico e científico com as quais for convencionado o mandato universitário (artigo 4º), eleitos por dois anos pelos respectivos diretores;
- c) de um representante dos professores catedráticos de cada uma das Escolas ou Faculdades, designado por sorteio anual, não podendo ser proposto professor que exerça função administrativa na escola, nem reiterar mandato ao mesmo professor, senão depois de terem sido sorteados todos os demais;
- d) de um representante, eleito por um ano, dos livres docentes de todas as Faculdades e Escolas;
- e) de um representante do governo do Estado, enquanto for a Universidade por este mantida;
- f) de um representante dos antigos alunos;
- g) de um representante dos alunos atuais;

Art. 29 – O diretor de cada uma das escolas e faculdades que participam da Universidade será nomeado por dois anos pelo governo numa lista de três nomes de professores catedráticos em exercício, votados, em escrutínio secreto, pela Congregação presente, nos termos seguintes:

- a) cada professor votará numa cédula com três nomes;
- b) considera-se, em cada cédula, votado em primeiro turno, o nome que estiver em primeiro lugar, e, em segundo, os demais;
- c) constarão da lista os nomes, votados em primeiro turno, que alcançarem um do total de votos da Congregação, desprezadas as frações;
- e) se não houver três nomes escolhidos em primeiro turno, serão indicados, até compor a lista tríplice, os mais votados em segundo.

Parágrafo único – Não se permitem votos por procuração

Art. 30 – Os representantes dos antigos alunos e o dos alunos atuais, serão eleitos, por um ano, respectivamente, pelos antigos e pelos atuais alunos, reunidos em assembleia a que compareçam, pelo menos, no primeiro caso, cem, e, no segundo, quinhentos.

Parágrafo único – Não poderá votar, nem ser votado, como antigo aluno, nenhum dos antigos alunos com função docente, técnica, ou administrativa, em qualquer das Faculdades, Escolas ou Institutos da Universidade.

Art. 31 – O representante do governo do Estado é de sua livre escolha entre os diplomados por escola superior, oficial ou equiparada, com projeção intelectual e social no Estado de São Paulo.

Art. 32 – O reitor da Universidade, ouvido o Conselho Universitário, poderá convidar para participar dos seus trabalhos e lhe prestar assistência técnica, qualquer especialista, ou técnico de valor, com função meramente consultiva.

Art. 33 – O Conselho Universitário se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que o convocar o reitor e só poderá funcionar com a presença mínima de dois terços dos seus membros.

Parágrafo único – É obrigatório o comparecimento às reuniões do Conselho Universitário sob pena de perda da representação o do cargo, aos que derem três faltas anuais, sem causa justificada a juízo do Conselho.

Art. 34 – Aos particulares que houverem contribuído com donativos para a manutenção da Universidade, ou de suas Escolas Faculdades ou Institutos, ou para a criação e desenvolvimento de laboratórios, serviços e bibliotecas, poderá ser assegurada a participação, por si ou seus representantes, nas reuniões do Conselho Universitário, para o fim especial de verificar a aplicação dos donativos, ou a administração, do patrimônio doado.

Art. 35 – Compete ao reitor da Universidade, como órgão executivo da direção, técnica e administrativa:

- 1) representar, em juízo e fora dele, dirigir e administrar a Universidade, zelando pela fiel observância de seus estatutos;
- 2) convocar e presidir o Conselho universitário;
- 3) assinar, conjuntamente com o respectivo diretor do Instituto Universitário, os diplomas conferidos pela Universidade;
- 4) superintender os serviços da secretaria geral e os serviços anexos;
- 5) nomear ou contratar professores, de acordo com as resoluções do Conselho Universitário;
- 6) dar posse aos diretores das Escolas, Faculdades ou Institutos da Universidade;
- 7) exercer poder disciplinar;
- 8) desempenhar todas as demais funções inerentes ao cargo reitor, de acordo com os dispositivos dos estatutos.

Art. 36 – Ao Conselho Universitário, órgão consultivo e deliberativo da Universidade, sob a presidência do reitor, compete:

- 1) exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a direção superior da Universidade;
- 2) eleger a lista tríplice para o provimento do cargo de reitor;
- 3) elaborar o regimento interno do Conselho e da Universidade;
- 4) aprovar os regimentos internos, organizados para cada uma das Faculdades, Escolas ou Institutos, pelas suas respectivas congregações ou conselhos técnicos;
- 5) deliberar sobre modificações nos estatutos da Universidade, a vigência das quais dependerá de aprovação do governo;
- 6) aprovar as propostas dos orçamentos anuais das Escolas, Faculdades ou Institutos, remetidos pelos respectivos diretores ao reitor, que as encaminhará ao para a deliberação definitiva;
- 7) organizar e submeter aprovação do governo o orçamento de despesas da reitoria e de suas dependências, e deliberar sobre a administração do patrimônio da Universidade;
- 8) resolver sobre os mandatos universitários para a realização de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização;
- 9) organizar, de acordo com proposta das Escolas, Faculdades ou Institutos, os cursos, conferências e todas as demais medidas de extensão universitária;
- 10) deliberar sobre a concessão do título de professor *honoris causa* e sobre a concessão de prêmios pecuniários ou honoríficos, destinados a recompensar atividades universitárias;

- 11) tomar providências para prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva, e, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades, de acordo com o regimento interno da Universidade;
- 12) resolver sobre a realização de planos e medidas que, por iniciativa própria, ou proposta de qualquer das Faculdades, Escolas e Institutos, tenham por fim o desenvolvimento da eficiência cultural e social das instituições universitárias.

TÍTULO V

Dos professores e auxiliares de ensino.

Art. 37 – O corpo docente de cada uma das Faculdades, Escolas, ou Institutos, será constituído de professores catedráticos, auxiliares do ensino, docentes livres, e, eventualmente, professores contratados (nacionais e estrangeiros) e comissionados, e outras categorias, de acordo com a natureza peculiar do ensino de cada Faculdade, Escola ou Instituto.

Art. 38 – A Congregação de cada uma das Escolas, Faculdades, ou Institutos da Universidade, será constituída pelos professores catedráticos, pelos docentes livres na regência de disciplina, por um representante dos docentes livres eleito pelo respectivo corpo ação, e, ainda, pelos atuais professores substitutos efetivos.

Parágrafo único – Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e no Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, os professores nacionais ou estrangeiros, que forem contratados para reger cadeiras, gozarão as regalias de professor catedrático, com assento na respectiva Congregação.

Art. 39 – Compete aos professores catedráticos e aos contrata dos ou comissionados, entre outras funções inerentes a seus cargos:

- 1) realizar, promover e orientar pesquisas, inquéritos, e monografias científicas;
- 2) realizar conferências ou participar dos cursos de conferências que forem organizados;
- 3) eleger a lista tríplice, a ser enviada ao governo do Estado, para provimento do cargo de diretor das respectivas Faculdades, Escolas ou Institutos;
- 4) indicar os seus assistentes e preparadores, bem como os livres docentes, para auxiliá-los nos cursos normais, ou reger cursos normais ou complementares.

Art. 40 – Fica instituída a livre docência, destinada a ampliar, em cursos equiparados aos cursos normais, a capacidade didática dos institutos universitários, e a concorrer, pelo tirocínio do magistério, para a formação do corpo de professores.

Art. 41 – Ao docente livre será assegurado o direito de:

- a) realizar cursos equiparados;
- b) substituir o professor catedrático em suas licenças ou impedimentos prolongados;
- c) colaborar com o professor catedrático na realização dos cursos normais;
- d) organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e de especialização relativos a disciplina de que é docente.

Art. 42 – Nos estatutos da Universidade será estabelecido o processo de concurso de títulos e provas para o provimento de cargo de professor catedrático e de livre docente, observadas as seguintes normas fundamentais:

- a) obrigatoriedade de se constituir, pela Congregação, uma comissão julgadora, de especialistas na matéria, pertencentes ou não ao docente universitário;
- b) reconhecimento do direito de voto à Congregação, que não poderá, no entanto, alterar a classificação por merecimento feita pela comissão julgadora.

§ 1º – o professor catedrático só será efetivado depois de dez anos de exercício, e mediante o voto de dois terços da Congregação, sob o parecer de uma comissão de especialistas nomeada de acordo com a letra "a" deste artigo.

§ 2º – O título de livre docente deverá ser revalidado de cinco anos, mediante a apresentação de títulos julgados em conformidade com o § 1º deste artigo.

Art. 43 – À medida que as Condições financeiras do Estado o permitirem, e de acordo com a natureza da cadeira, será adotado para os professores e seus auxiliares, o regime de tempo integral, para que se possam dedicar exclusivamente aos seus trabalhos científicos e às suas funções docentes na Universidade.

TÍTULO VI

Das missões de professores e das bolsas de viagens e de estudos

Art. 44 – O Governo do Estado poderá, sob proposta do Conselho Universitário:

- a) comissionar no estrangeiro, para especialização e aperfeiçoamento técnico, professores e auxiliares de ensino;
- b) contratar, para a inauguração, instalação ou regência de cursos, pelo tempo que for necessário, professores estrangeiros de notória competência nas matérias para as quais não se encontrarem especialistas no país;
- c) promover o intercâmbio de professores da Universidade com os de institutos universitários do país e do estrangeiro.

Art. 45 – Ficam instituídas para a Universidade de São Paulo, bolsas de viagem ou de estudos, para o fim de proporcionar os meios de especialização e aperfeiçoamento, em instituições do país e do estrangeiro, a professores e auxiliares de ensino, ou diplomados pela Universidade de São Paulo, que tenham revelado aptidões excepcionais.

§ 1º – Para esse fim, será incluída, anualmente, no orçamento do Estado, verba necessária, que será recolhida a uma caixa especial e aplicada pelo reitor da Universidade, mediante proposta de diretores das Faculdades, Escolas e Institutos, e aprovação do Conselho Universitário.

§ 2º – Entre a Universidade de São Paulo e os escolhidos, cada ano, nos termos deste artigo, será convencionados os objetivos das viagens de estudo ou pensionato, o tempo de permanência, a pensão e as obrigações a que ficam sujeitos.

§ 3º – Poderá ser anulada a concessão de bolsa, quando o procedimento ou o aproveitamento do enviado não for satisfatório, a juízo do Conselho Universitário.

Art. 46 – Os diretores dos diferentes institutos universitários poderão dispensar das taxas de matrícula, cada ano, alunos pobres de reconhecido merecimento, até o limite máximo fixado pelos respectivos regimentos.

TÍTULO VII

Do espírito universitário

Art. 47 – Para a criação de um ambiente e uma tradição de espírito universitário, serão adotados meios de desenvolver o espírito de iniciativa, de trabalho e de pesquisa, a união e solidariedade de professores, auxiliares de ensino, e dos antigos e atuais alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, na defesa da eficiência e do prestígio das instituições universitárias.

Parágrafo único – A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, serão promovidos especialmente:

- a) pela proximidade dos edifícios e construção de vilas universitárias;
- b) pela centralização administrativa da Universidade, em tudo quanto respeite ao interesse comum;
- c) pela criação de cursos comuns, que atendam as necessidades de alunos de diferentes Faculdades, Escolas ou institutos;
- d) pelo regime de seminários, centros de debates e trabalho em cooperação;
- e) pela prática de atividades sociais em comum, pelos alunos das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos;
- f) pela organização de sociedades e clubes universitários, de estudos, de jogos e de recreação;
- g) pela prática habitual de esportes, jogos atléticos e com petições de que participem universitários das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos.

TÍTULO VIII

Das disposições gerais

Art. 48 – Os estatutos da Universidade de São Paulo, são elaborados pelo Conselho Universitário, dentro de dois meses de constituído, e submetido a aprovação do governo do Estado,

§ 1º – O Conselho Universitário se reunirá dentro de vinte dias depois de publicado este decreto.

§ 2º – Nos estatutos que elaborar o Conselho Universitário organizara os serviços da administração geral da Universidade.

§ 3º – As Escolas, Faculdades, Institutos e Instituições da Universidade farão, dentro de quinze dias da publicação deste decreto, o sorteio de seus representantes no Conselho Universitário.

Art. 49 – Nos estatutos da Universidade deverão ser observa das:

- a) Para a Escola Politécnica, as exigências instituídas pelo decreto federal nº 23.775, de 22 de janeiro de 1934, que regula o reconhecimento oficial de seus diplomas;
- b) Para as outras Escolas, Faculdades e Institutos que deverão integrar a Universidade, as condições estipuladas pelo decreto federal nº 20.179, de 6de julho de 1931, para reconhecimento oficial dos diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino superior mantidos por governo estadual.

Art. 50 – O Governo do Estado entrara em entendimento com o Governo Federal para que da Universidade de São Paulo possa participar ou colaborar com ela, a Faculdade de Direito de São Paulo.

Art. 51 – O Governo promoverá oportunamente, a transformação dos gabinetes e laboratórios da Escola Politécnica de São Paulo em Instituto de Pesquisas Técnicas, que ficará incluído entre os institutos enumerados no artigo 4º.

Art. 52 – A Universidade de São Paulo poderá ampliara sua atividade pela criação progressiva de novos institutos de pesquisas técnicas e científicas, ou de ensino superior, mediante prévia de liberação do Conselho Universitário.

Parágrafo único – A incorporação, para ser definitiva, dependerá de aprovação do governo do Estado, enquanto for por este mantida a Universidade.

Art. 53 – O governo, no decreto que aprovar os estatutos da Universidade, fixara os vencimentos dos cargos que forem criados, e abrirá os créditos necessários.

Art. 54 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 25 de janeiro de 1934.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA,
Christiano Altenfelder Silva.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, São Paulo, aos 25 de janeiro de 1934.

A. Meirelles Reis Filho
Diretor Geral.